

2013 - Ano VI - Número I

ISSN 1972-9713

NEARCO

Revista Eletrônica de Antiguidade



Nesta Edição - Dossiê: Periodização Histórica,
Debates e Questionamentos



UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ricardo Vieira Alves de Castro

Vice-reitor

Christina Maioli

Extensão e cultura

Nádia Pimenta Lima

IFCH - INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor

Dirce Eleonora Rodrigues Solis

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe

Paulo Roberto Gomes Seda

Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UERJ)

Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira

NEA - NÚCLEO DE ESTUDOS DA ANTIGUIDADE

DIRETORA

Maria Regina Candido

EDITORES

- *Prof. Ms. Carlos Eduardo da Costa Campos*
- *Prof. Ms. Junio Cesar Rodrigues Lima*
- *Prof.ª. Dr.ª. Maria Regina Candido*

DIAGRAMADORES

- *Prof. Ms. Junio Cesar Rodrigues Lima*
- *Prof. Mestrando Luis Filipe Bantim de Assumpção*

REVISOR DE PERIÓDICO

- Prof. Ms. Renan M. Birro

CONSELHO EDITORIAL

- Prof. Dr. Alexandre C. Cerqueira Lima - Universidade Federal Fluminense
- Prof. Dr. André Leonardo Chevitarrese - Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Prof.^{ca} Dr.^{ca} Carmen Soares - Universidade Coimbra
- Prof.^{ca} Dr.^{ca} Claudia Beltrão da Rosa - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Daniel Ogden - Exeter University London
- Prof. Doutorando Devid Valério Gaia - Universidade Federal de Pelotas
- Prof. Dr. Fabio Faverrani - Universidade Federal de Ouro Preto
- Prof. Dr. Fábio Joly - Universidade Federal de Ouro Preto
- Prof.^{ca} Dr.^{ca} Margaret M. Bakos - Pontifícia Universidade Católica - RS
- Prof.^{ca} Dr.^{ca} Maria Cecilia Colombani - Universidad Moron - Universidad Mar Del Plata
- Prof.^{ca} Dr.^{ca} Maria do Carmo Parente Santos - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Vicente Carlos R. Alvarez Dobronuka - Universidade de Brasília

CONSELHO CONSULTIVO

- Prof. Dr. Claudio Umpierre Carlan - Universidade Federal de Alfenas
- Prof.^{ca} Ms.^{ca} Giselle Marques Câmara - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Fábio Verzara - Universidade Federal de Pelotas
- Prof. Dr. Julio César Gralha - Universidade Federal Fluminense - Pólo Campos dos Goytacazes
- Prof.^{ca} Dr.^{ca} Kátia Maria Paim Pozzer - Universidade Luterana do Brasil - Canoas
- Prof.^{ca} Doutoranda Liliane Coelho - Centro Universitário Campos de Andrade
- Prof.^{ca} Ms.^{ca} Miriam Lourdes Imperzielle Luna da Silva - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Moacir Elias Santos - Centro Universitário Campos de Andrade
- Prof.^{ca} Dr.^{ca} Renata Senna Garraffoni - Universidade Federal do Paraná
- Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari - Universidade Estadual de Campinas



Capa: Junio Cesar Rodrigues Lima

Zeus watches as Nike presents Athena with laurels.

<http://glauxnest.blogspot.com.br/2011/01/photos-from-nashville-parthenon.html>

Editoração Eletrônica: Equipe NEA

www.nea.uerj.br

Indexado em Sumarios.org e AWOL – Ancient World On-line

**CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS / CCS/A**

N354 Nearco: revista eletrônica de antiguidade. - Vol. 1, Ano VI, n.1
(2013) – Rio de Janeiro:UERJ/NEA, 2013 - v.11 : il.

Semestral.

ISSN 1982-8713

1. História antiga - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Núcleo de Estudos da Antiguidade.
CDU 931(05)



Sumário

Editorial

DOSSIÊ: PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA – DEBATES E QUESTIONAMENTOS

Carlos Eduardo da Costa Campos & Maria Regina Candido, 7

Dossiê

MEDIR O TEMPO, UM SABER MESOPOTÂMICO

Katia Maria Paim Pozzer, 13

TEMPO E HISTÓRIA NA CHINA ANTIGA

André Bueno, 25

PERIODIZAÇÕES NA ÍNDIA ANTIGA

Edgard Leite, 44

ERAS DO MUNDO E FINITUDE DO HOMEM EM ALGUNS TEXTOS PERSAS TARDIOS

Vicente Dolbruka, 61

DARK AGE: QUESTÃO DE DEBATE, UMA POLÊMICA ABERTA

Maria Regina Candido, 81

AS PERIODIZAÇÕES DA HÉLADE – CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS CONCEITOS DE ARCAICO, CLÁSSICO E HELENÍSTICO

Luis Filipe Bantim de Assumpção, 94

O PROBLEMA DA PERIODIZAÇÃO DA “REPÚBLICA ROMANA”: ALGUMAS OBSERVAÇÕES A PARTIR DO ESTUDO DA RELIGIÃO ROMANA

Cláudia Beltrão da Rosa, 116

O "FIM" DO MUNDO ANTIGO EM DEBATE: DA "CRISE" DO SÉCULO III À ANTIGUIDADE TARDIA E ALÉM

Gilvan Ventura da Silva & Carolline da Silva Soares, 138

ISLAM AND THE DISSOLUTION OF LATE ANTIQUITY

Ian D. Morris, 163

**ENTRE TEMPORALIDADES E MEMÓRIAS MITOLOGIAS HISTÓRICAS DO MEDIEVO
JUDAICO E A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA DIASPÓRICA**

Renata Rozental Sancovsky, 185

**FORMA E NARRATIVA- UMA REFLEXÃO SOBRE A PROBLEMÁTICA DAS PERIODIZAÇÕES
PARA A ESCRITA DE UMA HISTÓRIA DOS CELTAS**

Dominique Vieira Coelho dos Santos, 203

**O PROBLEMA DA TEMPORALIDADE PARA OS ESTUDOS DA EUROPA NÓRDICA: A “ERA
VIKING”**

Renan Marques Birro, 229

BREVE ENSAIO SOBRE O CONCEITO DE TEMPO HISTÓRICO

João Oliveira Ramos Neto, 256

Artigos

**ESTUDIO SOBRE LAS FUNCIONES MAGISTRALES EN EL SISTEMA INSTITUCIONAL DE LA
POLIS ATENIENSE**

Jorge Antonio Durbano, 263

Resenha

MEDEIA, MITO E MAGIA: A IMAGEM ATRAVÉS DO TEMPO

Guilherme Keller Fragomeni, 291

Editorial

DOSSIÊ: PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA – DEBATES E QUESTIONAMENTOS

Carlos Eduardo da Costa Campos¹ & Maria Regina Candido²

Como historiadores nos deparamos com um problema constante em nosso ofício: explicar determinadas periodizações históricas, para contextualizarmos o objeto de pesquisa. Como profissionais que lidam com o homem no tempo e no espaço devemos ter em mente que uma categorização temporal é o produto de um *lugar social* específico, o qual visa elaborar um *discurso* de normatização para que os eventos passados possam ser inteligíveis as necessidades atuais. Deste modo, o presente dossiê intitulado de “Periodização histórica – debates e questionamentos”, da Revista NEARCO 2013.1 pretende lançar novos olhares para os recortes temporais, afim de desnaturalizar tais sistematizações, que em muitos casos passam por despercebidas. A empreitada foi árdua, contudo como diz um antigo provérbio: *caminhando sozinho podemos chegar em algum lugar, contudo caminhando em conjunto chegaremos mais longe*. De tal forma recorreremos

¹ Prof. Ms. Carlos Eduardo da Costa Campos é membro do Núcleo de Estudos da Antiguidade, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na linha de pesquisa: Religião, Mito e Magia no Mediterrâneo Antigo. O mesmo atua como docente do Curso de Especialização em História Antiga e Medieval, CEHAM – UERJ. email: eduygniz@hotmail.com

² Prof.^a Dr.^a Maria Regina Candido é docente associada em História Antiga e coordenadora do Núcleo de Estudos da Antiguidade, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A mesma atua como membro da coordenação do Curso de Especialização em História Antiga e Medieval, CEHAM – UERJ e como Professora do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ e do Programa de Pós-Graduação em História Comparada, da UFRJ.

aos nossos parceiros de longa data para formularmos esta publicação, que comemora os nossos quinze anos de democratização do saber a sociedade. As temáticas contidas nesta edição perpassam pelas demarcações históricas da Antiga Mesopotâmia, passando pelo período denominado de Antiguidade Tardia e findando com o recorte intitulado de Medieval.

A pesquisadora Katia Pozzer explicita que no mundo antigo, diferentes sistemas de contagem do tempo foram utilizados, segundo as regiões e a época. Os gregos, por exemplo, contavam os anos a partir da primeira olimpíada, os romanos a partir da fundação de Roma. No que tange aos habitantes do Oriente Próximo, os mesmos se referiam aos anos dos reinados de seus soberanos ou aos nomes de seus dignitários. O calendário das civilizações antigas era baseado no ritmo das atividades agrícolas e religiosas e era marcado por intervalos de tempo naturais, dados pelo deslocamento do sol no horizonte, pelo ciclo das colheitas e pelo movimento da lua. Assim a autora pretende analisar o calendário mesopotâmico, o qual era composto de um ano solar, com meses lunares e de um dia solar. Já o Prof. Dr. André Bueno visa em seu artigo problematizar a questão da relação entre tempo e história na China Antiga. Bueno para dar conta de sua proposta se utiliza dos textos de Confúcio (-551 a -479) e Sima Qian (-145 a -85), que são considerados como os dois principais fundadores da historiografia chinesa. O trabalho do autor, além de inovador, nos possibilita conhecer sobre um importante campo, que ainda apresenta certa escassez de produção no Brasil.

As nossas análises sobre as periodizações também envolveram outras regiões orientais como da Antiga Índia. O texto produzido pelo Prof. Dr. Edgard Leite foi direcionado nos convida a desenvolver algumas questões teóricas sobre os problemas de periodização da Índia antiga. O referido pesquisador nos aponta as dificuldades que envolvem a comparação com processos históricos fundadores que são verificados no Ocidente, assim o mesmo destaca o papel da Revolução Neolítica no entendimento das grandes transformações estruturais na história. Além da Índia Antiga, os nossos escritos

buscaram refletir eventos que envolveram a sociedade Persa. Em virtude do exposto recorreremos ao Prof. Dr. Vicente Dobroruka que analisou a apocalíptica persa. Assim o referido estudioso frisa em seu artigo os diferentes usos das periodizações históricas num apocalipse persa conhecido como *Zand-i Wahman Yasn* (ZWY). Em sua proposta enfatiza-se que ao longo do apocalipse citado são utilizadas matrizes diferentes dos temas tradicionais dos metais, das idades do mundo e dos impérios mundiais.

Ao nos direcionarmos para os estudos que envolvem a sociedade helênica buscamos o apoio da Prof.^a Dr.^a Maria Regina Candido. A referida helenista focou em seu artigo nos estudos que envolvem o período entre 1200 a 800 antes de nossa era, cujo resultado foi à emergência da *polis*. O período ora é identificada como Idade do Bronze, Tempos obscuros, Idade Media dos gregos ou simplesmente Dark Ages pela historiografia anglo-americana. Os pesquisadores afirmam que o termo se deve ao “retrocesso cultural” e econômico que ocorreu na região helênica como ausência da escrita, dificuldade em estabelecer assentamentos e assim como a perda dos contatos e rotas comerciais no Mar Egeu. Sendo assim, a autora almeja analisar os termos junto a historiografia, além de expor como o conceito tem sido aplicado, os seus possíveis significados e críticas junto aos pesquisadores helenistas. Complementando os estudos helênicos, nosso dossiê contou com a participação do pesquisador Luis Filipe Bantim de Assumpção. O autor salienta que as periodizações são sistematizações acadêmicas passíveis de um processo de historicização. Desse modo, o mesmo objetiva analisar a maneira como as periodizações históricas de “Arcaico, Clássico e Helenístico” foram desenvolvidas para dar conta das especificidades existentes nas sociedades helênicas.

No que tange ao recorte histórico denominado de República Romana, nosso dossiê teve como autora a Prof.^a Dr.^a Claudia Beltrão da Rosa. A especialista argumentou que a *periodização tradicional dos estudos históricos é um modelo que, como todos os modelos, deve existir em benefício da análise e da interpretação dos dados, e não o contrário*. Logo, a autora frisa que algumas questões sobre a pertinência do modelo *monarquia/não*

monarquia para o estudo da religião romana na “República”, assim como o período denominado de republicano necessitam ser estudados pelos pesquisadores, a fim de contextualizar seu objeto de pesquisa. Além dos escritos de Claudia Beltrão da Rosa, os pesquisadores Gilvan Ventura da Silva e Carolline da Silva Soares foram vitais nas análises que envolvem a periodização romana. Assim o artigo de Silva e Soares é voltado para refletir os limites e possibilidades dos conceitos mais comuns utilizados para definir o sentido das transformações operadas no Império Romano a partir da morte de Cômodo (192), transformações estas que culminaram na redefinição do sistema imperial romano e, do ponto de vista da longa duração, na sua gradual desagregação à medida que avança o século V.

Ao nos depararmos com a periodização da sociedade islâmica recorreremos ao estudioso Ian Morris, o qual indica que as sociedades que formavam o império islâmico emergiram na Antiguidade Tardia. Para o autor a fragmentação política e espiritual de tal área imperial ocorreu entre c.700-950, o que decididamente constituiu as comunidades medievais sob comando das dinastias islamizadas. Seguindo pela perspectiva cronológica chegamos aos escritos da historiadora Renata Rozental. As reflexões da autora são voltadas para a formação de consciências históricas entre os judeus da Idade Média. Desta forma, Rozental salienta que a memória apresenta-se como instrumento narrativo e configura-se como parte da nova identidade judaica entre os séculos XIV-XVI. Neste estudo é possível perceber o uso social do tempo como campo legítimo de estudo do historiador.

Além das sociedades mencionadas podemos ressaltar pesquisas como as de Dominique Vieira Coelho dos Santos e Renan Marques Birro, que analisam respectivamente a sociedade Céltica e Nórdica, as quais o modelo de periodizações históricas tradicionais não são apropriados para as suas especificidades culturais. Dominique Vieira Coelho dos Santos apresenta uma reflexão acerca do modo pelo qual os historiadores produzem suas narrativas sobre os celtas a partir da construção de formas e

periodizações. Logo, o artigo convida ao leitor a repensar as periodizações e seus usos, além de contribuir para novas perspectivas sobre a História da Irlanda. No caso de Renan Birro, o mesmo destacou que a utilização de temporalidades (ou eras) para o Estudo da Europa Nórdica (compreendida sem limites muito estritos como os atuais países Nórdicos, o Leste da Alemanha e o Leste Europeu) foi empreendida como um exercício didático para simplificação dos estudos e detecção de tendências artístico-estilísticas, culturais, sociais e tecnológicas durante a Antiguidade e o Medievo. Todavia, Birro ressalta que os avanços da Arqueologia, de estudos comparativos e micro-analíticos tem pulverizado esse panorama conforme a observação minuciosa de regiões específicas. Assim, o autor se propõe realizar uma breve retrospectiva até a quase reinvenção das palavras “Viking” e “Era viking” no contexto do nacionalismo, pós-colonialismo e na busca de identidade da Inglaterra vitoriana no século XIX e seus usos através das últimas centúrias.

Quanto ao aspecto teórico o dossiê conta com os estudos do historiador João de Oliveira Ramos Neto. O referido autor apresenta de forma introdutória as concepções de tempo histórico em Durval Muniz de Albuquerque Júnior, François Hartog, Reinhart Koselleck, Antoine Prost, José Carlos Reis e Paul Ricoeur, propondo um breve debate entre eles na tentativa de compreender a relação do historiador com o tempo que oscila entre a concepção natural e a concepção filosófica. No artigo são tratados temas e conceitos como calendário, estrutura, conjuntura, fato histórico e regime de historicidade.

Além do dossiê, a revista apresenta a sessão de artigos livres que contém a produção de Jorge Durbano. O presente artigo visa debater sobre as funções institucionais e administrativas que um cidadão ateniense no período clássico deveria executar para o acesso e manutenção de seu cargo na *polis* de Atenas. Além do referido texto, a revista NEARCO também expõe a resenha efetuada por Guilherme Keller Fragomeni da obra *Medeia- Mito e Magia*, de autoria da helenista Maria Regina Candido. O referido trabalho visa apresentar os principais pontos que constituem o livro sobre um dos personagens históricos mais debatidos na história.



Em suma, o conselho editorial da Revista NEARCO deseja a todos uma boa leitura!

MEDIR O TEMPO, UM SABER MESOPOTÂMICO

Katia Maria Paim Pozzer³

RESUMO

A palavra cronologia deriva do termo grego *chronos*, que significa tempo, e *logos* que quer dizer estudo, assim cronologia é o estudo do tempo. No mundo antigo, diferentes sistemas de contagem do tempo foram utilizados, segundo as regiões e a época. Os gregos contavam os anos a partir da primeira olimpíada, os romanos a partir da fundação de Roma. Os habitantes do Oriente Próximo se referiam aos anos dos reinados de seus soberanos ou aos nomes de seus dignitários. O calendário das civilizações antigas era baseado no ritmo das atividades agrícolas e religiosas e era marcado por intervalos de tempo naturais, dados pelo deslocamento do sol no horizonte, pelo ciclo das colheitas e pelo movimento da lua. Assim, o calendário mesopotâmico era composto de um ano solar, com meses lunares e de um dia solar.

Palavras-chave: Cronologia – Mesopotâmia – Tempo.

ABSTRACT

The word chronology derives from the Greek *chronos*, meaning time, and *logos* which means study, so chronology is the study of time. In the Ancient World different systems of counting time were used according to region and season. The Greeks counted the years from the first Olympiad, the Romans from the founding of Rome. The inhabitants of the Near East referred to the years of the reigns of sovereigns or their names of their

³ Doutora em História pela Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne, Pós-doutora pela Université de Paris X – Nanterre, Professora do Curso de História da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Projeto de Pesquisa *Guerra e Religião - Estudo de textos e imagens do mundo antigo oriental* (CNPq/FAPERGS). E-mail: pozzer@terra.com.br.

dignitaries. The calendar of ancient civilizations was based on the cycle of agricultural and religious activities and was marked by natural intervals of time, given by the displacement of the sun on the horizon, the harvest cycle and the motion of the moon. Thus, the Mesopotamian calendar consisted of a solar year with lunar months and a solar day.

Keywords: Cronology – Mesopotamia – Time.

INTRODUÇÃO

Antes de apresentarmos uma discussão sobre as diferentes maneiras de medir o tempo que os habitantes da antiga Mesopotâmia utilizaram, ao longo de sua história, é necessário que fixemos alguns conceitos fundamentais que compõem esta problemática.

A palavra cronologia deriva do termo grego *chronos*, que significa tempo, e *logos* que quer dizer estudo, cronologia é pois, o estudo do tempo. Partindo-se da premissa de que o estudo da história é uma divisão da epistemologia, é possível dizer que a cronologia é um ramo da historiografia. Assim, podemos afirmar que a teoria do conhecimento discute o que pode ser conhecido sobre o mundo e sobre a atividade humana ao longo do tempo. No sentido moderno do termo, a cronologia serve, fundamentalmente, para fins epistemológicos. Portanto, estabelecer a duração dos eventos históricos é crucial para podermos interpretar seu impacto social, suas tendências, seus movimentos e direções.

CATEGORIAS CRONOLÓGICAS

Existem dois tipos de cronologia: a absoluta e a relativa, ainda que, no senso estrito, todas as cronologias sejam relativas. Segundo CRYER (2000: 652) a única cronologia verdadeiramente absoluta é “aquela que tem como ponto de partida um presumível cataclisma que liberou energia e desencadeou o início do Universo e cuja medida do tempo é feita em intervalos finitos até o último aquecimento mortal do universo”. Então, em princípio, seria possível identificar cada evento na história do cosmos dentro do espectro definido por esses dois pontos.

Mas do ponto de vista histórico, podemos afirmar que a cronologia absoluta localiza os eventos no tempo de acordo com o calendário juliano-gregoriano⁴, usado nos dias de hoje, nas assim chamadas “sociedades ocidentais”, em uma escala que se estende em duas direções, antes e depois, do nascimento de Jesus de Nazaré.

Já os cronologistas da antiguidade, incluindo os do antigo Oriente Próximo, mediam o tempo em termos de escolhas arbitrárias, a partir de um ponto fixado no passado que poderia ser a ascensão ao poder de um rei ou de uma dinastia, como a de Hammu-rabi da Babilônia, a fundação de um Estado ou de uma capital, como a Roma antiga ou um evento regular de caráter sócio-político, como as Olimpíadas na Grécia. É o que chamamos de cronologia relativa.

O PROBLEMA DA ESCALA

O rigor na cronologia se faz necessário para que possamos ordenar a história política com certa fidedignidade. O grau de precisão da medida cronológica deve ser claramente estabelecido e indicado, como no exemplo a seguir: 1250 a.C. \pm 10 anos. Isto significa que esta data se encontra entre o período de 1240 a.C. e 1260 a.C. Contudo, em algumas situações podemos trabalhar com uma cronologia dita "flutuante", pois possuímos raras evidências e pouco detalhamento do período em questão.

Uma questão que deve ser considerada é da escala da cronologia, que foi objeto de reflexão primeiramente da chamada *Escola dos Annales* e, posteriormente, da microhistória (REVEL, 1996). Frederick Cryer (2000: 653) retoma a referência teórica dos *Annales* e propõe a existência de três escalas cronológicas:

- a de longa duração, que pode ser medida em séculos, milênios ou milhões de anos e é usada para medir o tempo geológico ou ecológico, como por exemplo, na descrição da história da presença humana na América do Norte;

⁴ O calendário juliano é o definido na época de Júlio César, imperador romano (100-44 a.C.) e o gregoriano é o estabelecido pelo papa Gregório XIII (1502-1585).

- a de média duração, que pode ser medida em décadas ou séculos se aplicada ao tempo social, como por exemplo, para descrever as lutas entre os grupos étnicos na América do Norte no período moderno;

- a de curta duração, a história do evento, que pode ser medida em horas, dias, semanas ou anos se aplicada ao tempo político, como por exemplo, para descrever a Guerra Civil Americana, o movimento dos direitos civis na década de 60 ou a queda do presidente Nixon nos EUA.

Temos, ainda, na física, a medida em bilhões de anos para o tempo cósmico ou a medida em nano segundos para partículas muito pequenas. As diversas escalas não se excluem e podem ser complementares, dependendo do propósito do historiador.

MÉTODOS DE DATAÇÃO

De acordo com Cryer (2000: 654-655), a principal evidência para o estabelecimento de uma cronologia provém das escavações arqueológicas e cujos critérios centrais para datação podem ser assim enumerados:

1. **estratigrafia** do sítio arqueológico, que pode datar um artefato em relação à outro;

2. **datação por carbono-14**, que é baseada no estudo da radiação natural residual do isótopo de carbono-14 do elemento químico Carbono e é expressa em "x anos antes do presente (A.P.)". As medições de C-14 correspondem à datas absolutas mais a expressão de seu desvio padrão. O ano-base foi arbitrariamente definido em 1950 (segundo o calendário gregoriano) e o fator \pm do desvio padrão assegura um percentual de 68% de acuidade do valor obtido. Assim, por exemplo, uma data expressa em 2350 A.P. \pm 70 é traduzida como 400 a.C. \pm 70 anos;

3. **termoluminescência**, está ligada à capacidade de alguns cristais (presentes, por exemplo, na cerâmica, no sílex ou no vidro) acumularem energia (radiação natural) ao longo do tempo. Quando submetidos à altas temperaturas, eles liberam esta energia em

forma de luz que, uma vez medida, pode nos dizer a data na qual aquele objeto foi confeccionado;

4. **arqueomagnetismo**, que são estudos baseados na observação de que partículas de óxido de ferro presentes na argila sofrem uma reorientação de campo magnético, pela queima em alta temperatura, para o padrão do campo magnético da Terra, e, após o resfriamento, readquire seu padrão magnético anterior. Os arqueólogos utilizam este método para datar tijolos e fornos *in situ*;

5. **a tipologia dos artefatos**, que deixa traços do desenvolvimento histórico de várias manufaturas, e estes vestígios permitem estabelecer padrões de culturas e sociedades;

6. **dendrocronologia**, que é a contagem dos anéis de crescimento anuais das árvores. Este método é usado com precisão para objetos em madeira. No antigo Oriente Próximo a cadeia dendrocronológica é ininterrupta até 927 d.C.;

7. **paleografia**, que é a datação das fontes escritas baseada nas tipologias da evolução dos sinais.

TEMPO, HISTÓRIA E DOCUMENTO

Possuímos muitos documentos de antigos escribas que fornecem dados astronômicos referentes à fenômenos celestes que, analisados por astrônomos modernos, podem ser recalculados, no calendário juliano-gregoriano, com grande precisão. E com isso, contribuindo de forma eficiente para o estudo da cronologia do antigo Oriente Próximo. Tomemos como exemplo, o documento conhecido por "Tablete de Vênus de Ammişaduqa", que é um texto cuneiforme que contém os registros dos aparecimentos do planeta Vênus, durante o reinado do rei Ammişaduqa, o segundo rei da dinastia de Babilônia na sucessão, depois de Hammu-rabi. Os astrônomos modernos usaram estas informações para estudar as datas em que o planeta Vênus esteve visível e chegaram a inúmeras possibilidades. Combinando as evidências arqueológicas e históricas, foram

propostas algumas datas para a destruição de Babilônia, durante o reinado do sucessor de Ammişaduqa e que varia segundo a cronologia empregada. Pela cronologia alta este evento se situaria em 1651 a.C., já a cronologia média propõe a data de 1595 a.C. e a cronologia baixa aponta o ano de 1531 a.C. para tal acontecimento (COLLINS, 2008: 11).

No passado, a cronologia média foi utilizada na grande maioria das publicações e nas informações pedagógicas dos museus, pois ela ficava entre a cronologia alta, baseada em dados astronômicos e a cronologia baixa, baseada em evidências arqueológicas e textuais. Mas, atualmente, a cronologia média não é mais uma opção sustentável para os pesquisadores, pois não serve a nenhum propósito. Assim a cronologia baixa vêm sendo utilizada por um número cada vez maior de historiadores. Isto significa que as evidências da cultura material vêm sendo consideradas de maior autenticidade que as demais.

Os debates sobre os indícios continuam, mas as descobertas arqueológicas trazem cada vez mais dados, novos textos são traduzidos e interpretados e novas técnicas científicas de datação são utilizadas, apontando a possibilidade de refinamento e de integração de cronologias entre os diversos espaços geográficos do planeta.

No mundo antigo diferentes sistemas de contagem do tempo foram utilizados, segundo as regiões e a época. Os gregos contavam os anos a partir da primeira olimpíada (776 a.C.), os romanos a partir da fundação de Roma (753 a.C.). Os habitantes do Oriente Próximo só adotaram sistema semelhante a partir de 312 a.C., na era selêucida. Antes eles se referiam aos anos dos reinados de seus soberanos ou aos nomes de seus dignitários.

No primeiro caso, cada ano do reinado era designado por uma fórmula que relatava um fato ocorrido no ano precedente ou no início daquele ano (uma vitória militar, uma construção monumental ou um ato piedoso do rei), segundo uma tradição herdada do sul mesopotâmico. Segundo o método de eponímios, em uso em Assur desde o início do II milênio a.C., um dignitário dava seu nome ao ano em curso. Uma terceira norma consistia em exprimir os anos dos reinados em números sobre o modelo "enésimo ano do rei x" e ela foi empregada, sobretudo, na Babilônia, a partir do II milênio a.C. e

pelos reis do Levante, notadamente por Israel e Judá, de acordo com a Bíblia (BORDREUIL; BRIQUEL-CHATONNET; MICHEL, 2008: 08).

Nosso conhecimento sobre a cronologia mesopotâmica se baseia em listas dos anos dos reinados dos soberanos, em listas de eponímios e listas dinásticas, indicando os nomes dos reis e o número de anos de seus reinados. Porém, estas listas não são confiáveis, pois algumas foram redigidas tardiamente, outras contêm distorções voluntárias, a fim de legitimar um rei que teria usurpado o poder, por exemplo. Cada uma destas listas apresenta um problema de calendário, pois "um ano" do calendário antigo não corresponde à "um ano" do calendário gregoriano. Isto porque não existe nenhuma regra que obrigue um rei à utilizar o mesmo cômputo de cálculo que outro. Tampouco uma mesma cultura ou sociedade emprega o mesmo modelo de contagem do tempo ao longo de sua história.

Tomemos pois, como exemplo, a contagem de um período cronológico de 1.000 anos. Ele pode ser medido por dois calendários antigos diferentes. O calendário lunar mede o "ano" em intervalos de treze luas novas, definidas arbitrariamente, onde cada uma contém 29 ou 30 dias, perfazendo um ano de 354 dias. Já o calendário solar possui um ano de 365 dias. Assim, a diferença entre o calendário lunar e o calendário solar, para um período de 1.000 anos, é de cerca de 11.000 dias, isto é, de 30 anos! (CRYER, 2000: 655-656). Portanto, estabelecer a natureza dos calendários a serem utilizados pelas sociedades antigas é tarefa de fundamental relevância historiográfica.

Existem importantes referências de uma historiografia antiga acerca da cronologia, sobretudo a partir do I milênio a.C. Na Babilônia, a partir da metade do século XVIII a.C., temos registros diários sobre os fenômenos celestes e a ligação deles com eventos climáticos, econômicos e religiosos, tais como as cheias dos rios, as flutuações de preços ou os nascimentos incomuns de seres anômalos (animais com duas cabeças, crianças hermafroditas, etc.). Ocasionalmente, as observações estelares eram justapostas à

eventos políticos, como a chegada de Alexandre, o Grande em Babilônia, em 327 a.C., quando assume o título de “rei do Universo” (BRIANT, 1996: 881).

As datas assírio-babilônicas são originárias da tradição das crônicas babilônicas, fixadas no período de Nabû-nâsir (747-734 a.C.), que no calendário juliano apresentam uma divergência de apenas um mês no período de um ano (PRITCHARD, 1969; GLASSNER, 1993). Devemos ainda referir que, muitas vezes, o último ano de um rei e o primeiro de seu sucessor podem estar superpostos. Contudo, as crônicas babilônicas oferecem informações bastante precisas sobre os eventos políticos na Babilônia e na Assíria, do período de 747 à 668 a.C.

As datas assírias do I milênio a.C., que podem ser consideradas como um exercício de cronologia relativa, são baseadas nas listas de eponímios e quando um escriba necessitava examinar a data de um documento, ele consultava a lista de eponímios para determinar há quanto tempo ele tinha se passado. Atualmente, o uso destas listas permitem uma reconstituição cronológica de 900 à 650 a.C., com bastante precisão.

A acuidade da cronologia assírio-babilônica para o I milênio a.C. possibilita, ainda, a datação de outros eventos históricos no antigo Oriente Próximo, ainda mais quando estes estão relacionados à outras civilizações, como no caso da conquista do Egito por Asarhaddon, rei da Assíria, em 671 a.C. ou a queda de Assur, capital do império assírio, em 614 a.C. diante da coalização medo-babilônica. A conjunção de eventos é bastante utilizada no estabelecimento de datas absolutas para os acontecimentos relatados na Bíblia hebraica. Contudo, para os períodos mais antigos temos uma grande lacuna de fontes, ainda que os escribas tenham pretendido recompor estes hiatos, dando continuidade à certos reinados, prática já atestada desde a formulação das listas sumérias no III milênio a.C.

MEDIR O TEMPO NO MUNDO MESOPOTÂMICO

O calendário mesopotâmico, assim como de outras civilizações antigas, era baseado no ritmo das atividades agrícolas e religiosas e era marcado por intervalos de tempo naturais, dados pelo deslocamento do sol no horizonte, pelo ciclo das colheitas e pelo movimento da lua. Assim, o calendário mesopotâmico era composto de um ano solar, com meses lunares e de um dia solar.

O ano solar (MU em sumério, *šattu* em acádico) era definido pelo retorno sucessivo das colheitas. O ano novo babilônico iniciava na primavera, com o mês *Nisannu* (março/abril do calendário juliano) e o primeiro dia do ano era equivalente ao equinócio da primavera. O calendário assírio diferia do babilônico, pois iniciava no equinócio de outono, mas esta discrepância terminou quando os assírios adotaram o calendário babilônico no início do I milênio a.C.

O mês (ITI, em sumério) e cujo nome em acádico, *arhu*, é formado por uma das designações do deus Lua, é definido como o intervalo de tempo transcorrido entre duas aparições sucessivas da primeira lua. O mês começava na noite em que a lua crescente reaparecia pela primeira vez no horizonte oeste, logo após o pôr-do-sol. O mês lunar possui 29 ou 30 dias, sendo 30 o número simbólico do deus Sîn, o deus-lua. Desde o início do III milênio a.C. os meses são designados em função das atividades que acontecem dentro de um ciclo anual, assim seus nomes fazem referência aos trabalhos agrícolas ou às festividades religiosas. Outro fenômeno observado na Mesopotâmia é que existiram vários calendários simultaneamente em todo o território, o que explica, por exemplo, que o mês VII, *tašrîtu*, que significa "o começo" (do ano) lembre a tradição assíria do início do ano no equinócio de outono, tradição essa mantida pelos hebreus, que até hoje comemoram o ano novo (Yom kippur) nesta data (JOANNÈS, 2001: 152).

Calendário Mesopotâmico			
	Sumério	acádico	calendário juliano
I	BARÁ.ZAG.GAR	<i>nisannu</i>	março/abril
II	GU ₄ .SISÁ	<i>ayyaru</i>	abril/maio
III	SIG ₄ .GA	<i>simânu</i>	maio/junho
IV	ŠU.NUMUN	<i>tammuzu</i>	junho/julho
V	NE.IZI.GAR	<i>abu</i>	julho/agosto
VI	KIN.INANNA	<i>elûlu</i>	agosto/setembro
VII	DU ₆ .KÙ	<i>tašrîtu</i>	setembro/outubro
VIII	APIN.DU ₈ .A	<i>arahsammu</i>	outubro/novembro
IX	GAN.GAN.E	<i>kislimu</i>	novembro/dezembro
X	AB.BA.È	<i>tebêtu</i>	dezembro/janeiro
XI	ZÍZ.ÀM	<i>šabâtu</i>	janeiro/fevereiro
XII	ŠE.KIN.KU ₅	<i>addaru</i>	fevereiro/março

Fig. 1 – Calendário Mesopotâmico (LABAT, 1988, p. 289).

O caráter astronômico do calendário babilônico não incluía a noção de semana, com um ciclo de sete dias, isto foi uma criação hebraica (ROCHBERG, 2000: 1931). Originalmente os mesopotâmicos empregaram uma divisão arcaica do dia de 24 horas, dividido em quatro períodos de seis horas, que foi abandonada e substituída pelo modelo de divisão do ano em 12 meses, onde o dia (*ûmu*, em acádico) começava no crepúsculo e

se dividia em 12 "horas-duplas". Segundo a concepção sexagesimal babilônica do tempo, a hora tinha sessenta minutos e o minuto era dividido em sessenta segundos (HALLO, 1996: 124-129).

A divisão do dia solar em 24 horas foi uma invenção egípcia de cerca de 1.300 a.C., mas essas horas variavam conforme a estação do ano, pois cada 12 horas representava uma metade do tempo entre o nascer e o pôr-do-sol (HALLO, 1996, p. 121).

CONCLUSÃO

Construir uma cronologia para o mundo antigo é uma tarefa de notável complexidade, pois envolve a combinação de diferentes métodos de datação. Assim, compatibilizar os dados da cronologia relativa, como a estratigrafia das escavações arqueológicas, com as da cronologia absoluta, baseadas em dados astronômicos e calendários dos textos antigos, com os métodos científicos, como a datação de rádio carbono e termoluminescência implica em grandes dificuldades, pois nenhum destes métodos consegue reconstituir a totalidade dos dados e a própria natureza fragmentária das fontes também contribuem para agigantar o problema.

Contudo, é possível recompor, com razoável precisão, a cronologia do Egito, da Assíria e da Babilônia baseada nas listas reais, no registro de um eclipse solar, anotado em um documento assírio, que ocorreu em 15 de junho de 763 a.C. e em outros documentos escritos a partir de 1.400 a.C. Antes dessa data as cronologias são bastante imprecisas, pois poucas evidências anteriores à essa época chegaram até nós (COLLINS, 2008: 09).

Para os antigos habitantes da terra entre rios, medir o tempo foi um saber que precisou ser inventado para que pudessem registrar os acontecimentos e realizar uma narrativa histórica de longa duração que, para ser legítima, exigia rigor e exatidão.

Esperamos que esta breve reflexão sobre a cronologia da antiga Mesopotâmia possa ser mais uma contribuição para elucidar os problemas que acompanham a medição

do tempo ao longo da história e destacar que, sem o conhecimento da cronologia, o próprio estudo da história seria impossível.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BORDREUIL, P.; BRIQUEL-CHATONNET, F.; MICHEL, C. *Les Débuts de l'Histoire*. Paris: Éditions de La Martinière, 2008.

BRIANT, P. *Histoire de L'Empire Perse*. Paris: Fayard, 1996.

CAD. *Chicago Assyrian Dictionary*. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 1956-2006.

COLLINS, P. *Assyrian Palace Sculptures*. London: The British Museum Press, 2008.

HALLO, W. *Origins – The Ancient Near Eastern background of some Modern Western institutions*. Leiden-New York-Köln: E. J. Brill, 1996.

GLASSNER, J.-J. *Chroniques Mésopotamiennes*. Paris: Les Belles Lettres, 1993.

JOANNÈS, F. (org.). *Dictionnaire de la Civilisation Mésopotamienne*. Paris: Robert Laffont, 2001.

LABAT, R.; MALBRAN-LABAT, F. *Manuel d'Épigraphie Akkadienne*. Paris: Geuthner, 1988.

POSTGATE, J.N. *Early Mesopotamia*. London and New York: Routledge, 1992.

PRITCHARD J.B. *Ancient Near Eastern Texts, Relating to the Old Testament*. Princeton: Princeton University Press, 1969.

REVEL, J. *Jogos de Escala*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ROCHBERG, F. *Astronomy and Calendars in the Ancient Mesopotamia*. In: SASSON, J. M. (ed.). *Civilizations of the Ancient Near East*. Peabody: Hendrickson Publishers, 2000, p.1925-1940.

TEMPO E HISTÓRIA NA CHINA ANTIGA

André Bueno⁵

RESUMO

Nesse artigo, discutiremos a questão da relação entre tempo e história na China Antiga, baseando nossa análise nos textos de Confúcio (-551 a -479) e Sima Qian (-145 a -85), os dois principais fundadores da historiografia chinesa.

Palavras Chave: China Antiga – Sinologia – Historiografia Chinesa

ABSTRACT

In this article, we discuss the question of the relation between time and history in ancient China, basing our analysis on texts of Confucius (-551 a -479) and Sima Qian (-145 a -85), the two main founders of Chinese historiography.

Keywords: Ancient China – Sinology – Chinese Historiography

INTRODUÇÃO

Há um velho provérbio chinês que diz: ‘o povo chinês tem uma mente histórica’. A análise dessa simples frase nos indica um fator crucial para o entendimento da mentalidade chinesa: a crença de que a história é o sustentáculo da civilização. Para a China tradicional, história e cultura são praticamente sinônimas; todavia, a primeira delimita, no tempo, o *momento* (‘espaço’) das transformações na segunda. Isso levaria os chineses, desde os tempos mais remotos, a tentarem uma série de métodos e formas de periodizar sua história, buscando compreender e organizar sua dinâmica de

⁵ Prof. Adjunto de História da UNESPAR; Pós-Doutor em História pela UNIRIO.

transformação. Nesse texto, analisaremos o surgimento das fórmulas de periodização estabelecidas na China Antiga, principalmente em Confúcio孔夫子 (-551 a -479) e Sima Qian司马迁 (-145(?) a -85), os dois grandes inaugurados da história chinesa, e cujas contribuições marcariam decisivamente a formação da historiografia e do pensamento chinês.

O TEMPO

O conceito de *Tempo*, (时 *shi*) no pensamento chinês antigo, é bastante vago. Ele se articula a duas questões – uma filosófica, outra linguística – que fazem parte da mentalidade chinesa. A primeira consideração, de ordem filosófica, é a pouca importância dada pelo pensamento chinês ao verbo *Ser* (是 *shi*) como sentido de existência. O mundo material era entendido como um *mundo em mutação* (易 *yi*), no qual a manifestação das coisas se dava de forma dinâmica. A essencialidade de algo, pois, não se apresentava diretamente, mas era mediada pela forma com que se manifestava. Assim, a existência era entendida como transitória, fluídica; um dos verbos básicos para defini-la, por exemplo, era *Estar* (在 *zai*). Algo não ‘é’, algo ‘está’, num determinado contexto, dentro do *mundo da mutação*. Por causa disso, a preocupação sobre uma possível essencialidade se dirige a investigação das leis naturais que regem essas manifestações. Isso se projeta diretamente sobre a ideia de tempo. O tempo é um *momento* em que as coisas *estão* de um modo específico. Sabia-se que havia um padrão de tempo em função das estações do ano, sempre repetidas em série e em propriedades naturais. Marcações lunares delimitavam os meses. Todavia, a precisão cronológica não era uma preocupação fundamental para a maior parte da sociedade. Os camponeses ficavam apreensivos com a aproximação das épocas de plantio e colheita, de seca e de chuva, ou seja, momentos num ciclo anual perene. Entendido assim, a essência do tempo seria um padrão natural de repetições de momentos, de estados das coisas (LARRE, 1975). Proclamar um calendário anual, que interpretasse esses sinais do tempo, acabou por tornar-se um atributo

imperial; cabia ao soberano compreender o ritmo (韵 *yun*) das estações e inteirar a sociedade sobre isso, justificando desse modo o seu papel de intermediário entre o céu e a terra (como podemos ver claramente no capítulo *Yueling* 月令 do *Liji* 礼记, ou *Recordações Culturais*).

Tal vagueza e imprecisão são representadas, igualmente, pela questão do tempo verbal entre os chineses. Na antiguidade – como até hoje – não há, na língua chinesa, flexão direta de um verbo para o passado ou futuro. Todos os verbos são sempre apresentados no tempo presente. Quando alguém desejar expressar temporalmente, em chinês, por exemplo: ‘ontem fui à escola’, dirá ‘eu ontem ir escola’. Quando alguém diz: ‘sou professor há dez anos’, traduza-se ‘eu professor ter dez anos’ ou ‘eu dez anos ser professor’. Pode-se usar partículas como *guo* 过 ou *le* 了 para indicar situações já encerradas: ‘eu fui professor’ (*wo shi le laoshi*, 我是了老师), denota que esse estado já mudou, e não se é mais docente. Um texto histórico chinês se aproxima, portanto, de uma narrativa atemporal, e precisa *estar situada* no contexto. Outra tradução simples pode nos dar uma idéia disso: “Confúcio dizer aos seus discípulos; ‘eu estudar o passado” (forma infinitiva), poderia ser traduzido como ‘Confúcio diz...’, ‘Confúcio disse...’ ou ‘Confúcio dizia...’. Tais ambigüidades forçaram os historiadores chineses a inserir o discurso histórico numa datação, no *momento do tempo* em que se desenrola. A história, pois, é um registro de *momentos* elucidativos sobre a compreensão da realidade, e disso resulta sua importância fundamental.

AS PRIMEIRAS DATAÇÕES E O CALENDÁRIO CHINÊS TRADICIONAL

(农历 *NONGLI*)

Então, quando foi que os chineses começaram a datar seus acontecimentos? As referências mais antigas de que dispomos estão gravadas em carapaças de tartarugas e escápulas de bois e carneiros, do período Shang 商 (-1523 a -1027). Elas eram utilizadas

com fins oraculares, e nelas vislumbramos a origem da escrita chinesa. O sistema de consulta consistia, basicamente, em escrever duas previsões na superfície do osso ou carapaça – uma favorável, outra não. Inseriam-se barras de metal aquecidas, que provocavam rachaduras no material. O curso das rachaduras em direção a uma das mensagens determinava o augúrio. Um detalhe importante surge nesses materiais oraculares: as datas de consulta. Possivelmente com o objetivo de arquivar as predições, e montar um balanço anual dos movimentos da natureza, em algum momento essas carapaças e ossos começaram a ser guardados, formando as enormes coleções dos quais dispomos hoje. Nelas, eram indicados o *ano* 年 (*nian*) e o *mês* 月 (*yue*, ou ‘lua’) e por vezes, o dia. É provável que esses oráculos fossem de uso particular de uma elite, e o sistema de datação era desconhecido de grande parte da população. De fato, não temos nenhum documento da época Shang que nos explique o funcionamento desse calendário. Ele será ‘explicado’, na verdade, pelos documentos históricos da dinastia Zhou 周 (-1027 a -221), principalmente a partir da época de Confúcio 孔夫子 (-551 a -479). Esse método de datação seria chamado de *nongli* 农历.

O sistema do calendário tradicional, o *nongli* 农历 (ou, *calendário agrícola*), organizava a periodização do tempo em um ciclo de sessenta anos 干支 (*Ganzhi*, ou sistema ‘truncos-ramos’), que podia ser estendido pela inserção de elementos complementares. Sua composição básica era a seguinte:

- a) Os *Truncos Celestes* 天干 (*Tiangan*), em número de dez, e organizados na seguinte sequência: jia (甲), yi (乙), bing (丙), ding (丁), wu (戊), ji (己), geng (庚), xin (辛), ren (壬) e gui (癸).
- b) Os *Ramos Terrestres* 地支 (*Dizhi*), em número de doze, e organizados na seguinte sequência: zi (子), chou (丑), yin (寅), mao (卯), chen (辰), si (巳), wu (午), wei (未), shen (申), you (酉), xu (戌) e hai (亥).

O ciclo era organizado da seguinte maneira: combinava-se um dos troncos celestes, em sequência, com um ramo terrestre, para criar o ‘nome’ do ano. Assim, os anos eram nomeados da seguinte forma: 1.1 甲子(jiazi), 2.2 乙丑(yichou), 3.3 丙寅(bingyin) até 10.10 癸酉(guiyou), quando o ciclo continua em 1.11 甲戌, 2.12 乙亥, 3.1 丙子 [...] até a junção 10.12 癸亥. Como a conjunção é dual, dela resulta uma sequência que só se repete a cada sessenta anos. Esse padrão pode ser diversificado com a inserção dos *Xing*行(‘estados da matéria’, ou: metal, água, madeira, terra e fogo) aos troncos celestes, e com a associação dos animais do zodíaco chinês (em número de doze) para corresponder aos ramos terrestres. Esse ciclo apresentava a vantagem de estabelecer datações específicas para cada ano, afastando a possibilidade de confundir uma data em seis décadas. Além disso, registros de acontecimentos astronômicos podiam ser comparados e calculados com a data do ano, confirmando a ocorrência de um determinado evento importante.

Por outro lado, o sistema lunisolar de cálculo dos meses necessitava de ajustes periódicos, que revelavam as falhas desse sistema. Os meses chineses eram baseados nas fases da lua, possuindo de 29 a 30 dias. O final de um ciclo de doze lunações marca o início de um novo ano, em sua primeira lua nova. O problema é a defasagem de dias ao final de cada ano, que exigem o acréscimo de dias para manter a sincronia entre o ano solar e o lunar. O registro desses meses excedentes complicava, por vezes, a recuperação de uma data. Outro problema era a distância temporal em relação aos acontecimentos: quanto mais antigos, maiores as chances de ocorrerem confusões ou coincidências entre os anos de um ciclo (ASLAKSEN, 2010).

A grande ironia é que esse sistema de calendário, chamado de ‘agrícola’ ou ‘camponês’, era desconhecido da maior parte da população rural. Como vimos, a proclamação de um calendário anual era atributo do imperador. Devemos nos perguntar: qual a necessidade de um sistema tão complexo e elaborado como esse, numa sociedade em que a maioria do povo se preocupava com a repetição das estações, e não com anos

específicos? Como vimos, o início do *nongli* estava ligado à aferição e preservação de oráculos, bem como a predição das colheitas; contudo, durante a dinastia Zhou, o surgimento do gênero literário histórico exigiria um aperfeiçoamento dessa questão. Para a intelectualidade chinesa, a história tornar-se-ia o registro da ação humana no tempo, e o estabelecimento das raízes da cultura. Por isso, ela merecia uma atenção especial, que seria dispensada por aquele que foi considerado um dos maiores sábios chinês de todos os tempos: Confúcio.

A ESCRITA DA HISTÓRIA NA ÉPOCA DE CONFÚCIO

Temos poucas informações sobre quando a literatura histórica propriamente dita começou a ser escrita na China. Se pudermos acreditar no *Coração da Literatura e o Cinzel do Dragão* 文心雕龙 (*Wenxin Diaolong*), de Liuxie 刘勰 (+461 a +521?) – um dos primeiros manuais sobre a história da literatura chinesa, escrito em torno do séc. +6 – já se escrevia a história desde tempos imemoriais, e durante o período Xia 夏 e Shang 商, já existiam funcionários dedicados a anotar as ocorrências da corte (BUENO, 2004, cap.16). Mas foi na época Zhou 周, porém, que ela se transformou no registro legal dos acontecimentos, salvaguardando para a posteridade as leis, os conhecimentos e os exemplos morais que conduziriam a sociedade. Liuxie se baseava, provavelmente, nas indicações que Confúcio deixou sobre a presença de obras e documentos históricos em sua época. Todavia, Confúcio também se queixava que muita coisa havia sido perdida, o que dificultava o estudo do passado: “O Mestre disse: que sei da cultura de Xia? Não sobrou muito em Qi, seu herdeiro. Que sei da cultura de Yin [Shang]? Não sobrou muito em Song, seu herdeiro. Sem evidências e estudiosos, fica difícil conhecer essas culturas” [*Conversas* 论语 (*Lunyu*), BUENO, 2012].

Essa reclamação é recorrente na historiografia chinesa; as sucessivas queimas de bibliotecas imperiais, em meio a crises de sucessão dinásticas, ocasionaram uma perda

inumerável de textos. Tais dificuldades fizeram com que Confúcio publicasse dois livros de história fundamentais para a compreensão do passado chinês: o *Tratado dos Livros* (书经 *Shujing*) e as *Primaveras e Outonos* (春秋 *Chunqiu*). O *Tratado dos Livros*, a princípio, não era de sua autoria: era uma coletânea dos principais discursos, eventos e passagens biográficas dos grandes heróis civilizadores da China Antiga. Apesar de indicar as possíveis datas de cada uma dessas passagens, a organização cronológica do livro é solta, marcada por interrupções, ausências e descontinuidades, num espírito semelhante à vagueza do conceito de tempo comum a sociedade chinesa da época. Por outro lado, podemos supor que tal apresentação da obra, cujo fim era educativo, colocava tais passagens históricas como exemplos – e, portanto, atemporais, embora tenham ocorrido – que vem de encontro a preservar essa memória de modo perene. Como vimos, a indistinção temporal na língua chinesa tornava os discursos do *Tratado dos Livros* praticamente ‘atuais’, tornando sua indicação cronológica um elemento quase secundário (ON-CHO & WANG, 2005, p.1-31).

O livro das *Primaveras e Outonos* é bastante diferente, porém, e praticamente inverte o paradigma do *Tratado dos Livros*. Segundo Mêncio 孟子 (-385 a -304), discípulo confucionista do séc. -4, o livro seria de autoria do próprio Confúcio, que esperava ser lembrado como um grande pensador justamente por meio dessa obra histórica (*Mengzi*, Livro 3, cap. 1). Nela, o velho mestre redigiu uma seca e taciturna cronologia de eventos históricos, a partir dos arquivos de que dispunha em sua terra natal, Lu 魯國. Uma primeira leitura de qualquer passagem das *Primaveras e Outonos* é muito pouco esclarecedora: ela indica o ano de um reinado, uma data lunar (mês), os personagens e o acontecimento. Nada mais é dito. Mas na linguagem sutil da obra, cada uma dessas frases tinha um significado importantíssimo. Quando Confúcio informava, por exemplo, que o ‘o rei X foi assassinado’, a palavra ‘assassinado’ indicava claramente uma conspiração, e possivelmente seus culpados. Do mesmo modo, a frase ‘fulano descansou em data y’ implicava que o referido personagem havia bem desempenhado suas funções na vida, e

que podia ser tido como exemplo. A redação das *Primaveras e Outonos* causou preocupação e comoção em sua época: ser acusado de um crime qualquer, no livro, equivalia a uma condenação pública. Muitas famílias nobres, cujos ancestrais haviam praticado atos considerados indignos, ficaram alvoroçadas e irritadas com tais revelações, feitas em frases singelas e de poucas palavras (GUERRA, 1981; SCHABERG, 2005: 21-57). Com o intuito de corroborar suas afirmações, Confúcio atrelava suas denúncias e elogios a datas que podiam ser verificadas nos documentos que ele consultara. Ou seja, ele partia do princípio de que um determinado evento ocorrera num determinado espaço ou momento do tempo, e que podia assim ser localizado. Embora esse pressuposto possa parecer simples e quase ingênuo nos dias da hoje, na época ele representava uma revolução em termos de narrativa histórica. Ao datar e identificar os personagens de um determinado evento, Confúcio abria a possibilidade dele ser confirmado, negado ou mesmo discutido, a partir dos livros de história espalhados pelas diversas regiões da China. Como vimos, o próprio Confúcio reclamara que dispunha de poucos meios para estudar a história e os costumes das dinastias anteriores. Era importante, pois, criar uma referência geral, um guia para elucidar as principais passagens históricas. Por fim, Confúcio emendou a cronologia dos reinados e ducados, indicando suas datas de início e fim, para estabelecer sua continuidade.

A extensa cronologia das *Primaveras e Outonos*, que ia aproximadamente de -841 até a época de Confúcio, representava esse paradigma de pesquisa – e nesse caso, não podemos esquecer que essa história, para os chineses, era o registro ético das ações individuais no passado, responsáveis pela continuidade (ou crise) da sociedade. As *Primaveras e Outonos* se constituem um livro rico de indicações moralizantes, mas cujo domínio era difícil e exaustivo. Gradativamente, muitas de suas informações foram perdendo o caráter de crítica histórica, e seu vocabulário preciso adquiriu características polissêmicas, ensejando dúvidas sobre sua interpretação. Isso levou a redação de três comentários diferentes, que discutiam as passagens da obras: o *Zuo zhuan* 左传, o

Gongyang zhuan 公羊传 e o *Guliang zhuan* 谷梁传. Destes, o primeiro terminou sendo aceito tradicionalmente, pelos confucionistas, como ‘a mais adequada’ interpretação das palavras de Confúcio; mas os outros dois livros sobreviveram, e continuaram sendo lidos e discutidos pela intelectualidade chinesa.

AS ERAS HISTÓRICAS (DINÁSTICAS)

Com Confúcio, temos a primeira apresentação de um esquema histórico e cronológico da China Antiga. É por meio de sua obra que conhecemos a sequência histórica das três primeiras dinastias e suas possíveis datações: Xia 夏 (-2205 a -1523), Shang 商 (-1523 a -1027) e Zhou 周 (-1027). A denominação de uma dinastia na antiguidade (朝, *chao* ou 代, *dai*), por si mesma, já definia uma primeira noção de Era histórica. Ela se constituiria num período em que um determinado grupo (designado como família ou casa real, 家 *Jia*) assumiria o Mandato do Céu 天命 (*Tianming*), o atributo de governar o país, durante um *espaço de tempo*. O Mandato implicava na manutenção de uma ordem harmônica (和 *He*) entre sociedade e natureza. A duração desse período não estava definida: ela dependia da boa administração do país, e a sucessão real dentro de uma mesma casa dependia diretamente da qualidade dos governantes escolhidos. Por isso, a documentação confucionista identifica, também, a ideia de um ciclo de ascensão, manutenção e decadência que seria inerente a todas as dinastias. Tal como num movimento natural, nenhuma dinastia poderia manter-se no poder eternamente; ela nasceria, cresceria e pereceria pelos seus próprios excessos e defeitos. Uma casa dinástica, porém, seria *datável* – e o registro de sua história, sujeito ao julgamento crítico, tal como nas *Primaveras e Outonos*, colocava seu prestígio e continuidade em jogo. Novamente, a história surgia aí para educar aqueles que estivessem interessados em preservar-se no poder por mais tempo: “Zizhang perguntou: podemos prever o futuro daqui há dez gerações? O Mestre disse: Yin adotou os costumes de Xia, e Zhou adotou os

de Yin. Sabemos o que se perdeu e o que foi acrescentado. Quem suceder Zhou fará o mesmo, já sabemos como será”. [Conversas论语 (Lunyu), BUENO, 2012].

Nas *Recordações Culturais*, Confúcio apresenta, porém, uma outra forma de definir a evolução histórica chinesa. Ele apresenta a teoria de que a história estaria dividida em duas Eras distintas: a *Era da Grande Paz* 大同(Datong) e a *Era da Paz Menor* 小康(Xiaokang):

Quando reinava, na idade de ouro, o grande Dao [caminho], o mundo era propriedade comum (não pertencendo a nenhuma família dominante), os governantes eram escolhidos de acordo com a sua sabedoria e capacidade, havia paz e confiança mútua. Por isso as pessoas não tratavam apenas os próprios pais como pais e os próprios filhos como filhos. Os anciãos sabiam prezar a sua velhice e os jovens sabiam usar o seu talento, os mais moços tinham os velhos por quem olhar, e as viúvas desamparadas, e os órfãos, e os mutilados e aleijados eram tratados com carinho. Os homens tinham afazeres específicos e as mulheres cuidavam dos lares. Como as pessoas não desejassem ver seus bens desperdiçados, não tinham motivo para os conservarem egoisticamente para si; e como as pessoas tivessem energia mais do que suficiente para o trabalho, não precisavam limitar-se a trabalhar só em proveito individual. Por isso não havia malícia nem intrigas, nem ladrões nem bandidos, e conseqüentemente não havia necessidade de cada qual fechar a sua porta (ao cair da noite). Assim era o período do *Datong*, ou a Grande Comunidade. Agora, porém, já não reina o grande Dao e o mundo está dividido entre famílias adversas (tornou-se propriedade privada de algumas famílias), e as pessoas consideram como pais apenas os próprios pais e como filhos apenas os próprios filhos. Cada qual entesoura seus bens e trabalha apenas em proveito próprio. Estabeleceu-se uma aristocracia hereditária e os diversos Estados construíram cidades, cidadelas e fossos para sua defesa. Os princípios da Li (regras sociais) e da lei funcionam como simples regras de disciplina; por meio de tais princípios os cidadãos procuram manter a distinção oficial de governantes e governados, ensina-se aos pais e filhos e irmãos mais velhos ou mais moços e esposos e esposas a viverem em harmonia, estabelecem-se obrigações sociais, e vive-se em grupos de aldeias. Os mais fortes fisicamente

e os mentalmente mais vivos galgam posições de relevo, e cada um trata a sua própria vida. Daí a malícia e os ressentimentos, resultando em guerras. (Os grandes fundadores de dinastias como) Os Imperadores Yu, Tang, Wen, Wu e Cheng, e o Duque Zhou, foram os melhores homens desta época. Sem uma única exceção, foram todos seis profundamente ciosos dos princípios da Li, mediante os quais a justiça foi mantida, a confiança geral foi instaurada, os erros e equívocos foram banidos. Um ideal de verdadeira humanidade, ren, foi estabelecido, e cultivaram-se as boas maneiras e a cortesia como sólidos princípios a serem seguidos pelo povo. Qualquer autoridade que violasse tais princípios haveria de ser denunciada como inimigo público e destituída do cargo. Este se chama o Período da Xiaokang ou "o Período da Paz Menor". [*Recordações Culturais* 礼记 (*Liji*) em BUENO, 2011].

Embora não se trate especificamente de um livro de histórias, as Recordações Culturais constituem um levantamento de práticas, costumes e crenças da época Zhou, se tornando uma fonte indispensável de história cultural da China Antiga. A observação presente nesse fragmento é interessante porque denota, para nós, a existência concomitante de três periodizações distintas – e, no entanto, não excludentes entre si. Uma é a do tempo amplo, do calendário, dos discursos antigos presentes no *Tratado dos Livros*; a segunda, do tempo cronológico, datado, dos períodos dinásticos e das *Primaveras e Outonos*; e a terceira, a das *Recordações Culturais*, que analisa em conjunto a relação entre as outras duas perspectivas. Esse último tipo de periodização vaga e abrangente não se firmou, porém, talvez por depender de um grande espaço de tempo para ser feita – e aí, a distância histórica dos eventos em questão dilui as possibilidades de se fazerem uma análise crítica mais efetiva sobre os mesmos. Uma última tentativa nesse sentido surgiu no *Gongyang zhuan*, que propunha igualmente uma nova teoria para realizar uma leitura compreensível das *Primaveras e Outonos*. Na passagem sobre o primeiro ano do reinado do Duque Yin de Lu 隱一 (*yinyi*), o comentarista Hexu 何休, propunha que a história podia ser dividida em três grandes etapas ou momentos: o mais

distante seria o ‘ouvi dizer’, que corresponderia aos acontecimentos que nos são passados de forma indireta; o ‘eu ouvi’, que significa ter contato com testemunhas de uma época, sem tê-la vivido; por fim, o ‘eu vi’, que significa testemunhar diretamente a história. Para Gongyang, a percepção desse esquema surgiu na época de Confúcio, e desde então o mundo seguiria uma trajetória de aperfeiçoamento por meio da constatação atenta e consciente dos eventos históricos. Uma das características interessantes da concepção de Gongyang é que ela pode ser compreendida, de certa forma, como uma metodologia de escrita histórica, que permite classificar as fontes e relatos do ponto de vista do próprio historiador e seu contexto (CSIKSZENTMIHALYI, 2006: 84-88). Essa possibilidade de ‘atualizar’ a história seria importante na época da Dinastia Han 汉 quando Sima Qian, leitor de Gongyang, iria revolucionar decisivamente os métodos historiográficos chineses.

SIMA QIAN 司马迁 E AS RECORDAÇÕES HISTÓRICAS 史记

Durante o período Han, a construção da história chinesa seria definitivamente marcada pelo trabalho realizado por Sima Qian 司马迁 (-145(?) a -85). Sima Qian fora diretamente influenciado por seu pai, Sima Tan, historiador e astrólogo da corte, e por Dong Zhongshu 董仲舒, um dos maiores filósofos confucionistas da época, cujas contribuições veremos a seguir (WATSON, 1958). A partir deles, Sima Qian iria propor uma remodelação da história, representada em sua extensa e copiosa obra, as *Recordações Históricas* (史记 *Shiji*), cujo objetivo era cobrir toda a história da China desde suas origens até sua época. As *Recordações Históricas* envolvem diversos empreendimentos teóricos e metodológicos para a formulação de uma cronologia mais exata, que sustentasse uma periodização dinástica contínua. Inspirado em Confúcio, Sima queria fazer com que sua história fosse moralizante, mas ao mesmo tempo, calcada em referências que ele julgava as mais realísticas possíveis. Isso não era muito diferente do que o próprio Confúcio havia

proposto, mas Sima Qian levaria essa proposta a um novo nível de refinamento, cuja complexidade iria influenciar toda a historiografia chinesa posterior.

Primeiramente, a questão da cronologia e das datações. Sima Tan, pai de Sima Qian, era um profundo estudioso dos movimentos celestes e da astronomia (que nessa época, não se distinguia da astrologia). Como ele, Sima Qian teria aprendido a aprimorar o uso do calendário de sessenta anos (o *nongli*), relacionado os anos a posição das constelações e eventos cósmicos notáveis, como a passagem de cometas e eclipses. Calculando retroativamente a ocorrência de alguns desses eventos (principalmente eclipses lunares), Sima Qian definia as possíveis datas para seu acontecimento e verificava se, na documentação, havia menção aos mesmos. A concordância de uma determinada data numa passagem textual com essas indicações astronômicas referendava, em sua visão, a existência do evento – o momento exato no tempo – em que ele se desenrolou. Discrepâncias entre o calendário anual e a indicação desses eventos apontavam, nessa mesma linha de raciocínio, que existiam problemas nas fontes consultadas – e sobre os quais o historiador deveria, então, emitir um parecer crítico. O preciosismo de Sima Qian, em relação à questão das datações, fez com que ele tomasse o cuidado de propor que todas as datas antes de -841 (início das Primaveras e Outonos) eram propositivas. Todavia, no início do século 20, a descoberta de carapaças de tartaruga oraculares, com listas dos reis da dinastia Shang, comprovou que as datações indicadas por Sima Qian estavam corretas. É admirável, pois, que no campo cronológico Sima Qian tenha conseguido avanços notáveis, sem uso direto de uma arqueologia científica, a ponto de alcançar tal precisão para períodos anteriores a ele em mais de dez séculos.

Por outro lado, as *Recordações Históricas* manifestam a preocupação de organizar a história chinesa num ciclo maior, natural, como manifestação da ‘vontade do Céu’. Essa inspiração veio de Dong Zhongshu (-179 a -104), um dos mestres de Sima Qian, e o principal responsável pela fusão entre a ideologia confucionista e o pensamento

cosmológico, que buscava justificar a existência do Estado e da organização social com base na dinâmica da natureza (QUEEN, 1996; LOEWE, 2011). Dong Zhongshu defendia que a sociedade e o governo derivavam de uma evolução das forças naturais, e por isso, estavam sujeitas a ação das mesmas, o que era explicado pelo sistema *wuxing* 五行 (cinco estados da matéria). O sistema *wuxing* explicava a mutação da matéria 气 (*qi*) com base em dois ciclos, um de criação e outro de destruição. Para ele, o mesmo se dava em relação à vida humana. No fragmento seguinte, vemos como o ciclo de criação é construído, e sua conseqüente interpretação para a ordem social e as relações familiares:

Tem o céu cinco forças, a saber: a madeira, o fogo, a terra, o metal e a água. A madeira é o primeiro, e a água o último, com a terra no meio. Tal é sua seqüência ordenada pelo céu. A madeira dá origem ao fogo, o fogo dá origem a terra (cinzas), a terra dá origem ao metal, o metal dá origem a água, e a água dá origem a madeira. Tal é sua relação criadora. A madeira está à esquerda, o metal à direita, o fogo adiante, a água atrás, e a terra no centro. Esta é a ordem em que, como pais e filhos, recebem o ser e o transmitem em reciprocidade. Assim, a madeira o recebe da água, o fogo da madeira, a terra do fogo, o metal da terra, e a água do metal. Enquanto os transmissores todos são pais; enquanto receptores, todos são filhos. Confiar constantemente no próprio pai a fim de prover para o próprio filho é a via do céu. Por conseguinte a madeira, enquanto árvore vivente, é alimentada pelo fogo (sol); o metal, uma vez morto, é sepultado pela água; o fogo se compraz na madeira, e a nutre por meio da energia yang (solar); a água vence ao metal (seu pai), mas o chora por meio da energia yin. A terra demonstra a máxima lealdade no serviço do céu. Assim, as cinco forças proporcionam uma norma de conduta para ministros leais e para filhos devotos de seus pais... O sábio, compreendendo isso, incrementa o seu amor e diminuiu sua severidade, faz mais generoso seu auxílio aos vivos e mais respeitoso seu cumprimento dos ritos funerários pelos mortos, ajustando-se assim a norma estabelecida pelo céu. Como filho, cuida piedosamente de seu pai, o mesmo que o fogo na madeira, e chora a seu pai, o mesmo que a água quando vence ao metal. Serve ao seu soberano como a terra reverencia ao céu. Assim, pode chamar-se um homem de força.

Exatamente igual como cada uma das cinco forças mantém seu lugar próprio de acordo com sua ordem estabelecida, assim os funcionários públicos, em conformidade com as cinco forças, se esforçam ao máximo empregando suas faculdades em seus deveres respectivos. [*Gemas preciosas das Primaveras e Outonos* 春秋繁露 (Chunqiu Fanlu), BUENO, 2011]

Dong Zhongshu elaborara esse sistema com base em sua interpretação pessoal do comentário Gongyang das *Primaveras e Outonos*, que ele apresentou em sua obra *Gemas preciosas das Primaveras e Outonos* 春秋繁露 (Chunqiu Fanlu). Sima Qian inspirou-se nessa ideia, e procurou justificar a sucessão dinástica dentro da mesma concepção de ciclo natural, colocando cada uma das dinastias anteriores como 'governada' por uma dessas forças. Ele esperava, assim, apresentar uma ordenação macro cósmica para a sucessão política e histórica, inserido dentro desses períodos o desenrolar dos acontecimentos. Seu esquema para as eras dinásticas, baseado no ciclo de sucessão (destruição) era o seguinte:

Dinastia Xia: Madeira

Dinastia Shang: Metal (corta a madeira)

Dinastia Zhou: Fogo (derrete o metal)

Dinastia Qin: Água (apaga o fogo)

Dinastia Han: Terra (absorve a água)

Esse esquema é representado, por exemplo, nesse fragmento sobre a sucessão política, presente nas *Recordações Históricas*:

Este é o parecer do historiador: o governo da dinastia Xia foi marcado por bons augúrios, mas com o tempo deteriorou-se e voltou a rusticidade e a decadência. Shang substituiu Xia, e reformou seus defeitos por meio da virtude da piedade filial. Mas esta piedade degenerou, e as pessoas dirigiram-se para o mundo das superstições e espíritos. Então Zhou seguiu corretamente, corrigindo esta falta por meio dos rituais e da ordem. Mas os ritos se deterioraram porque caíram nas mãos daqueles que os transformaram em um simples espetáculo. Então, tornou-se

necessário novamente acabar com este espetáculo, reformar o mundo e buscar novamente um bom destino. Este foi o caminho das três dinastias, e o ciclo dinástico é um caminho que começa, termina e continua sempre. É óbvio então que nos final de Zhou e nos tempos iniciais de Qin os ritos estavam deteriorados, e a ordem corrompida. Mas o governo Qin falhou ao tentar corrigir estas falhas, adicionando a elas leis e punições duríssimas. Este não foi um grave erro? Por isso, quando os Han chegaram ao poder, buscando consertar as falhas de seus predecessores, e trabalhando para corrigir o mundo e pô-lo em ordem, seus esforços seguiram corretamente a ordem apropriada e determinada pelo Céu. Eles ordenaram a corte em doze meses, coloriram as vestimentas e as carruagens de amarelo e o restante o acompanhou. [*Recordações Históricas* 史记(*Shiji*) em BUENO, 2011]

De fato, a dinastia Qin adotara cor preta como oficial (cor da água, na China), bem como se afirmava ‘patrocinada’ por essa força. Liu Bang 刘邦, primeiro imperador Han, adotou o Amarelo, que simboliza a Terra. No entanto, as evidências para isso estavam na própria história escrita por Sima Qian, o que gerou muitas críticas posteriores. A questão é Sima Qian criara uma história tão bem articulada, para sua época, que qualquer contestação partia, inequivocamente, dela. Para completar a questão da periodização, Sima Qian inseriu, ainda, as *Datas Marcantes* 年表(*nian biao*), que marcavam acontecimentos políticos importantes para a dinastia. Com isso, ele esperava reforçar o aspecto pontual da cronologia histórica (JOPPERT, 1979: 205-207).

O aspecto da periodização fica ainda mais evidente quando observamos a divisão dos capítulos nas *Recordações Históricas*. A obra está dividida em cinco partes: *Anais* 本纪(*Benji*), *Cronologias* 表(*Biao*), *Famílias* 世家(*Shijia*), *Livros* 书(*Shu*) e *Biografias* 列传(*Liezhuan*). Os três primeiros dedicam-se, quase exclusivamente, a apresentar a conjuntura temporal das histórias. Os *Anais* (doze capítulos) trazem a descrição e as datações das dinastias e dos principais imperadores Qin e Han; as *Cronologias* (dez capítulos) informam, detalhadamente, as principais datas da história, e

organizam a sucessão dos eventos, sua coordenação e proximidade; e as *Famílias* (trinta capítulos) trazem as crônicas históricas dos estados e reinos que compunham a dinastia Zhou, antes da unificação promovida por Qin. Nos *Livros* (oito capítulos), Sima Qian apresenta dissertações sobre assuntos técnicos ou políticos, como a questão do Calendário e da Astronomia; e nas *Biografias* (setenta capítulos), ele discorre sobre as personalidades, individualmente ou coletivamente, e as re-escala perante os eventos históricos.

Podemos observar que Sima Qian tentava conciliar o diverso material histórico de que dispunha. Se as *Biografias* e os *Livros* se aproximam bastante do *Tratado dos Livros*, os empreendimentos cronológicos são nitidamente influenciados pelas *Primaveras e Outonos*. É provável que Sima Qian buscasse assim, numa única obra, articular os acontecimentos históricos dentro de um único modelo, que concatenasse as informações disponíveis, estabelecendo uma série de círculos concêntricos, indo do macro (o ciclo, a era dinástica) para o micro (o evento em si), e do social-histórico para o exemplo individual e moral. Essa teia de relações criou um profundo impacto na mentalidade histórica chinesa, cujos desdobramentos são sentidos até os dias de hoje (HARD, 1999).

CONCLUSÃO

A obra de Sima Qian mudou, em definitivo, o perfil das obras históricas chinesas e a questão da periodização. As *Recordações Históricas* deram origem, e serviram de modelo, para as chamadas *Histórias Oficiais* 正史 (*Zhengshi*), que se transformaram num empreendimento controlado pelo Estado. Depois dos Han, todas as dinastias dispunham de suas próprias agências históricas, responsáveis pelo registro dos acontecimentos, pela redação dos Anais e pela censura. Em contraposição a esse controle, os chineses também desenvolveram uma tradição de historiadores independentes, críticos, dispostos a contestar a criação de ‘versões oficiais’. Contudo, ambos partiam, inequivocamente, da

obra de Sima Qian. Séculos depois, durante seu longo período imperial (que só findaria em 1911) os chineses ainda debatiam sua história com base nas periodizações propostas pelas Recordações Históricas. A ideia dos ciclos – das eras dinásticas, representados pelo sistema *wuxing*, quanto das aferições cronológicas baseadas no *nongli* – continuaram a ser empregadas, e somente em 1927 se concluiu a história da última dinastia 清 (*Qing*), com base nesses antigos métodos.

O que podemos observar, portanto, é que a antiguidade chinesa criou uma série de meios para interpretar, classificar e ordenar o tempo. Intimamente ligada tanto a questão da natureza como da política, a questão da periodização criou, no imaginário chinês, uma forte impressão sobre a necessidade da história, como mantenedora de suas tradições e de sua cultura. A localização no tempo, a delimitação no passado, a possível ‘veracidade’ garantida pela cronologia, criaram o sólido sentimento de uma real e milenar herança cultural entre os chineses, da qual a história seria a principal responsável pela continuidade. A sutileza do sistema de periodização proposto, a partir de Sima Qian, faz com que seja praticamente impossível abordar a história chinesa sem antes dominar sua cronologia tradicional. E por isso, ainda hoje, essa história tradicional chinesa é um desafio para qualquer um que deseje se aventurar no campo da sinologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASLAKSEN, Helmer. *The Mathematics of the Chinese Calendar*. Singapura, 2010, disponível em <http://www.math.nus.edu.sg/aslaksen/calendar/cal.pdf>

BUENO, André. *A História e seus comentários*. 2004, disponível em <http://orientalismo.blogspot.com.br/2007/07/historia-e-seus-comentarios-de-liu-xie.html> (Capítulo 16 do 文心雕龙 *Wenxin Dialong*)

BUENO, André. *As Conversas do Mestre*. 2012, disponível em <http://orientalismo.blogspot.com.br/2012/04/as-conversas-do-mestre.html> (论语 *Lunyu*)

- BUENO, André. *Cem textos de História Chinesa*. 2011, disponível em <http://chinologia.blogspot.com> (Fragmentos do 礼记Liji, 春秋繁露Chunqiu Fanlu e 史记Shiji)
- CSIKSZENTMIHALYI, Mark. *Readings in Han Chinese thought*. Indianapolis: Hackett, 2006.
- GUERRA, Joaquim J. *Escrituras Selectas*. Macau: Jesuítas de Macau, 1980 (Tradução do 书经Shujing).
- _____. *Quadras de Lu e Relação Auxiliar*. Macau: Jesuítas de Macau, 1981 5 volumes (Tradução do 春秋Chunqiu).
- HARD, Granty. *Worlds of bamboo and bronze*. Columbia: Columbia University Press, 1999.
- JOPPERT, Ricardo. *O Alicerce Cultural da China*. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.
- LARRE, C. *A percepção empírica do tempo e a concepção da história no pensamento chinês* em RICOEUR, P. (org.) *As culturas e o tempo*. São Paulo: Vozes-USP, 1975.
- LOEWE, Michael. *Dong Zhongshu, a "Confucian" heritage and the Chun qiu fan lu*. Leiden: Brill, 2011.
- MESKILL, John. *The Pattern of Chinese History: Cycles, Development or Stagnation?* Boston: D.C. Heath and Company, 1965.
- ON-CHO, Ng & WANG, Edward. *Mirroring the past: the writing and use of history in imperial China*. Honolulu: University of Hawaii Press, 2005.
- QUEEN, Sarah. *From chronicle to Canon: the hermeneutics of the Spring and Autumn, according to Tung Chung-shu*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- SCHABERG, David. *A patterned Past: Form and Thought in Early Chinese Historiography*. Harvard: Harvard University Press, 2005.
- WATSON, Burton. *Ssu-Ma Ch'ien, Grand Historian of China*. Nova Iorque: Columbia University press, 1958.

PERIODIZAÇÕES NA ÍNDIA ANTIGA

*Edgard Leite*⁶

RESUMO

Nesse texto pretendemos desenvolver algumas questões teóricas sobre os problemas de periodização da Índia antiga. Consideramos as dificuldades de comparação com processos históricos fundadores verificados no Ocidente, e valorizamos o papel da Revolução Neolítica no entendimento das grandes transformações estruturais na história.

Palavras-chave: Índia Antiga – Periodização – Revolução Neolítica

ABSTRACT

In this text we aim to develop some theoretical questions about the problems of ancient India periodization. We consider the difficulties of comparison with founding historical processes verified in the West, and value the role of the Neolithic Revolution in understanding the major structural transformations in history.

Keywords: Ancient India, Periodization, Neolithic Revolution.

Reinhardt Koselleck afirmou que a História “só pode existir como uma disciplina se ela desenvolve uma teoria de periodização; sem essa teoria, a História perde-se em um questionamento sem limites de tudo” (KOSELLECK, 2002: 04). São expressivas as questões imbricadas em tal assertiva, principalmente porque envolvem tanto o problema de uma “teoria de periodização”, quanto o de uma outra construção teórica prévia, relativa à natureza ou sentido da articulação cronológica dos eventos históricos. Ou seja, exige a

⁶ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Prof. Dr., Projeto de pesquisa atual: “Processos de secularização na modernidade” edleiteneto@yahoo.com.br

aceitação da idéia de que a história tenha um sentido depreensível, algum tipo de lógica sequencial, cujas etapas possam ser entendidas a partir de uma periodização.

Alguns historiadores do século XIX, por exemplo Leopold Van Ranke, viam tal perspectiva com desconfiança (POMIAN, 1990: 148), basicamente porque exigiria um esforço significativo na construção de uma teoria geral sobre o desenvolvimento do processo histórico, a fim de dela extrair-se uma teoria de periodização. De tal processo o empirismo rankiano mantinha distância, pois implicava na relativização do fato, introduzindo outros elementos, nem sempre documentáveis, na consideração dos processos.

A possibilidade de depreendermos finais, mesmo que parciais, no futuro, nunca pareceu muito claro aos estudos históricos documentais, pois, nos documentos, apesar do futuro estar sempre presente e projetado, nunca parece estar presente uma lógica perfeitamente compreensível que possa explicar o desenvolvimento ulterior e permitir, a partir deles, a construção de certezas últimas. A tradição religiosa de judeus e cristãos, a partir de Daniel, sempre afirmou a realidade de uma lógica que preconizava o fim, mas tal certeza vinha de uma revelação, alheia à obra humana. Confirmar que tais escatologias expressavam realidades históricas, localizáveis nos documentos, tornou-se uma pauta oculta da historiografia ocidental na era da secularização.

As teorias de história desenvolvidas no século XIX, por exemplo a de Hegel, a de Marx ou a de Comte, investiram na crença em sentidos, no caso, na afirmação de uma concepção de história linear, que avançava em direção a um futuro previsível. Em geral, tal futuro correspondia ao espírito da escatologia judaico-cristã, isto é, o de uma sociedade superior ou perfeita. Tal perspectiva se impôs gradualmente entre alguns historiadores. Há que se anotar que tal entendimento emergiu em oposição às visões críticas, renascentistas, sobre o assunto, que tendiam, à maneira clássica, ou pagã, considerar a história como dotada de uma temporalidade cíclica, onde um período de luz, a Antiguidade, era seguido por outro de trevas, o período medieval, e por outro

novamente luminoso. As tentativas de recuperar algum tipo de escatologia ou teleologia tornam-se evidentes a partir de Voltaire, no século XVIII, segundo Pomian (POMIAN, 1990: 148). Voltaire entendeu que o mundo moderno, na verdade, era superior à Antiguidade, o que introduzia uma nova variável de superioridade do tempo presente e a ruptura com a circularidade renascentista.

A crença no sentido linear e positivo da história não deixava de ser, no século XIX, como vimos, uma retomada de preocupações medievais presentes na historiografia cristã, cuja raiz, a historiografia bíblica apocalíptica, asseverava que os períodos históricos estavam inseridos em um processo maior de sentido, originado dos desígnios de Deus - e que teriam um bom final (LEITE, 2009: 81). Em Hegel, Marx ou Comte, a história teria suas determinações fundadas em razões metafísicas, científicas ou econômicas predominantes, mas de qualquer forma apontavam igualmente em um sentido positivo: o fim da história ou a transformação de sua natureza. Desnecessário anotar que todas as três concepções exigiam menos elementos documentais que as justificassem, e mais uma intensa crença na necessidade do sentido maior da história.

As periodizações, portanto, usualmente foram relacionadas a uma projeção de destinos e utilizadas na História para tornar compreensíveis específicos discursos sobre o futuro. O discurso sobre o porvir legitima ou não legitima ações no presente. Como entendeu Pomian, “os fatos se tornam pensáveis, quando inseridos em uma morfogênese... as periodizações servem para fazer os fatos pensáveis”. Serviram assim os períodos para dar congruência à vivência do presente (POMIAN, 1990: 187) e às expectativas futuras.

Muitos historiadores, no entanto, acreditam que a insistência na busca de teorias de periodizações é uma necessidade científica fundamental. Wolfgang Reinhard, por exemplo, sustentou que “não pode haver comunicação entre pesquisadores sem alguma razoável subdivisão da história” (REINHARD, 1997: 269). Nessa perspectiva, a tentativa, própria do pensamento iluminista, segundo Koselleck, de realizar a passagem do império

da redução da história à cronologia, que era característica da historiografia medieval, para uma adequação da cronologia à história, utilizando-se “de categorias obtidas da própria história” (apud JORDHEIM, 2012: 161), parece continuar em vigor como um imperativo acadêmico.

Segundo Reinhard, a

Periodização histórica é necessária... mas os períodos históricos devem ser considerados como construções puramente artificiais. Isso não quer dizer que sejam criações arbitrárias... pois devem responder ao estado de debate acadêmico relativo a um respectivo período” (REINHARD, 1997: 269).

A periodização é, portanto, um desafio irrenunciável. O desenvolvimento da Antropologia e as diferentes inflexões teóricas de cunho estruturalista que influenciaram as ciências humanas na segunda metade do século XX tornaram-na teoricamente complexa. Já que muitas dúvidas ficaram evidentes sobre ao que, de fato, se referiam os períodos e se deveríamos pensá-los em função de futuros.

Se temos razões para, por exemplo, acompanhar Levi-Strauss na crítica a um processo evolutivo em história, não podemos deixar de reconhecer, como ele mesmo o fez, a existência de eventos singulares no passado que determinaram transformações significativas na história, ou na relação do homem com o mundo, como a Revolução Neolítica (LEVI-STRAUSS, 1962: 24) ou a Revolução Industrial (apud POMIAN, 1990: 174). Tais eventos apontam para destinos e fatalidades, cuja dinâmica, no entanto, é difícil de apreender para além do paradigma que instala, e que parece articular em si relações e conflitos não necessariamente evolutivos, cujo fim não é um ponto terminal no futuro, mas sim um desenvolvimento constante em torno de determinados padrões. E assim como comparamos a perspectiva linear evolucionista com a tradição histórica apocalíptica, poderíamos, talvez, entender essa perspectiva estruturalista de uma forma mais próxima à uma recuperação do pensamento mítico na historiografia secular.

Em ambas dimensões, no entanto, uma perspectiva pluralista, de forma diferente dos monismos hegeliano, marxista ou comtiano, pode permitir o entendimento de múltiplas perspectivas de sentido temporal, capazes de engendrar diferentes periodizações (JORDHEIM, 2021: 160), ou múltiplas temporalidades, tanto lineares quanto estruturais. A experiência da periodização, assim, cumprindo seus objetivos disciplinares, pode continuar a desenvolver um papel eficaz como guia para a reflexão sobre realidades históricas, aproximando-se de forma controlada a “um questionamento sem limites” da realidade da história e do tempo, mas não dissolvendo a integridade disciplinar da História. Esse desafio, que expressa os problemas teóricos mais amplos da historiografia contemporânea, envolve a disposição de “responder ao debate acadêmico” mesmo sabendo do seu caráter evanescente e mutável.

II

A realidade histórica da Índia na Antiguidade, evidentemente, não nos permite que projetemos, nela, integralmente, os modelos lineares de periodização utilizados na história européia, ou no Mediterrâneo Oriental, pelos pensadores do século XIX. Marx, por exemplo, reconhecia tal diferença, e acreditava que o papel da dominação inglesa na região “quaisquer que fossem os crimes da Inglaterra” (MARX, 1853^a: 34) era regeneradora, ou seja, instalar “os fundamentos materiais da sociedade ocidental na Ásia” (MARX, 1853^b: 38). Em outras palavras, adequar a dinâmica histórica da Índia aos princípios que ele entendia serem ordenadores de um único sentido histórico. O mesmo se aplica às visões de Hegel ou de Comte, que extrapolavam o sentido atribuído à história européia à toda história da humanidade. Hegel, especificamente, sustentou que os indianos eram “incapazes de escrever história”, simplesmente porque eles não a tinham (apud MCCARNEY, 2000: 161).

A crise dos paradigmas monistas, que em tal caso são culturalmente centrados, permite-nos um entendimento mais concreto das dinâmicas históricas fundadoras da civilização da Índia e, provavelmente, de outras tantas sociedades antigas. Sigeru

Nakayama, estudando a China, anotou explicitamente, lá, a inexistência de um corte “antigo-moderno”, típico do Ocidente, através do qual foi possível aos historiadores ocidentais identificar a Antiguidade, período histórico, enquanto tal, numa perspectiva linear. Isso inviabilizaria, para a China, toda a discussão de periodização corrente desde o Renascimento entre nós (NAKAYAMA, 1987: 375). Tal processo, na historiografia ocidental, como foi anotado por Kathleen Davis, sempre implicou, por exemplo, em uma hipervalorização do tema do feudalismo e da secularização nas teorias de periodização, o que é, mesmo no Ocidente, altamente discutível hoje em dia e de difícil consideração no caso oriental (DAVIS, 2008: 01).

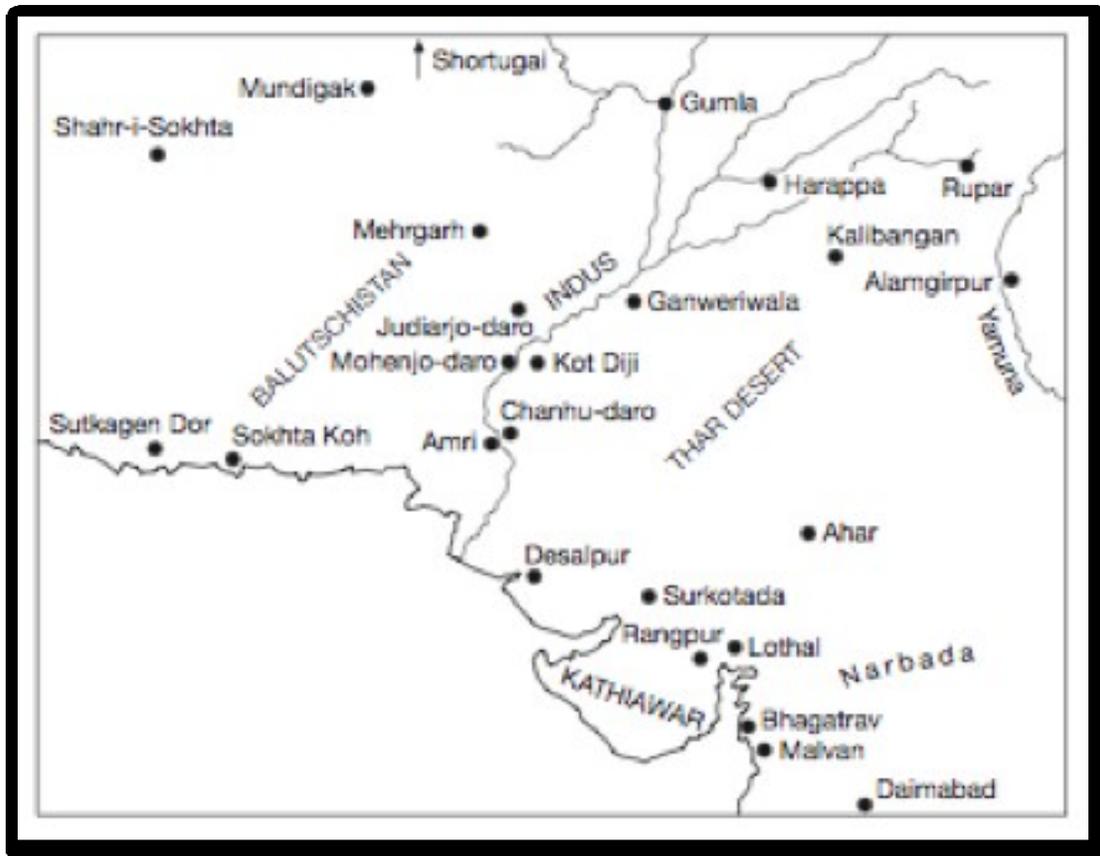
O subcontinente indiano apresenta, no entanto, da mesma maneira que o Antigo Oriente Próximo, certas dinâmicas conhecidas, como a sucessão cronológica entre revolução neolítica e revolução urbana, mas seu quadro, no que diz respeito à gênese e desenvolvimento de uma cultura letrada ou da organização de estruturas estatais e urbanas, é específica.

A antiga história da Índia permite-nos consolidar, entretanto, o entendimento da relevância da revolução neolítica como marco central da história. Tal processo, pioneiramente tratado por Gordon Childe, promoveu uma mutação sem precedentes em centenas de milhares de anos de trajetória da humanidade, ao alterar profundamente a relação do ser com a natureza, em diferentes dimensões. Por exemplo, como propôs Leroi-Gourhan, atuando na transformação da percepção humana do espaço, anteriormente entendido, quando o ser humano era um caçador-coletor, sob uma lógica itinerante, para uma percepção de espaço enquanto lógica irradiante, centrado no povoado neolítico ou na posterior zona urbana, com uma conseqüente consolidação da artificialidade do universo humano (LEROI-GOURHAN, s.d: 136) (CHRISTIAN, 2011: 242).

A realidade transformadora neolítica estabeleceu diferentes horizontes de futuro, que gravitaram em torno da necessidade de manutenção do processo e de seu aperfeiçoamento. Na Índia, os mais antigos núcleos neolíticos datam de 11000 a.C.,

estando as práticas de cultivo e criação generalizadas por volta de 7000 a.C., e, até o momento, considerando as principais escavações, entende-se que tais núcleos concentraram-se originalmente nas regiões do Baluquistão e da Cachemira (AVARI, 2007: 27). É interessante anotar que os processos de realização das revoluções neolíticas, parecem ser análogos em todos os lugares: transformações climáticas do Holoceno, crescimento populacional, trocas interculturais e interregionais, desenvolvimento agrícola (CHRISTIAN, 2011: 231-238)

A antiguidade indiana também reforçou o entendimento que a revolução urbana é um desdobramento da revolução neolítica. Até o momento, os dados arqueológicos estimam que em torno de 2600 a.C., segundo algumas estimativas, podem ser localizados os sinais de uma revolução urbana, cujo grau maior de expressão civilizacional é a chamada *Civilização Harappa*, ou *Civilização do Indo*. Tal civilização comporta um conjunto de cidades que se estenderam do Punjab ao Sind, ao longo do leito do rio Indo e regiões limítrofes. Essa cultura têm sido bem estudada, desde o século XIX. No que nos interessa, no momento, é importante ressaltar que era uma civilização letrada.



1 - Principais sítios arqueológicos do Indo (apud KULKE; DIETMAR, 1986: 20)

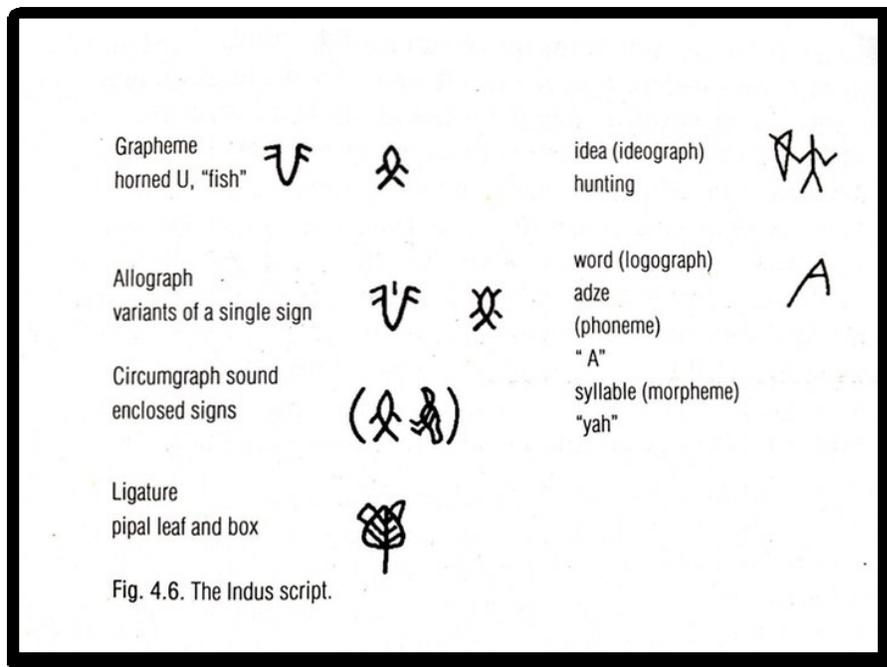
A natureza da escrita da civilização do Indo é complexa e os estudos sobre ela polêmicos. Alguns, como Steve Farmer, intrigados com a sua aparência e inserção cultural, ainda questionam se era de fato uma escrita (FARMER, SPROAT and WITZEL, 2004). Estudos maiores, no entanto, têm convergido no consenso relativo à sua realidade enquanto escrita e sua ampla utilização, embora, certamente, seu uso não parece ter os mesmos objetivos de outros sistemas escritos conhecidos do Mediterrâneo Oriental e nem a amplitude social, econômica ou política de seu uso pode ser comparada a de outras escritas tanto no Ocidente quanto no Oriente.

Em princípio entendia-se que era, em parte, originária de fora da região, principalmente por conta de alguma “similaridade com a escrita proto-elamita”, mas

estudos têm demonstrado que não parece guardar nenhuma relação com qualquer escrita conhecida (PARPOLA, 2005: 29). Ela é constituída, segundo Kenoyer, por cerca de 400 a 500 grafemas e um sistema completo de sinais abstratos (KENNOYER, 1998: 70), os quais, no entanto, não são encontrados em tumbas, estátuas, muros ou outras construções, mas principalmente em selos, com um máximo de cinco sinais por linha, o que parece restringir sua utilidade a expediente identificador. “A mais longa inscrição do vale do Indo compreende vinte e seis sinais” (PARPOLA: 2005: 45), “em três linhas” (FISCHER, 2002: 62). As possibilidades de decifração dessa escrita, em que pese inúmeras tentativas, tem sido consideradas difíceis ou mesmo impossíveis, embora os estudos comparados entre diferentes achados tenham permitido a elaboração de quadros demonstrativos de sua coerência discursiva.



2 - Inscrições da Civilização do Indo, c 2500-2000 a.c (apud FISCHER, 2002: 61)



3 - Elementos da escrita da Civilização do Indo (apud KENOYER, 1998: 71)

III

O colapso da civilização do Indo é matéria de extensa discussão arqueológica. As razões de sua crise foram entendidas, em outras épocas, como relacionadas às invasões dos povos indo-europeus, iniciadas em torno de 1.500 a.C.. Tal abordagem encontrava raiz tanto nas antigas fontes védicas, que narravam guerras primevas de conquista e ocupação, quanto no mais contemporâneo procedimento de entender colapsos civilizacionais a partir de ações externas, principais razões para considerar a interrupção de processos históricos lineares: "devemos supor que a extinção dessa sociedade foi devida a fatores externos", afirmou, nos anos 50 do século XX, o grande estudioso da Civilização do Indo, Mortimer Wheeler (WHEELER, 1953: 91).

Acreditava-se que era natural da experiência neolítica determinados realidades que conduziam a um desenvolvimento necessário, isto é, a Revolução Urbana. Tal

processo se desenvolveria em etapas, até finais mais ou menos análogos em escala universal, o desenvolvimento da escrita, a organização de Estados. Entendia-se, portanto, que uma invasão estrangeira, como no caso da destruição do Império Azteca, poderia introduzir um elemento ruptor em processos históricos não muito “bem resolvidos”.

Uma força alienígena superior, como os espanhóis entre os Aztecas, ou os Ingleses entre os Indianos, para Marx, representava o papel de propiciar uma mutação histórica que adequava os sentidos locais aos sentidos maiores. No caso, permitia que uma civilização urbana, como a do Indo, cujo sentido seria, nessa ótica, impreciso (não tinham uma escrita plenamente desenvolvida, ou melhor dizendo, de utilização geral, por exemplo) cedesse à influência de uma outra sociedade mais avançada, como no caso dos indo-europeus, que ali teriam introduzido determinadas transformações culturais, entre outras o advento de um idioma, o sânscrito, e de uma escrita.

A arqueologia do século XX, no entanto, desmontou em grande parte essa argumentação. Primeiro, porque não é claro que o processo pelo qual os povos indo-europeus passaram a influenciar política e culturalmente as regiões do norte do subcontinente indiano deva ser entendido como uma invasão destruidora. Estudos arqueológicos, notadamente a comparação entre diferentes padrões de cerâmica, mostram a existência de um longo processo de aculturação entre diferentes grupos, entre 2300 e 1100 a.C. (ALLCHIN, 1995a: 52). Recentes estudos genéticos têm confirmado esse processo de interação (WALIMBE, 2007: 315). Segundo, porque padrões de desenvolvimento das sociedades neolíticas e, depois, urbanas, não necessariamente conduzem aos mesmos resultados, ou seus impasses e crises não são sempre os mesmos. Isso pode ser entrevisto, por exemplo, no caso dos maias, cujo “colapso” do período clássico (em torno de 900 d.C.), parece estar ligado, de forma paradoxal, ao próprio empreendimento de consolidação do “espaço irradiante”, eixo estrutural da experiência neolítica e urbana.

Muitos, a partir de David Webster, passaram a considerar que, entre os maias, há um despovoamento dos espaços urbanos crítico no período, mas, entre outras razões identificadas, tal crise urbana está ligada a questões ecológicas, ou seja, a uma incapacidade do meio em suportar o desenvolvimento populacional e urbano, e a insistência de políticas conservadoras, desarticuladores dos elos sociais ou impossibilitadoras de um redesenhar das relações com a natureza. Isso estabelece um outro padrão para o entendimento das crises urbanas e civilizacionais. Mesmo porque a civilização maia não desapareceu subitamente, mas sim transformou-se, com a população deslocando-se para outras áreas e outros núcleos populacionais mais adequados (apud MCKILLOP, 2004: 310). Tal modelo tem a peculiaridade de introduzir o tema do desequilíbrio ecológico como fator atuante sobre o desenvolvimento histórico. Uma periodização de múltiplas temporalidades pode considerar, portanto, não apenas os fatores ligados ao empreendimento de transformação da natureza, mas a ação de elementos climáticos maiores, não controlados pelos homens, isto é, não históricos.

Análogo entendimento aplica-se à civilização do Indo. Além de ser claro, do ponto de vista arqueológico, a longa convivência entre as populações urbanas do Indo e os outros povos que por lá chegaram em torno de 2200 a.C. (provavelmente os indo-europeus), parece certo que a crise urbana do Indo não representou um colapso civilizacional, mas o advento de uma nova situação social e política, ligada a uma crise geral da realidade urbana. Tal crise, uma vez afastada a hipótese da guerra destruidora, tem sido cada vez mais atribuída a uma série de fatores, dentre os quais, a mais interessante, teria sido o lento desaparecimento do Rio Sarasvati, fundamental elemento na manutenção da civilização urbana do Indo. Esse aspecto ecológico da crise aponta para outras dimensões de temporalidade, moduladas de acordo com eventos naturais mais marcantes e significativos. Tal evento, de qualquer forma, não teria estabelecido um colapso absoluto, mas sim o advento de uma ordem “pós-urbana”, na expressão de Possehl (apud ALLCHIN, 1995b: 29) (CONINGHAM, 1995).



4 - Vale do Indo e principais sítios urbanos, mostrando a provável localização do Rio Sarasvati (Apud ALLCHIN(b), 1995: 26).

O processo de desaparecimento da escrita do Indo não seria relacionada a uma destruição externa mas explicada, acima de tudo, com o caráter restrito que sua utilização adquiriu naquela sociedade. Como anotou Kenoyer:

“a escrita desapareceu quando as elites que a usavam como meio de comunicação deixaram de ser dominantes... por volta de 1.700 a.C... seu rápido desaparecimento... demonstra que a escrita era usada exclusivamente por um pequeno mas poderoso segmento da população e não desempenhava um papel significativo na vida das pessoas comuns” (KENOYER, 1998: 77).

O desaparecimento da escrita, no entanto, não implica necessariamente, no caso da Índia, em um desaparecimento da capacidade criadora ou mesmo literária, pois uma das características marcantes do período “pós-urbano” é o lançamento das bases da civilização védica, em idioma indo-europeu, no interior do culto ainda hoje conhecido de uma literatura religiosa preservada essencialmente em tradição oral. Essa literatura, tanto a de filiação védica, em sânscrito, quanto uma ligeiramente posterior, budista e em páli, remetem-se temporalmente ao período pós urbano ou, no caso da budista, ao período inicial da “segunda urbanização”, em torno do século VIII-VI a.C..

O desenvolvimento posterior desse processo urbanizador, com a crescente complexidade estatal, no subcontinente indiano, de qualquer forma, assistiu um ressurgimento da escrita, em torno de 500 a.c. no Sri Lanka e em 300 a.C. sob forma da escrita brahmi, visível através dos editos do imperador Ashoka Maurya (KENOYER, 1998: 78). Assim, a Índia terminou por engendrar sistemas políticos parecidos com os Estados legisladores do mediterrâneo oriental, e não se pode descartar a influência de diferentes modelos, persa, por exemplo, mas o fez através de uma história própria, onde os períodos não guardam correspondências com outras periodizações possíveis. E a história desses Estados, marcada pela pluralidade e fragmentação, adquiriu dinâmica própria, não reconhecível pelos historiadores de sentidos do século XIX.

IV

Essas breves observações sobre os problemas da periodização na Índia antiga apontam a complexidade das teorias periodizadoras e, principalmente, as dificuldades inerentes aos possíveis modelos de teorias de história que podem ser aplicados a diferentes culturas e sociedades. Pode-se observar, no caso da Índia, que não parece existir uma correspondência precisa entre modelos de desenvolvimento histórico entre diferentes sociedades. No entanto, os elementos da revolução neolítica e seu desenvolvimento estabelecem um padrão bastante coerente para pensar o

desenvolvimento das sociedades antigas. Entre outras razões porque a entrada em cena, na utopia neolítica, de uma separação entre o homem e o meio, tornou a natureza um elemento identificável e, portanto, objeto de conhecimento, capaz de ser considerada enquanto um dos elementos do fracasso ou sucesso do empreendimento social, seja do ponto de vista religioso, seja do ponto de vista da imanência.

A natureza da flutuação histórica das sociedades urbanas e letradas do norte do subcontinente indiano estabelecem a ocorrência de um padrão próprio, uma dinâmica temporal distinta, que desafia as preocupações periodizadoras da historiografia ocidental e suas pretensões universalistas. E torna-se um problema não apenas para suas teorias de periodização, mas, principalmente, também para suas teorias da história. As preocupações estruturalistas, portanto, não desapareceram da agenda de problemas da historiografia, pois, na medida em que se aprofunda o diálogo entre as ciências humanas e se busca uma dinâmica interdisciplinar na sua relação, fica clara a grande importância da revolução neolítica, enquanto experiência fundamental do projeto de separação entre homem e natureza, e todas as impossibilidades e possibilidades que abriu para o ser humano - em torno das quais ainda gravitamos. A periodização da Índia em torno do desenvolvimento dessas transformações estruturais pode ser bem útil para o entendimento de sua Antiguidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLCHIN, J.R. "Language, Culture and the Concept of Ethnicity" in ALLCHIN, F.R. *The Archaeology of Early Historic South Asia: The Emergence of Cities and States*. Cambridge, Cambridge, 1995a.

ALLCHIN, J.R. "The End of Harappan Urbanism and It's Legacy" In: ALLCHIN, F.R. *The Archaeology of Early Historic South Asia: The Emergence of Cities and States*. Cambridge, Cambridge, 1995b.

AVARI, Bujor. *India: The Ancient Past: A History of the Indian sub-continent from c.7000 BC to AD 1200*. London: Routledge, 2007.

CHRISTIAN, David. *Maps of Time. An Introduction to Big History*. Berkeley, University of California Press, 2011.

CONINGHAM, R.A.E. "Dark Age or Continuum? An Archaeological Analysis of the Second Emergence of Urbanism in South Asia". In: ALLCHIN, F.R. *The Archaeology of Early Historic South Asia: The Emergence of Cities and States*. Cambridge: Cambridge, 1995.

DAVIS, Kahtleen. *Periodization and Sovereignty: How Ideas of Feudalism and Secularization Govern the Politics of Time*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.

FARMER, Steve; SPROAT, Richard; WITZEL, Michael. "The collapse of the Indus-script thesis: The myth of a literate Harappan Civilization.". In: *Electronic Journal of Vedic Studies* 11 (2), 2004.

FISCHER, Steven. *A History of Writing*. London, Reaktion Books, 2001.

JORDHEIM, Helge. "Against Periodization: Kosellecks's theory of Multiple Temporalities". In: *History and Theory*, 51, may 2012.

KENOYER, J.M. *Ancient Cities of the Indus Valley Civilization*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

KOSELLECK, Reinhardt. *The Practice of Conceptual History*. Stanford, Stanford, 2002.

KENOYER, Jonathan Mark. *Ancient Cities of the Indus Valley Civilization*. Oxford: Oxford, 1998.

KULKE, Hermann; DIETMAR, Rothermund. *A History of India*. London Routledge, 1986.

LEITE, Edgard. *As Origens da Bíblia e os Manuscritos do Mar Morto*. Rio de Janeiro: Imprinta, 2009.

LEVI-STRAUSS, Claude. *La Pensée Sauvage*. Paris, Plon, 1962.

LEROI-GOURHAN, André. *O Gesto e a Palavra 2 - Memórias e Ritmo*. Lisboa, Edições 70, s.d.

- MACKILLOP, Heather. *The Ancient Maya: New Perspectives*. Santa Barbara, ABC Clio, 2004.
- MARX, Karl. "The British Rule in India (june,1853)". In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx Engels Collected Works*, vol.12. Moscow, Progress, 1979a.
- MARX, Karl. "The Future Results of British Rule in India" (july, 1853). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx Engels Collected Works*. vol.12. Moscow, Progress, 1979b.
- MCCARNEY, Joseph. *Routledge Philosophy GuideBook to Hegel on History*. London, Routledge, 2000.
- NAKAYAMA, Shigeru. "Periodization of The East Asian History of Science". In: *Revue de Synthèse*, IV, no. 3-4, 1987.
- PARPOLA, Asko. "Study of te Indus Script". In: *50th ICES Tokyo Session*, 2005.
- POMIAN, Krzysztof. *El Orden del Tiempo*. Madrid, Jucar, 1990.
- REINHARD, Wolfgang. "The Idea of Early Modern History". In: BENTLEY, Michael (ed.). *Companion to Historiography*. New York Routledge, 1997.
- THAPAR, Romila. *The Penguin History of Early India, From the Origins to AD 1300*. London, Penguin, 2002.
- WALIMBE, S.R. "Population Movements in the Indian Subcontinent during the Protohistoric period: Physycal Anthropolocial Assessment". In: PETRAGLIA, Michael (ed.). *The Evolution and History of Human Populations in South Asia*. Dordrecht, Springer, 2007.
- WHEELER, Mortimer. *The Cambridge History of India: The Indus Civilization*. Cambridge, Cambridge, 1953.

ERAS DO MUNDO E FINITUDE DO HOMEM EM ALGUNS TEXTOS PERSAS TARDIOS*

Vicente Dobronka⁷

RESUMO

Este capítulo discute os diferentes usos das periodizações históricas num apocalipse persa conhecido como *Zand-i Wahman Yasn* (ZWY). Enfatiza-se que ao longo do apocalipse citado são utilizadas matrizes diferentes dos temas tradicionais dos metais, das idades do mundo e dos impérios mundiais. No capítulo, alguma atenção é concedida também a certas sutilezas do persa médio nos manuscritos do ZWY que podem alterar nossa compreensão do texto.

Palavras-chave: Persas – Apocalipse – Periodização

ABSTRACT

This chapter discusses the different uses of historical periodizations in a Persian apocalypse called the *Zand-i Wahman Yasn* (ZWY). It emphasizes that along the apocalypse different matrixes of the traditional themes of the metals, world ages and

* Para as citações bíblicas utilizei a Bíblia de Jerusalém (São Paulo: Paulus, 1985), cotejada com os trechos em grego do *software BibleWorks 7.0*. Para os textos clássicos utilizei as edições da Loeb Classical Library e, para as eventuais referências aos Manuscritos do Mar Morto, a edição inglesa de Geza Vermès. *The Complete Dead Sea Scrolls in English*. London: Penguin, 1997. Para as fontes persas, uma primeira consulta foi feita à prática obra de Mary Boyce (*Textual Sources for the Study of Zoroastrianism*. Manchester: Manchester University Press, 1984), e para cada fonte em particular conforme aparecerem ao longo do texto. Para as traduções e transcrições do persa médio ou Pahlavi, adotei a sigla “Pahl.”.

⁷ Professor de História Antiga da UnB, Doutor em Teologia, Oxford, Membro do *Ancient India and Iran Trust*, Cambridge, *Life Member* de Clare Hall, Cambridge e participante do projeto 4Enoch (www.4enoch.org), da Universidade de Michigan.

world empires are to be found. In this chapter attention is also paid to some finer points in Middle Persian variations that may alter our understanding of the sources.

Keywords: Persians – Apocalypse - Periodization

1 INTRODUÇÃO - O PROBLEMA DAS PERIODIZAÇÕES PERSAS NUMA

PERSPECTIVA GERAL

Dentre as diferentes formas de conceber e organizar o tempo (mítico e histórico, mesmo tratando-se de grande parte da produção grega e da totalidade da persa, em todos os seus períodos anteriores à modernidade), as periodizações persas merecem destaque especial em qualquer trabalho que se ocupe do tema por diversas razões

Em primeiro lugar, são as primeiras a oferecerem uma concepção teleológica de tempo - i.e., trata-se das primeiras a afirmarem um *telos*, um fim definitivo e não rítmico ou “sazonal” para os eventos históricos (evito propositadamente o termo “cíclico” pois o mesmo pode levar a confusões com relação à repetição dos eventos de forma idêntica, o que nem sempre outras periodizações implicam).

Tal concepção de tempo encontra inextricavelmente ligada ao zoroastrismo, e por isso grande parte deste capítulo discutirá as relações entre a figura de Zoroastro⁸ e os textos que lhe são atribuídos, o que por extensão influencia o rumo de nossa discussão a respeito das peculiaridades das periodizações persas e, principalmente, da datação de vários textos-chave para a compreensão das mesmas.

⁸ Neste trabalho como noutros de minha lavra adoto a versão helenizada do nome de Zarduxšt (“Zoroastro”) por comodidade, pelo fato dela ser mais familiar ao leitor moderno (como já era mais familiar ao leitor helenístico antigo). Para outras personagens do panteão ou da mitologia zoroástricas, mantereí, sempre que possível, grafias e transliterações próximas das originais. Outras exceções são “Ardaxšīr” (“Artaxerxes” em sua forma helenizada), “Wištāsp” (“Vištāsp” ou inúmeras outras formas) e algumas poucas outras. Seguindo normas internacionais nos estudos de iranologia não-estritamente voltados para o público de lingüistas, os trechos discutidos são apresentados diretamente em transcrição e não em transliteração e muito menos nos caracteres do Pahlavi.

1.1 AS PERIODIZAÇÕES DIFERENTES

Deve-se ter em mente que há três periodizações-chave para a compreensão dos sistemas cronológicos adotados pelos persas no período pré-islâmico; o leitor deve ainda levar em conta que essas periodizações não são mutuamente excludentes.

O primeiro padrão é o mais familiar pois encontra-se noutros textos antigos (*Oráculos Sibilinos 4, Daniel 2* entre outros): é a seqüência de 4 unidades, ou seja, de quatro impérios = 4 eras = 4 metais. Essa seqüência encontra-se melhor representada, entre os textos persas, no *Zand-i Wahman Yasn*, i.e. no *Zand* (“Comentário”) do “Hino a Wahman”, ou “Bahman”, a divindade auxiliadora de Ohrmazd, o deus supremo e criador, identificado com a luz, o bem e as boas causas. Seu auxiliar Wahman é o responsável pelo “Bom Pensamento”⁹.

No *Zand-i Wahman Yasn* (simplesmente ZWY daqui em diante) encontramos a seqüência de 4 da seguinte forma:

Como está revelado no *Stūdgar*¹⁰, Zarduxšt buscou a imortalidade de Ohrmazd. Então Ohrmazd mostrou a sabedoria da onisciência a Zarduxšt. E por meio desta ele viu o tronco de uma árvore no qual havia quatro galhos¹¹, um de ouro, um de prata, um de aço, e um no qual¹² ferro havia sido misturado. Então ele considerou¹³ que

⁹ A principal edição utilizada para a análise do ZWY foi a de Cereti (Carlo G. Cereti (ed.). *The Zand i Wahman Yasn: a Zoroastrian Apocalypse*. Roma: Istituto italiano per il Medio ed Estremo Oriente, 1995), que contém aparato crítico completo e ainda fac-símiles das páginas dos quatro MSS. sobreviventes, em Pahlavi, do texto - K20, K20b, K43 e DH. Existem sobreviventes em Pazand e em persa moderno, que contribuem em maior ou menor grau para o entendimento texto em persa médio.

¹⁰ No caso, o *Stūdgar Nāsk*, um dos 21 volumes de cópias do material teológico do Avesta, levadas a cabo por um alto sacerdote de nome Tonsar ou Tansar, que teria iniciado seu trabalho sob Ardashir I (206?-241 CE e concluído a tarefa sob Sapor II (309-379 CE)..

¹¹ Pahl.: *u-š wan-ēw bun padīš be dīd kē čahar azg padīš bud*, [...] (seguem-se os galhos e seus tipos).

¹² Pahl. [...] *ud ēk <i> āhan abar gumēxt *ēstad*. A idéia de que a “mistura” do ferro antecede o evento similar descrito em Dn 2, no qual adquire outro significado, mais moderno é, a meu ver, “forçado” a adequar-se a realidade dos problemas dinásticos entre Lágidas e Selêucidas, e pode ser encontrada discutida em maior profundidade em meu *paper* “An unlikely mixture: Seleucids and Lagids in Daniel and in Persian apocalyptic”, apresentado no *First Nangeroni Meeting* (parte das sessões do seminário do grupo 4Enoch), em Gazzada, Itália, 26/06/2012.

ele havia visto isso num sonho. Acordado do sono, Zarduxšt disse, 'Ó senhor dos seres materiais e espirituais, parece que vi o tronco de uma árvore no qual havia quatro galhos'.

Ohrmazd respondeu ao Spitāmān Zarduxšt, 'O tronco de árvore que vistes < é o mundo material que eu, Ohrmazd, criei>. Os quatro galhos são as quatro épocas vindouras¹⁴. A de ouro é aquele em que eu e você converamos, e o rei Vištāsp¹⁵ aceita a religião e quebra os corpos dos dēws¹⁶ e <os dēws, pela condição de serem visíveis>, passam a fugir e se esconder. E a de prata é o reino <de> Artaxerxes o rei Kayânida¹⁷. E a de aço é o reino <de> Husraw de alma imortal, filho de Kawād. E aquela na qual ferro foi misturado¹⁸ é o domínio maligno <dos> dēws de cabelo partido da

¹³ Segundo Cereti, a melhor tradução para Pahl. *pad ēd dāšt* (lit, "em isso considerou"); alt., *pad ēd dāstan*, "considerar". Em K20 há uma letra ilegível pelo estado do MS. antes do *pad*.

¹⁴ Note-se o uso do futuro; trata-se de idades "por vir" (Pahl. *rasēd* ou *abar rasidan*; alt. *rasīdan*, "chegar").

¹⁵ Para uma explicação mais detalhada dos problemas de datação, cf. itens 2.3 e 4.3 abaixo.

¹⁶ Pahl. *dēw*: "demônio", "espírito demoníaco", "ser demoníaco".

¹⁷ Para a suposta historicidade dos "kayânidas", reis míticos do Irã avéstico (Bd 31, vejamos este comentário: "In the *Gāthās*, the term *kawi* is closely related to terms such as *karpan* and *usij*, which both designate special kinds of priests, and its Indian relative *kavi*, which designates the poet-sacrificer. In the Young Avesta, the *kawis* are also primarily represented as sacrificers, but in the later Zoroastrian tradition and, especially, in the Persian epic tradition, they have become rulers, from which it was early concluded, though wrongly, that *kawi* meant "prince, ruler." It has been a matter of some speculation whether any of these *kawis* were actually historical figures. If they were, then the Avesta would have preserved valuable historical information about the prehistory of the Iranian tribes in Central Asia after their separation from the Indians. The most exhaustive study on this subject was done by Arthur Christensen in his book on the Kayanian dynasty of Iran, *Les Kayanides*. In it he argued that the rulers who are called *Kawi* in the Avesta (*Kawi Kawata*, etc.) were most probably historical figures, in contrast to those preceding them, who did not carry this title and were probably just mythological figures (*Yima*, *Thraetaona*, etc.), but his argumentation was based on the assumption that Zarathustra was historical, hence also his "royal patron" *Kawi Vishtaspa*. The later Iranian hero Rostam is not mentioned in the Avesta. The list of *kawis* contains at least one figure that is also found in Indian tradition, as shown by H. Lommel and G. Dumézil, namely, *Kawi Usan*, who both by name and by the legends associated with him corresponds to *Kavi* or *Kavya Ushanas* in the Indian tradition. There is therefore good reason to conclude that the list of *Kawis*, as well, contains only mythological figures. (SKJÆRVØ, 2012, Kindle Locations 1390-1399).

¹⁸ Em Dn 2:41; 42; 43 por três vezes menciona-se o ferro misturado ao barro e sempre o barro tem a precedência, outro dado digno de nota e que *sugere* a anterioridade do texto de Dn com relação ao ZWY embora toda conclusão seja forçosamente precária ao comparar-se a infinitude de MSS. daniélicos com nossos 4 alquebrados MSS. do ZWY, somados aos problemas de datação. Deve-se notar que tanto o texto grego de Daniel da LXX quanto a recensão teodocônica invertem a ordem da mistura do ZWY (LXX: καὶ αἰ ὡς ἑώρακας τοὺς πόδας αὐτῆς μέρος μὲν τι ὀστράκου κεραμικοῦ μέρος δέ τι σιδήρου

semente de Xēsm¹⁹, quando ocorrerá o final de teu décimo milênio, ó Spitāmān Zarduxšt.

A seqüência do ZWY 1 parece, a meu ver, exprimir um ponto de vista metahistórico mais primitivo do que a do ZWY 3, *ainda que essa “anterioridade” do arranjo do cap.1 em relação ao cap.3 não seja o motivo de minha teoria* - afinal, o que temos em mãos é não apenas um texto compósito mas possivelmente também “organizado” tardiamente para adquirir o formato que hoje conhecemos. Já afirmei isso noutras oportunidades e noutros textos e sustento minha opinião, até o momento da publicação do presente capítulo, por diversas razões.

A primeira delas é que a ordenação dos impérios e metais em ZWY 1 é mais simples e mais grosseira (i.e. incorpora menos elementos na trama, sejam eles “históricos” ou “míticos”) do que em ZWY. Considero isso um elemento importante quando se argumenta que a seqüência de 4 poderia ser uma “simplificação” da “original” de 7, a de ZWY 3. A isto acrescento outro argumento: ordenações de sete impérios, eras ou metais são muito menos comuns - os exemplos que ocorrem agora são apenas os de OrSib 3.156-195. Por outro lado, as séries com 4 elementos são as mais freqüentes.

Outro fator importante a se considerar é que, enquanto exemplos mais tardios (como, digamos, Dn 2 ou mesmo Dn 7) veiculam em linguagem fantástica, zoomórfica ou antropomórfica imagens de impérios sucessivos incorporando as séries de metais, tanto em ZWY 1 quanto em 3 temos uma mistura de impérios míticos com históricos. A meu ver, isso ocorre pelo fato do(s) compilador(es) estarem ainda num estágio em que o pensamento metahistórico encontra-se muito preso ao pensamento mitológico em

βασιλεία ἄλλη διμερῆς ἔσται ἐν αὐτῇ καθάπερ εἶδες τὸν σίδηρον [...]; **TH:** καὶ ὅτι εἶδες τοὺς πόδας καὶ τοὺς δακτύλους μέρος μὲν τι ὀστράκινον μέρος δὲ τι σιδηροῦν βασιλεία διηρημένη ἔσται καὶ ἀπὸ τῆς ρίζης τῆς σιδηρᾶς ἔσται ἐν αὐτῇ ὃν τρόπον εἶδες τὸν σίδηρον ἀναμειγμένον τῷ ὀστράκῳ [...]); o mesmo ocorre no texto massorético.

¹⁹ Pahl. *xēsm*: “fúria”, ou, como acontece com frequência com qualidades nas línguas indo-européias, a divindade que encarna a fúria, ou “demônio da fúria”, ou ainda “demônio da raça da fúria”.

sentido estrito: por menos que se possa considerar o livro bíblico de Daniel como historiografia - não é, e nem pretende sê-lo (MILLAR, 1997; MOMIGLIANO, 1987), o quadro que se desvela ao leitor é apenas de impérios temporais. Daí grande parte da polêmica, tanto no mundo antigo quanto no moderno quanto à natureza dos impérios mundiais em Daniel: já em Josefo e no autor de 4Ezra encontramos essa preocupação²⁰.

A outra forma, sobre a qual não há certeza entre os acadêmicos se trata-se de aperfeiçoamento da seqüência de 4 ou se a de 4 seria uma simplificação desta de que tratarei agora, que é a de 7 idades, localizada no ZWY 2.14-22:

‘Vi uma árvore que tinha sete galhos. Um de ouro, um de prata, um de cobre, um de bronze, um de estanho, um de aço, um de

²⁰ Cf. e.g. Flávio Josefo, *Antigüidades judaicas* 10.276-281 (καὶ δὴ ταῦτα ἡμῶν συνέβη παθεῖν τῷ ἔθνει ὑπὸ Ἀντιόχου τοῦ Ἐπιφανοῦς, καθὼς εἶδεν ὁ Δανιήλος καὶ πολλοῖς ἔτεσιν ἔμπροσθεν ἀνέγραψε τὰ γενησόμενα. τὸν αὐτὸν δὲ τρόπον ὁ Δανιήλος καὶ περὶ τῆς Ῥωμαίων ἡγεμονίας ἀνέγραψε, καὶ ὅτι ὑπ’ αὐτῶν ἐρημωθήσεται. Ταῦτα πάντα ἐκεῖνος θεοῦ δείξαντος αὐτῷ συγγράψας κατέλειπεν: ὥστε τοὺς ἀναγινώσκοντας καὶ τὰ συμβαίοντα σκοποῦντας θαυμάζειν ἐπὶ τῇ παρὰ θεοῦ τιμῇ τὸν Δανιήλον καὶ τοὺς Ἐπικουρείους ἐκ τούτων εὐρίσκειν πεπλανημένους, οἱ τὴν τε πρόνοιαν ἐκβάλλουσι τοῦ βίου καὶ θεὸν οὐκ ἀξιοῦσιν ἐπιτροπεύειν τῶν πραγμάτων, οὐδ’ ὑπὸ τῆς μακαρίας καὶ ἀφθάρτου πρὸς διαμονὴν τῶν ὄλων οὐσίας κυβερνᾶσθαι τὰ σύμπαντα, ἅμοιρον δὲ ἡνιόχου καὶ ἀφρόντιστον τὸν κόσμον αὐτομάτως φέρεσθαι λέγουσιν. ὃς εἰ τοῦτον ἀπροστάτητος ἦν τὸν τρόπον, καθάπερ καὶ τὰς ναῦς ἐρήμους κυβερνητῶν καταδυόμενας ὀρώμεν ὑπὸ πνευμάτων ἢ καὶ τὰ ἄρματα περιτρεπόμενα μὴ ἔχοντα τοὺς ἡνιοχοῦντας, συντριβείς ἂν ὑπὸ τῆς ἀπρονοήτου συμφορᾶς ἀπωλώλει καὶ διεφθείρετο. Τοῖς οὖν προειρημένοις ὑπὸ Δανιήλου δοκοῦσί μοι σφόδρα τῆς ἀληθοῦς δόξης διαμαρτάνειν οἱ τῷ θεῷ μηδεμίαν εἶναι περὶ τῶν ἀνθρωπίνων ἀποφαινόμενοι πρόνοιαν: οὐ γὰρ ἂν κατὰ τὴν ἐκεῖνου προφητείαν, εἰ συνέβαινε αὐτοματισμῷ τινι τὸν κόσμον διάγειν, πάντα ἐωρῶμεν ἀποβαίοντα. ἐγὼ μὲν περὶ τούτων ὡς εὔρον καὶ ἀνέγνων οὕτως ἔγραψα: εἰ δέ τις ἄλλως δοξάζειν βουλήσεται περὶ αὐτῶν, ἀνέγκλητον ἔχεται τὴν ἕτερογνωμοσύνην).

Cf. ainda 4Ezra 12:11 (...aquilam quam vidisti ascendentem de mari, hoc est regnum quartum, quod visum est in visu Danihelo fratri tuo).

ferro misturado'²¹. Ohrmazd disse: 'Ó Zaratustra [...] o que te profetizo é isto: a árvore de um único tronco que viste 'que o mundo criado por mim, Ohrmazd, os sete galhos que viste são as sete eras vindouras. A de ouro é o reinado do rei Vištāsp, quando eu e tu conversaremos sobre a religião, o rei Vištāsp a receberá e reprimirá a manifestação dos demônios, que não serão mais visíveis mas irão esconder-se, Ahriman e a progenitura dos demônios correrão novamente para as profundezas do inferno, e a existência das águas, do fogo, das plantas e de Spandarmat, a terra, será manifesta. A de prata será o reino de Artaxerxes, o kai que denominamos Vahuman filho de Spanddāt que caçará os demônios para longe dos homens, que embelezará o mundo inteiro e protegerá a religião. A de cobre é o reino de Artaxerxes, o kaiânida, organizador e restaurador, e a do rei Sapor quando ele organizará o mundo criado por mim, Ohrmazd, propagará a salvação através das regiões do mundo, a excelência tornar-se-á manifesta [...] A de bronze é o reinado dos Arsácidas [...] A de estanho é o reino de Vahrām Gōr, quando ele conferirá ao espírito uma paz visível e Ahriman e os feiticeiros correrão de novo para as trevas do inferno. A de aço é o reinado de Cosroé da família de Kavāt, quando o maldito Mazdak filho de Bāmdāt²², adversário da religião, aparecerá entre os dissidentes, mas ele os expulsará da religião. Aquela de ferro misturado, ó Zaratustra Spitāmida, é quando teu milésimo inverno começará, ó Zaratustra Spitāmida²³.

Analisando-se ambas, temos um quadro no qual revela-se a Zoroastro duas séries futuras de eras (que a rigor constituem uma só, já que elas se superpõem parcialmente - não faria sentido duas eras de ouro, duas de prata etc.) cujo conteúdo é essencialmente o mesmo: não uma degeneração progressiva do homem, ou da criação de Ohrmazd, mas de

²¹ A referência constante à presença de ferro misturado com outra coisa parece invalidar a leitura tradicional de Dn 2 como relacionada aos casamentos entre Lágidas e Selêucidas; se o autor da passagem pensou nisso, deve ter apropriado-se de uma imagem que lhe é anterior.

²² Mazdak, enforcado em 529 d.C., e foi uma espécie de reformador social que absorveu idéias maniqueístas; ele e seus seguidores foram mortos for Cosroé, como diz o texto do ZWY (que tem, portanto, que lhe ser posterior, ao menos nessa seção). A reelaboração do tema dos quatro galhos da árvore em sete faz supor um núcleo mais antigo apenas retrabalhado, no entanto. Também aqui encontramos a inserção de monarquias míticas com históricas, comum à apocalíptica persa. (HULTGÅRD, 1995: 106).

²³ Tradução minha, a partir da edição de Cereti.

“altos e baixos” na relação do homem com seu criador. E nessa série de “altos e baixos” encontramos tanto períodos históricos quanto míticos.

Um dado fundamental é que, *do ponto de vista do narrador*, essas idades são todas vindouras e, portanto, isso exclui todos os tempos analisados por Ohrmazd em sua conversa com Zoroastro, com exceção da breve introdução à idade de ouro, “na qual eu e você conversamos etc.”²⁴.

1.2 OS PADRÕES DO ZAND-I WAHMAN YASN

Temos portanto seqüências de 4 e de 7 eras, impérios ou metais no ZWY; as duas questões-chave que se colocam ao investigador são, a meu ver, as seguintes:

1.2.1 QUAL DAS DUAS SÉRIES TEM PRECEDÊNCIA SOBRE A OUTRA?

Eu diria que a seqüência de quatro mostra-se mais homogênea do que a de cinco, embora do ponto de vista do simbolismo numerológico ambas tenham peso equivalente (“quatro” representando o número de estações do ano, “sete” o número de dias da semana). Mas é de chamar a atenção o fato de que na seqüência de 7 a mistura de reinos míticos e históricos apresentar-se muito mais confusa; a isso permito-me lembrar ao leitor que outras seqüências de quatro eras, notadamente as indianas, têm precedência histórica sobre as de sete, ainda que tenham durante muito tempo sobrevivido sob a forma de tradições orais²⁵.

²⁴ Cf. supra, nota 6.

²⁵ A especulação apocalíptica védica se dá num esquema de quatro períodos que constituem um *kalpa* ou *caturyuga*, organizados do seguinte modo:

1. *Kritayuga*: 4000 anos, + uma aurora de 400 e um crepúsculo de 400
2. *Tretayuga*: 3000 anos, + uma aurora de 300 e um crepúsculo de 300
3. *Dvaparayuga*: 2000 anos, + uma aurora de 200 e um crepúsculo de 200

1.2.2 QUAL A SUA RELEVÂNCIA PARA O ENTENDIMENTO GERAL DO TEMA DAS CRONOLOGIAS NO MUNDO ANTIGO?

As duas questões acima, obviamente deixam de fora aquelas relativas à periodização do tempo nos termos em que ela se manifesta na *Bundahišn* (um relato sobre a Criação e sobre o propósito e desfecho da mesma, constituindo portanto um tratado escatológico em grande medida). A *Bundahišn* apresenta-se sob duas versões uma denominada “Grande”, ou “Iraniana”, e a outra a “Pequena” ou “Indiana”. Abreviadas aqui por comodidade como GrBd e Bd, simplesmente. Nelas encontramos outros tipos de cronologias, que não excluem nem se opõem aos modelos do ZWY, mas das quais tratarei em detalhe abaixo.

1.3 DO QUE AS PERIODIZAÇÕES TRATAM

Pode-se dizer que os três tipos essenciais de cronologias encontrados nos textos persas pré-islâmicos (cuja datação é, em si mesmo, um problema sério de cronologias superpostas), remetem a três numerais: 4, 7 e 12 e seus múltiplos. “4” reflete o número de estações do ano, “7” o número de dias da semana (e para um leitor ou ouvinte cristão ou judeu, o número de dias da criação) e 12 e seus derivados o número de dias do ano.

4. *Kaliyuga*: 1000 anos, + uma aurora de 100 e um crepúsculo de 100

O total é de 12000 anos e a cronologia acima já se encontra no *Mahabarata*. No primeiro período os homens são formados de gêmeos e a vida humana, na qual os mandamentos éticos são observados, dura 4000 anos. Uma versão do mito encontra-se no *Rg Veda* 10.10, no qual Yama recusa-se a se unir à sua irmã gêmea Yami. Temos aqui um mito indo-iraniano no qual os gêmeos primordiais fazem nascer os primeiros homens, e implica a noção de que os homens da primeira idade eram andróginos. Nesse período de felicidade, a cor de Vishnu-Narayana, cujo corpo é o universo, é o branco. No segundo período, *treta*, os homens não são mais gêmeos, e já encontram-se separados entre homens e mulheres; existem ofícios, casas e a propriedade privada. O *dharma* (a “lei”) reduziu-se de 1/4 e a vida humana também. Agora a cor de Vishnu é o vermelho. No terceiro período, *dvapara*, o *dharma* reduziu-se em mais 1/4; os homens estão expostos a doenças, surgem a avareza e a mortalidade. A cor de Vishnu é o amarelo; no quarto, *kali*, todas as desgraças abatem-se sobre os homens, e o curso de todas as coisas se inverteu. Resta apenas 1/4 do *dharma*. O mundo torna-se cheio de heresias e a cor de Vishnu é o preto.

Em termos de conteúdo, à primeira vista essas periodizações tratam de cronologias cíclicas, pois emulam o tempo da natureza: todavia, um olhar mais atento revela que isso não é bem verdade. O “tempo da natureza” é tomado apenas como modelo para algo bem mais sofisticado, verdadeiro salto na história das idéias que o estudioso atual mal tem como avaliar: as cronologias persas, ao servirem-se das seqüências de 4, 7 ou 12 o faziam de modo radicalmente diferente de seus predecessores no Antigo Oriente Próximo, do Nilo até o Ganges, pois rompiam com o padrão cíclico segundo o qual o uso dessas séries nada mais fazia do que reafirmar a soberania na Terra de um monarca que era o representante de uma ordem divina (COHN, 1993, pp.3, 31, 34-35, 38, 59-60);

2 UM PANORAMA DAS VISÕES PERSAS DOS PROCESSOS HISTÓRICOS NO ZWY

As concepções gerais de tempo ou “tempos”, i.e. os moldes nos quais se encaixam os eventos históricos para os autores ou compiladores do ZWY obedecem portanto a dois tipos de estruturas: uma, de fundo, que pode ser composta por topologias de 4 ou de 7 idades; e outra que reflete a crença zoroástrica na sucessão de milênios, dos quais o de Zoroastro [e precisamente aquele em que se localiza a “pseudepigrafia derivada” (MIRGUET, 2012: 02)²⁶ do texto: vimos acima que a primeira de várias referências a esse período infeliz em que temos um mundo “de ponta-cabeça” com valores pervertidos encontra-se em ZWY 3.29; o tema repete-se noutras passagens. ZWY 4.1-4:

Zarduxšt disse, ‘Criador do mundo dos seres materiais, espírito pleno, qual será o sinal do décimo milênio? Ohrmazd disse, ‘Ó Spitāman Zarduxšt, eu deixarei isso claro. O sinal do fim do teu milênio será <que> o pior dos períodos chegará. Cem tipos, mil

²⁶ Uso o termo no sentido que lhe confere minha colega Françoise Mirguet em sua análise do *Testamento de Abraão*.

tipos, uma miríade de tipos de dêws de cabelo partido da semente de Xēšm, aqueles da pior raça, surgirão no Irã²⁷ do lado do Xwarāsān²⁸. Eles erguerão seus estandartes, usarão armaduras negras e terão o cabelo partido para trás, serão pequenos e da pior raça e de golpes poderosos e urinarão veneno.

A par da demonização habitual dos inimigos, o texto nos fornece algumas pistas interessantes para a datação do último milênio: ele coincide, pela cronologia adotada no ZWY, com a chegada de invasores do Khorasan, ou do Oriente em geral.

Outras passagens que evocam o mesmo tema do “décimo milênio” de Zoroastro encontram-se ainda no ZWY 5.6 - “Ohrmazd disse, ‘Ó *Spitāman Zarduxšt*, nesses nove mil anos que eu, Ohrmazd, criei, os homens desses <últimos> tempos duros serão os mais incomodados”.

Em suma, os exemplos são numerosos e repetem o mesmo tema: podemos encontrá-los, sem variações ou curiosidades, no ZWY como noutras passagens de textos zoroástricos.

2.1 A NOVIDADE: HISTÓRIA COMO PROCESSO MUITO ANTES DE HEGEL

Em todo caso, não me parece que esses dois (ou três) esquemas sejam opostos ou incompatíveis uns com os outros.

Quanto à relação dos esquemas de 4 e 7, examinei cima o que me parece a solução mais provável - i.e. que o esquema de “7” seja o mais recente e derivado de um mais

²⁷ Pahl. *ērānšahr*, i.e. “terra do Irã” (*Eran*, “terra dos arianos” + *šahr*, “terra,” “país”).

²⁸ Pahl. *az kustag ī xwarāsān, ān ī nidom-tōhmag* [...] (i.e. “do distrito <do> [*i* é partícula conectiva freqüentemente intraduzível em Pahl.] leste [alt. do Oriente], que <da> menor raça [...]). Note-se que a referência aos invasores do pior tipo vindo do Oriente sugere que se trate de tribos turcas ou mongólicas, ou ainda de algum grupo mítico inventado para esse propósito - a urina venenosa contribui para seu colorido - (como os povos de “Gog” e “Magog” no AT), o que dificulta ainda mais a atribuição do ZWY ao período helenístico, romano-bizantino ou, como querem os mais pragmáticos, ao das invasões árabes.

primitivo de 4, mais próximo aos esquemas hesiódico e védico (ALLEN, 2006, pp.221-222 n.2, 2006; 2007, pp.36-37; WEST, 2010, Kindle Locations 126-130)²⁹.

Os esquemas de 12 mil anos, ou como preferem alguns, de 9 mil anos, parecem-me ainda mais generalizantes do que os de 4 / 7 apesar de envolverem um número de anos maior, pois não fazem mais do que abranger uma infinidade de anos circunscrevendo-os em períodos de 3 ou 4 eras (este é outro ponto que considero favorável à minha argumentação, já que tanto 3 quanto 4 são divisores exatos de 12 mil e 3 o é para uma seqüência de 9 mil; a série de 7 em ZWY 3 soa ainda mais estranha nesse contexto).

É de se notar ainda uma passagem pouco estudada até hoje e caracterizada por uma seqüência que nem é de 4 nem de 7 metais, mas de 5 metais indiretamente relacionados a 12 povos diferentes (ZWY 4.57-59):

A terra, Spandarmad³⁰, abrirá a <sua> boca e todas as gemas e metais, como ouro, prata, cobre, lata e chumbo³¹, serão expostos. E a soberania e poder passarão para aqueles de origem não-iraniana, como os Hyōn, os Turk, os Xadur, os Tōbīd, como os Hindūg, os Kōfyār, os Čynig, os Kābulīg, os Subdīg, os Hrōmāyīg, os Karmīr Hyōn e os Spēd Hyōn. Eles governarão as terras iranianas que eu, <Ohrmazd, criei>; suas ordens e desejos serão correntes

²⁹ A observação de West é especialmente relevante (contra a posição radicalmente oposta de Skjærvø e de parte da iranologia mais afeita aos estudos baseados nas sociedades com memória preservada oralmente): “Certain modern scholars have maintained that Zoroaster was not the name of a historical but of a mythical personage, a mere construct. This view can only be called perverse. A single, distinct personality speaks to us out of the poems, and in several places the poet names himself as Zoroaster, or rather (in his own language) Zarathushtra. In the one poem that is not by him, Yasna 53, he is named again as a real person, either still living or of recent memory. In the later parts of the Avesta as well as in other Zoroastrian literature he is frequently spoken of, with never a doubt as to his historical reality”.

³⁰ Pahl. *Spandarmad*, “o Pensamento Santo”, o quarto *Amahraspand* (vulg. *Amesha Spentas*, os auxiliares de Ohrmazd; alt. a “deusa terra”).

³¹ Cereti aponta uma leitura alternativa: *arzīz*, “lata”, ou “chumbo”, o que acarretaria uma repetição; ainda *srub*, “chumbo” somente, MSS. DH e K43 omitem esse trecho com o “e” após a “lata”. Em K43 temos a transliteração *slp*, trad. *srub*. Ou seja, metade dos MSS. disponíveis não contêm uma quinta idade na série de cinco de ZWY 4.

pelo mundo. A autoridade passará daqueles com o cinturão de couro, dos Tāzig, e dos Hrōmāyīg para eles³².

Cabem algumas breves notas sobre esses povos: a tradução oferecida por Eddy (1961: 343 ss.) vai nessa direção, que é a mesma em essência daquela proposta por West (MÜLLER, 1897; devemos lembrar das limitações de West ao final do séc.XIX: “For the Pahlavi text, of the Bahman Yast [sic] the translator [i.e. West] has to rely upon the single old manuscript K20, already described”. Kindle Locations 906-907), de quem ele também utiliza a numeração e divisões; em ZWY 4.5 Ohrmazd deixa uma espécie de “enigma” para Zoroastro, ao dizer que a “origem daqueles nascidos da semente de *xēšm* não é revelada”³³; mas poder-se-ia objetar que, se trata aqui da sua descendência, e não dos próprios *xēšm*. Eddy sugere que a sua procedência, indicada nos versos anteriores (4.2-4), seja a Armênia (*Xwarāsān*; cf. Bd 20.12 e a nota 22 deste artigo).

Cereti, seguindo Boyce (1989: 73 ss.) sugere que numa versão original o termo deveria referir-se aos macedônios, mas não é isso o que a evidência interna do ZWY, tal como chegou até nós, sugere (CERETI, 1995: 174). Em suma, numa especulação ousada, para recuarmos a datação do ZWY o suficiente para poderemos falar num texto que seja *bem* anterior ao que temos teríamos que entender o Khorasan como a Bácia e a “raça de *xēšm*” como os descendentes da colonização grega, alexandrina e mesmo anterior a Alexandre.

Com tudo isso, creio ser correto afirmar que temos, já no ZWY, *uma visão da história humana suficientemente desvinculada do mítico para que possa ser considerada como processo mais humano do que divino*.

³² Para a discussão dos povos listados e sua identificação, cf. a doxologia de CERETI, 1995, pp.191-192 e BAILEY, 1930-1932, pp.945-953; não há espaço nem necessidade de fazer essa discussão aqui, já que o foco deste artigo é a cronologia e não os conteúdos míticos das listas de povos e lugares, embora o leitor mais informado já deva ter percebido que *Hrōmāyīg* é o termo persa comumente utilizado para referir-se aos “romanos” ou “bizantinos”.

³³ Pahl. *ān ī xēšm-tōhmag*, “da raça da fúria”.

Isso significa que, muito antes das chamadas “filosofias da história” posteriores a Voltaire (LÔWITH, 1949: 01, 104 ss.) já teríamos todos os componentes essenciais para a mesma no ZWY. Cabe dizer que não percebo distinção ontológica entre os agentes metahistóricos das “filosofias seculares da história” e as “teologias da história”, já que nos dois casos temos agentes imateriais, impalpáveis e *principalmente*, externos aos eventos mesmos que explicam seu movimento e determinam seu sentido. Como já expus inúmeras vezes, se esses agentes são manifestamente sagrados ou pretensamente materialistas me é indiferente e oferece mais uma fonte de confusões do que de esclarecimentos (DOBRORUKA, 2006: 307-313).

Pode-se objetar - não sem alguma razão - que o ZWY trata, quer nas séries de 4 ou nas de 7 ainda tratam de reinos míticos (os de *Vištāsp* - ZWY 1.8; 3.23; de *Ardaxšir*, o kaiânida - ZWY 1.9; 3.24) misturados aos históricos (*Ardaxšir ī Pābagān*³⁴, *Šābuhr II*³⁵, *Ādurbad ī Mahraspandān*³⁶ - todos no ZWY 3.24 - e *Wahrām V*³⁷ no ZWY 3.26) - mas não acontece de modo ainda mais confuso em Heródoto³⁸? E que dizer do próêmio da *Guerra do Peloponeso* de Tucídides, que causa embaraço aos defensores mais convictos do sisudo analista da *Realpolitik* ateniense³⁹?

O leitor deve estar indagando porque o ultimo dos reinos, o dos “filhos da raça da fúria” não foi incluído entre os míticos - ou entre os históricos. Quanto a isso, há dois

³⁴ Pahl. *ardaxšir ī gēhān ārāstār*, lit. “*Ardaxšir* restaurador [ou arranizador] do mundo”.

³⁵ Pahl. *šābuhr*, Shapur II (309-379 CE).

³⁶ Pahl. *ādurbād*, derivado do Av. *Ātarepāta*, um dos *fravashis* responsável pelo fogo (persa antigo indicando “protegido pelo fogo”); No Fravardin Yast em Avéstico temos *āterepātahe ashaonō fravashīm ýazamaide*, que significa aproximadamente “nós cultuamos o *fravashi* do santo Atare-pata”. Dessa raiz derivariam “Atropates”, nome comum em persa desde o período Aquemênida e, modernamente, “Azerbaijão”. (JUSTI, 1895: 49).

³⁷ Pahl. *wahrām gōr*, da transliteração *gwl*, “onagro”, “asno selvagem”. Wahram V (422?-438-439 CE).

³⁸ *Histórias*. 1.1-3.

³⁹ *História da Guerra do Peloponeso*. 1.2 e.g. para tratar da origem do termo “grego”: Τεκμηριοῖ δὲ μάλιστα Ὀμηρος. [...]

problemas para que essa delimitação se torne categórica: em primeiro lugar, os atributos míticos dos povos “da raça da fúria”, notadamente o fato de urinarem veneno (ZWY 4.4)⁴⁰; em segundo lugar, o fato de que, se representam populações de existência comprovada - quer sejam orientais, do Khorasan (como quer Eddy, descendentes dos gregos assentados por Alexandre), ou invasores árabes (como pretendem os defensores da datação recente do ZWY e, por extensão, da inviabilidade de um ZWY pré-CE), o estado dos MSS. e sua quantidade é insuficiente para chegarmos a qualquer conclusão

O que temos, portanto, é uma última “raça” que se mostra no limiar entre o presente indesejável e aterrorizante e um futuro desastroso para as terras que Ohrmazd criou: mas não é possível dizer se esses povos são, como aponta parte da exegese atual do *Apocalipse de João*, *wishful thinking*, ou povos concretos, ou ainda uma mistura de ecos do passado retrabalhados por camadas redacionais (é minha opinião pessoal). Todavia, é apenas uma opinião e não há espaço, neste texto, para discutir tal hipótese, que terá de ser discutida isoladamente num trabalho futuro de mais fôlego.

2.2 O FINAL DOS TEMPOS, A AÇÃO DA PROVIDÊNCIA E O LIVRE-ARBÍTRIO

O zoroastrismo, qualquer que tenha sido a sua origem e qualquer que seja o partido tomado por este ou aquele grupo de estudiosos, foi a primeira doutrina religiosa conhecida a colocar o homem frente ao dilema de uma divindade que tudo previu (a armadilha que Ohrmazd compôs para Ahriman não é outra coisa senão isso, um tipo de “predestinação”) *versus* o livre-arbítrio, i.e. a escolha de que dispõe cada ser humano individualmente para fazer o Bem ou o Mal⁴¹.

O texto do ZWY não é original nesse sentido, mas acrescenta um dado fundamental que falta à Bd: aqui, temos a inclusão de reinos históricos, quer na seqüência

⁴⁰ Pahl. [ud] pēšyār-wiš hēnd, “[e] urina-veneno irá”; “urina”, pēšyār, é aqui substantivo.

⁴¹ O grande exemplo aqui encontra-se na Bd 1 (8-20); cf MÜLLER, 1897 Kindle Locations 1257-1287.

de 4, quer na de 7. É certo que também interpõem-se reinos míticos nas duas séries, mas já temos um esboço bem claro de uma narrativa metahistórica orientada de uma criação divina *natural* para uma ação humana *histórica*.

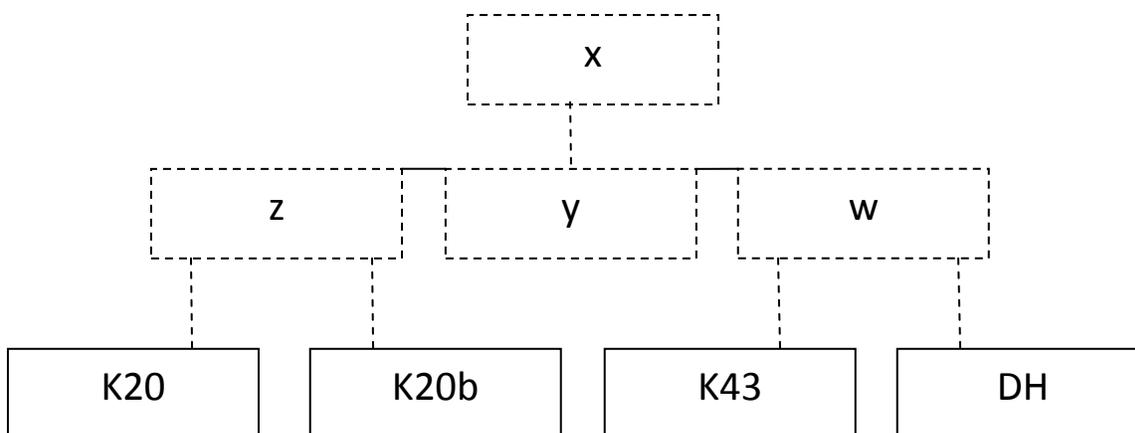
Aos olhos de leitores habituados às sutilezas das teologias da história mais desenvolvidas (mesmo que não tão distantes cronologicamente - pensemos no ciclo daniélico), o encaminhamento dos eventos do ZWY parece um tanto rudimentar. Mas devemos levar em conta diversos fatores:

1. A escassez de MSS (se dispuséssemos de mais textos, poderíamos ter mais variantes textuais);

2. A incerteza quanto à datação: temos, na melhor das hipóteses, os colofões em alguns MSS.⁴², remetendo a cópias mais antigas mas que não chegam sequer ao período Arsácida (GIGNOUX, 1986) - é muito pouco para podermos afirmar qualquer coisa com grau de certeza muito elevado com relação ao possível *Urtext* do ZWY;

3. A natureza compósita dos MSS, tal como chegaram até nós: o arranjo das famílias dos 4 MSS tal como feito por CERETI (1995: 06) nos mostra o seguinte quadro, ou *stemma codicum*:

⁴² Para cada um dos quatro MSS., temos: 3 colofões datados de 1321, 1351, e 1331 CE, respectivamente, para K20; Christensen postula um *terminus ante quem* de 1396 CE para K20 (CHRISTENSEN, 1931b); em K20b um fólio pertence ao séc.XIV e outros 20 aos sécs.XVI-XVII (CERETI, 1995: 03-04); DH, que já pertenceu à coleção de Behramgore T. Anklesaria é de 1577 CE (CERETI, 1995: 04); por fim, K43 fornece colofões para outros textos que o constituem, respectivamente em 1587, 1589 e 1594 CE; é razoável supor que o ZWY nele contido foi copiado no mesmo período (CERETI, 1995: 05).



Ou seja, de um suposto “original”, agora perdido, em Pahlavi ou mesmo em avéstico, derivaram três famílias de códices, das quais uma fi comum a outras duas hipotéticas que originaram, de um lado, K20 e K20b e de outro, DH e K43.

Novamente, muito disso é altamente especulativo e se dispuséssemos de mais elementos, todo o percurso poderia ser traçado de outro modo. Por isso, argumentos como os de Gignoux (1986; 1988: 71-72) ou de Duchesne-Guillemin (1982: 758-759), por absurdos que pareçam à primeira vista, fazem certo sentido, e os de Eddy (1961: 14)⁴³ soam cada vez mais especulativos a medida em que seu livro vai ficando cada vez mais datado. Outra possibilidade de datação do ZWY, a ser explorada futuramente, é a de encaixá-lo em algum dos textos do *corpus* documental já existente da literatura avéstica ou em Pahlavi⁴⁴.

⁴³ Eddy defende a anterioridade do ZWY com relação à Dn. O que está misturado com ferro no ZWY não se tem como identificar, pois como vimos a palavra está ausente. Um argumento forte de Eddy a favor é que em Dn 4 Nabucodonosor vê uma árvore cujas raízes estão amarradas com uma faixa de ferro e bronze, o que conduziria a uma clara mescla dos complexos míticos da árvore com os dos metais, mas é um argumento que esbarra nos problemas semelhantes aos da datação do ZWY - o da natureza compósita das fontes.

⁴⁴ Devo esta sugestão, a ser explorada futuramente em profundidade, a meu colega Dan Shapira.

A questão do “providencialismo” *versus* livre-arbítrio não aparece de modo claro no ZWY; eu diria mesmo que nele vemos apenas reflexos dessa opção que é, no fundo, um dilema do qual nenhuma das grandes religiões monoteístas até hoje conseguiu escapar - porque uma divindade boa permitiria a presença do Mal no mundo? Se para demonstrar a própria majestade, teríamos uma economia soteriológica de puro desperdício; se para testar a vontade dos homens, então seria dando-lhes uma chance de se perderem, o que seria blasfemo.

De todo modo, temos diante de nós um texto que é, na qualidade de artefato, de objeto ou manuscrito, algo datável do período pós-invasão árabe; os questionamentos quanto à sua datação não têm como ser resolvidos neste artigo e talvez, sequer tenham como ser resolvidos algum dia. Quanto ao seu conteúdo, nos deparamos com outro tipo de questão: e nesse sentido, noto um arcaísmo inerente às duas séries, quer de 4 quer de 7 impérios, eras e metais que me parece remeter a um passado muito mais longínquo do que o de Daniel. O passado das estepes centro-asiáticas onde, segundo muitas variações da mesma lenda, o *kai Vištāsp* acolheu o profeta Zoroastro e desse modo pôs em movimento a história humana, caso particular do combate entre o Bem e o Mal, entre Ohrmazd e Ahriman.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, Nicholas J.. “The Buddhist Wheel of Existence and two Greek Comparisons”. In: GARCÍA QUINTELA, Marco V. et alii (eds). *Anthropology of the Indo-European World and Material Culture: Proceedings of the 5th International Colloquium of Anthropology of the Indo-European World and Comparative Mythology*. Budapest: Archaeolingua Alapítvány, 2006.

_____. “The shield of Achilles and Indo-European tradition”. In: *Cuadernos de filología clásica. Estudios griegos e indoeuropeos*. Madrid: Departamento de Filología Griega y

Lingüística Indoeuropea / Facultad de Filología, Universidad Complutense de Madrid, 2007.

ANKLESARIA, Behramgore T.. *Zand-Akasih. Iranian or Greater Bundahishn. Transliteration and Translation in English*. Bombay: Published for the Rahnumae Mazdayasnan Sabha by its Honorary Secretary Dastur Framroze A. Bode. 1956.

BAILEY, Harold W.. "Iranian studies" in *Bulletin of the School for Oriental and African Studies*, vol.6. 1930-1932.

BOYCE, Mary. *A History of Zoroastrianism*. Leiden: Brill, 1975.

_____. *Zoroastrians: their Religious Beliefs and Practices*. London / Boston: Routledge & Kegan Paul, 1979.

_____. *Textual Sources for the Study of Zoroastrianism*. Manchester: Manchester University Press, 1984a.

_____. "On the antiquity of Zoroastrian apocalyptic" In: *Bulletin of the School of Oriental and African Studies* 47: 57-75, 1984b

_____. "The poems of the Persian sybil" In: *Studia Iranica* 7, 1989.

CERETI, Carlo G. (ed.). *The Zand i Wahman Yasn: a Zoroastrian Apocalypse*. Roma: Istituto italiano per il Medio ed Estremo Oriente, 1995.

CHRISTENSEN, Arthur. *Les Kayanides*. København: Andr. Fred. Høst & søn, 1931a.

_____. *The Pahlavi Codices K20 & K20b*. København: Codices Avestici et Pahlavici Bibliothecae Universitatis Hafniensis, vol.1. 1931b.

COHN, Norman. *Cosmos, Chaos and the World to Come. The Ancient Roots of Apocalyptic Faith*. New Haven / London: Yale University Press, 1993.

DOBRORUKA, Vicente. "Mito e história na Antigüidade: esboço para um estudo de conjunto dos limites entre religiosidade e metahistória" In: *Boletim do CPA*, Unicamp, 2006.

DUCHESNE-GUILLEMIN, Jacques. "Apocalypse juive et apocalypse iranienne". In: BIANCHI, Ugo e VERMASEREN, Maarten J. (eds.). *La soteriologia dei culti orientali nell'Impero romano:*

atti del Colloquio internazionale su la soteriologia dei culti orientali nell'Impero romano, Roma, 24-28 settembre 1979. Leiden: Brill, 1982.

EDDY, Samuel K. *The King is Dead. Studies in the Near Eastern Resistance to Hellenism 334-31 B.C.* Lincoln: University of Nebraska Press, 1961.

GIGNOUX, Philippe. "Sur l'inexistence d'un *Bahman Yasht* avestique". In: *Journal of Asian and African Studies* 32: 53-64, 1986.

_____. "L'apocalyptique iranienne est-elle vraiment la source d'autres Apocalypses?". In: *Acta Antiqua Academiae Scientiarum Hungaricae* 31 (1-2): 67-78, 1988.

HULTGARD, Anders. "Mythe at histoire dans l'Iran ancienne". In: WIDENGREN, Geo et al. *Apocalyptique iranienne et dualisme qoumrânien.* Paris: Adrien Maisonneuve, 1995.

JUSTI, Ferdinand. *Iranisches Wörterbuch.* Marburg: N.G.Elwert, 1895.

LÖWITH, Karl. *Meaning in History.* Chicago / London: University of Chicago Press, 1949.

MILLAR, Fergus. "Hellenistic history in a Near Eastern perspective: the book of Daniel" In: CARTLEDGE, Paul (ed.). *Hellenistic Constructs: Essays in Culture History and Historiography.* Berkeley / Los Angeles / London: University of California Press, 1997.

MIRGUET, Françoise. "Beyond authority: the construction of Scriptures in the Testament of Abraham" in: *Colloquium Biblicum Lovaniense.* Leuven: 26-27/07/2012.

MOMIGLIANO, Arnaldo. "Daniele e la teoria greca della successione degli imperi". *Storia e storiografia antica.* Bologna: Il Mulino, 1987.

MÜLLER, Friedrich M.. *Pahlavi Texts: Part I* (trad. Edward W. West. Originamente parte de *Sacred Books of the East. Sacred Books of the East.* Vol.5. Oxford: Oxford University Press, 1897). (Kindle edition e-book)

SKJÆRVØ, Prods O. "Avestan society" in: DARYAEE, Touraj (ed.). *The Oxford Handbook of Iranian History.* Oxford: Oxford University Press, 2012. (Kindle edition e-book)

WEST, Martin L.. *The Hymns of Zoroaster. With Introduction and Commentary.* London / New York: I.B. Tauris, 2010. (Kindle edition e-book)

DARK AGE: QUESTÃO DE DEBATE, UMA POLÊMICA ABERTA

Maria Regina Candido⁴⁵

RESUMO

Heráclitos de Efesos ao citar que a guerra era um dos principais fatores de transformação no universo dos Helenos por tornar livres alguns e escravos os demais. O filósofo ao tecer esse princípio estava trazendo para o seu leitor e ouvinte a ideia de continuidade e mudança. Como helenista, temos dificuldade em estabelecer ou demarcar junto aos vestígios textuais ou arqueológico a precisa datação de uma fato e suas mudanças. Como exemplo citamos o debate existente em torno do período entre 1200 a 800 antes de nossa era junto a sociedade helênica cujo resultado foi a emergência da polis. O período ora é identificada como Idade do Bronze, Tempos obscuros, Idade Media dos gregos ou simplesmente Dark Ages pela historiografia anglo-americana. Os pesquisadores afirmam que o termo se deve ao retrocesso cultural e econômico que ocorreu na região helênica como ausência da escrita, dificuldade em estabelecer assentamentos e assim como a perda dos contatos e rotas comerciais no Mar Egeu. Nos interessa analisar a emergência dos termos junto a historiografia, como o conceito tem sido aplicado, seus possíveis significados e críticas junto aos pesquisadores helenistas.

Palavras-chave: Dark Age; Historiografia; Periodização

ABSTRACT

Heraclitus of Ephesus citing that the war was a major factor in the transformation of the Hellenes universe by making some free and others slaves. The philosopher to weave this principle was bringing to your reader and listener the idea of continuity and change. Like

⁴⁵ Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenadora do Curso de Especialização em História Antiga e Medieval e do Núcleo de Estudos da Antiguidade, da Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro.

Hellenist, have difficulty establishing or mark together with the textual or archaeological traces the precise dating of a fact and its changes. As an example we cite the existing debate around the period between 1200-800 before our era together the Hellenic society whose result was the emergence of the polis. The period sometimes is identified as the Bronze Age, Times obscure Middle Ages the Greek or simply Dark Ages, by the anglo-american historiography. The researchers say the term is due to the cultural and economic setback that occurred in the region Hellenic as absence of writing, difficulty in establishing settlements and as well as the loss of contacts trade routes in the Aegean Sea. We are interested in analyzing the emergence of terms together the historiography, as the concept has been applied, their possible meanings and criticism from researchers Hellenists.

Keywords: Dark Age; Historiography; Periodization

Ian Morris no livro “*Historia y Cultura: la revolución de la arqueología*” considera que a Arqueologia faz parte da História Cultural e a define como estudos que partem da cultura material, de vestígios deixados por populações de um passado remoto que sobreviveu ao tempo. História torna-se cultural na medida em que procura analisar, explicar a existência e a organização de população remota no tempo e no espaço (MORRIS, 2007: 20).

Alguns arqueólogos processuais atuam como historiadores na medida em que buscam explicar historicamente artefatos provenientes da cultura material de uma dada sociedade. Outros tentam colocar texto, registros e vestígios de artefatos em diálogo com outros campos de saber. Ian Morris se propõe apresentar uma *arqueologia histórica*, ou seja, o dialogo da arqueologia com a história social dos Annales. Morris se prontifica a inserir em sua análise *os três planos temporais com a mesma seriedade temporal braudeliano*. Como pratica habitual de todo historiador o conceito será aplicado em um tempo e lugar concreto, no caso, a Idade do Ferro dos gregos situado entre 1100 a 600 a.C. (MORRIS, 2007: 27).

A Idade do Ferro formou um extenso território fronteiro da arqueologia helenística firmou-se como marco iniciatório do processo da formação da polis. O autor

marca o ano de 1870 para a emergência do tema entre os especialistas e afirma que antes desta data, não existia junto aos pesquisadores o conceito de Idade do Ferro (MORRIS, 2007: 143).

As análises da sociedade arcaica grega dependia da narrativa dos poetas épicos que retroagindo no tempo, chegava até ao IX a.C. e delineava o período através dos feitos dos heróis míticos representados por Homero na *Iliada* e *Odissea*.

Para os períodos anteriores ao arcaico as dificuldades se apresentam, principalmente quando nos afastamos geograficamente do território ático. Como pesquisadores, temos acentuadas dificuldades de encontrar documentação textual e narrativa escrita, fato que traz ao meio acadêmico o conceito de *Idade Obscura* ou *Dark Age* cuja superação está na aplicação da *dendrocronologia* ou *estratigrafia* que nos permite estabelecer aproximações e possibilidades de extensão até o terceiro milênio.

Ian Morris apresenta a divisão cronológica para a Grécia no livro "*Historia y Cultura: la revolución de la arqueología*" (2007,p.30), a saber:

Baixa idade do bronze/micênico	1600 – 1200 a C
Heládico Recente III C	1200 – 1075 a C
Alta Idade do Ferro/Idade Obscura	1075 -700 a C
	Submicênico 1075-1025 a C
	Protogeométrico 1025-900 a C
Arcaico	700 – 480 a C
Clássico	480 – 323 a C
Helenístico	323 – 31 a C

Roland Etienne responsável pela publicação do livro “*Archéologie Historique de la Grèce Antique*” (2000: 21), afirma que, segundo um acordo quase unânime, os historiadores distinguem sete períodos para demarcar o processo da civilização mediterrânea, a saber:

Idade do Bronze	3000 - 1100 aC
Idade Obscura	1100 - 900 aC
Período Geométrico e Orientalizante	900 – 600 aC
Período Arcaico	600 – 480 aC
Período Clássico	480 – 323 a C
Período Helenístico	323 – 31 a C
Período Imperial	27 a C – 235 d C

Irene S. Lemos no artigo “*Dark Age of Greece*” (2006) nos informa que as pesquisas sobre *Dark Age* obtiveram um acentuado avanço e aumento de produção decorrente das descobertas arqueológicas. O resultado, para a autora, está nas novas subdivisões cronológicas facilitam a compreensão dos períodos na atualidade, especialmente o intervalo entre *Late Bronze Age/Idade do Bronze Tardio*, identificado também como *Late Helladic III C* (LHIII C 1200 – 1100 a.C.) e o período sub micênico (1100 – 1025 a.C.) ao qual surgem os primeiros vestígios de artefatos de ferro. O período *do Early Iron Age/Idade do Ferro* coincide com o início do protogeométrico (1025 – 900), demarcado pelo artefato de cerâmica do estilo geométrico. A autora prossegue com a periodização, marcando o *Middle Geometric* (900-770 a.C.), precedido do último estágio identificado como *Dark Age* que termina em meados do VIII a.C. (LEMOS, 2006: 88).

Para um observador atento, fica evidente que a demarcação dos períodos considerados históricos detém uma estreita relação com a escola historiográfica cuja opção torna-se aconselhável de ser demarcada na pesquisa. Reconhecemos que a periodização é um artifício de explicação que distorce a abordagem histórica, pois quando nós delimitamos uma linha de tempo de forma contínua, estamos dividindo de forma linear e sucessivo os acontecimentos e, não existe uma unanimidade na demarcação.

Entretanto, podemos nos questionar a motivação que nos leva a delimitar por data e o estabelecimento de um corte temporal para analisar um processo histórico. A resposta é simples, segundo Ian Morris, o ato facilita as explicações para o leitor e torna o ofício do historiador mais fácil de ser praticado (MORRIS, 1997: 96). Fica inteligível para quem houve, quando o historiador remete ao tempo analisado como período arcaico, clássico ou helenístico assim como a identificação da época medieval e a idade moderna. A periodização é também uma qualificação que faz parte do processo da compreensão histórica assim como da escola histórica. A delimitação do tempo nos auxilia a identificar as características de um período assim como usar da comparação demarcando as continuidades, similitudes, diferenças, permanências e rupturas.

Para Ian Morris, no livro *"Inventing ancient culture: historicism, periodization and the ancient world"* editado por Mark Golden e Peter Toohey (1997), a periodização tornou-se parte fundamental para a compreensão do processo histórico dos gregos, principalmente para analisar as questões decorrentes da emergência da formação da cultura helênica no período de 1200 a 700 ac. O autor nos informa que a preocupação com esse período remonta ao século XIX que oscilava entre a classificá-lo de *Dark Age* ou *Heroic Age* (MORRIS, 1997: 96). A oscilação nos revela a ausência de consenso entre os *scholars* sobre o período analisado ao considerar que antes de 1200 seria a Idade Heroica e após 1200 nos apontaria para o *Dark Age*.

O helenista I. Morris identifica três momentos marcantes considerado de ruptura para o período entre 1200 a 700, a saber: a primeira ruptura ocorre em 1870, pois a

noção de Dark Age estava ausente na geração anterior de pesquisadores. Havia a convenção de analisar o período através das narrativas dos poetas líricos que construíram o imaginário social do *Heroic Age* a partir de Homero. A segunda ruptura ocorre após as descobertas de H. Schliemann sobre *Greek Bronze Age*, as análises efetuadas por Petries consegue sincronizar a desestruturação da realeza palaciana micênica com a XIXª Dinastia Faraônica de 1200 a.C. (MORRIS,1997: 97). A terceira fase, o autor argumenta que os achados arqueológicos combinados com a narrativa homérica permite construir o cotidiano do período identificado com Bronze Age (MORRIS, 1997: 98).

Diante da diversidade na construção artificial da cronologia, recorreremos a pesquisadora Claude Mossé no livro *“La Grèce archaïque d’Homere à Eschyle”* (1984) para direcionar como se elabora o saber sobre o mundo grego de forma a indicar qual seria o ponto de partida. Como resposta a autora parte dos testemunhos antigos legado pelos gregos como os poemas homéricos *Iliada* e *Odissea*. A autora cita a principio que a Guerra de Troia foi uma fato histórico que colocou em coalizão os aqueus no qual os micênicos sob a liderança de um rei suserano, combateu os troianos e seus aliados. Essa premissa foi trazida por Moses I. Finley no livro *“O Mundo de Ulisses”* (1963) com base nos relatórios da missão arqueológica de 1932 e 1938. Michael Ventris (1952) ao decifrar a escrita do Linear B constatou que formava um conjunto e dado em forma de inventário da economia da realeza palaciana micênica acentuadamente distinto da sociedade heroica narrada por Homero.

Moses Finley considerou que a realeza palaciana micênica detinha um sistema organizacional semelhante aos dos palácios do Oriente Próximo e sugeriu uma periodização alternativa que parte do século X ao VIII como intervalo chave para entender a especificidade econômica e social da antiga sociedade pré-grega no Dark Age. (MORRIS, 1997: 98). O pesquisador Oliver Dickinson no livro *“The Aegean from Bronze Age to Iron Age”* (2006) considera acentuada a contribuição do Linear B (1952) para a formação do imaginário social do período Dark Age. A descoberta revelou que a liderança estava na

Realeza Micênica e o palácio constituiu-se como centro de poder no qual a escrita era usada como instrumento de controle e organização. O autor traz a memória do leitor a tese de Moses Finley ao afirmar que o sistema organizacional da realeza palaciana micênica evidencia uma notável similaridade com a realeza palaciana do Oriente Próximo (DICKINSON, 2006: 04).

A construção do modelo de análise de Moses Finley está baseada no *tipo ideal weberiano* e na abordagem econômica de Karl Polanyi e o pesquisador usa o termo *Dark Age* apreendido pela pesquisadora francesa Claude Mossé como "*âges obscurs*"/idade obscura, ou seja, o termo estabelece uma aproximação com *Dark Age*. Após uma análise apurada sobre a motivação no uso do termo similar aos ingleses, a autora deixa transparecer uma proximidade com do pesquisador Moses Finley de quem foi secretária nas análises da sociedade e economia no mundo grego em diversas publicações.

Claude Mossé considera que a gênese da *polis* anuncia o fim dos "*âges obscurs*", definida como a formação de uma comunidade territorial organizada em torno de um centro urbano, uma forma rudimentar de *demos* que se reúne em assembleia. Para a autora, o esfacelamento da autoridade real revela um duplo movimento: o deslocamento de autoridade para fora do palácio em direção a grupos da aristocracia guerreira e o aumento de extensão do *demos* caracterizando os três séculos que separam de Homero a Esquilo (MOSSÉ, 1984: 77). A temática integra o título de seu livro "*La Grèce archaïque d'Homero à Eschyle*" (SUEIL, 1984).

A outra vertente de pesquisa sobre a periodização nos leva aos arqueólogos em diálogo com a filologia clássica no qual a proeminência da documentação textual indica que o período anterior a 1200 tornava-se a idade heroica do gregos/*Heroic Age* devido existência de informação em Homero e o período após 1200 qualifica-se como *Dark Age*, permanecendo a margem como tema de pesquisa e demarcando uma descontinuidade entre 1200 a 700 a.C. Na Alemanha, o enfoque filológico emerge com o trabalho de August Wolf no "*Prolegomena ad Homerum*" (1795/1985), na qual alegava que os dados

de Homero provem de narrativas populares preocupadas com valores e atitudes éticas de seu tempo.

As questões de A.Wolf definiram a chamada “questão homérica” uma serie de perguntas sobre a composição da *Iliada* e *Odisseia*. A motivação política está na ideia de nacionalismo junto às escolas britânica, francesa e alemã. Entre 1870 a 1914 os conceitos sobre a antiguidade grega ficaram além da *questão homérica* cujo tema caiu em desuso. O interesse ficou em torno da Idade Micênica descrita por Homero e o período pós 700 a.C. As áreas de interesse ficaram assim: o tema principal era a Idade do Ferro e as invasões dos dórios, na busca de esqueleto que seriam medidos pelo crânio visando provar que os dórios pertenciam à raça ariana. O racismo tornou-se um discurso político, na ausência de ossada usava-se a análise dos estilos de pintura. Neste período emergem também o interesse na arte grega, devido ao acervo cerâmico proveniente das escavações arqueológica do período. Beazley cobriu a etapa entre 1200 a 700 a.C. para “*Cambridge Ancient History*” e afirmava que *entre o florescimento da civilização creto-micênica e o período geométrico se encontra um período de tempo de decadência cultural devido as invasões e conflitos incessantes* (MORRIS, 2007: 163).

Entretanto, “*La Cité Antique*” (1864) de Numa Denis Fustel de Coulanges, formado junto aos circulo católico e antigermânico, rechaçou todos os métodos filológicos provenientes dos alemães. Fustel alegava que todas as sociedades indo-europeias estavam fundadas em torno do culto aos antepassados sepultados próximo das residências. Acrescenta ainda que foi dessa forma que surgiu a sociedade grega e a romana (MORRIS, 2007: 152). A Grécia antiga serviu de base para os debates políticos junto à ideia de estados nacionais como o perigo do republicanismo junto aos britânicos ao citar que na Idade Heroica dos gregos havia florescido uma monarquia ao estilo britânico. Kostas Vlassopoulos no livro “*Unthinking the Greek Polis*” (2007) afirma que a ideia de desestruturação da realeza palaciana serve como sustentação para os gregos visando a construção da história nacional, demarcando o inicio da distinção organizacional

dos gregos quando comparada com os grupos étnicos do Oriente Próximo cujo centro de poder oscilava entre o palácio e o templo (VLASSOPOULOS, 2007: 57).

Corinne Coulet no livro “*Communiquer em Greece Ancient*” nos informa que a escrita emergiu aproximadamente entre o XVI - XIV como nos aponta os tabletes de argila descoberto e Creta acrescido de alguns fragmentos de escrita em vasos de cerâmica. O mérito da descoberta se deve a Arthur Evans, arqueólogo e Michael Ventris arquiteto. A autora relata que antes de 1952 o texto escrito mais remoto conhecido pelos pesquisadores era o de Homero datado do VIII aC e nem se imaginava a existência de qualquer texto anterior a *Iliada* e *Odissea*. Arthur Evans, segundo a autora, denomina a escrita como Linear B devido ao seu traçado peculiar da esquerda para a direita, considerado como o mais remoto sistema de escrita dos gregos, contém três categorias de signos, a saber: os ideogramas, os caracteres fonéticos e os signos determinativos como as barras para separar as palavras (COULET, 1996: 18).

O conjunto de tabletes Linear B chegou até a modernidade devido ao incêndio nos palácios, mesmo a destruição da arquitetura creditada aos dórios, se deve ao processo de transumância dos gregos. A especificidade da escrita linear estava atrelada a necessidade econômica e se prestava a inventariar e administrar os bens do palácio através de arquivos, ação destinada a um pequeno grupo de especialistas identificados como *funcionários palacianos*. A desestruturação da realeza palaciana, os registros e arquivos perderam o seu lugar e tornou-se memória da contabilidade da realeza palaciana. Entretanto, Corinne Coulet nos adverte que a escrita perdida por três séculos ao qual a historiografia francesa denomina de *séculos obscuros* não deve ser considerado como uma *época decadente*, como o termo Dark Ages deixa transparecer devido a ausência da escrita. A autora reconhece a dificuldade de apreender contatos e comunicação além de outras atividades humanas. Entretanto, a escrita reaparece séculos após o incêndio nos palácios sob a forma de um alfabeto precursor da escrita usada no Ocidente na atualidade (COULET, 1996: 22). Podemos indagar que a pesquisadora Corine Coulet considera que o

alfabeto grego teve o seu processo de formação entre XV e VIII, ou seja, em meio ao período denominado de *Dark Age* pela historiografia anglo-americana. Francis Prost corrobora com Corinne Coulet, ao afirmar que a ausência de documento escrito e literário fez emergir uma série de mal entendidos que gerou qualificar o período entre XI ao VIII como *séculos obscuros* ou *idade média dos gregos* ou seja *Dark Age*, termos considerados pelo autor de acentuada conotação pejorativa (PROST, 2000: 50).

Podemos afirmar que a historiografia francesa critica a aplicação do conceito de *Dark Age* para qualificar o período relacionado à desestruturação da realeza palaciana. Em geral os pesquisadores franceses quando detêm necessidade em mencionar o tema preferem usar o termo *séculos obscuros* como forma de distinguir as suas considerações dos adeptos anglo-americanos que fazer uso do termo *Dark Age*.

Junto a historiografia britânica, sectária do termo *Dark Age*, os pesquisadores V.R. Desborough (1964), A.M.Snodgrass (1971) e J.N. Coldstream (1977) tornaram-se *scholars* do tema (DICKINSON, 2006: 200). Anthony M. Snodgrass no livro "*The Dark Age of Greece*" (1971/2000) nos esclarece que o termo *Dark Age* detém como matriz a palavra *darkness* usada originalmente por Gilbert Murray na obra "*The Rise of the Greek Epic*" (1907: 29) no qual o autor situa a sua análise entre o período da desestruturação da realeza palaciana micênica e a formação da Grécia arcaica. Para o autor o termo foi gradualmente atraindo os *scholars* que transformam a expressão *darkness* em *dark age* (SNODGRASS, 2000: 01). O conceito emergiu junto aos pesquisadores de língua inglesa que variavam entre *darkness* e o antigo termo alternativo *Greek Middle Ages* aplicado por Eduard Meyer no livro "*Geschichte des Alterthums/História da Antiguidade*" (1893: 249). Como podemos observar, o termo transitou entre ingleses e alemães, como A. Furtwängler no "*Antike Gemmen*" (1900) e R. Burn no livro "*The World of Hesiod*" (1936). Entretanto, a historiografia credits a H. Bengtson no livro "*Griechische Geschichte*" (1950: 61) como precursor na aplicação do termo *Dark Age* ao utilizar a frase "*dark period of transition*" (SNODGRASS, 2000: 22).

Consideramos que no universo francófono, a estreita ligação com o termo foi efetuada pela pesquisadora Claude Mosse ao trazer para o universo acadêmico francês as pesquisas de Moses I. Finley. A autora parte do pressuposto que um novo problema surgiu após decifrar as marcas presentes nos tabletes de argila encontrados nas ruínas dos palácios de Cnossos em Creta e Pylos no Peloponeso, ou seja, o tablete Linear B deixa transparecer a presença dos primórdios da língua grega (MOSSÉ, 1984: 13).

O mundo descoberto através do Linear B coincide com a narrativa de Tucídides ao ratificar o potencial marítimo dos gregos e através da soberania exercida no continente do Peloponeso. A soberania marítima dos gregos resultou na *liderança unipolar* do *anax* Agamemnon na Hélade e no Mar Egeu. A presença do artefato de argila nos remete a possibilidade de liderança dos reis micênicos na região do Peloponeso em expansão para o Mar Egeu.

Na atualidade podemos afirmar que pesquisa sobre o período de colapso do Bronze Age aponta para uma continuidade no período que o precede, ou seja, *Iron Age*. As recentes pesquisas sobre o período da formação da polis nos relata que a escrita do alfabeto grego teve início neste intervalo de tempo e que devemos relativizar a ideia de total desarticulação e empobrecimento da região como afirmavam os scholars do século XIX. Acrescentamos que o período denominado de *Dark Age* pode não ter sido tão obscuro.

Na Ática a região de Perati apresenta um relativo abandono ou deslocamento de população e acordo com os dados arqueológicos de M.R. Popham no *Collapse of Aegean civilization* ocorreu algumas precariedades no estilo de vida, na produção artesanal e nos contatos e comunicação e o termo *Dark Age* seria mais ajustado para o intervalo do Late Bronze Age e o submicênico (LEMOS, 2006: 88). Entretanto, este intervalo nos aponta que em Atenas, Lefkanti, Argos e Koukonaries/Paros sobreviveram e trazem evidências contrárias (MUHLY, 2003: 27). Logo, consideramos que a continuidade de pesquisas sobre os sítios arqueológicos tornam-se necessários visando trazer novas evidências para os

diversos períodos em tornos da formação da sociedade grega. O artefato proveniente da cultura material tem identificado novos sítios e assentamentos, processo de migração ocorrido nesse intervalo de tempo conceituado de Dark Age.

Tal fato nos leva a concluir, de forma parcial, que a abordagem do período denominado de *Dark Age* ainda continua como uma grande questão histórica que é polêmica e se encontra aberta para novos debates.

BIBLIOGRAFIA

- CANDIDO, M^a Regina. Arqueologia Clássica em debate. In: *Kerameikos, o lugar antropológico dos praticantes da magia em Atenas*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2010, p. 13 a 23.
- COULET, Corinne. *Communiquer en Grece ancienne:écrits, discours, informations, voyages*. Paris: Belles Lettres, 1996.
- DESBOROUGH,V.R. *The Greek Dark Ages*. New York: St Martin's Press, 1972.
- DICKINSON, Oliver. *The Aegean from Bronze Age to Iron Age: continuity and change between the twelfth and eighth centuries BC*. New York: Routledge, 2006.
- ETIENNE,Roland et alii. *Archéologie Historique de la Grece Antique*.Paris:2000.
- FUNARI, P. *Estudos de Arqueologia Histórica*. Erechim, RS: 2005, p.35 a 44/97 a 104.
- LEMOS, Irene S. The Dark Age of Greece. In: BISPHAM, E. *The Edinburgh Companion to Ancient Greece and Rome*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.
- MORRIS, Ian. *Historia y Cultura: la revolución de la arqueologia* Barcelona: Edhasa, 2007, p. 23-58.
- _____. Periodization and the Heroes: inventing a Dark Age. In: GOLDEN, Mark (orgs). *Inventing ancient culture: historicism, prerioidization and the ancient world*. London: Reoutledge,1997.
- MOSSE, Claude. *La Grèce archaïque d'Homere à Eschyle*.Paris: Seuil,1984.

MUHLY, James D. Greece and Anatolia in the Early Iron Age: the Archaeological evidence and the Literacy tradition. *Centennial Symposium, W. F Albright Institute of Archaeological Research and American School of Oriental Research*. New York: Eisenbrauns, 2003.

PROST, Francis (orgs). *Archeologie historique de la Grece antique*. Paris: Ellipse, 2000.

SNODGRASS, A.M. *An Archaeology of Greece*. California: California University Press, 1992. P.36-66.

_____. *The Dark Age of Greece*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1971.

VIDAL-NAQUET, Pierre . *O Mundo de Homero*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

VLAISOPOULOS, Kostas. *Unthinking the Greek Polis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Dossiê

AS PERIODIZAÇÕES DA HÉLADE – CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS CONCEITOS DE ARCAICO, CLÁSSICO E HELENÍSTICO

Luis Filipe Bantim de Assumpção⁴⁶

RESUMO

Como podemos verificar, as periodizações se tornaram ferramentas de demasiada importância para os pesquisadores, sobretudo no que concerne a tentativa de delimitar e se remeter a um dado momento histórico. Todavia, as periodizações são sistematizações acadêmicas passíveis de um processo de historicização. Desse modo, tendo em vista o que fora apontado, objetivamos por analisar a maneira como as periodizações de “Arcaico, Clássico e Helenístico” foram desenvolvidas, historicamente, para dar conta das especificidades das sociedades helênicas.

Palavras-chave: Periodização – Hélade - Antiguidade

ABSTRACT

As we can see, the periodizations became very important for researchers, especially with regard to attempt to delimit a historical moment. However, the periodizations are academics systematizations subjects of a historicization process. Thus, in view of what pointed out, our purpose is analyze how the periodization of “Archaic, Classical and Hellenistic” were developed historically to explain the specificities of hellenics societies.

Keywords: Periodization – Hellas - Antiquity

⁴⁶ O Prof. Luis Filipe Bantim de Assumpção é mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sendo bolsista CAPES e orientando da Prof.^a Dr.^a Maria Regina Candido. O referido pesquisador é Coordenador de Publicações do Núcleo de Estudos da Antiguidade. Contato: lbantim@yahoo.com.br

A disciplina histórica, tal como tem sido transmitida em todos os níveis de ensino obedece a um “sistema de adequação”, cujo principal objetivo seria o de permitir que os fatos históricos diversos e temporalmente descontínuos se organizem em uma ótica linear e sucessiva. Entretanto, tais “sistemas de adequação”, denominados de periodizações, foram construídos no intuito de corresponderem ao propósito dos investigadores “modernos”. Deste modo, notamos que tais demarcações temporais, na sua grande maioria, não lidam com as práticas político-culturais das sociedades as quais se remetem. Logo, podemos afirmar que as periodizações detêm como objetivo auxiliar os especialistas na compreensão de acontecimentos históricos que escapam a percepção devido a amplitude espaço-temporal em que ocorreram.

No que tange a Antiguidade da Hélade isso não se deu de maneira diferente, e abordar o modo como essas periodizações foram estabelecidas se encontra no cerne de nossos objetivos no presente artigo. Para tanto, basta que citeamos um pequeno exemplo. Se tivéssemos a possibilidade de indagarmos um ateniense do século V a.C., acerca do período histórico em que ele se considerava inserido, teríamos pelo menos duas respostas que, embora acabasse não respondendo de forma clara a nossa indagação, seriam imensamente esclarecedoras quanto à maneira que esse sujeito se reconhecia de acordo com a sua realidade espaço-temporal. De fato, o nosso ateniense imaginário poderia nos contestar sobre o que seria “*período histórico*”, tendo em vista que a história tal como conhecemos, não era uma realidade para os homens da Hélade no século V a.C., ainda que Heródoto (*Ἡρόδοτος*) tenha denominado de “*Histórias*”⁴⁷ a sua obra descritiva que analisava os costumes de diversas “*sociedades*”, sejam elas de helenos ou não. No que diz

⁴⁷ Na perspectiva levantada por Egbert Bakker, o vocábulo “*historie*” seria uma forma de designar uma ferramenta intelectual e uma atividade comunicativa de narrar, apresentar e descrever, para a posteridade os fatos sociais importantes, construções arquitetônicas, feitos políticos de sujeitos ilustres, práticas culturais, cujo conhecimento somente se torna passível através da investigação. Logo, o termo que Heródoto (*historie apodexis/ἱστορίας απόδειξις*) utiliza seria o equivalente a “*apresentação pública de suas pesquisas*” (BAKKER, 2002: 03-08).

respeito ao século V a.C., o mesmo não entenderia a nossa delimitação, afinal, Cristo enquanto um marco histórico somente iria surgir séculos mais tarde. Sendo assim, ainda que esse exemplo aparente ser inadequado, ou mesmo insuficiente, ele nos possibilita verificar que as periodizações que conhecemos são detentoras de uma historicidade, ou seja, elas foram criadas para corresponderem a interesses particulares, sobretudo, das sociedades que se denominaram “*modernas*”.

Um aspecto o qual podemos ressaltar e que não esteve fora da análise do historiador polonês Krzysztof Pomian seria a importância dos marcos religiosos para o desenvolvimento das periodizações ocidentais. Notamos outra característica que até mesmo para pesquisadores experientes, em muitas ocasiões, parecem realidades históricas inquestionáveis, ou seja, a divisão temporal em “*antes e depois de Cristo*”. Ainda que Pomian (1993: 166) declare que as periodizações religiosas se opõem as políticas – devido ao fato destas serem específicas e estarem voltadas para eventos históricos mais precisos, enquanto que as religiosas seriam mais extensas e universalistas – observamos que em nossa sociedade ambas passaram a interagir concomitantemente para que os valores religiosos e políticos fossem interiorizados por um conjunto de sujeitos. Pomian elucida que a demarcação cronológica pautada no nascimento de Jesus foi estabelecida somente no século VI da nossa era, por Dionísio “*o exíguo*” (POMIAN, 1993: 164). A partir das palavras de Pomian, podemos afirmar que a utilização do termo “*antes e depois de Cristo*” detém uma historicidade, passível de ser datada e que corresponderia aos interesses político-sociais de um contexto histórico particular. Com isso, ao adotarmos a periodização como um conceito, e mediante o fato desta ter sido criada em um determinado período histórico, observamos que algumas ressalvas teórico-metodológicas devem ser tomadas no que tange a sua aplicabilidade.

Dialogando com Pomian, a periodização estabelecida entre os pesquisadores ocidentais correspondem unicamente aos marcos históricos do Ocidente (POMIAN, 1993: 164). Por sua vez, as periodizações as quais conhecemos objetivam por construir uma

identidade comum entre todos aqueles que partilham, historicamente, desses fatos (POMIAN, 1993: 164). As argumentações de Pomian nos levam a observar outros aspectos, pois, o que estaria acontecendo em uma sociedade tal como a China no período em que atenienses, espartanos e outros helenos combatiam os persas na batalha de Plataea⁴⁸? Logo, notamos que os pressupostos de Pomian podem ser verificados rapidamente, e que a formação de uma identidade cultural comum entre determinados grupos sociais seria, por vezes, a prioridade na elaboração de uma periodização.

Desta forma, para que possamos justificar as argumentações aqui produzidas, recorreremos aos pressupostos teóricos desenvolvidos pelo historiador alemão Reinhart Koselleck, acerca da *“História Conceitual Alemã”*. Nos dizeres de Koselleck, a *Begriffsgeschichte* teria surgido devido à transferência descuidada de termos modernos, para se remeter a questões do passado e pelo fato das ideias serem tratadas, até então, como constantes que, embora se articulassem em figuras históricas diferentes, permaneciam fundamentalmente imutáveis (KOSELLECK, 2004: 79). Koselleck nos chama a atenção, sobretudo, para a maneira como os contextos político-sociais acabam atribuindo novos significados para antigas palavras, chegando ao ponto de criarem neologismos (KOSELLECK, 2004: 79). Sendo assim, mediante os apontamentos expostos por Reinhart Koselleck, iremos nos valer de sua proposta teórico-metodológica quanto à aplicabilidade de nosso arcabouço conceitual, ou seja, através da *“História dos Conceitos”* tentaremos minimizar os anacronismos históricos provenientes de uma utilização negligente de conceitos, que em nosso experimento se resume pela periodização.

Entretanto, devemos nos atentar que o próprio termo Antiguidade, o qual frisamos anteriormente, se remete a uma periodização específica, que segue os interesses de um determinado contexto social. Quanto a isso, Pomian explicita que essa demarcação

⁴⁸ A batalha de Plataea (Πλάταια) teria ocorrido em, aproximadamente, 479 a.C., em Plataea na região da Beócia (Βοιωτία), sendo esta ocasião identificada como um dos embates decisivos que marcaram as Guerras Greco-pérsicas, tendo em vista que após este confronto os persas iniciaram sua retirada da Hélade (CHRISANTHOS, 2008: 47-50).

temporal que fragmenta a história em, no mínimo, três períodos (*Antiguidade, Medievo e Modernidade*) foi criada pelos pensadores italianos do chamado “*Renascimento*”, mas também pelos historiadores provenientes das “*Reformas Religiosas*”. Nas palavras do referido pesquisador polonês, essa periodização teria uma conotação política, na qual o presente seria um “período áureo” por tentar superar os valores, sobretudo religiosos, dos séculos que imediatamente lhes precedeu (*Medievo*) através da recuperação das práticas culturais grandiosas provenientes de sociedades antigas, tais como a ateniense e a romana (POMIAN, 1993: 171-172). Mediante as argumentações de Pomian podemos conjecturar que, as periodizações estabelecidas pelos “*renascentistas*” detinham como interesse estabelecer um discurso capaz de legitimar idéias e práticas sócio-religiosas, nas quais o presente seria superior ao que passou – ou que deveria passar – por rememorar os valores prósperos, porém remotos, dos helenos e latinos e que o *Medievo* acabou por “*obscurecer*”.

Pomian justifica seus apontamentos a partir dos estudos do pintor e escritor italiano Giorgio Vasari⁴⁹. Nas palavras de Krzysztof Pomian, Vasari desenvolveu as suas periodizações para dar conta da História da Arte, que para o mesmo, seria dividida em três períodos – a *Arte Antiga, Média e Moderna* (POMIAN, 1993: 173). A periodização de Vasari obedece a um ordenamento cíclico, no qual embora os homens do presente tenham condições de se igualar aos Antigos, aqueles seriam superiores a estes por terem a capacidade de superá-los (POMIAN, 1993: 174-175). Neste ínterim, notamos que a perspectiva de Vasari pretende romper com certa linearidade temporal que mantinha a arte do seu tempo atrelada ao “*Medievo*”, do mesmo modo que a sua tentativa de

⁴⁹ Segundo Julia Bondanella e Peter Bondanella – tradutores e comentadores da obra de Vasari, “*A Vida dos Artistas*”, em uma de suas versões para o inglês – declararam que o artista italiano teria nascido em 1511 em uma pequena cidade da região de Arezzo. Quando chegou a Florença teria se tornado amigo de Michelangelo, e posteriormente foi empregado diversas vezes por membros da família Médici – tanto de Florença quanto de Roma (BONDANELLA; BONDANELLA, 1998: vii-xiv).

associar a “*Arte Moderna*” com a “*Antiga*” seria um meio de legitimar o seu posicionamento artístico, bem como os seus interesses político-sociais.

Por conseguinte, Pomian também argumenta acerca das periodizações criadas pelos filósofos franceses Jean Bodin (1530-1596) e Blaise Pascal (1623-1662). A partir dos estudos efetuados acerca das obras de ambos os autores, Pomian enfatiza que a proposta de Bodin se aproxima da de Vasari, tendo em vista que o mesmo defende a ideia de que as “*eras*” do mundo se baseiam na evolução cíclica de um período por outro, e devido a isso haveria a superioridade dos modernos em relação aos antigos (POMIAN, 1993: 176). No que condiz a Pascal, Pomian não se aprofunda, porém ressalta que o modo como aquele concebeu a temporalidade histórica se fundamentava em uma perspectiva de continuidade e o seu saber cumulativo, ou seja, adquirido através da acumulação de conhecimento de uma “*era*” por outra (POMIAN, 1993: 177). Dessa maneira, a ótica desenvolvida por Pascal se distancia daquela promovida por Bodin, pois a concepção deste seguia o viés dos ciclos enquanto que Pascal prezava pela linearidade.

Dentre as diversas periodizações que teriam sido elaboradas no decorrer da história europeia, Pomian também faz menção aquela que fora idealizada pelo filósofo iluminista Voltaire (1694-1778). Nas palavras do historiador polonês, a visão de Voltaire também mantinha o seu enfoque no desenvolvimento da Arte como elemento determinante para a elaboração de periodizações, tendo como princípio a “*Antiguidade Grega e Romana*”. Entretanto, o filósofo francês se vale da perspectiva do conhecimento que fora acumulado no decorrer dos séculos e que, ao ser utilizado, possibilitaria que um “*período histórico*” superasse o outro (POMIAN, 1993: 179-182). Logo, observamos que a proposta de Voltaire, que nos fora apresentada por Pomian, ao sintetizar a percepção do tempo enquanto “*Antiguidade, Medievo e Tempos Modernos*” pressupõe que haja a superação de um pelo outro, por intermédio do conhecimento que os homens do passado teriam nos legado.

Após apresentar parte dos pressupostos desenvolvidos na Europa “Moderna” acerca das sistematizações histórico-temporais, Pomian aponta que as periodizações objetivam por ordenar os fatos históricos diversos em uma organização que lhes forneça sentido no interior de uma grande estrutura temporal, fator este que visa possibilitar uma melhor compreensão dos acontecimentos históricos e, geralmente, acabam priorizando os momentos de mudanças como marcos temporais (POMIAN, 1993: 199). Contudo, o referido historiador polonês comenta que tais periodizações teriam a pretensão de estudar/promover uma História Universal, que pudesse dar conta de toda trajetória do homem sobre a Terra. Entretanto, devido à particularidade e a limitação às quais as mesmas se encontram submetidas, essas adequações temporais corresponderiam somente às sociedades do Ocidente e aquelas cujos elementos do passado fossem análogos aos ocidentais (POMIAN, 1993: 199-200). As assertivas de Pomian nos permite corroborar com as prerrogativas levantadas por Koselleck, pois as periodizações são construções históricas que pretendem corresponder às maneiras pelas quais o passado vem a ser estudado, no intuito de poderem organizar os fatos históricos de forma inteligível, facilitando a sua compreensão. Todavia, ainda que a periodização seja um instrumento de análise historiográfica, por vezes útil ao ofício do historiador, nós devemos considerar que a mesma não seria um ideal estático e uniforme, podendo variar de acordo com o contexto histórico e a sociedade em que se encontra aplicada.

No que diz respeito à Antiguidade helênica, verificamos que a mesma detém dois tipos específicos de periodizações, as quais podemos verificar uma geral e outras mais específicas – que funcionam como subdivisões históricas da primeira. Embora a história da Hélade não se inicie no período identificado enquanto *Arcaico*, a nossa delimitação acadêmica nos levou a estabelecer recortes e a efetuar escolhas que, por sua vez, nos levaram a analisar somente algumas dessas “subdivisões” históricas acerca do Mundo Antigo.

O período denominado de “*Arcaico*” fora utilizado para corresponder ao espaço de tempo entre 800 e 480 a.C. Todavia, tal como podemos observar, essa nomenclatura foi constituída de modo que se adequasse a perspectiva acadêmica que considerava o “*período Clássico*” enquanto superior na trajetória histórico-temporal da Hélade. O Prof. Harvey Shapiro nos esclareceu que teria sido no “*Arcaico*” que os elementos culturais característicos das sociedades helênicas, denominadas de “*clássicas*”, foram criados e praticados em um estágio inicial, para que viesse a alcançar a sua “*maturidade*” em espaços de tempo posteriores (SHAPIRO, 2007: 01). Relacionando os apontamentos de Shapiro com os estudos desenvolvidos pelo pesquisador John Davies, este enfatizou que a partir das informações do “*Oxford English Dictionary*” (edição de 1846) tornou-se um consenso considerar o termo “*arcaico*” como sinônimo de um período “*primitivo*”, “*antiquado*” e organizado com base em práticas político-sociais que caíram em desuso (DAVIES, 2009: 03). Davies continua sua argumentação e comenta que, geralmente, se observa o “*período Arcaico*” por meio do ponto de vista da “*modernidade*”, ou por uma perspectiva comparativa junto ao “*período Clássico*” – sendo este último considerado superior e sofisticado em relação ao seu predecessor. Por fim, Davies complementa que ao atribuímos essas características estereotipadas para o “*período Arcaico*” ficamos impossibilitados de reconstruir certas práticas de homens e mulheres que ali viveram, e não se consideravam primitivos, antiquados ou arcaicos (DAVIES, 2009: 03). Os pressupostos apresentados por Shapiro e Davies nos possibilitam endossar a aplicabilidade do arcabouço teórico da *Begriffsgeschichte*, tal como Koselleck propôs, afinal, fomos capazes de notar que a conceituação do “*período Arcaico*” enquanto antiquado foi estabelecida no intuito de ressaltar os feitos das sociedades helênicas do “*período Clássico*”, cujas práticas político-culturais são por vezes consideradas como referenciais do “*Mundo Ocidental Moderno*”. Logo, podemos declarar que a conceituação de “*período Arcaico*” foi empregada com o propósito de legitimar a predominância político-cultural do “*período Clássico*” na Antiguidade helênica, fator este capaz de

ênfatisar os motivos que levaram as sociedades ocidentais modernas a se vincularem, historicamente, aos “gregos clássicos”. Deste modo, dialogando com Koselleck, no intuito de minimizarmos possíveis anacronismos históricos, nós historiadores devemos considerar os eventos da “Grécia Arcaica” no interior de suas especificidades, embora nem sempre tenhamos informações suficientes sobre tais.

Retomando os pressupostos de Harvey Shapiro este esclareceu que a palavra “arcaico” provém do vocábulo helênico “archaikos” (ἀρχαϊκός), cujo significado seria “velho”, “antigo” ou “obsoleto”, sendo este utilizado pelos “gregos modernos” para se remeterem aos “helenos antigos” ou ao “idioma grego antigo” (SHAPIRO, 2007: 01). Contudo o autor comenta que esta palavra quando empregada não detinha uma conotação negativa, sendo semelhante à maneira como atualmente designamos algo primitivo, ou seja, que não seria passível de datação, algo antiquado, mas nem por isso inferior. Entre os helenos da Antiguidade, a expressão *archaikos* foi frequentemente empregada em sinal de respeito, sobretudo no campo da atividade religiosa, pois quanto mais antigo fosse um templo ou uma imagem de culto, mais sagrados estes seriam (SHAPIRO, 2007: 01). Ainda interagindo com os estudos de Harvey Shapiro, este elucidou que os helenos do “período Clássico” e de temporalidades posteriores, não se valeram do termo “Arcaico” para se referirem ao período histórico de seus antepassados, pois os mesmos não dividiam o tempo da maneira que compreendemos atualmente (SHAPIRO, 2007: 01). Nas palavras do historiador John Davies, o conceito de “período Arcaico” foi empregado pela primeira vez na História da Arte, a partir da definição de “arcaico” proposta pelo “Oxford English Dictionary” (DAVIES, 2009: 04). Entretanto, as palavras do prof. Shapiro ressaltam que a utilização deste termo para se referir ao período histórico anterior ao século V a.C., não seria de todo equivocada. Nesse ínterim, Shapiro expõe que os helenos antigos teriam se valido da palavra “archaikos” para descrever certos objetos – tais como obras de arte e arquitetura – produzidos no espaço de tempo que denominamos por “período Arcaico”. Desta maneira, a escolha do vocábulo “arcaico”

seria razoavelmente fiel à concepção dos próprios helenos da Antiguidade (SHAPIRO, 2007: 01).

No que diz respeito à maneira como os historiadores investigaram e tentaram construir a história do *“período Arcaico”*, John Davies aponta que em meados do XIX, devido a predominância do modelo de *“História Tradicional”*, os pesquisadores se utilizaram eminentemente da documentação textual escrita, tendo em vista que naquele contexto político-social era a única que poderia fornecer indícios históricos considerados *“reais”* (DAVIES, 2009: 05). Todavia, tais estudiosos tinham a necessidade de separar as narrativas míticas dos fatos históricos – um aspecto que nem sempre foi possível – para que daí pudessem elaborar uma história coerente a partir de um todo fragmentado. Logo, devido à incapacidade dos classicistas do XIX, de elaborarem um critério de abordagem que separasse os épicos, as narrativas míticas e as crenças regionais dos núcleos históricos do período, ou ainda a ausência de uma metodologia que fosse capaz de detectar o *“significado”* simbólico dos mitos, a história do *“período Arcaico”* apresentou inúmeras lacunas (DAVIES, 2009: 05). Do mesmo modo, diferentemente do *“período Clássico”* que se iniciaria com um evento político, não detemos informações suficientes do *“Arcaico”* para estabelecer, precisamente, a maneira como este se iniciou. Convergindo com as análises do Prof. Shapiro, este nos informou que no *“período Arcaico”* não teria ocorrido nenhum evento histórico, tal como as Guerras Greco-pérsicas, que permitisse uma demarcação da maneira como este se iniciou, entretanto, teria acontecido um desenvolvimento gradual voltado para a superação do empobrecimento que marcou o *“Dark Age”* – embora os achados arqueológicos recentes tenham questionado este estereótipo (SHAPIRO, 2007: 02). Seguindo por um viés semelhante, John Davies ressaltou que traçar a história do *“período Arcaico”*, sobretudo pelo viés dos eventos políticos, seria algo distinto do *“Clássico”* devido à escassez de informações textuais escritas, mas também pelo fato que no *“Arcaico”* os acontecimentos históricos não giravam em torno

de algumas *póleis*⁵⁰, pois cada “*micro-pólis*” e cada santuário apresentavam um amplo número de fragmentos de diversas histórias, sendo elas distintas e ocorrendo concomitantemente (DAVIES, 2009: 05). Sendo assim, podemos conjecturar que a tentativa de sistematizar em um todo coerente os acontecimentos que se deram no “*período Arcaico*” acabaria levando a omissões históricas, afinal, a referida temporalidade foi marcada pela diversidade de práticas que ocorriam entre aquelas sociedades.

No entanto, nas palavras do historiador John Davies, na passagem do XIX para o XX, as informações decorrentes dos achados arqueológicos passaram a compor as análises históricas acerca do “*período Arcaico*”, porém, somente a partir da década de 1970, os artefatos arqueológicos passaram a ser compreendidos como evidências das práticas culturais dos sujeitos que viveram no “*Arcaico*”, possibilitando que houvesse a complementaridade dos discursos presentes na documentação textual escrita ou que os mesmos fossem refutados (DAVIES, 2009: 09-15). Com isso, verificou-se que o desenvolvimento político-cultural na “*Hélade Arcaica*” se deu através da interação com sociedades vizinhas da região do Mediterrâneo e dos Balcãs, permitindo a organização de uma rede de interações de cunho político e econômico, que produziu nos helenos – entre 800 e 700 a.C. – a escrita alfabética, a arquitetura monumental, o comércio marítimo e a formação de *apoikiai*⁵¹ (SHAPIRO, 2007: 02; DAVIES, 2009: 15). Por fim, ambos os autores comentaram que o consenso acadêmico estabeleceu que o início do “*período Arcaico*” se deu com a instituição dos Jogos Olímpico em 776 a.C., e culminou na Batalha de

⁵⁰ O termo *póleis* corresponde ao plural do vocábulo *polis* que, por sua vez, pode ser concebido pela relação entre um espaço físico, que envolve a área urbana (*asty*) e a rural (*khora*) ocupado por uma sociedade e pelas interações de caráter político, econômico, cultural, religioso e militar desempenhadas pelos sujeitos em se meio social (ASSUMPÇÃO, 2011: 167).

⁵¹ Nas palavras do romanista Carlos Eduardo Campos, o termo *apoikia* teria uma equivalência com o vocábulo moderno “*colônia*”, cujo significado seria o estabelecimento de um grupo de sujeitos em uma região culturalmente distinta de sua “*pólis*” de origem, sendo detentora de traços culturais semelhantes e podendo manter ou não relações econômicas com esta (CAMPOS, 2010: 04).

Maratona⁵², durante as Guerras Greco-pérsicas, em 490 a.C. (SHAPIRO, 2007: 02; DAVIES, 2009: 03). A primeira invasão dos persas, segundo Shapiro, teria sido o ponto culminante da história do “*período Arcaico*”, que passou a ser considerado o “*divisor de águas*” na formação da identidade da Hélade, na qual um amplo contingente de helenos se uniu para impedir a dominação de seu território ancestral (SHAPIRO, 2007: 02). Convergindo com os pressupostos de Harvey Shapiro e John Davies nós verificamos que o “*período Arcaico*” foi um momento histórico de demasiado desenvolvimento político, econômico e cultural, cujas sociedades do “*período Clássico*” apenas modificaram devido às novas necessidades que o contexto social apresentava.

No que concerne ao “*período Clássico*”, podemos afirmar que este foi o momento da história da Hélade cujos pesquisadores, sobretudo a partir do XVIII, mais se dedicaram em analisar. Diferentemente do “*Arcaico*”, o espaço temporal identificado pelo termo “*Clássico*” foi marcado de inúmeros eventos de cunho político-militar, que associados ao desenvolvimento cultural, fizeram desse período histórico o de maior relevância, em um primeiro momento, para a formação de uma identidade político-cultural entre as sociedades europeias ocidentais.

Nos dizeres do historiador Robin Osborne, o espaço de tempo que abarcou os séculos V e IV a.C. foi um referencial entre as *póleis* helênicas, pois os mesmos, devido ao contexto social, transformaram suas sociedades ao ponto de permitir que estas se tornassem referenciais para a posteridade. Osborne enfatiza que a “*Hélade Clássica*” produziu obras arquitetônicas de grandes proporções – se comparadas aos padrões da época – e, somando-se a tais aspectos, os helenos teriam aperfeiçoado as técnicas de escultura, fornecendo aos artistas um conhecimento acerca das medidas de proporção que foram assimiladas por outras sociedades (tal como a romana) enquanto um modelo técnico-artístico que merecia ser seguido. Do mesmo modo, Osborne insere as tragédias e

⁵² A batalha de Maratona (*Μαραθών*) foi empreendida pelos atenienses e os habitantes de Plataea contra a invasão dos persas, na planície de Maratona, localizada na área leste da Ática (CHRISANTHOS, 2008: 38-40).

a filosofia no cerne das produções culturais helênicas, cujas sociedades ditas “modernas” se apropriaram incessantemente. Por fim, o referido historiador declara que tais características, associadas ao aprimoramento das instituições políticas foram os marcos históricos que fizeram com que os séculos V e IV a.C. fossem considerados pela posteridade, enquanto os mais importantes da história Hélade (OSBORNE, 2000: 01-02).

Todavia, não podemos deixar de comentar que essa perspectiva foi construída pelos cientistas sociais, no decorrer do XVIII e XIX, no intuito de fomentar a identidade cultural dos europeus do referido período, e até mesmo de justificar medidas de cunho político evidenciando a “supremacia” das sociedades da Europa sobre as demais, pelo simples fato de serem herdeiros da tradição “Clássica” – seja ela grega ou romana.

Na perspectiva do pesquisador Uwe Walter o termo “Clássico” derivou do adjetivo latino “*classicus*”⁵³ tendo sido este utilizado para se referir aos sujeitos pertencentes a mais alta hierarquia social de Roma, e foi aplicado com o sentido de “primeira classe” de homens, na França em 1548, pelo jurista Thomas Sébillet (1512-1589) ao fazer inferência aos “*excelentes e clássicos poetas franceses*”, sendo esses identificados por um número limitado de poetas da “Idade Média” (WALTER, 2006: 04). Contudo, dialogando com o aporte teórico de Reinhart Koselleck, este nos afirma que os conceitos não são ideias imutáveis, tendo em vista que os mesmos se transformam de acordo com o contexto histórico e institucional do período. Do mesmo modo, ainda que tais conceituações se modifiquem, parte de seu significado original persiste no decorrer do tempo, fornecendo certa validade empírica para a utilização acadêmica “moderna” (KOSELLECK, 2004: 80-82). Com isso, convergindo com os pressupostos de Koselleck, verificamos a partir de Walter que o termo “Clássico” foi empregado para designar algo antigo que resistiu ao tempo, falando para as gerações posteriores como se tivesse sido concebido precisamente para

⁵³ Podemos endossar os apontamentos do autor por meio das informações presentes no “*Oxford Latin Dictionary*”, no qual o mesmo expõe que o vocábulo “*classicus*” fora empregado para se remeter as mais altas magistraturas da sociedade romana (BRYAN-BROWN, 1968: 333).

estas, devido ao impulso e a dinâmica de suas ideias (WALTER, 2006: 02). Sendo assim, notamos que o conceito de “*período Clássico*” fora aplicado pelos investigadores do XVIII, para incutir a concepção de que o desenvolvimento político-cultural da Hélade, nos séculos V e IV a.C., superavam aqueles que os precederam, bem como os posteriores, permitindo que os mesmos se tornassem referenciais para as sociedades modernas.

Nas palavras de Walter, os estudos desenvolvidos pelo historiador da arte Johann Joachim Winckelmann (1717-1768) contribuíram para que outros artistas e pensadores seguissem a perspectiva acerca da grandiosidade helênica. Embora os vestígios históricos que Winckelmann teve acesso fossem muito menores se comparados com as pesquisas que ocorreram posteriormente ao seu tempo, o mesmo considerou que as esculturas da Antiguidade representavam, acima de tudo, uma visão artística plenamente realizada do homem (WALTER, 2006: 01). Complementando tal assertiva, o cientista social Uwe Walter nos forneceu parte da maneira como Winckelmann concebia a arte helênica, e que se encontram em sua obra “*Reflexões sobre a Pintura e a Escultura dos Gregos*” (1755), na qual o mesmo declarou que o único modo pelo qual os homens de seu tempo poderiam ser tornar superiores, e quiçá inimitáveis, seria reproduzindo as práticas culturais dos antigos helenos (WALTER, 2006: 01). De maneira semelhante o poeta inglês Percy Bysshe Shelley (1792-1822) teria declarado que todos os europeus eram “*gregos*”, afinal, as leis, a religião e as artes mantinham as suas raízes na Grécia (WALTER, 2006: 02). Em suma, Uwe Walter resume que no século XIX, os helenos teriam representado para os partidários de um regime político liberal o ideal de ordem, tradição e disciplina, enquanto que para os radicais, as sociedades helênicas foram capazes de combinar o republicanismo e a liberdade, na mesma proporção que apreciavam a vida em sua experiência máxima (WALTER, 2006: 02).

Por meio dos estudos levantados por Walter podemos reiterar a proposta teórica de Reinhart Koselleck, tendo em vista que embora o conceito de “*Clássico*” tenha sido empregado para se referir a um espaço de tempo particular na história ou a um ramo do

ensino superior das Universidades “modernas”, o mesmo não foi criado pelos sujeitos que viveram no referido período, sendo este uma apropriação moderna de um vocábulo latino empregado para legitimar a superioridade político-cultural da Hélade nos séculos V e IV a.C., que foi identificada como a matriz do pensamento europeu na modernidade. Todavia, ainda que a nossa proposta não esteja atrelada a superação de determinadas nomenclaturas, nós pesquisadores devemos nos atentar ao aplicarmos uma conceituação para designar a historicidade das *pólis* helênicas na Antiguidade, pois tais conceitos se encontram vinculados aos interesses políticos de certos grupos sociais e nem sempre dão conta daquilo a que se propõem.

No entanto, Uwe Walter nos chama a atenção que o modelo de sociedade do “período Clássico” foi determinado pelos feitos históricos de Atenas. Isto teria sido ressaltado pelo fato da documentação textual escrita, a qual tivemos acesso, ter sido produzida em dialeto ático, do mesmo modo que autores como Tucídides (*Θουκυδίδης*)⁵⁴ e Platão (*Πλάτων*)⁵⁵ devido ao contexto social das Guerras do Peloponeso teriam tentado evidenciar a proeminência ateniense. Deste modo, Uwe Walter enfatizou que o “período Clássico” foi qualificado enquanto “Atenocêntrico”, ou seja, os ideais da *pólis* de Atenas (*Ἀθήναι*), quando comparados com as demais sociedades antigas, foram reconhecidos como superiores (WALTER, 2006: 05). Sendo assim, observamos que a produção cultural ateniense do século V e IV a.C., por superar em número aquelas desenvolvidas por outras *pólis*, permitiu que a mesma fosse considerada enquanto um modelo político-social a ser seguido pelas demais sociedades. Partindo desse viés, podemos notar que os esforços dos políticos e intelectuais do XIX, fizeram com que a *pólis* de Atenas se tornasse a personificação dos ideais europeus, a tal ponto que esta passou a ser confundida com a

⁵⁴ Na obra intitulada “*História das Guerras do Peloponeso*”, Tucídides comenta que a *pólis* de Atenas seria como uma escola dos costumes da Hélade (II, 41.1).

⁵⁵ Platão na obra “*Protágoras*” ressaltou que os atenienses seriam os mais sábios dentre os helenos (PROTÁGORAS, 337 d).

totalidade da Hélade, fazendo com que os feitos históricos de outras *pólis* caíssem no esquecimento.

Contudo, somente a partir de 1920, a normativa da noção atemporal do termo “*Clássico*” passou a denotar uma fase específica de um desenvolvimento histórico (séculos V e IV), considerado como o auge qualitativo das sociedades do Ocidente (WALTER, 2006: 05). Logo, através dos estudos dos especialistas da arte, o “*período Clássico*” foi situado entre uma “*era Arcaica*” – imensamente presa às tradições – e um “*período Helenístico*” – voltado para o individualismo (WALTER, 2006: 05-07). Por conseguinte, conjecturamos a partir dos apontamentos de Uwe Walter que o “*período Clássico*”, ainda que tenha sido um momento de grande desenvolvimento cultural, foi demarcado por eventos eminentemente políticos. Deste modo, tornou-se um consenso acadêmico delimitar o início do “*período Clássico*” através do evento da Batalha de Maratona (em 490 a.C.) e culminando com a morte de Alexandre III da Macedônia (em 323 a.C.) (WALTER, 2006: 05). De tal forma, podemos pontuar que os pesquisadores – de meados do XVIII ao início do XX – ao construírem o conceito de “*período Clássico*” teriam objetivado por legitimar determinadas práticas político-sociais, que permitiriam que as sociedades europeias de então fomentassem a sua identidade cultural. Contudo, observamos que atualmente os profissionais acadêmicos, ainda que se valham da referida nomenclatura, já não recorrem aos feitos da Hélade para garantir a verossimilhança de suas produções. Entretanto, também devemos nos atentar que o modo pelo qual a transição de um período histórico por outro acaba sendo ensinada, não pressupõe uma ruptura nos costumes e práticas dos sujeitos que ali vivem, afinal, tais periodizações são convenções acadêmicas voltadas para a sistematização de acontecimentos diversos.

Passemos agora para a nossa análise do “*período Helenístico*”. Dentre as periodizações anteriormente abordadas, o “*Helenístico*” pode ser compreendido como o mais controverso, tanto pela sua demarcação histórica, quanto pelo desenvolvimento político-cultural dos homens que ali se relacionaram. Junto as instituições de ensino

superior, poucas são aquelas que ressaltam os feitos desse espaço de tempo e o modo como o mesmo se desenvolveu, tendo em vista as transformações político-sociais que ocorreram na Hélade, no decorrer do século IV a.C. Enquanto o “Clássico” foi marcado por embates entre diversas *póleis*, sobretudo no que tange a busca pela hegemonia política e econômica dos envolvidos, o “*período Helenístico*” poderia ser caracterizado pelas conquistas efetuadas pelos macedônios, da Hélade ao Oriente (cujo limite foi a Índia). Em geral, a referida periodização corresponde ao espaço de tempo no qual os generais de Alexandre, e os seus descendentes, governaram a Hélade até a conquista romana, indo do final do IV ao final do século I a.C.

Contudo, o fato do “*Helenístico*” culminar com a conquista do Egito (agora sobre a autoridade da dinastia dos Ptolomeus) por Otavio (futuro Augustus), na batalha do Actium (em 31 a.C.), já nos apresentaria uma problemática, afinal, a periodização da sociedade romana não decorre do mesmo modo que a helênica. Dessa maneira, podemos sugerir que este teria sido um dos principais aspectos que teriam levado a supressão do “*período Helenístico*” nos segmentos universitários de ensino. Somando-se a este fator, seria sensato afirmarmos que a escassez de documentação textual escrita proveniente do “*Helenístico*” – quando comparados com o século V, a primeira metade do IV a.C. e o período Romano como um todo – teria contribuído para a sua disforização histórica gradual, entre os pesquisadores do XVIII e XIX.

Convergindo com os apontamentos do classicista Andrew Erskine, o mesmo comenta que devido a tais fatores tornou-se comum considerar a figura e as medidas político-culturais de Alexandre III da Macedônia como o “*divisor de águas*” entre os “*períodos Clássico e Helenístico*”, tendo em vista que o primeiro foi compreendido como um marco histórico do desenvolvimento da Hélade, enquanto que o espaço de tempo após Alexandre seria o declínio dos valores e da identidade dos helenos, construída até o século IV a.C. (ERSKINE, 2005: 01-02). Complementando sua argumentação, Erskine afirma que tanto os helenos quanto os romanos buscavam suas inspirações político-culturais no

“*período Clássico*”. Do mesmo modo, embora os poetas latinos tenham elogiado os seus antecessores de Alexandria, um crítico tal como Dionysius (*Διονύσιος*) de Halicarnassos considerou Alexandre o marco da mudança entre um momento áureo da história da Hélade, para sua subsequente desestruturação helenística (ERSKINE, 2005: 02).

No que tange as pesquisas acerca do “*Helenístico*”, Erskine nos esclareceu que essa aparente negligência se deu até o século XIX, quando o historiador alemão Johann Gustav Droysen criou o conceito de “*período Helenístico*”, após uma série de estudos realizados sobre a figura de Alexandre e seus sucessores, no intuito de dar conta das transformações históricas que sucederam a “*Hélade Clássica*”. Nas palavras de Droysen, as conquistas efetuadas por Alexandre III da Macedônia levaram a uma interação entre a cultura helênica e a oriental que, eventualmente, teria propiciado o florescimento do cristianismo (ERSKINE, 2005: 02). Nesse ínterim, podemos comentar que os pressupostos levantados por Erskine, acerca dos apontamentos de Droysen, objetivavam por fornecer uma linearidade histórico-temporal helênica, bem como uma justificativa para a possível interação político-cultural entre ocidentais e orientais que culminasse na emergência do cristianismo, por vezes identificado como a principal religião das sociedades ocidentais “*modernas*”.

Seguindo por esse viés, através da relação entre os estudos de Droysen e da descoberta de papiros e inscrições, os cientistas sociais puderam ampliar as suas possibilidades de análise, rompendo com uma visão estereotipada acerca do “*período Helenístico*”. No entanto, como esclareceu o Prof. Erskine, embora essas descobertas históricas tenham possibilitado que as pesquisas se expandissem, o “*Mundo Helenístico*” não deteve o mesmo nível de atenção que fora direcionado ao seu predecessor – o “*Clássico*” (ERSKINE, 2005: 02). Desta maneira, Andrew Erskine afirma que podemos reconhecer que houve o predomínio dos “*Clássicos*”, sobretudo como disciplina acadêmica entre as elites sociais européias da “*modernidade*”, elemento este que manteve o conhecimento ativo da “*Antiguidade*”, mas que por sua vez excluiu aqueles

períodos de tempo que pouco teriam contribuído para a compreensão do “*período Clássico*” enquanto matriz político-cultural da “*Europa Moderna*” (ERSKINE, 2005: 02). Com isso, Erskine orienta que para se apreciar o conhecimento das sociedades que viveram no “*período Helenístico*” deve-se abandonar o sistema de valores que considera os séculos depois de Alexandre como um epílogo das realizações da “*Hélade Clássica*” (ERSKINE, 2005: 02). Ampliando as possibilidades da assertiva construída acima, Andrew Erskine cita Johann Droysen e destaca que o “*período Helenístico*” seria um fenômeno, sobretudo, de ordem cultural, pois ainda que o contato dos helenos com as sociedades da Ásia, por vezes, tenha se dado em um caráter político-militar, ocorreu também uma interação entre as diversas manifestações culturais – sejam elas helênicas ou asiáticas. Logo, caso um pesquisador queira abordar o governo dos Selêucidas (proveniente de Selêuco, general macedônico), o mesmo deveria considerar que este poderia integrar tanto a história da Hélade, quanto a do Irã, e devido às particularidades de cada território os Selêucidas seriam, praticamente, duas dinastias distintas (ERSKINE, 2005: 03). Sendo assim, a partir das declarações do classicista Andrew Erskine, observamos que o “*período Helenístico*” não foi uma ruptura histórico-temporal com o “*Clássico*”, pois teria sido naquele que a cultura helênica do século V a.C. foi capaz de se difundir para outras regiões, fazendo com que os helenos fossem identificados – na grande maioria das ocasiões – enquanto referenciais de desenvolvimento cultural. Nesse ínterim, foi no “*Helenístico*” que o modelo de organização social políade foi difundido em regiões estrangeiras, enfatizando a sua propriedade histórico-temporal como um período de grandes mudanças, mas também de fortes permanências.

Por fim, o pesquisador Erskine pontua que, embora tenham ocorrido diversas mudanças socioculturais no “*período Helenístico*”, tal periodização foi delimitada por eventos políticos. Segundo Andrew Erskine, a conquista de Alexandre III sobre os persas deveria marcar o seu início, porém a sua morte prematura em 323 a.C. seguida pela fragmentação de suas possessões acabou se tornando o evento inicial do “*período*

Helenístico” (ERSKINE, 2005: 02). Tradicionalmente, a referida periodização termina com a conquista do Egito ptolomaico pelos romanos na batalha do Actium, fato este que culmina com dois séculos do sucesso romano sobre a Ásia (ERSKINE, 2005: 02-03). As palavras do classicista Erskine trazem a tona parte dos equívocos acerca da delimitação temporal do “*período Helenístico*”, pois a extensão dos poderes romanos sobre as possessões territoriais da Hélade e da Ásia ocorreu de forma gradual, afetando diferentes áreas em períodos distintos de tempo (ERSKINE, 2005: 02-03). Mediante os pressupostos apontados, notamos que a demarcação acerca do final do “*período Helenístico*” se fundamentou no desaparecimento dos reinos que sucederam Alexandre III, sendo um ponto conveniente para o final desse “*período histórico*” vivenciado pelos helenos.

Feitos os devidos esclarecimentos podemos concluir que todas as periodizações são construções efetuadas pelos cientistas sociais, no intuito de sistematizar um conjunto diverso de informações do passado em um todo, relativamente, coerente. No entanto, devemos levar em consideração que em tais “*sistemas de adequação*”, os eventos histórico-temporais passam a obedecer às determinações impostas pelo contexto social e institucional no qual o investigador se encontra submetido, bem como com os interesses do grupo – político, social e/ou acadêmico – em que o mesmo se encontra inserido. Contudo, ainda que tais periodizações por vezes apresentem anacronismos históricos, as mesmas devem ser observadas como instrumentos de pesquisa, tendo em vista que sem as suas demarcações históricas, seria um tanto “*problemático*” situarmos nossos estudos em um espaço de tempo específico e passível de verificação científica. Por sua vez, podemos ressaltar que o nosso objetivo neste trabalho foi o de apresentar a maneira como essas periodizações foram construídas para a “*Antiguidade Helênica*”, pois a sua utilização acarreta escolhas que em diversas ocasiões não dão conta de nossos objetos. Dessa maneira, com base nas argumentações de Reinhart Koselleck, chamamos a atenção dos demais cientistas sociais quanto às ressalvas necessárias quanto ao emprego de conceitos “*modernos*”, para as pesquisas cujo objeto são as sociedades do “*Mundo*

Antigo”, afinal, às conceituações aqui apresentadas foram empregadas em um dado momento da História da Europa tanto para legitimar práticas políticas, quanto para disforizar o passado em prol da “*superioridade*” do presente.

DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL ESCRITA

PLATO. *Protagoras*. London: William Heinemann Ltd., 1967.

THUCYDIDES. *History of the Peloponnesian War*. 4 Vols. Trad.: Charles Forster Smith. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1956.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPÇÃO, Luis Filipe Bantim de. A Hélade no período Clássico, entre o Imperialismo ateniense e a Hegemonia espartana – um debate conceitual. In: *Anais do III Encontro Nacional de Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo – Novas Perspectivas sobre as Práticas Imperialistas no Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2012.

BAKKER, Egbert. The Making of History: Herodotus’ Histories Apodexis. In: BAKKER, Egbert; DE JONG, Irene J.F.; VAN WEES, Hans. *Brill’s Companion to Herodotus*. Leiden; Boston; Köln: Brill, 2002.

BONDANELLA, Julia Conaway; BONDANELLA, Peter. Introduction. In: VASARI, Giorgio. *The Lives of The Artists*. Translated and Introduction: Julia Conaway Bondanella & Peter Bondanella. Oxford: Oxford University Press, 1998.

BRYAN-BROWN, A.N. (Ed.). *Oxford Latin Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1968.

CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. Zacânton: A Colonização Grega de Saguntum. In: *Anais do XIX Ciclo de Debates em História Antiga*, v. 05, pp.01-15, 2010.

CHRISANTHOS, Stefan. *Warfare in the Ancient World – from the Bronze Age to the Fall of Rome*. London: Greenwood Publishing Group, 2008.

DAVIES, John K. The Historiography of Archaic Greece. In: RAAFLAUB, Kurt; VAN WEES, Hans (Ed.). *A Companion to Archaic Greece*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2009.

- ERSKINE, Andrew. Approaching the Hellenistic World. In: ERSKINE, Andrew (Ed.). *A Companion to the Hellenistic World*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futures past – on the Semantics of Historical Time*. Trans.: Keith Tribe. New York: Columbia University Press, 2004.
- OSBORNE, Robin. The Creation of Classical Greece. In: OSBORNE, Robin (Ed.). *The Short Oxford History of Europe – Classical Greece (500-323 b.C.)*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- POMIAN, K. Periodização. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 29 – Tempo/Temporalidade. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.
- SHAPIRO, Harvey Alan. Introduction. In: SHAPIRO, Harvey Alan (Ed.). *The Cambridge History to Archaic Greece*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- WALTER, Uwe. The Classical Age as a Historical Epoch. In: KINZL, Konrad (Ed.). *A Companion to the Classical Greek World*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2006.

Dossiê

O PROBLEMA DA PERIODIZAÇÃO DA “REPÚBLICA ROMANA”: ALGUMAS OBSERVAÇÕES A PARTIR DO ESTUDO DA RELIGIÃO ROMANA

Claudia Beltrão da Rosa⁵⁶

RESUMO

A periodização tradicional dos estudos históricos é um modelo que, como todos os modelos, deve existir em benefício da análise e da interpretação dos dados, e não o contrário. Levantamos, portanto, algumas questões sobre a pertinência do modelo *monarquia/não monarquia* para o estudo da religião romana na “República”.

Palavras-chave: Religião romana; República romana; periodização.

ABSTRACT

The traditional periodization of historical studies is a model that, like all models, must exist for the benefit of the analysis and interpretation of data, no *vice versa*. We raise some questions about the relevance of the model *monarchy/no monarchy* to the study of Roman religion in the "Republic".

Keywords: Roman religion; Roman republic; periodization.

Se aceitarmos que o termo *ιστορία* significa um tipo de conhecimento obtido mediante uma investigação, que costuma ser expresso em forma de narração dos dados obtidos e se refere ao estudo das sociedades humanas percebidas a partir de sua

⁵⁶ Professora Associada de História Antiga e do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A referida docente atua como coordenadora do NERO / UNIRIO.

localização no tempo e no espaço, compreende-se que tal narração ocorra em uma forma ordenada, com ênfase numa ordem espacial e, especialmente, dada a tradição historiográfica ocidental, cronológica.

Até aqui o raciocínio acima, genérico e formal, não costuma criar dificuldades para quem o lê ou ouve. É o que costumamos aprender ao longo de nossa educação formal, mas, como ocorre com vários raciocínios genéricos e formais do tipo, não quer dizer muita coisa. É *verdade*, e pronto, e assim seguimos com ele. Mas, lembrando P. Veyne, "*a verdade é um castelo construído para satisfazer nossas vontades*" (VEYNE, 1989: 16). Aprendemos e ensinamos que os historiadores dispõem de uma variedade de técnicas e metodologias de trabalho para desenvolver suas pesquisas, dependendo de uma série de fatores como os tipos de testemunhos disponíveis, os modos de apresentação da informação e o objetivo da pesquisa. Também não duvidamos que as técnicas e os métodos de trabalho utilizados pelo historiador só ganham sentido quando lhe permitem juntar uma série de fontes, muitas vezes altamente diversas e fragmentárias, num quadro geral que possa outorgar-lhes sentido. Mas, são poucas as pessoas que se ocupam em discutir a *validade* (pois que o tema da *verdade* não cabe aqui) dos modelos – teóricos, interpretativos, explicativos que sejam – que fundamentam e constroem os “quadros” gerais nos quais se dão nossas pesquisas e nosso ensino.

Falamos em modelos, e modelos são estruturações simplificadas da realidade – que sempre nos escapa – que, supostamente, apresentam elementos ou características que permitem aproximar as coisas e fenômenos que estudamos, criando inter-relações entre eles. Modelos são aproximações genéricas, altamente subjetivas, e não incluem todas as observações, todos os dados, todos os fenômenos do que estudamos; em suma, não são a realidade. Os modelos são construções subjetivas porque aqueles que os constroem ou utilizam, em nosso caso os historiadores, escolhem, selecionam, acentuam alguns aspectos e relativizam outros. Certamente, modelos são valiosos por permitirem ordenar alguns aspectos dentre nossos dados, estabelecendo conexões e relações que nos

ajudam a construir hipóteses interpretativas, mas também podem mascarar, esconder, distorcer, aquilo que estudamos, posto que orientam o olhar para determinados aspectos, em detrimento de outros.

Aprendemos e ensinamos, do mesmo modo, que modelos não são elementos fixos e definitivos, e que, ao longo das pesquisas, encontram-se sujeitos a ajustes e correções. Modelos são mediadores do conhecimento, e devem ser não apenas definidos com clareza, mas também observados com cuidado, uma vez que definem a forma e, mesmo, o conteúdo do nosso conhecimento. Contudo, alguns modelos foram tão bem sucedidos em termos de aceitação, divulgação e aplicação que acabaram por ser naturalizados. Com isso, pouco se pensa neles, geralmente são tomados como verdades de fato, e sua *validade* dificilmente é posta em causa.

A divisão da “História” em períodos é um desses modelos que se tornaram tão arraigados no ensino e na pesquisa e, conseqüentemente, no modo de se ver a história, que dificilmente é pensado ou, quando o é, só com muita dificuldade consegue ser “ajustado” para que possa atender mais adequadamente à nossa lide historiográfica e didática. Como disse M. Finley, um dos historiadores mais presentes nas bibliografias de Cursos de História Antiga no Brasil:

O mínimo que o historiador pode fazer é ordenar os acontecimentos numa seqüência temporal. Se não fizesse nada mais, se fosse um cronista na pura acepção da palavra, ele não teria outro problema senão o de colocar as datas na ordem correta. Mas ele sempre faz muito mais, mesmo quando está trabalhando numa área muito restrita. (...) Esse é o procedimento habitual dos historiadores. Contudo, não há uma diferença fundamental entre os dois procedimentos, por mais diferentes que eles possam parecer no resultado final, estética ou psicologicamente. A escolha dos acontecimentos que devem ser ordenados numa seqüência temporal, que devem ser inter-relacionados, reside necessariamente *no juízo de uma ligação inerente entre eles*, quer esse juízo seja ou não expresso em muitas palavras: um juízo, além do mais, se origina da compreensão que

tem o historiador das relações com fatores mais duradouros que em si mesmos não constituem elos da cadeia sequencial de eventos que compõem a 'história' (FINLEY, 1989: 44, grifo nosso).

E os “períodos” estão tão naturalizados e tão presentes na base dos currículos de ensino e dos programas de pesquisa, que não costumam ser vistos como mais um dos modelos explicativos de que dispomos para organizar nossas investigações e nossas narrativas historiográficas, tornando-se um modo de se ver o passado – e, por conseguinte, o presente.

Pensemos um momento sobre o que é um período. Eis um termo longo, que na antiguidade pertencia ao domínio da música. Um *περίοδος*, latinizado como *periodus*, era um *metron* e um princípio de ligação para formações rítmicas e melódicas, desenvolvendo-se na gramática, no estudo da classificação métrica (CHANTRAINE, 2009, s.v. *περίοδος*). O que é um período para além da música? Rigorosamente falando, o período é um conjunto de muitas proposições unidas por um sentido, constituindo um sistema que gravita em torno de ideias centrais, descartando o que parece heterogêneo (cf. MORIER, 1989, s.v. *période*). Uma divisão do tempo em períodos – o que costumamos chamar “periodização” –, que não é exclusividade da história *qua* disciplina, mas pela qual esta é a principal responsável, cria grandes segmentos temporais com sentidos relativos a alguma forma de referência, criando, igualmente, uma uniformidade relativa em tudo o que está inserido em cada um desses segmentos. A periodização, como sói acontecer com todos os modelos, generaliza e simplifica a complexidade das coisas e das relações entre as coisas, e “(...) *simplificando a complexidade nos iludimos a nós mesmos por assumirmos que a classificação reflete a realidade. Mas a abstração nunca pode captar a riqueza da realidade social*” (MCGUIRE, 1996: 02).

Temos de usar conceitos e modelos explicativos para falar sobre o mundo e sobre os nossos objetos de estudo. Falamos com palavras e usamos o vocabulário do nosso mundo. Sem eles, não compreenderíamos nem aos outros, nem a nós mesmos. Se a função do historiador é compreender, interpretar e explicar o que estuda, toda

compreensão, interpretação e explicação envolvem palavras, conceitos e modelos explicativos, e não escapamos a eles. Mas é preciso que conheçamos os limites, o significado, a extensão e as possibilidades de aplicação dos conceitos e modelos.

REPENSANDO A PERIODIZAÇÃO DA REPÚBLICA: A CONTRIBUIÇÃO DE HARRIET FLOWER (*ROMAN REPUBLICS*, 2010).

A periodização usual da pesquisa e do ensino de história antiga romana é, atualmente, adequada aos nossos conhecimentos, objetivos, dados e, especialmente, aos nossos referenciais? Ouçamos Finley mais uma vez:

A validade da esquematização em períodos (ou seus pontos essenciais, o que dá no mesmo) raramente é discutida. A esquematização romana tradicional, em particular, é aceita habitualmente sem análise, como se fosse evidente por si mesma. Não pretendo contestá-la aqui, mas devo salientar que ela pressupõe uma generalização muito grande, qual seja, a de que *a forma da organização política é a instituição central; a forma, sobretudo, em seu sentido mais básico de monarquia ou não-monarquia* (FINLEY, 1989: 44, grifo nosso).

Nosso interesse se volta, há alguns anos, para o estudo das práticas e instituições religiosas romanas do período tradicionalmente chamado “República romana”, e nossos dados não se adequam a tal periodização com facilidade, explicitando a ação procustea de cortá-los aqui ou estendê-los ali, quando é preciso fazê-los “caber” nos moldes tradicionais. Tal dificuldade nos faz perceber que um modelo calcado em uma noção específica de *formas de organização política* não é o mais adequado para a compreensão da *religio romana* em particular e, também, para o próprio estudo das relações políticas e das formas de governo na “República”, assim, tomando como guia a ideia expressa por Ian Morris:

Não podemos passar sem a periodização: ela é parte fundamental do ofício de escrever história. Mas, se queremos evitar a fetichização do período como algo que realmente existiu, o que

impede e perturba o pensamento, *nossa periodização precisa ser um exercício reflexivo*. E o único meio de consegui-lo é através da análise histórica dos processos de escrever a história (MORRIS, 1997: 131, grifo nosso).

Pesquisadores da chamada “República romana” vêm promovendo revisões e releituras de seus objetos de pesquisa, incluindo discussões e questionamentos sobre os modelos explicativos passados e atuais, que orientam tais estudos. Dentre eles, destacamos uma publicação recente, de Harriet Flower, historiadora e professora da Princeton University, e, para nossos propósitos, é interessante retomar alguns de seus pontos principais.

A autora, na introdução de seu livro *Roman Republics* (2010) problematiza de modo coerente a questão da periodização tradicional que faz da República tardia (ca. 133 a.C. ao início do período augustano) um período de “crise”⁵⁷. De fato, habituamo-nos a compreender a República tardia como uma época de crise e, assim, esse “período” da história romana surge em análises historiográficas e em livros didáticos de diferentes correntes, em diferentes países. A *crise da República* é tomada como uma realidade inelutável. Flower pergunta se o conceito de “crise”, tão propalado e aceito pelos historiadores, e cujos desenvolvimentos levaram a ver a história da República tardia como uma única e longa “crise”, seria ainda adequado para interpretar tão longa extensão temporal. Mais grave ainda, a autora comenta o quanto o modelo persistente da “crise da República tardia” levou a uma compactação de cerca de meio milênio da história romana a partir da dicotomia *monarquia/não monarquia*. A autora propõe retomar a discussão sobre a história política da República romana a partir da problematização de sua

⁵⁷O modelo da “crise da República” ainda reina nas análises historiográficas de viés “político-constitucional”, e este viés é analisado no livro em questão. Em pesquisas que se ligam à chamada “História Cultural”, um modelo mais recente, o da “mudança cultural” já pode ser considerado a nova ortodoxia (na historiografia, contudo, surge muitas vezes surpreendentemente associado à ideia de “crise”). Como todo modelo, a “mudança cultural” também deve ser problematizada, especialmente em sua conjunção com uma “crise da República”, mas tal discussão escapa aos nossos propósitos neste artigo.

periodização, buscando lidar com as transformações na cultura política republicana, e comenta:

A despeito do fato de que nosso sistema de datação é falho por seu objetivo primeiro de identificar o momento exato em que nasceu Jesus, nossa cronologia unificada é, indubitavelmente, muito útil e se tornou indispensável. Sua importância se reflete na decisão de muitos autores de renomear esse mesmo sistema de datação como A.E.C. (Antes da Era Comum) e E.C. (Era Comum) em vez de a.C. e d.C., como se ele tivesse uma aplicação universal fora da história do cristianismo. Contudo, o sistema permanece arbitrário, por mais útil e ubíquo que tenha se tornado. Historiadores precisam fazer uso dele, sendo, porém, cautelosos em relação às suas consequências e aos seus limites (FLOWER, 2010: 24).

A “República romana” foi inteiramente situada no período a.C. (ou A.E.C.); é um tempo “anterior” ao nosso arbitrário *marco zero*, em nosso anacrônico modo de perceber o tempo “romano”. Flower chama também a atenção para o fato de que a rubrica historiográfica tradicional “República romana” é tratada como um único período, com base numa única forma de governo, e pergunta: uma única forma de governo, a “republicana”, faria sentido na “República romana”? Eis a principal questão de Flower, a que responde: “não”, propondo várias “Repúblicas romanas”, como seu título o explicita. Mantendo-se rigorosamente no quadro da periodização ortodoxa da “República”, a autora concentra sua análise nas formas de governo, ou melhor, nas instituições políticas romanas, problematizando a visão teleológica que faz convergir mais de meio milênio da história romana a dois pontos: o fim da monarquia e o início de uma “nova” monarquia, o principado, mesmo quando se reconhece que o *imperium romanum* é de séculos anterior a Augusto, e que a *res publica* o ultrapassa também em séculos. Dessa análise, que intencionalmente segue o tradicional viés político-constitucional, a autora propõe não um,

mas treze períodos distintos para não uma, mas seis Repúblicas romanas⁵⁸, tendo como base a análise de padrões de estabilidade e instabilidade políticas.

Não é o caso de assumirmos a periodização proposta por Flower para nossas análises⁵⁹. Para nós, a maior importância desse livro está em enfatizar a permanente – mas facilmente esquecida – necessidade de os historiadores terem ciência e consciência dos modelos explicativos que utilizam em suas análises, e de suas consequências para o modo como se interpreta e escreve a história. A periodização, qualquer que seja, depende de modos de se ver e representar a história, suas continuidades e mudanças, a partir de determinadas premissas, fundamentada que é numa certa teoria da história, com suas prioridades, valores e compreensão das forças de continuidade e de mudança que exerce, como todas as representações quando firmemente estabelecidas, grandes influências no modo de se ver o passado, incluindo seus desenvolvimentos na educação das novas gerações.

Nosso interesse radica no modo de se ver e interpretar a religião romana. Considerando-se que o modo como se classifica o passado em rubricas, nesse caso, temporais, o estudo do meio milênio transcorrido entre o “fim da monarquia” e o “principado augustano” numa única República, com divisões simples em República arcaica, média e tardia, contribui para criar a (falsa) impressão de um longo período estático, com uma vida religiosa também estática, “republicana”.

⁵⁸ A análise da periodização tradicional da República romana levou Flower a propor os seguintes “períodos”: 1º) ca. 509-494 – período de transição pós-monárquica; 2º) ca. 494-451 – período proto-republicano; 3º) 450-367 – 1ª República (tribunos consulares); 4º) 366-300 - 2ª República (emergência da República patrício-plebeia); 5º) 300-151 – 3ª República (1ª República dos *nobiles*); 6º) 180-139 – 4ª República (2ª República dos *nobiles*); 7º) 139-89 – 5ª República (3ª República dos *nobiles*); 8º) 88-82 – período de transição (guerra civil); 9º) 81-60 – 6ª República (a “República de Sila”); 10º) 59-53 – período do “triumvirato”; 11º) 52-49 – período de transição (guerra civil); 12º) 49-44 – Ditadura de César; 13º) período do “triumvirato” e transição para o “principado”.

⁵⁹ Para uma crítica à proposta de periodização de H. Flower, ver a excelente resenha de John North no *Journal of Roman Archaeology*, 2010, disponível em www.journalofromanarch.com/samples/North.pdf

DIFICULDADES (MODERNAS) NO ESTUDO DA RELIGIÃO ROMANA

A mudança histórica é algo difícil de analisar, pois envolve muitas áreas e aspectos integrados da vida dos grupos humanos. A historiografia antiquista, tradicionalmente, lida com apenas algumas dessas áreas e aspectos, e tende a um viés político calcado na documentação literária. É compreensível, portanto, que a periodização da história romana fundamentada na dicotomia *monarquia/não monarquia* tenha tido tão bom sucesso nas análises historiográficas, a despeito das inconsistências que podem ser detectadas com relativa facilidade. Tal esquema dicotômico age sobre a compreensão da religião romana, ao compactá-la e distorcê-la em muitos aspectos.

Os estudos sobre a religião romana, contudo, padeceram não apenas da compactação efetuada pela periodização tradicional, e podemos listar algumas outras dificuldades: a) as *premissas cristianizantes* b) as *premissas racionalistas*; c) os preconceitos contra sacerdócios e rituais; d) o “peso” do helenismo da tradição historiográfica antiquista. Observemos, em primeiro lugar e brevemente, essas dificuldades, cuja distinção aqui, decerto, serve apenas a propósitos expositivos, pois se entremesclam e não podem ser tomadas isoladamente.

Muito se insiste nas dificuldades de o pesquisador compreender algo que é estranho a ele e, no caso dos estudos sobre práticas e crenças religiosas, o mais difícil talvez seja, para os modernos, compreender que suas ideias e ações religiosas são histórica e culturalmente condicionadas e que outros grupos humanos podem não compartilhar das mesmas. Tais *premissas cristianizantes* (cf. BEARD; CRAWFORD, 1985: 26-27) são reveladas com clareza, a nosso ver, pela terminologia utilizada para se denominar a religião romana antiga, e o melhor exemplo é o termo *paganismo*, nascido na polêmica cristã, que é ainda recorrente na historiografia⁶⁰. Trata-se de um termo de

⁶⁰ É certo que outros termos vêm sendo sugeridos e utilizados, como *politeísmos*, *cultos tradicionais* etc., sem conseguir, contudo, substituir com sucesso o primeiro nas análises historiográficas, tão arraigada é a crença moderna num *paganismo*.

nítido cunho pejorativo, invariavelmente apresentado sob a forma do modelo *cristianismo x paganismo*, no qual o primeiro termo é euforizado, o segundo é disforizado, e que leva à ideia equivocada de que haveria uma unidade religiosa na antiguidade romana, o que revela não apenas visões projetivas de crenças atuais no passado como também a permanência de uma visão cristã da história, que marcou indelevelmente o modo de se ver e interpretar o passado (cf. esp. SCHEID, 2010).

Foi em fins do século XIX d.C. que se constituiu um ramo disciplinar denominado *história das religiões*, desenvolvido especialmente a partir dos estudos da nascente antropologia sobre povos africanos e australianos e tendo como base, sobretudo, uma ideia de “religiosidade” cunhada pela teoria da história hegeliana e pela hermenêutica scheleiermacheana, com base em *premissas racionalistas* (esp. BENDLIN, 2000; SCHEID, 2010) que, somadas às premissas cristianizantes, fundamentavam-se na cosmovisão secularizante e racionalista de seu tempo. Tal mistura levou a uma avaliação, e consequente apresentação, da religião romana, designadamente das práticas religiosas detectadas no “período republicano”, especialmente na “crise da República tardia”, como sendo um fenômeno exclusivamente político, criando e divulgando a ideia de que havia uma religião (o paganismo) fria, manipuladora e esvaziada de “conteúdo religioso”⁶¹.

Os preconceitos contra sacerdócios e rituais, por sua vez, radicam especialmente na ideia moderna de um “sentimento religioso” individual e/ou apelando ao indivíduo que caracterizaria a “verdadeira religiosidade”, o que gerou, dentre outras, uma busca incansável por “tendências monoteístas” em religiões como as de Cibele, Isis ou Mitra, e à sua definição como religiões “mais verdadeiras”, ou mais aptas a atender às “necessidades religiosas” dos indivíduos. A religião romana seria, então, algo institucional, inserida nos quadros político-administrativos da cidade antiga, limitada religiosamente, pragmática e

⁶¹ O culto imperial, por exemplo, foi visto como o ápice do uso político da religião, revelando a natureza “degenerada” do *paganismo* no Império Romano, desconsiderando-se as bases religiosas do culto imperial que radicavam, por exemplo, no culto tradicional do *genius* do *paterfamilias* (cf. PRICE, 1987, 1994: 17-19; SCHEID, 2003).

ritualista (SCHEID, 2010; BELTRÃO, 2006; BENDLIN, 2000). Sociedades ritualísticas eram, igualmente, desvalorizadas por este *metron*, e as ciências sociais de fins do século XIX e primeira metade do século XX d.C., destacavam a alteridade absoluta de povos africanos, sul-americanos, australianos e dos antigos, baseados numa ideia de evolução e progresso, não só das técnicas, mas também do espírito humano, cujo *telos* era o sujeito moderno (masculino, europeu e monoteísta), e as revisões e debates antropológicos da segunda metade do século XX d.C., especialmente ao revelarem rituais do “sujeito moderno”, fizeram com que este quadro se alterasse (cf. esp. BOWIE, 2006; BELL, 1992, 2006; BOURQUE, 2000).

Acrescente-se o “peso do helenismo” na historiografia antiquista, um fenômeno facilmente detectável, pois,

A civilização grega é tradicionalmente considerada o arquétipo da antiguidade mediterrânea; assim, a civilização romana se torna derivativa. (...) Daí o pressuposto de que conhecer a religião grega significa conhecer a religião romana; excelentes estudiosos da religião grega se pronunciaram e ainda o fazem sobre a religião romana a partir de uma considerável não-familiaridade com esta religião (PHILLIPS, 2007: 11).

O resultado é, mais uma vez, um obstáculo para o estudo da religião romana, e o tópico ocupa boa parte dos estudos sobre a República romana, especialmente a chamada “República tardia”. Haveria, assim, um estado original da religião romana (rústica, sem mitos, sem imagens etc.), que se modificaria especialmente pelo contato com a cultura helenística, esta sim, sofisticada e complexa, levando à crença de que a religião romana é uma espécie de tradução em latim da religião grega, realizada a partir da conquista romana do Mediterrâneo (BELTRÃO, 2006).

Decerto, há indícios seguros de que os produtos culturais helenísticos foram utilizados como meios, ou instrumentos, da competição aristocrática na “República

tardia”, e de que os romanos se apropriavam da ou compravam a arte grega⁶². E os próprios autores romanos reconheciam uma “helenização”, sem que Cícero fosse o primeiro deles. Exemplos são os prólogos do *Amphitryon*, da *Asinaria*, da *Casina* e dos *Captivi* da comédia romana. A partir de, pelo menos, o século III a.C., a arte e a literatura helenística formavam uma espécie de “cultura transnacional” mediterrânea, criando instrumentos e padrões para se agir, julgar, valorizar ou não as coisas, e os romanos se conectaram a esta “rede mundial”⁶³.

A habilidade das elites do Lácio em estabelecer e manter contatos culturais transregionais, contudo, é detectada desde os séculos X-VIII a.C. (e.g. COARELLI, 1983; 1988; HOLLOWAY, 1996), permitindo entrever a posse e o uso de produtos estrangeiros, e relações pessoais com estrangeiros, garantindo prestígio e reforçando seu poder. Desse modo, se podemos falar em “helenização”, esta não é exclusiva da República “tardia”, nem da República “média”, pois produtos e elementos culturais gregos, dentre eles, elementos religiosos⁶⁴, estavam presentes em Roma desde as primeiras fases da urbanização, seja diretamente oriundos de cidades gregas, seja indiretamente de cidades etruscas e outras⁶⁵.

⁶² A transferência desses objetos frequentemente os descontextualizava; por exemplo, uma imagem de culto de uma cidade grega poria decorar um pórtico ou uma *uilla* romana, e a pragmática e a semântica os textos e das imagens helenísticas se alteravam (ZANKER, 2012; 1998; GASPARRI, 2008).

⁶³ O incremento do drama, do épico e da historiografia, especialmente, conectaram os romanos com segurança nesta “rede”, o que se consolidou no desenvolvimento dos *fasti consulares* e na datação *ab urbe condita*, especialmente (cf. esp. BEARD, NORTH, PRICE, 1, 1998: 114-209; RÜPKE, 2012: 82-91).

⁶⁴ Esta é uma classificação nossa, não dos antigos romanos. Práticas – e, provavelmente, crenças – religiosas são ubíquas em Roma; estão nas assembleias, no Senado, nos edifícios, nos objetos, nos rituais realizados por magistrados e demais representantes da comunidade, seja no todo, seja em parte, e dependiam de autorização e financiamento. Para fins analíticos, compreendemos as ações e crenças “religiosas” como sendo aquelas nas quais pode ser detectado o envolvimento de atores não humanos, ou super-humanos, as divindades, e a suposição de que tais atores intervinham, de um modo ou de outro, na vida humana, individual ou coletivamente.

⁶⁵ Dentre vários exemplos, vide o Volcanal, em pleno *forum Romanum* (ca. século VII a.C.) e o programa arquitetônico e decorativo do templo de S. Omobono, com imagens e narrativas de nítido cunho helênico na Roma dos séculos VI-V a.C. (esp. COARELLI, 1983-85; 1988).

Em suma, esses pressupostos disforizantes modernos somados à compactação efetuada pela forma da periodização tradicional e a ênfase na documentação literária, levaram a uma incompreensão, ou mesmo a uma má compreensão, da religião romana, inscrita que foi no modelo da “crise da República”, mas,

(...) chega a ser surpreendente que a religião deste período [i.e., tardo-republicano] surja tão frequentemente aos observadores modernos como sendo um caso clássico de religião ‘em declínio’, negligenciada ou manipulada para fins ‘puramente políticos’. (...) Uma das razões pelas quais o *declínio* tornou-se dominante na análise é precisamente porque muitos escritores antigos escolheram caracterizar a religião do período deste modo. O poeta Horácio, como outros autores escrevendo sob o primeiro imperador Augusto, olhou para as décadas finais da República como uma era de desolação religiosa – ao mesmo tempo conclamando as novas gerações a restaurar os templos e, conseqüentemente, as tradições religiosas (BEARD, NORTH, PRICE, 1, 1998: 117-118).

E, como já argumentamos,

Assim, esta teoria tradicional apresentava a imagem de um tipo muito negativo de religião, uma religião que teria sua validade nos primeiros tempos, antes ou na época da fundação da cidade, mas permaneceu sempre “primitiva”, sem alterar suas origens agrícolas e pastoris; sempre teria sido dominada pela repetição de fórmulas que se tornavam cada vez mais sem sentido e se tornava distante da experiência concreta (BELTRÃO, 2006: 139)

A “crise religiosa” como *topos* literário augustano tinha algum fundamento em textos da geração de Cícero, especialmente dentre os moralistas, contudo, pesquisadores vêm demonstrando a vitalidade de novas formas de expressão religiosa na “República tardia”, bem como o alegado abandono de templos e de rituais não é detectado para tal período, não apenas pelo registro arqueológico, mas também pela documentação textual, que indicam, ao contrário, uma grande ênfase e grandes investimentos na construção e manutenção de templos e na realização de *sacra* em geral (e.g. BEARD, NORTH, PRICE, 1998, 1: 114-166; RÜPKE, 2012: 144-151). Assim, podemos aventar que, como o “bom

sucesso” da *urbs* dependia da observância dos *sacra* e da deferência às divindades (e.g., Cícero, *Leg.*, II, 18ss; *ND*, II, 8, Tito Lívio, V, 52), o descuido das obrigações religiosas seria um pressuposto logicamente válido para explicar as guerras civis dos últimos anos.

Desse modo, as premissas cristianizantes, as premissas racionalistas, com seus preconceitos contra sacerdócios e rituais e o peso do helenismo nas análises somaram-se às dificuldades trazidas pela compactação e uniformização dos séculos “republicanos”, dificultando e mascarando as pesquisas e a compreensão da religião romana, por várias vezes vilipendiada. Partindo do princípio de que a religião dá sentido e cria um mundo *ordenado* para os seres humanos, ensinando-lhes seus lugares, delineando suas imagens e seus corpos, formando sua compreensão de mundo, de poder, de autoridade, veiculando normas, valores e padrões de diversos tipos, acreditamos que repensar a periodização da história romana pode ser útil para redimensionarmos alguns tópicos tradicionais sobre tal área do conhecimento. Apresentaremos, então, alguns exemplos de dados que se chocam com a imagem e a periodização tradicional da religião romana, buscando estimular a reflexão sobre a periodização dos séculos que compõem a chamada “República romana”.

REPÚBLICA ROMANA, RELIGIÃO ROMANA E PERIODIZAÇÃO

A imagem tradicional da religião romana na “República” é vinculada à ideia de um sistema religioso organizado em colégios sacerdotais, ritualista e que apelava muito pouco à afetividade. Este sistema religioso, forte e bem estruturado nos primeiros séculos “republicanos”, sofrera com os aportes estrangeiros, especialmente “gregos” e com as conquistas romanas, tornando-se apenas mais um dos aparatos governamentais republicanos, e o “programa político” do principado augustano teria retomado as antigas tradições e rituais religiosos então decadentes como meio eficaz – e hipócrita – de fundamentar o “novo regime” (cf. esp. SCHEID, 2005).

A partir do desenvolvimento dos estudos sobre a religião romana, especialmente a partir da década de 1990, nos quais convergem diversas disciplinas, especialmente a

história, a arqueologia e a antropologia do ritual, as evidências começaram a se chocar com o modelo acima resumido. Em primeiro lugar, a necessidade de se repensar a ideia da “crise religiosa” nos séculos II e I a.C., abrindo espaço para se buscar um novo modelo, desta feita mais próximo ao que atualmente se chama “mudança cultural”.

Quando buscamos estudar um processo de desenvolvimento, qualquer que seja, corremos um risco constante de cair na teleologia. No caso dos estudos sobre a religião romana, o risco radica em dois fatores principais: a) o caráter fragmentário e/ou tardio da documentação; b) a expansão imperial romana e a “romanização” (no sentido sociopolítico e cultural), que tem um poder de atração irresistível na historiografia (cf. STEK, 2009: 09-16). As direções e as linhas mestras da mudança cultural na área a que nos dedicamos estão longe de ser claras, o que pode indicar que estamos diante de uma sociedade caracterizada por séculos de mudanças e trocas culturais intensivas e, a partir dessas evidências, concordamos com J. Rüpke que,

A religião romana, como a conhecemos, é em grande parte o produto da República média e tardia, do período compreendido entre a vitória de Roma sobre seus aliados latinos em 338 a.C. e a tentativa dos povos itálicos, na Guerra Social, de estancar a dominação romana, resultando na vitória de Roma sobre toda a Itália em 89 a.C. Impelida pelas próprias mudanças na estrutura e na natureza da aristocracia romana, a religião romana consolidou, canalizou e delimitou tais mudanças (RÜPKE, 2012: 01).

Em outras palavras, o sistema religioso que se apresentava aos modernos como “decadente”, que já não mais satisfazia aos anseios religiosos dos romanos, pode ser uma criação relativamente recente. Melhor ainda, se podemos pensar num “sistema religioso”, este tem de ser aberto, flexível, pois as evidências apontam para um tipo de religião sempre aberta a inovações, mudanças e reinvenções. Vejamos alguns exemplos nos quais os dados se chocam com o modelo *monarquia/não monarquia*, que implica necessariamente rupturas identificáveis na documentação. Assim, nosso *terminus a quo* será a datação tradicional do “início da República” (fins do século VI a.C.) e nosso *terminus*

ante quem será o principado augustano. Como índices, alguns dados sobre templos e sacerdócios na *urbs*.

As pesquisas arqueológicas dos últimos trinta anos indicam a existência de assentamentos contínuos na área de Roma que remontam ao século X a.C. (cf. HOLLOWAY, 1996; COARELLI, 1983-83; 1988; GRANDAZZI, 2010), mas também apontam, no século VIII a.C., a fusão dos assentamentos e uma urbanização propriamente dita a partir de cerca de 650-40 a.C., destacando-se a pavimentação do *forum Romanum* (ca. 625), a drenagem da área com a *cloaca maxima* (século VI a.C.), e a arquitetura doméstica com casas de pedra, antecipando a casa com *atrium*; um local circular no *forum*, identificado como o *Comitium*; um edifício em frente a este local circular, identificado como a 1ª Cúria, em cerca de 600 a.C.; o *Lapis Niger* e o *Volcanal*, um possível *atrium Vestae* e uma provável primeira *Regia*. Cerca de 580 a.C, identificou-se o primeiro templo com pódio no *forum Boarium*, no local do(s) futuro(s) templo(s) de Fortuna e Mater Matuta, com estátuas identificadas como Hércules e Minerva. A urbanização e a monumentalização religiosa pública atinge seu clímax com a construção do templo Capitolino e o templo dos Dióscuros, no *forum Romanum* (COARELLI, 1983-85; 2007; STAMPER, 2005)⁶⁶. Em fins do século V a.C., Roma era uma cidade relativamente grande, com visível vitalidade econômica, lugares de culto e uma detectável expansão militar regional, mas não há indícios de mudanças que possam ser relacionadas com o “fim da monarquia” e o “início da República”⁶⁷. No que tange ao espaço físico da *urbs*, mudanças significativas são detectadas na segunda metade do século IV a.C, especialmente após as chamadas “Guerras Latinas” (ca. 340-338 a.C.), quando, e.g., cinquenta novos templos

⁶⁶ Há divergências significativas entre as propostas de Coarelli e a de Stamper para o Templo Capitolino, sem que a datação do edifício seja posta em causa.

⁶⁷ Entre os séculos VI-IV a.C., são apresentados elementos que permitem supor espaços de sociabilidade religiosa, como os grupos de banquetes detectados por N. Zorzetti (1990) e as associações profissionais e/ou de bairros indicadas por E. Gabba (1984: 157-68), associações de culto familiares/de clientela e associações dionisíacas (WISEMAN, 2000), alguns anteriores a fins do século VI a.C, período tradicionalmente indicado como o início da República.

foram datados, indicando não apenas uma intensificação da monumentalização pública, mas também mudanças religiosas e políticas, segundo as análises de E. Orlin (2002: 116-161) e A. Ziolkowski (1992: 187-89)⁶⁸.

Vejamos os sacerdócios. A tradição literária romana atribuiu a criação de vários sacerdócios aos primeiros reis, e a política romana era interpretada, *grosso modo*, como uma expansão das atividades e do culto da casa do rei (esp. BEARD, NORTH, PRICE, 1998, 1: 52 ss). As ações rituais seriam originalmente tarefa do rei, e a “República” o teria substituído pelo *rex sacrorum* e pelo *pontifex maximus*. A historiografia compreendeu a *religio romana* como algo anterior à República, mas a forma dos *collegia* sacerdotais como sendo uma criação republicana. Contudo, não há nenhuma conclusão segura sobre o *rex sacrorum* ser o herdeiro do rei, mas há indícios de que este sacerdócio já existia antes do século V a.C. (BEARD, NORTH, PRICE, 1998, 1: 54-58), assim como não há nenhum indício seguro anterior ao século IV a.C. sobre a existência dos sacerdócios romanos de destaque no período republicano “médio” e “tardio” (RÜPKE, 2008: 24-28). Desse modo, o sistema de colégios sacerdotais romanos pode não ter existido antes dos séculos IV-III a.C. Os indícios apontam a existência de especialistas religiosos, não necessariamente masculinos (cf. GLINISTER, 2011), responsáveis por cultos particulares e, talvez, por santuários, e o nome *flamen/flaminica* aponta para um vocabulário arcaico. Vestais, Sális e Sális são detectados antes do século VI a.C. (RÜPKE, 2008), mas nada indica a existência de colégios, nem o destaque de pontífices e áugures antes do século IV a.C. (e.g. KVIUM, 2011; SANTANGELO, 2011) Mais ainda, se se pode detectar a existência de pontífices e

⁶⁸ A construção de templos manubiais por generais vitoriosos e a promoção e financiamento de *ludi uotivi* são inovações destacadas no século IV a.C. Junto com tais templos manubiais há, portanto, uma inovação na forma dos *ludi*. A organização dos *ludi* atestados entre os séculos VI e IV a.C. era atribuição de sacerdócios: as corridas de carro em março (nas *Equirria*), em agosto (nas *Consulalia*) e em outubro (*Equus October*), e os participantes eram, provavelmente, jovens da aristocracia romana. O *boom* da construção de templos fez aumentar o número, a forma e a variedade de ritos e festivais, especialmente em conexão com os *ludi*, especialmente no século III a.C., que incluíam corridas, competições atléticas, danças e teatro, no caso dos *ludi scaenici*.

áugures no período compreendido entre os séculos VI e IV a.C., não devemos pressupor de antemão que tivessem as mesmas atribuições de séculos posteriores, pois estas não são, ou ao menos não foram ainda, detectadas.

Passemos ao outro marco temporal, o “retorno à monarquia” de Augusto e a religião romana. Há alguns anos, estudiosos vêm apontando dados e reinterpretções de documentos que problematizam as afirmações de um poder autocrático com roupagens republicanas sob Augusto (e.g. BEARD, NORTH, PRICE, 1998, 1: 167-210; SCHEID, 2005; VÁRHERLYI, 2010). Decerto, a Roma augustana vivenciou um conjunto de inovações religiosas, mas tais inovações se inserem num movimento que é detectado, com alterações profundas nas práticas e instituições religiosas, desde os anos 80 a.C., tanto em termos de construções religiosas e reformas urbanas, quanto em relação aos colégios sacerdotais. A observação das crenças, rituais e instituições religiosas romanas pode contribuir para a compreensão do primeiro século do principado, e *vice versa*. O estudo atento, por exemplo, das decisões de Augusto, mostra-nos como ele estava ligado ao *pontifex maximus*, seu inimigo Lépido que, mesmo exilado, continuava a exercer sua função. Respeitando a tradição, Augusto não aceitou ser o *pontifex maximus* em 13 a.C., o que foi um excelente meio de exercer e encenar sua *pietas*, apesar de que, desde os anos 30 a.C. o futuro Augusto soube neutralizar a resistência do colégio dos pontífices, fazendo eleger apenas seus partidários, orientando os demais para outros sacerdócios. Resta o fato de que ele não podia agir em total legitimidade sem a aprovação – ou melhor, a intervenção formal – do *pontifex maximus*. O poder do imperador, do mesmo modo, era concebido como um conjunto de poderes complementares uns dos outros, e Z. Várherlyi (2010) demonstrou o quanto este poder era partilhado, pela via da religião, com o senado, e criado por este.

Apresentamos apenas dois exemplos, mas, por eles, podemos perceber que uma religião “republicana e estável” estabelecida nos primeiros tempos da “República”, desenvolvendo-se cada vez mais em direção a um ritualismo politicamente oportunista e

estéril, “restaurada” (sincera ou hipocritamente pelo *princeps*) no “retorno à monarquia” é um modelo falacioso. O modelo *monarquia/não monarquia* revela-se infrutífero para o estudo da religião romana, pois o “fim da monarquia” não parece ter trazido alterações significativas, tanto em relação aos sacerdócios quanto à monumentalização religiosa, bem como o “retorno à monarquia” deixa de fora do modelo vários aspectos e práticas da religião romana. Acreditamos a periodização precisa ser um *exercício reflexivo* (MORRIS, 1997: 131); ela pode e deve ser problematizada, pois que modelos existem *para* fins analíticos, não existem *per se*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEARD, M. & CRAWFORD, M. *Rome in the Late Republic. Problems and Interpretation*. New York, Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- BEARD, M.; NORTH, J.A.; PRICE, S.R.F. *Religions of Rome*. v. 1 (*A History*); v. 2 (*A Sourcebook*). Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- BELL, C. *Ritual Theory, Ritual Practice*. New York: Oxford University Press, 1992.
- _____. Ritual. In: SEGAL, R.A. (ed.) *The Blackwell Companion to the Study of Religion*. The Blackwell Publishing, 2006: 397-411.
- BELTRÃO, C. A Religião na *urbs*. In: MENDES, N.M.; SILVA, G.V.(org.) *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006: 137-159.
- BENDLIN, A. Looking beyond the civic pluralism. In: BISPHAM, E; SMITH, C. (ed.) *Religion in Archaic and Republican Rome and Italy*. Edinburgh University Press, 2000.
- BOURQUE, N. An anthropologist’s view of Ritual. In: BISPHAM, E.; SMITH, C. (ed.) *Religion in Archaic and Republican Rome and Italy*. London/ Chicago: Fitzroy Dearborn Publishers, 2000, p.19-33.
- BOWIE, F. Anthropology of Religion. In: SEGAL, R.A. (ed.) *The Blackwell Companion to the Study of Religion*. The Blackwell Publishing, 2006: 3-23.

- CHANTRAINE, P. *Dictionnaire Etymologique de la Langue Grecque*. Histoire de Mots. Paris: Klincksieck, 2009.
- COARELLI, F. *Rome and Environs*. An Archaeological Guide. Berkeley: University of California Press, 2007.
- _____. *Il Foro Romano*. 2 v. Roma: Dall'Oglio, 1983-5.
- _____. *Il Foro Boario*. Roma: Quasar, 1988.
- FINLEY, M.I. *Uso e Abuso da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FLOWER, H. *Roman Republics*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- GABBA, E. The *collegia* of Numa: Problems of Method and Political Ideas. *Journal of Roman Studies*, 72, 1984: 157-68.
- GASPARRI, C. O Clássico Copiado. In: MARQUES, L. A. (org.) *A Fábrica do Antigo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008.
- GLINISTER, F. 'Bring on the Dancing Girls': Some Thoughts on the Salian Priesthood. In: RICHARDSON, J.H.; SANTANGELO, F. (ed.) *Priests and State in the Roman World*. Suttgart, Franz Steiner Verlag, 2011: 107-136.
- GRANDAZZI, A. *As Origens de Roma*. São Paulo: Unesp, 2010.
- HOLLOWAY, R.R. *The Archaeology of Early Rome and Latium*. London: Routledge, 1996.
- KVIUM, C. Inauguration and Foundation: An Essay on Roman Ritual Classification and Continuity. In: RICHARDSON, J.H.; SANTANGELO, F. (ed.) *Priests and State in the Roman World*. Suttgart, Franz Steiner Verlag, 2011: 63-90.
- MCGUIRE, R. "Why complexity is too simple?" In: *Debating Complexity*. Proceedings of the Twenty-Sixth Annual Chacmool Conference. Archaeological Association of the University of Calgary Calgary, 1996
- MORIER, H. *Dictionnaire de Poétique et de Rhétorique*. Paris: PUF, 1989.
- MORRIS, I. Periodization and the Heroes: Inventing the Dark Ages. In: GOLDEN, M.; TOOHEY, P. (ed.) *Inventing Ancient Culture: Historicism*. Periodization and the Ancient World. London: Routledge, 1997: 96-131.

- ORLIN, E. *Temples, Religion and Politics in the Roman Republic*. Leiden: Brill, 2002.
- PHILIPPS III, C. R. Approaching Roman Religion: the case for *Wissenschaftsgeschichte*. In: RÜPKE, J. (ed.). *A Companion to Roman Religion*. Blackwell Companions to the Ancient World. Blackwell Publishing Ltd., 2007: 10-28.
- PRICE, S. *Rituals and Power: The Roman Imperial Cult in Asia Minor*. Cambridge University Press, 1998.
- RÜPKE, J. *Religion in Republican Rome: Rationalization and Ritual Change*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2012.
- _____. *Fasti sacerdotum*. London: Oxford University Press, 2008.
- SANTANGELO, F. *Pax deorum* and Pontiffs. In: RICHARDSON, J.H.; SANTANGELO, F. (ed.) *Priests and State in the Roman World*. Stuttgart, Franz Steiner Verlag, 2011: 161-88.
- SCHEID, J. La cité, l'individu, la religion. Cours. In: _____. Religion, institutions et société de la Rome antique. *L'annuaire de Collège de France*, 109, 2010. Disponível em : <http://annuaire-cdf.revues.org>
- _____. Augustus and Roman Religion: Continuity, Conservatism and Innovation. In: GALINSKY, K.(ed.) *The Cambridge Companion to Augustus*. New York: Cambridge University Press, 2005: 171-193.
- _____. *An introduction to Roman Religion*. Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press, 2003.
- STAMPER, J.W. *The Architecture of Roman Temples. The Republic to the Middle Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- STEK, T. *Cult Places and Cultural Change*. A contextual approach to religious aspects of rural society after the Roman conquest. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2009.
- VÁRHELYI, Z. *The Religion of Senators in the Roman Empire. Power and Beyond*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1989.

WISEMAN, T.P. *Liber: Myth, Drama and Ideology in Republican Rome*. In: BRUUN, C. (ed.) *The Roman Middle Republic: Politics, Religion and Historiography, ca. 400-133 B.C.* Acta Instituti Finlandiae, 23. Roma: Institutum Romanum Finlandiae, 2000: 265-99.

ZANKER, P. *Arte Romana*. Bari: Laterza, 2012.

_____. *The power of images in the age of Augustus*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1988.

ZORZETTI, N. *The carmina conuiualia*. In: MURRAY, O. (ed.) *Sympotica: A Symposium on the Symposium*. Records of the 1st Symposium on the Greek Simposion. Oxford: Clarendon Press, 1990.

ZIOLKOWSKI, A. *The Temples of Mid-Republican Rome and Their Historical and Topographical Context*. Saggi di Storia Antica, 4. Roma: Bretschneider, 1992.

Dossiê

O "FIM" DO MUNDO ANTIGO EM DEBATE: DA "CRISE" DO SÉCULO III À ANTIGUIDADE TARDIA E ALÉM

Gilvan Ventura da Silva & Caroline da Silva Soares⁶⁹

RESUMO

Com esse artigo, pretendemos refletir sobre os limites e possibilidades dos conceitos mais comuns utilizados para definir o sentido das transformações operadas no Império Romano a partir da morte de Cômodo (192), transformações estas que culminaram na redefinição do sistema imperial romano e, do ponto de vista da longa duração, na sua gradual desagregação à medida que avança o século V. Nessa empreitada, é impossível não dedicar uma atenção especial ao século III, um notável *turning point* na história do Império. Nosso propósito é, por um lado, confrontar os lugares de memória que reduzem a época tardia do Império a uma sucessão de eventos catastróficos e, por outro, recuperar, ainda que de modo sucinto, o percurso historiográfico que propiciou a formulação das principais matrizes de interpretação do período.

Palavras-chave: Memória; História; Império Romano

⁶⁹ Gilvan Ventura da Silva é professor de História Antiga da Universidade Federal do Espírito Santo, Doutor em História pela Universidade de São Paulo e bolsista produtividade do CNPq. No momento, executa o projeto de pesquisa *Cidade, cotidiano e fronteiras religiosas no Império Romano: João Crisóstomo e a cristianização de Antioquia (séc. IV d.C.)*. E-mail: gil-ventura@uol.com.br. Caroline da Silva Soares é mestra em História e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. No momento executa, com financiamento da Capes, o projeto de pesquisa *Da diferença perigosa ao perigo da igualdade: táticas cotidianas e a busca pela pureza entre os cristãos na obra de Cipriano de Cartago (século III d.C.)*. E-mail: carollines@gmail.com.

ABSTRACT

In this article, we intend to discuss some current concepts which are employed to define the meaning of the changes occurred in the Roman Empire from the death of Commodus (192 AD) onwards, changes that culminate in a new configuration of the Roman imperial system and, from a long-term standpoint, in its gradual disintegration as the fifth century went by. In this connection, it is impossible not to give special attention to the third century, a remarkable turning point in the Roman history. Our purpose is, on the one hand, to analyze some interpretations which consider the Later Empire a gloomy time span and, on the other hand to retrieve, although in brief terms, the historical itinerary that led to the creation of the main models of interpretation regarding the Later Roman Empire.

Keywords: History; Memory; Roman Empire

CONCEITOS EM CONFRONTO

A História de Roma é amiúde repartida em três grandes fases: Realeza (ou Monarquia), República e Império, cada uma delas contendo pelo menos duas subfases, de modo a facilitar, por meio da cronologia, a apreensão das distintas conjunturas, movimentos e oscilações observáveis ao longo de pelo menos mil e duzentos anos, um intervalo temporal sem dúvida bastante extenso e, como não poderia deixar de ser, marcado por alterações algumas vezes abruptas, outras vezes lentas. Em geral, a historiografia costuma tomar a data de 27 a.C., ocasião em que Otávio foi declarado *Augustus* pelo Senado, na sequência da ratificação dos poderes de exceção que havia recebido para empreender a guerra contra Marco Antônio e Cleópatra, como um divisor de águas entre a República, um sistema sociopolítico que havia perecido no rasto das guerras civis inauguradas com o malogro das reformas sociais propostas pelos Graco, e o Império, um novo momento da História de Roma forjado sob a égide de Augusto. Em quatro décadas à frente do Império (27 a.C.-14 d.C.), Augusto teria lançado as bases de um sistema de governo que, embora sofrendo profundas adaptações, se prolongaria até 476, ano da deposição do último imperador romano do Ocidente, Rômulo Augústulo,

pelos hérulos. Por cerca de quinhentos anos, o Império Romano teria experimentado pelo menos três subfases, conforme uma cronologia, digamos, "tradicional" que, embora seja motivo de acerbadas disputas entre os especialistas, ainda não foi completamente reformulada. A primeira delas, compreendendo os anos de 27 a.C. até 193, é habitualmente designada como "Alto Império", "Período da Paz Romana" ou Principado, elegendo-se a dinastia dos Antoninos (96-192) como o zênite, o ponto máximo, em termos de desenvolvimento político, artístico e cultural. Essa subfase, muitas vezes reputada – não sem exagero, é bom que se diga – como "esplêndida", teria sido sucedida pelos períodos da dinastia do Severos (193-235) e da Anarquia Militar (235-284), que costumam ser amalgamados sob o rótulo de "Crise do Século III", querendo-se com isso exprimir uma situação de agudo abalo das estruturas imperiais, prenúncio de nada mais nada menos do que o colapso da Civilização Clássica, que se efetiva em seguida, entre a investidura de Diocleciano (284) e a deposição de Rômulo Augústulo (476). Essa última subfase é por via de regra intitulada "Baixo Império", *Dominato* ou, como tende a se tornar usual entre nós, "Antiguidade Tardia", cada um desses denominativos exprimindo uma perspectiva particular de interpretação dos acontecimentos característicos dos últimos séculos do Império Romano.

Logo de início, seria oportuno esclarecer que, como assinala Palanque (1971: 05), a divisão entre Alto e Baixo Impérios privilegia os aspectos meramente cronológicos, uma vez que, em História, um período qualificado como "Alto" (a exemplo de Alta Idade Média) é aquele mais remoto, mais distante no tempo, ao passo que o período qualificado como "Baixo" é mais próximo a nós, que nos reportamos ao passado. Desse ponto de vista, "Alto" e "Baixo" Impérios não comportariam *per se* um juízo de valor sobre as *démarches* da História de Roma, mas corresponderiam tão somente a uma fase imperial mais antiga e outra mais recente. Ocorre, no entanto, que por força de um tema tão poderoso como o da "Decadência do Império Romano" ou, em outras palavras, do "Fim do Mundo Antigo", tema este que desde a Antiguidade tem fascinado gerações de

historiadores, literatos e o público em geral, ávidos em identificar o instante decisivo de ocaso da Civilização Clássica que precipitou todo o Ocidente nas "brumas" da Idade Média, Alto e Baixo Impérios passaram a ser vistos um em oposição ao outro, dentro de uma lógica de apogeu e declínio das sociedades que vigorou por séculos nas narrativas histórico-literárias e que, a despeito da sua obsolescência, ainda encontra abrigo nos manuais didáticos escolares, nos *best-sellers* de ocasião e nas películas hollywoodianas rotuladas, não sem certa ambição, como "históricas" ou "épicas", para desespero de todo professor de História Antiga obrigado a instruir uma clientela recém saída do Ensino Médio que ingressa na universidade imbuída da convicção de que os últimos séculos do Império foram, no mínimo, apocalípticos, quando então é possível detectar os ecos de um autor como Gibbon, que na sua obra maior, *Declínio e queda do Império Romano*, publicada em seis volumes a partir de 1776, cuidava de pintar com tons lúgubres o cenário de devastação provocado pelas invasões bárbaras e pelo triunfo da superstição (leia-se, do cristianismo) nos séculos IV e V.

Uma alternativa, em termos conceituais, aos incômodos de uma leitura depreciativa da trajetória do Império seria o emprego dos vocábulos Principado e *Dominato* para nomear as duas faces de um mesmo regime político, no caso a monarquia romana. Desse modo, Principado seria o sistema político-ideológico de teor monárquico que vigorou nos dois primeiros séculos da Era Imperial, resultado direto da obra reformadora de Augusto. Como principais características do sistema, poderíamos mencionar: concentração de poderes político-jurídicos, militares e religiosos nas mãos de um único líder, o *princeps* ou *imperator*; permanência do Senado como um órgão influente no contexto da administração central e provincial; baixo nível de burocratização; autonomia das cúrias (conselhos) municipais na administração urbana; manutenção do ideal de cidadania; e predomínio do que André (1982) qualifica como "teologia civil", ou seja, a crença segundo a qual o imperador seria um "cidadão coroado", o mais apto a governar dentre os pares. Em contrapartida, o *Dominato* constituiria um sistema marcado

por uma intervenção mais intensa e direta da casa imperial (a *domus* ou o *comitatus*) sobre as instituições públicas, num vigoroso processo de centralização política; pela expansão sem precedentes da burocracia; por uma especialização das atividades administrativas e militares; por um decréscimo visível da competência institucional do Senado; pelo esvaziamento da noção de cidadania; pela perda de autonomia das cidades, colocadas sob tutela do poder central; e pela emergência de uma representação da realeza que fazia do imperador (o *dominus* ou *basileus*) um ser divino, *deus et dominus natus*, contrastando assim com a imagem imperial dos primeiros séculos, características estas que certa vez tivemos a oportunidade de discutir com mais vagar.⁷⁰ Embora sejam empregados com certa regularidade pelos historiadores, que evitam hoje falar em Alto e Baixo Impérios devido às implicações valorativas já mencionadas, os termos Principado e *Dominato* se revelam, no fundo, um tanto ou quanto restritivos, na medida em que enfatizam os aspectos políticos do sistema imperial, com destaque para a posição ocupada pelo imperador, em detrimento, por exemplo, dos aspectos sociais ou culturais. Sabemos o quanto é difícil formular uma terminologia que dê conta, de modo sintético e funcional, da pluralidade de fatores intervenientes que integram os processos históricos, quaisquer que sejam eles, o que talvez explique a presença, na literatura, de Baixo Império e *Dominato*, embora com uma frequência cada vez menor, passando o conceito de Antiguidade Tardia a deter a preferência entre os historiadores, mas não sem reservas, como veremos adiante.

À luz dessas considerações preliminares, nosso propósito é refletir sobre os limites e possibilidades dos conceitos mais comuns utilizados para classificar (e também qualificar) o sentido das transformações operadas no Império Romano a partir da morte de Cômodo, transformações estas que de 284 em diante, culminaram na redefinição do sistema imperial romano e, do ponto de vista da longa duração, na sua gradual

⁷⁰ Para maiores informações sobre a configuração do sistema imperial romano entre o Principado e o *Dominato*, consultar Silva (1999) e Silva & Mendes (2004).

desagregação à medida que avança o século V. Nessa empreitada, é impossível não dedicar uma atenção particular ao século III, um notável *turning point* nas estruturas imperiais. Nossa intenção primária é, por um lado, confrontar o conteúdo claramente niilista dos lugares de memória que reduzem a época tardia do Império a uma sucessão de eventos catastróficos e, por outro, recuperar, ainda que de modo sucinto, o percurso historiográfico que propiciou a formulação das principais matrizes de interpretação do período, começando com o testemunho dos próprios contemporâneos. Importa acrescentar que, ao tratarmos da História da Civilização Ocidental, tomada aqui num sentido bastante lato, talvez nenhuma ruptura tenha se revelado tão significativa e suscitado tanta controvérsia como aquela sofrida pelo Império Romano entre os séculos III e V, razão pela qual temas como o da "decadência", "declínio" ou mesmo "ruína" de Roma deram ensejo a múltiplas leituras, estimulando o debate em torno do colapso das sociedades complexas que, por décadas a fio, foi explicado mediante os conceitos de "decadência" e "crise", não obstante as limitações constatadas no seu uso.

UM MUNDO ENTRE O OURO E O FERRO

A exploração dos relatos dos cronistas e escritores que viveram entre o final do século II e o início do século III nos permite detectar certa unidade entre eles, pois os autores são unânimes em afirmar que o seu mundo, quando comparado aos tempos idos, se caracterizaria por um inventário de imperfeições que assinalavam uma deterioração evidente das condições de vida. Para os antigos, sua época havia sucedido uma "Idade de Ouro" marcada por um notável desenvolvimento político e intelectual e por um extenso período de paz, de maneira que o governo dos Antoninos era considerado o "apogeu" da sociedade imperial, atribuindo-se aos governos posteriores a responsabilidade por precipitar o Império na ruína. Esse juízo de valor negativo acerca da atuação dos imperadores que sucederam os Antoninos atingiu de modo muito particular os Severos,

os precursores – e até certo ponto os artífices – da "Crise do Século III", o começo do fim. Herodiano, um funcionário romano que viveu entre 178 e 252 e que escreveu *História do Império Romano*, em oito livros, inicia sua obra narrando os acontecimentos do governo de Marco Aurélio, que teria sido, em sua avaliação, o último entre os bons imperadores. Para outro autor da época, Dión Cássio,⁷¹ o governo de Marco Aurélio teria representado uma "Idade de Ouro" substituída por uma "Idade de Ferro" (o governo dos Severos). Tanto Dión Cássio quanto Herodiano expressam a opinião aristocrática e senatorial sobre o assunto, atribuindo às revoltas sociais e ao empobrecimento urbano as vicissitudes do Estado romano e a sua tendência a se constituir como uma "tirania", interpretação aceita e transmitida pelos autores dos séculos seguintes.

Se Herodiano e Dión Cássio nos permitem recuperar o ponto de vista "pagão" sobre a situação do Império na passagem do século II para o III, dispomos também dos relatos não menos importantes dos autores cristãos, que nos oferecem outros elementos para reflexão. O diferencial desses testemunhos é que eles vieram à luz num contexto ideológico próprio, o que lhes confere um tom escatológico bastante peculiar. Porém, excetuando o substrato de escatologia presente nas fontes cristãs, as variáveis que revelam a "ruína" e o "envelhecimento" de Roma são *mutatis mutandis* as mesmas citadas pelos autores pagãos. Além disso, para ambos os grupos o pressentimento de que o "fim" do Império era iminente se acentuou em meados do século III, quando constatamos um recrudescimento de diversos problemas que já vinham se esboçando há algumas décadas, tais como invasões de povos bárbaros, guerras, usurpações, catástrofes naturais, fome e epidemias. Dentre os cristãos que escreveram no torvelinho das perseguições decretadas pelo poder imperial, destaca-se Cipriano que, após a fragorosa derrota de Décio diante

⁷¹ Dión Cássio foi um senador e escritor romano que viveu, provavelmente, entre os anos de 165 e 229. Compôs, em língua grega, uma obra em 80 volumes intitulada *História de Roma*, na qual descreve a história de Roma desde a fundação da cidade até a morte de Severo Alexandre. O texto original dos livros 36 a 54 foi preservado na íntegra, enquanto dos livros 55 a 60 e 79 e 80 foram preservados em parte. Do restante da obra restaram apenas fragmentos.

dos godos, em 251, concluiu que o fim do mundo estava próximo.⁷² Cipriano compôs, no ano seguinte, um opúsculo intitulado *Ad Demetrianum* no qual, em tom de censura, descreve os flagelos que fustigavam o Império à época, tais como os problemas econômicos (esgotamento das minas de ouro e prata, decréscimo da produção agrícola), as contínuas investidas dos bárbaros e as calamidades naturais, além da proliferação das heresias, que dividiam a Igreja.⁷³ Cipriano é um observador atento da sua sociedade e, em um dos seus últimos textos, o tratado *De Bono Patientiae*, composto em 256, recomenda aos cristãos resignação e paciência em face do fim dos tempos. Como assinala Ubiña (1982: 26), muitas das dificuldades enfrentadas pelo Império que detectamos nas obras dos contemporâneos não eram novas, mas pela primeira vez eram tidas como catastróficas, a exemplo da corrupção dos costumes condenada por Cipriano (*Ad Dem.*, 9.17), um *topos* bem conhecido da retórica clássica. Todavia, na pauta dos autores são incluídas também variáveis até então não mencionadas, como os distúrbios políticos e militares descritos por Díon Cássio (*História de Roma*, 80.7.3). Todas essas mudanças fizeram com que o século III fosse encarado, pelos contemporâneos e pelos autores que os sucederam – a exemplo de Eutrópio e Zózimo – como um período de irremediável ruína.

⁷² Cipriano foi bispo de Cartago entre os anos de 249 e 258. Oriundo de uma família pagã, converteu-se ao cristianismo em torno de 245-246. Suas *Cartas* e *Tratados* são fontes valiosas para a história do cristianismo e do cotidiano no norte da África em meados do século III.

⁷³ Este tratado constitui uma defesa do cristianismo sob a forma de uma invectiva contra os pagãos e de uma apologia ao cristianismo. Foi dedicado a Demetriano, provavelmente um magistrado. Nele, Cipriano se esforça para refutar as acusações, já correntes entre os pagãos, mas retomadas por Demetriano, de que os cristãos seriam responsáveis pelas calamidades e desastres que acometiam o Império. No opúsculo, Cipriano (*Ad Dem.*, 3) nos permite entrever alguns elementos que compunham a sua visão da crise: “No inverno não chove tanto para a germinação das sementes; no verão, tampouco, há o calor necessário para madurar os frutos, nem a primavera se sente contente com seu clima, nem são fecundas as árvores no outono. Já não se removem das pedreiras esgotadas tantos mármore, nem dão tanta prata e ouro as minas exaustas e, a cada dia, mais depauperadas. Nos campos, diminuem os lavradores, nos mares, os marinheiros, nos acampamentos, os soldados: não há inocentes nos tribunais, nem justiça nas causas, nem união entre os amigos, nem habilidade nas artes, nem ordem nos costumes”.

O SÉCULO III, UM MOMENTO DE TRANSIÇÃO

Na Europa Moderna, sobretudo a partir do Renascimento, observamos o despertar de um amplo interesse pelas causas da “decadência” e “queda” do Império Romano. Antes de mais nada, é necessário salientar que o conceito de “decadência” é um dos mais difíceis de serem aplicados ao domínio da história. Parece que não existiu nem em grego nem em latim, para nos limitarmos aos idiomas ocidentais, um vocábulo equivalente ao que mais tarde iria significar “decadência”, muito embora tenda-se a atribuir a sua invenção aos gregos e romanos. Segundo Le Goff (2012: 360), "os termos latinos que exprimem a idéia de decadência são muito concretos: *labes* e *ruina*, 'queda' e 'ruína'. O termo 'decadência' surge na Idade Média sob a forma latina *decadentia*, mas em condições ainda pouco esclarecidas". Seja como for, o fato é que "decadência" logo foi alçada à condição de conceito histórico, sendo incorporada ao léxico de diversos idiomas e empregada à exaustão, especialmente para explicar a transição da Antiguidade à Idade Média, vista sempre como um decréscimo ostensivo do nível de desenvolvimento civilizacional. No século XIX, quando da consolidação da História como "ciência" – no sentido de conhecimento positivo das experiências pretéritas – o tema da "decadência" do Império Romano volta à ordem do dia, produzindo-se certa variação no enfoque em função das novas possibilidades de "leitura" do passado que então se instituem. Nesse momento, "decadência", embora de uso corrente, passa a dividir espaço com o conceito de “crise”, mais adaptado à explicação da dinâmica dos processos históricos, muito embora, como esclarece Le Goff (2012: 399), a noção de crise, supostamente mais neutra, comportava ela também um juízo de valor negativo, pois era amiúde empregada para descrever situações de perda de complexidade social ou de desequilíbrio sistêmico, ou seja, situações nas quais os teóricos sociais, principalmente aqueles de orientação funcionalista, detectavam um "funcionamento" precário, um desarranjo estrutural encarado sempre como algo indesejável ou inoportuno. Desse ponto de vista, "crise" aparecia inserida numa constelação semântica da qual faziam parte vocábulos como

estagnação, depressão, desmoronamento, regressão, derrapagem e bloqueio (LE GOFF, 2012: 400), o que não é de todo correto, na medida em que uma crise não anuncia necessariamente a dissolução de um dado sistema, podendo antes indicar a sua expansão e fortalecimento, pois assim como há crises potencialmente destrutivas, há também as crises de crescimento. Por esse motivo, o historiador deve estar atento não apenas à crise em si, por mais dramática que ela seja, mas também ao seu *aftermath*, ao impacto da crise sobre a trajetória do sistema.

Naturalmente não temos condições, no âmbito deste artigo, de realizar um inventário exaustivo de todos os autores que desde o Renascimento se ocuparam da "crise" e "decadência" do Império. A bem da verdade, poucos especialistas em História de Roma deixaram de se posicionar sobre o assunto, valendo-se, como não poderia deixar de ser, da *ouillage* mental de seu próprio tempo. Disso resulta que o interesse dos modernos pelo "fim" do Mundo Antigo se encontra, na maior parte das vezes, condicionado por fatores de ordem ideológica e/ou política. Uma das dificuldades que logo se impõem quando tentamos organizar os argumentos dos autores é a extensa variedade de critérios adotados, o que resulta numa plethora de interpretações, ainda que estas guardem entre si semelhanças recorrentes. Na aplicação dos conceitos de "crise" e "decadência" ao Império Romano, uma historiografia que poderíamos qualificar, não sem alguma imprecisão, como "tradicional", tendeu a admitir que o colapso do Império foi deflagrado após a sucessão dos Antoninos, acentuando-se no período da Anarquia Militar e alcançando o seu desfecho com Diocleciano e Constantino, no século IV, portanto. Estabelecidas as linhas gerais do processo histórico, o maior desafio subjacente ao trabalho dos historiadores seria isolar a causa ou causas de uma transformação dessa magnitude, qual seja, o esfacelamento de um império monumental que havia permanecido coeso por, pelo menos, uns quinhentos anos. A esse respeito, uma corrente importante de interpretação é constituída pelos autores que, deslocando o foco das questões políticas e militares, cuidaram, na primeira metade do século XX, em lançar luz

sobre os aspectos sociais e econômicos do problema, a exemplo de Mikhail Rostovtzeff e Sergei Kovaliov.

Em sua hoje clássica obra, *Social and Economic History of the Roman Empire*, publicada em 1926, Rostovtzeff, um refugiado da Revolução Russa que encontrou asilo nos Estados Unidos, sustenta a tese segundo a qual o século III seria marcado por uma “revolução” que destruiu os fundamentos da vida econômica, social e intelectual do Mundo Antigo, e que não deixou nenhuma contribuição positiva. Sua opinião é a de que, sobre as ruínas de uma próspera civilização cujo eixo era a autonomia política das cidades, a “revolução” edificou um Estado ancorado na ignorância, no constrangimento, na violência, na servidão, na corrupção e na desonestidade. A interpretação formulada por Rostovtzeff encontra-se claramente impregnada de suas impressões pessoais acerca da Revolução Russa. Desinstalado de sua pátria pelos bolcheviques, o autor empreende uma leitura do Império Romano tardio nos termos da eliminação das elites por um movimento revolucionário liderado pelas massas camponesas e pelos escravos. Na contracorrente da interpretação de Rostovtzeff, que traz implícita uma crítica feroz aos ideais revolucionários, vemos emergir uma escola importante de interpretação sobre o “fim” do Mundo Antigo constituída pelos autores filiados ao materialismo histórico, dentre os quais merece destaque Sergei Kovaliov, que em sua obra *História de Roma*, de 1959, organizada em três volumes, empreende uma análise da “crise” do século III recebida, à época do lançamento, como uma contribuição inovadora em função do aporte teórico, pois o autor buscava aplicar o modelo marxista de revolução aos séculos finais do Império. Tendo em vista que Kovaliov elabora uma interpretação marxista da “crise”, ele sempre opõe uma categoria (ou “classe”) social à outra, qualificando os conflitos e contradições como expressões de uma luta de classes, o que o leva a conceber o “fim” do Mundo Antigo como um amplo processo revolucionário de resistência dos subalternos aos opressores (leia-se a elite imperial) no qual os escravos e camponeses empobrecidos assumiram um notável protagonismo. A despeito das orientações políticas dissonantes, Kovaliov e

Rostovtzeff se aproximam ao propor que o "fim" do Império Romano teve início no século III, momento histórico marcado pela dissolução das relações econômicas próprias da sociedade escravista, com a consequente expansão do colonato e a feudalização das propriedades rurais.

Não obstante a importância do paradigma economicista defendido por Rostovtzeff e Kovaliov, bastante influente até pelo menos a década de 1970, outros autores não tardaram a experimentar novas interpretações sobre a "crise" do século III e o "fim" do Mundo Antigo. No que diz respeito à tentativa de uma leitura cultural da crise, um dos pioneiros foi o historiador alemão Joseph Vogt, que, em sua obra *Der niedergang Roms: metamorphose der antiken kultur*, publicada em 1964 e por nós consultada na versão espanhola de 1968, *La decadencia de Roma: metamorfosis de la cultura antigua (200-500)*, propõe-se a examinar a trajetória das principais correntes intelectuais e religiosas da bacia do Mediterrâneo entre os séculos III e V. Vogt conduz sua análise enfocando o conflito cultural e religioso que ocorre na passagem do Principado ao *Dominato*. Para o autor, é no século III que tem início um amplo rearranjo sociopolítico e cultural que culminará com o esfacelamento do Império Romano. Retomando argumentos já enunciados por outros autores, Vogt afirma que, no século III, o Império foi assolado por severos ataques ao *limes*, o que acarretou a conversão do regime numa monarquia militar e absolutista na qual todos os cidadãos passaram à condição de súditos. Diante da necessidade premente de defender as fronteiras, os imperadores teriam sido compelidos a abandonar Roma e a favorecer cada vez mais o exército, orientação política que será mantida nos séculos posteriores. Em relação à vida religiosa, Vogt sugere a existência de um profundo sincretismo entre os múltiplos sistemas filosóficos e credos disseminados pelo território imperial. Desse sincretismo e do conflito entre os adeptos de religiões distintas, o cristianismo sagrou-se triunfante e a Igreja alcançou definitivamente o poder político. Muito embora reserve, em sua narrativa, um papel relevante para os fatores de ordem religiosa e cultural, Vogt não nos oferece, no fim das contas, uma visão inovadora,

pois ainda considera o século III um momento de crise generalizada: crise política, crise monetária, crise dos transportes, crise econômica, crise espiritual e outras. Dentre os desafios enfrentados pelos imperadores, o autor menciona o aumento dos gastos públicos; as constantes campanhas contra os bárbaros; os conflitos civis, muitas vezes simultâneos; o aumento dos impostos e do fiscalismo; o empobrecimento da população; o amuralhamento das cidades; a deterioração das vias de transporte; os surtos de epidemia, sobretudo sob os governos de Marco Aurélio e de Décio; o decréscimo demográfico, tanto na zona rural quanto na zona urbana; e o esgotamento das minas de ouro e prata.

No ano seguinte ao do lançamento da obra de Vogt, veio a público outro estudo sobre a "crise" do século III e seus desdobramentos que gozou, nos meios acadêmicos brasileiros, de ampla recepção: *La crise de l'Émpire Romain de Marc Auréle à Anastase*, por nós consultada na versão espanhola de 1967 (*La crisis del Imperio Romano de Marco Aurelio a Anastacio*), de Roger Remondon, no qual o autor constrói uma visão de conjunto acerca dos fatores que teriam acarretado a desagregação do Império Romano. Para Remondon, os governos de Marco Aurélio e de seu filho, Cômodo, anunciam uma ruptura da *pax romana* até então vigente, com o conseqüente abandono do equilíbrio entre diversas variáveis, a saber: a capacidade de resistência do *limes* e o poderio bélico dos bárbaros; as despesas com as campanhas militares e o montante de recursos econômicos disponíveis; os gastos com a manutenção do Estado e a arrecadação de impostos; a autoridade do Senado e o poder de intervenção da *domus*; a tradição republicana e as tendências monárquicas; a cultura clássica e as correntes "irracionais". Na avaliação de Remondon, as medidas políticas adotadas pelos imperadores da dinastia dos Severos se revelaram ineficazes diante da conjuntura de crise do século III. O ano de 235, no qual Severo Alexandre perece num complô urdido pelos militares do exército renano, que elevam à púrpura Maximino, assinala, segundo o autor, o início propriamente dito da crise, que se desdobra em duas frentes: numa crise externa, caracterizada pela pressão contínua dos bárbaros no *limes*, e numa crise interna de amplo espectro, pois afeta todos

os setores da vida em sociedade (política, economia, cultura, religião, moral). De acordo com Remondón, para cada um desses setores há uma série infinita de causas e efeitos que retroalimentam a crise. No entanto, mesmo diante de tantos problemas, o autor afirma que a ruína total do Império não se efetivou, uma vez que houve mecanismos de resistência à crise: a contribuição fiscal foi mantida pelos cidadãos e a produção agrícola não sofreu um decréscimo absoluto. E mesmo tendo ocorrido uma evidente concentração de riqueza em detrimento dos mais miseráveis, isso não impediu o reforço da solidariedade campesina. Ademais, o esforço de guerra obteve certa estabilização do *barbaricum*, uma vez que diversas tribos bárbaras foram repelidas para além do *limes* ou incorporadas ao Império, criando assim condições favoráveis para a reforma do sistema imperial levada a cabo por Diocleciano e Constantino.⁷⁴ Remondón, entretanto, não ignora a contribuição dos antecessores para a reorganização do Estado, em particular as medidas administrativas e militares tomadas por Galieno (253-268) e os melhoramentos econômicos de Aureliano (270-275) e Probo (276-282).

Após as obras de Vogt e Rémondón, outro livro sobre o Império Romano bastante influente entre nós é *Römische Sozialgeschichte (A História Social de Roma)*, de Géza Alföldy, lançado em 1975, mas que recebeu várias edições sucessivas em língua portuguesa. Nele, verifica-se ainda a permanência de uma visão já consolidada, na medida em que o autor não problematiza a "crise" do século III, tomando-a como uma realidade incontestável. Mediante informações colhidas em autores como Dión Cássio e

⁷⁴ Nas palavras de Silva (2006: 197), "Diocleciano ascende ao poder num momento em que a Anarquia Militar se encontra em fase de superação por conta, em primeiro lugar, da atuação de Aureliano, que repele a invasão na Península Itálica pelos alamanos, derrota Zenóbia em Palmira e restabelece o controle romano sobre as Gálias ao vencer a resistência de Tétrico, o último dos imperadores gauleses. Probo, sucessor de Aureliano, além de afastar os invasores germânicos das margens do Reno, conclui um tratado estabelecendo a presença militar romana além deste rio e obtendo grande número de reféns e recrutas para o exército. Na Sequência, Caro realizou uma importante reforma militar destinada a conter as investidas da Pérsia Sassânida no *front* oriental. Desse modo, Diocleciano, ao eliminar Carino em 285, tornando-se o único titular da autoridade pública, herda um império praticamente unificado, o que o deixa em uma posição bastante confortável para empreender as reformas necessárias à manutenção da estabilidade política imperial".

Cipriano, Alföldy afirma que o Império, em meados do século III, parecia estar condenado à ruína em virtude dos ataques maciços dos germanos e das agudas transformações sociopolíticas. O autor, como outros, supõe então a existência de uma crise generalizada expressa pelos seguintes fatores: instabilidade do sistema político, súbita alteração da estrutura social e uma sensação de desalento nutrida pelos contemporâneos, que julgavam viver um tempo de degradação social. Alföldy, como o próprio título da obra sugere, realiza uma investigação acerca das mudanças sociais pelas quais passou Roma ao longo da sua história. Apesar do enfoque derivado da História Social, o que constituía uma inovação no âmbito dos Estudos Clássicos, o autor não realiza uma análise mais detalhada acerca dos processos históricos em curso no século III, prendendo-se muito mais aos relatos de época que, como mencionamos, tendem a interpretar as mudanças como fruto da decadência dos costumes e do crescimento da imoralidade, mas sem operar uma crítica desses relatos. Além disso, Alföldy, mesmo priorizando as alterações na estrutura social romana, mantém-se preso ainda aos acontecimentos de natureza política, enfatizando a sucessão de imperadores e usurpadores no decorrer da Anarquia Militar. Seja como for, a interpretação propriamente "social" do autor para a "crise" do século III fundamenta-se na oposição entre *honestiores* e *humiliores*, entre categorias superiores (membros das ordens senatorial e equestre e da ordem dos decuriões, veteranos, rétores e sofistas) e categorias subalternas. Um elemento de identidade entre os *honestiores* seria a propriedade fundiária, mas, no que diz respeito à exploração da terra, seria possível captar variações, pois enquanto um membro da ordem senatorial teria à sua disposição um contingente de mão de obra suplementar, um decurião poderia responder, com sua família, pelo cultivo da propriedade, o mesmo ocorrendo com os veteranos. Já os *humiliores* exibiriam maior homogeneidade por comporem uma reserva de mão de obra dependente, mas não de modo absoluto, pois uma parte deles, em particular os colonos arrendatários e os artesãos, ainda deteriam o controle dos meios de

produção, ao passo que outros, como os camponeses mais pobres, seriam obrigados a ganhar a vida como jornalheiros e trabalhadores sazonais.

Na avaliação de Alföldy, não houve nenhuma categoria da sociedade romana que não tenha sido afetada pela "crise" do século III, nem mesmo a ordem senatorial. Os grupos sociais teriam, na ocasião, se alinhado em campos antagônicos, inclusive do ponto de vista religioso, pois enquanto os círculos politicamente mais importantes se apegavam, numa atitude conservadora, a um sistema de valores "ultrapassado", vale dizer, ao paganismo, o restante da população aderiu maciçamente aos novos cultos que se expandiam pelo Império, com destaque para o cristianismo. Apesar da visão um tanto ou quanto maniqueísta e esquemática de Alföldy, o autor parece ter consciência de se encontrar diante de processos históricos tão diversos e multifacetados que é impossível reduzir todos eles a um denominador comum que nos ofereça uma chave de compreensão da "crise". O autor salienta que os processos internos de mudança social foram variegados e desenrolaram-se não apenas em interação recíproca, mas até mesmo paralelamente, o que torna muito difícil reconstruir a cadeia dos fatores intervenientes. À guisa de conclusão, Alföldy resume a "crise" do Império Romano a uma associação entre causas internas (enfraquecimento da ordem dos decuriões, declínio da escravatura, aumento da dependência das massas camponesas para com os latifundiários mediante o sistema de colonato) e causas externas, ou seja, as invasões bárbaras nas cidades e nos campos.

Dentre os historiadores que pretenderam explicar a "crise" do século III e a transição do Principado ao *Dominato*, merece destaque José Fernández Ubiña que, na obra intitulada *La crisis del siglo III y el fin del mundo antiguo*, publicada em 1982, realiza um balanço acerca das interpretações mais influentes sobre a "crise" do século III e a "decadência" de Roma. Na obra, Ubiña parte do pressuposto de que houve, de fato, uma "crise" do século III que se prolonga até a época tardia, mas inova ao sustentar que esta crise não se manifestou da mesma maneira e ao mesmo tempo em todas as regiões do

Império. Segundo o autor, a "crise" assumiu formas peculiares nas diversas províncias, conclusão apoiada no estudo da Hispânia, mais especificamente da Bética, o que lhe permite revelar algumas particularidades que confrontam o modelo único de interpretação. Considerando as variáveis habitualmente evocadas para caracterizar a "crise" (substituição do sistema de exploração escravista pelo colonato, contradição entre campo e cidade, golpes militares sucessivos e outras), Ubinã conclui que a "crise" do século III afetou muito pouco a Hispânia, que inclusive experimentou, entre os séculos III e IV, um aquecimento econômico comercial e agrícola.

Numa linha de investigação próxima da Nova História Política, Ana Teresa Marques Gonçalves, em um ensaio intitulado *Os Severos e a Anarquia Militar*, analisa a "crise" do século III a partir da imagem historiográfica depreciativa que se cristalizou em torno dos Severos, apontados como os precursores da falência do Império. Segundo a autora, tal interpretação é originária, na maioria das vezes, de uma reprodução acrítica da opinião de membros da aristocracia senatorial contrários a imperadores que julgavam despóticos e autoritários, a exemplo de Caracala e Heliogábalo. Um lugar comum na historiografia da "crise" são as críticas dirigidas aos Severos, tidos como os artífices de uma monarquia militar, ou seja, uma monarquia fundada no apoio do exército, esteio de todo o sistema político. Essa dependência visceral dos imperadores diante das tropas que se consolida na passagem do II para o III século teria sido o pivô da "crise", que se estenderia pelos séculos seguintes. Em franco desacordo com essa interpretação, a autora argumenta que "Septímio Severo não tentou deliberadamente se basear no militarismo. Como todos os imperadores, ele baseou sua posição num suporte militar, mas também reconheceu a necessidade de acomodar os desejos das aristocracias, romanas e provinciais" (GONÇALVES, 2006: 183).

A respeito do lapso temporal decorrido entre a deposição do último representante da dinastia dos Severos, Severo Alexandre, em 235, e a ascensão de Diocleciano, em 284, Gonçalves esclarece que a historiografia costuma denominar este período como *Anarquia*

Militar, uma definição sem dúvida restritiva, na medida em que, por meio dela, são enfatizados apenas os aspectos políticos, atribuindo-se uma importância excessiva ao fato de a maioria dos imperadores que ascenderam ao poder nesses cinquenta anos terem sido sumariamente aclamados e depostos pelas legiões aquarteladas nas províncias, que rivalizavam entre si e com os bárbaros e persas. A autora não nega que durante a Anarquia Militar as autoridades romanas se defrontaram com diversos problemas: crise política, crise militar, crise econômica, crise moral e religiosa. No entanto, faz-se necessário dimensionar com cuidado os contornos da "crise", pois as inscrições demonstram "que o sistema político do Alto Império permaneceu estável até ao menos os anos de 260 e que a organização das cidades [...] não passou por modificações fundamentais" (GONÇALVES, 2006: 188). Por essa razão, em lugar de uma crise política longa, os especialistas passaram a se concentrar numa crise política mais curta, situada entre as décadas de 260 e 270, com efeitos muito mais limitados do que habitualmente se supunha. Assim, é preciso reconhecer que as dificuldades econômicas, políticas, sociais e culturais não atingiram todo o Império ao mesmo tempo e com a mesma intensidade. Ademais, o século III apresenta uma documentação escassa quando comparado a outras fases da História de Roma, o que restringe a possibilidade de uma investigação mais detalhada do período. Seja como for, ao abandonarem um modelo pré-estabelecido e investirem nos estudos de caso regionais, os especialistas têm insistido na relativização da ideia de "crise", mesmo que, em virtude da ausência de um aparato conceitual mais apropriado, sejamos forçados a utilizar os conceitos de "Anarquia Militar" e "Crise do Terceiro Século", mas com as devidas precauções.

A ANTIGUIDADE TARDIA, UM NOVO CONCEITO?

Na atualidade, o que parece se impor é a tendência a se considerar o século III uma época de notável inflexão nos rumos do Império, um período de transição que apresentou ritmos próprios conforme a realidade local, como sustentam Jean-Michel Carrié e Aline

Rousselle em *L'Empire romain en mutation: des Sévères à Constantin - 192-337*, obra de 1999 que representa uma significativa contribuição ao debate em torno do lugar ocupado pelo século III na construção de uma nova sociedade mediante o redimensionamento do alcance da "crise", acontecimento que não é evidente por si mesmo, mas que deve ser explicado pelos historiadores. Os autores problematizam a cronologia habitualmente adotada para identificar o início da "crise", o "ponto zero" poderíamos acrescentar, e para mensurar a sua duração, fazendo referência à obra de Remondon já mencionada. Remondon acredita que a crise teria irrompido sob o governo de Marco Aurélio (161-180) e que teria se prolongado até o governo de Anastácio (491-518), já em plena fase bizantina, induzindo-nos a supor que a crise ocupou todo esse período, ignorando-se assim a obra restauradora dos soberanos do século IV, notadamente Diocleciano e Constantino, que empreenderam um conjunto de reformas no sentido de fortalecer o Estado e de garantir a manutenção do Império, superando-se a instabilidade verificada no período anterior. Carrié e Rousselle traçam um histórico das várias interpretações acerca da "crise" do século III, enfatizando que a representação catastrófica por longo tempo associada ao "fim" da Civilização Clássica é um legado dos escritores antigos, a exemplo de Díon Cássio, Cipriano, Lactâncio e Zózimo, os dois primeiros contemporâneos à "crise". Para Carrié e Rousselle, tais testemunhos não podem ser tomados ao pé da letra devido à intensa carga moral que portam, o que nos obriga a consultar outras modalidades de fontes – inscrições, moedas, monumentos, mosaicos – caso desejemos obter uma compreensão mais abrangente do processo.

Com o fito de superar, em definitivo, a opinião catastrófica da "crise" do século III e do "fim" do Mundo Antigo, opinião esta arraigada no senso comum e na literatura didática, Carrié e Rousselle optam pelo conceito de Antiguidade Tardia, um conceito que, é bom lembrar, não é de modo algum recente, possuindo já uma trajetória de mais de um século. Antiguidade Tardia é a tradução, para a língua portuguesa, do alemão *Spatäntike*, cuja formulação primeira deve-se a Alois Riegl, um historiador da arte que, em 1901, o

emprega numa obra intitulada *The Spätromische Kunstindustrie (A indústria artística do Império Romano Tardio)*. Mais tarde, o conceito é aplicado por Johannes Straub, filólogo devotado ao estudo da *Historia Augusta*, uma fonte anônima do século IV. À época, o conceito mostrava-se particularmente útil a Straub, que pretendia demonstrar a filiação entre a tradição clássica e helenística e as fontes literárias produzidas a partir do século III, quando, imaginava-se, essa tradição já teria se esvaído. Straub, ao contrário, sugere uma continuidade entre os períodos clássico e pós-clássico, contrapondo-se assim à concepção segundo a qual o Império Romano tardio teria se notabilizado por um decréscimo nos padrões culturais (FRIGHETTO, 2012: 20). Com isso, estava aberto o caminho para a superação do preconceito que rondava os últimos séculos de Roma, uma vez que a "decadência" do Império, até então um lugar comum na historiografia, não era, em absoluto, confirmada pela análise filológica, o que lançava novas luzes sobre o período, estimulando programas de pesquisa comprometidos menos com a identificação das "causas" ou fatores da "decadência" do que com a apreensão da dinâmica da sociedade imperial entre os séculos III e V. Para tanto, foi sem dúvida determinante a contribuição de Henri-Irénée Marrou, um dos mais renomados especialistas em História do Cristianismo, que em 1977, numa obra póstuma intitulada *Décadence romaine ou Antiquité Tardive?*, contesta a opinião corrente de que os últimos séculos do Império teriam sido desprovidos de qualquer traço de inovação ou originalidade em razão de uma suposta perda de qualidade cultural. Na avaliação de Marrou, a Antiguidade Tardia, configurando um contexto histórico autônomo, deveria ser compreendida com referência a ela mesma mediante a decodificação dos seus próprios cânones, e não em comparação com a sociedade que a precedeu, pois somente assim os historiadores teriam condições de valorizar as inovações, muitas delas associadas à expansão do cristianismo e às migrações germânicas, invertendo-se por completo o paradigma de interpretação que,

desde pelo menos Gibbon, condenava a fase final do Império Romano justamente em virtude das suas colorações cristãs e "bárbaras".⁷⁵

Mantendo-se fiéis ao teor do conceito de Antiguidade Tardia, Carrié e Rousselle defendem que os séculos III, IV e V não configuram o fim de um mundo nem o começo de outro, mas ambas as possibilidades ao mesmo tempo. Em particular, os anos transcorridos entre a ascensão de Septímio Severo (193) e a morte do primeiro imperador cristão, Constantino, em 337, são marcados por profundas mudanças de natureza religiosa, institucional, econômica e mesmo psicológica, pois a percepção que o indivíduo tem de si mesmo e do mundo que o rodeia também experimenta alterações significativas. Carrié e Rousselle nos estimulam, assim, a refletir acerca desse período, não sob uma perspectiva de ruína, mas de mutação. E, em lugar de procurar as causas de tal "decadência", a observar as conexões complexas entre política, economia, sociedade e cultura, com ênfase nas correntes religiosas da época. Ademais, urge que os pesquisadores, além das fontes escritas, explorem outras modalidades de testemunho, como os epigráficos, iconográficos e numismáticos, que não apenas confirmam, mas em muitos casos infirmam, aquilo que dizem os textos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse breve percurso que traçamos das concepções mais difundidas acerca do Império Romano tardio, vimos que os especialistas têm refinado seus instrumentos de análise, num movimento que acompanha, às vezes com certo atraso, as transformações no *modus operandi* do conhecimento histórico, cada dia mais complexo, devido, em boa parte, à absorção de métodos e conceitos oriundos de outras áreas, como a Antropologia,

⁷⁵ Para a difusão do conceito de Antiguidade Tardia, tanto em nível internacional quanto no Brasil, outro notável colaborador foi Peter Brown, que em inúmeros livros, artigos e ensaios cuidou de historicizar as linhas de força da assim denominada *Late Antiquity*, como vemos em dois trabalhos seminais: *The world of Late Antiquity* e *The making of Late Antiquity*, publicados em 1971 e 1978 respectivamente.

a Sociologia, a Ciência Política, a Geografia e, no que diz respeito à História Antiga, a Arqueologia, a Epigrafia e a Numismática. Com isso, os lugares de memória e os juízos de valor em torno da passagem da Antiguidade à Idade Média, alguns deles contando com séculos de existência, são postos à prova, propiciando a emergência de novos conceitos ancorados em novos pressupostos de interpretação dos processos históricos. Assim é que termos como "decadência", "queda", "ruína" e "crise", outrora onipresentes na historiografia, vêm sendo há algum tempo substituídos pelo conceito de Antiguidade Tardia, que, a despeito de não ser propriamente uma novidade, ainda parece traduzir melhor, em certo sentido, a situação de Roma entre os séculos III e V. O conceito, todavia, não apenas acrescenta novos argumentos ao debate sobre a suposta "queda" do Império Romano do Ocidente, mas propõe também uma nova cronologia para as regiões a Leste e Oeste do Mediterrâneo que se estenderia do século III até os séculos VII ou VIII, conforme a perspectiva de observação assumida pelo historiador, dentro de um intervalo temporal que não seria nem propriamente antigo nem propriamente medieval e que englobaria, além dos reinos bárbaros da Europa, as sociedades islâmica e bizantina. Antiguidade Tardia exprimiria assim, tanto em termos cronológicos quanto em termos geográficos, a nova configuração assumida pelas sociedades que repartiram o território do antigo Império Romano e que, por essa razão, exibiriam similaridades suficientes para que pudessem ser tratadas em conjunto. Ao fim e ao cabo, no entanto, a pedra angular do conceito é a suposição de que a herança clássica e helenística tão bem conservada por gregos e romanos, habitantes de um Império bilíngue e multicultural, não se dissolveu com a deposição de Rômulo Augústulo, mas se perpetuou no tempo, num amálgama de tradições culturais presentes tanto nas sociedades germânicas ocidentais quanto no Império Bizantino, uma vez que Bizâncio, do mesmo modo que os reinos bárbaros do Ocidente, seria um prolongamento do antigo Império Romano, um Império que não desaparece da noite para o dia, mas que se transmuta, se transforma e segue adiante, iluminando por séculos a fio as realidades futuras.

Não obstante a importância do conceito de Antiguidade Tardia para o realce e valorização das transformações operadas em Roma na época tardia, despojando-as da sua aura de fatalidade e dissipando a atmosfera trágica e sombria que rondava as monarquias germânicas, erigidas sobre os "escombros" fumegantes de um velho império, é necessário assinalar que o conceito não leva em conta todos os aspectos envolvidos na passagem da Antiguidade à Idade Média, pois, mesmo diante da reelaboração cultural que se produz, e para a qual os influxos germânicos e cristãos foram determinantes, subsiste o fato de que o Império Romano do Ocidente, em termos políticos e econômicos, passou por um processo de dissolução irreversível, o que assinala uma perda evidente de complexidade social ou, dito em outros termos, de colapso, expresso pela incapacidade de o sistema imperial romano, num contexto de expansão da máquina pública, agregar fontes suplementares de recursos, situação agravada pelos estreitos parâmetros tecnológicos das sociedades antigas, como salienta Mendes (2002: 216-217). Uma realidade como essa não é descrita pelo conceito de Antiguidade Tardia, que, ao enfatizar a originalidade das mudanças ocorridas a partir do século III e a sua conexão com o passado clássico, não explica as razões pelas quais um mundo tão pulsante e criativo experimentou uma fragmentação tão intensa no decorrer do século V. Em face disso é que alguns autores contemporâneos têm se dedicado a revisitar o tema da "queda" do Império Romano sob outra perspectiva, na qual os testemunhos arqueológicos são tratados como protagonistas e não como coadjuvantes da explicação histórica. Essa é a tarefa que se impõe Ward-Perkins numa obra de 2005 cujo título representa, sem dúvida, uma provocação aos partidários mais empedernidos do conceito de Antiguidade Tardia: *The fall of Rome and the end of civilization*. Nela, o autor, baseando-se num decréscimo, no registro material, do volume e da qualidade de artefatos e construções do século III em diante, conclui por uma redução, no Ocidente, do padrão de conforto próprio da sociedade romana, o que reacende o debate em torno da "crise" do Império, pois, na avaliação de Ward-Perkins (2005), suprimir do léxico dos historiadores termos como crise e declínio seria uma

estratégia subliminar de esvaziamento do conflito e das contradições sociais, ocultando o fato de que "a chegada dos povos germânicos foi muito desagradável para a população romana, e que os efeitos a longo prazo da dissolução do Império foram dramáticos". Diante de tal argumentação e considerando o incômodo substrato funcionalista do conceito de Antiguidade Tardia, que, ao investir num modelo explicativo da passagem da Antiguidade à Idade Média fundado na continuidade cultural e na cooperação entre romanos e bárbaros, nos parece hoje por demais comprometido com uma visão normativa das relações sociais, talvez fosse mais que oportuna a proposição de novos conceitos capazes de equacionar a conjugação de mudanças e permanências que anunciam o alvorecer da Idade Média.

DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL

CIPRIANO DE CARTAGO. *Cartas e tratados*. Introdução, versão e notas de Julio Campos. Madrid: BAC, 1964.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALFÖLDY, G. *A história social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

ANDRÉ, J. M. La conception de l'État et de l'empire dans la pensée greco-romaine des deux premiers siècles de notre ère. *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, Berlin, II.1, p. 3-73, 1982.

BROWN, P. *The world of Late Antiquity*. New York: W. W. Norton & Company, 1971.

_____. *The making of Late Antiquity*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

CARRIÉ, J. M.; ROUSSELLE, A. *L'Empire Romain en mutation: des Sévères à Constantin, 192-337*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

FRIGUETTO, R. *Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações*. Curitiba: Juruá, 2012.

- GIBBON, E. *Declínio e queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GONÇALVES, A. T. M. Os Severos e a anarquia militar. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Orgs.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Vitória: EDUFES/ Mauad, 2006, p. 175-191.
- KOVALIOV, S. I. *Historia de Roma*. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1959. t. 3.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- MENDES, N. M. *Sistema político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: D&A, 2002.
- PALANQUE, R. *Le Bas-Empire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.
- REMONDON, R. *La crisis del Imperio Romano: de Marco Aurélio hasta Anastacio*. Barcelona: Labor, 1967.
- ROSTOVTZEFF, M. *Social and Economic History of the Roman Empire*. New York: Oxford University Press, 1926.
- SILVA, G. V. A configuração do Estado romano no Baixo Império. *História*, São Paulo, v. 17/18, p. 199-223, 1999.
- _____; MENDES, N. M. As representações do poder imperial em Roma entre o Principado e o 'Dominato'. *Dimensões, Revista de História da UFES*, Vitória, v. 16, p. 241-270, 2004.
- _____; _____. Diocleciano e Constantino: a construção do Dominato. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Orgs.). *Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Vitória: EDUFES/ Mauad, 2006, p. 193-221.
- UBIÑA, J. F. *La crisis del siglo III y el fin del Mundo Antigo*. Madrid: Akal, 1982.
- WARD-PERKINS, B. *The fall of Rome and the end of civilization*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- VOGT, J. *La decadencia de Roma: metamorfosis de la cultura antigua (200-500)*. Madrid: Guadarrama, 1928.

ISLAM AND THE DISSOLUTION OF LATE ANTIQUITY

*Ian D. Morris*⁷⁶

RESUMO

A sobrevivência das civilizações da Antiguidade Tardia com traços islâmicos foi, em algumas visões, discutida tomando como referência o dialeto e a identidade Mulçumana e Árabe no contexto da Antiguidade Tardia. A persistência acerca das tendências econômicas; a mudança das relações entre as elites árabes e “não-árabes”; a ascensão e o declínio do Califado e do Império Unido; e o renascimento da filosofia clássica são fatos históricos vitais na história do Islã. O artigo pretende refletir que as sociedades que formavam o império islâmico emergiram na Antiguidade Tardia, contudo, a sua fragmentação política e espiritual entre c.700-950, decididamente constituiu as comunidades medievais sob comando das dinastias islamizadas.

Palavras-chave: Islã – Antiguidade – Periodização

ABSTRACT

The survival of late-antique civilisational traits under Islam is discussed with reference to the dialectic between Muslim and Arab identity and the late-antique context; the persistence of economic trends; the changing relationship between Arab and non-Arab élites; the ascent and decline of the Caliph and the united empire; and the rebirth of classical philosophy. The article concludes that imperial Islamicate civilisation was indeed late-antique, but that its spiritual and political fragmentation, c.700-950, produced a decidedly medieval commonwealth of Islamicate dynasties.

Keywords: Islam – Antiquity – Periodization

⁷⁶ Graduate student in Islamic Studies and History at Lady Margaret Hall, University of Oxford. College advisor: Prof. Guy G. Stroumsa. Contact: ian.morris@orinst.ox.ac.uk; ian.morris@lmh.ox.ac.uk

Over the past century, historians have come to recognise the pernicious chauvinism and analytical poverty of the tripartite division of history. The fall of Rome no longer marks the fissure between classical civilisation and medieval barbarism; where previous generations saw decadence, we see transformation (O'DONNELL, 2004). Late Antiquity came to replace the arbitrary and pejorative divisions, in time and space, that had fractured a surprisingly integrated world. Its supporters thrilled in their new interpretive freedom, identifying the properties of 'Romanity' that survived Christianisation and the barbarian migrations. But over time, it became clear that Late Antiquity was a heuristic glutton, consuming the late-classical and early-medieval ages.

In a borderless history, periodisation is easily neglected. "Late Antiquity" poorly describes its vast subject matter – like "Middle Ages", it works for want of anything better – and since it can barely be defined, it can scarcely be delimited. The term has ventured as early as the second century and as late as the ninth; as westward as the British Isles and as eastward as Transoxiana (BOWERSOCK, 1999). Hence the quite jarring neologisms and equivocations – *spätere Spätantike*; late-antique/early-medieval – that our field has yet to overcome. Furthermore, to emphasise, in the manner of Peter Brown, the transformative quality of Late Antiquity is necessarily to concede its weakness as a unit of periodisation (BROWN, 1971; 1978).

Although it has become fashionable to speak of early Islam as a late-antique religion, in that its birth and infancy owe much to late-antique civilisation (HOYLAND, 2012), those concerned with periodisation could well insist that the swift and sweeping repercussions of the Arab Conquests make them a *defining* moment in history: a historical boundary. Classicists will hear echoes of the contest between 'catastrophist and continuationist' models of history from the ongoing quarrel over the fate of the Roman West (WARD-PERKINS, 2005).

On the face of it, the Conquests resemble a natural boundary. When the Arabs destroyed the Sasanian Empire, they put an end to seven centuries of competition

between Persian and Roman states; they united the Fertile Crescent for the first time since Alexander the Great; and they created a 'world empire' from the Mediterranean basin to the Persian highlands for the first time since Cyrus the Great (FOWDEN, 1993). In an act that may now symbolise the eastward turn of the Mediterranean, they redirected the Nile's food surplus from Constantinople to Mecca. Although spread thinly, the arriviste Muslims put down roots, and a veritably Eurasian civilisation began to grow (HUMPHREYS, 2006). But there is a danger that, in marvelling at the Arabs' geopolitical achievement, we overlook the tenacity of *systems* and *ideas* underpinning the late-antique world.

This article will explore the relative survival and decay of late-antique patterns under Islamic rule by examining a series of conceptual hubs, each of which provides a different context, and which should complement and illuminate each other. Far more deserves to be said than we have space for here, and I am aware that readers of *Nearco* might not have specialist knowledge of names and dates; consequently, what follows is truncated at best and simplistic at worst. I can only hope that it provides 'food for thought' in the discourse between Byzantinists and Islamicists.

1 THE CONQUERORS

1.1 ETHNICITY

Arabs had long migrated into the Fertile Crescent (MACDONALD, 2003), and comparison with the Germanic migrations in the late-antique West has led some scholars to view the Islamic Conquests as the last and greatest outpouring of Arabian peoples into the wider world (NEVO & KOREN, 2003). But there is a crucial difference between the Migration Periods and the Arab Conquests: the latter were a strategic, ideological programme of colonisation (DONNER, 1995), sustained by the affective energy of religion.

Before Islam, the Arabs enjoyed a sense of commonality, but its nature and extent are unclear. Arabia, including the Syrian Desert (MACDONALD, 2003), was vast and varied.

The tribes of the fertile, ciltied south-west were very different from those who led their flocks across the dry, desolate inland (HOYLAND, 2011). The Conquests churned the communities of Arabia and resettled them in garrison towns, so that tribes which had been mutual strangers, or even rivals, were forced to negotiate a common identity in contradistinction to the very foreign conquered peoples.

Although tribal patterns underlay many of the power struggles within early Islam (CRONE, 1980; 1994), these did not retard the process of ethnogenesis: tribalism itself was a distinguishing feature of the community. Muslim scholars connected the aetiological myths to biblical genealogies, weaving the tribes into the shared story of the Abrahamic religions (RETSÖ, 2002: 28ff). Even converts to Islam were expected to join a tribe as clients (*mawālī*) (CRONE, 1980: 49-57). In primitive Islam, the connexion between tribe and religion was vital; but it soon proved inadequate as an organising principle for the urbane, civilian lifestyle that new generations of Muslims inherited, and the weight of non-Arab converts eventually broke the religion's ethnic superstructure during the eighth century. Although the ethnic dimension to Islam fell away, Arabic survived as the prestige language, and Arabia was privileged for its sacred history: the Muslims always preferred Mecca to Jerusalem.

Whereas the Germanic migrants succumbed to Christendom and (arguably) Romanity, the Arabs sustained a native ethnic and religious identity (hence CRONE & COOK, 1977). Given the confidence with which this newly self-aware minority spread over the Middle East, it is tempting to name the Conquests as the definitive boundary between the dominion of the Arabs and the rule of the late-antique post-Hellenes; but it is important to remember that the ethnogenesis of the Arab people and the calibration of a common Arabic language owed more to the post-Conquest settlements than to the decentralised conditions of pre-Conquest Arabia.

1.2 RELIGION

Similarly, the extent to which Islam developed in pre-conquest Arabia compared with its fruition in the post-conquest Fertile Crescent is hotly disputed. Even its Arabian phase could not have been insulated from late-antique discourse (HOYLAND, 2012): biblicist currents coursed through the peninsula, from the short-lived Jewish kingdom in sixth-century Yemen to the Monophysite phylarchs on the Roman border; from the Ethiopian soldiers who served in the Ḥijāz to the Nestorian priests in Baḥrayn. Trade, though less spectacular than previously imagined, was buoyant (CRONE, 1987; RUBIN, 1990; HECK, 2003), and upheld the circulation of peoples and ideas.

One way or another, Islam – the key to the Arabs’ military success and state-building endeavours – was a product of Late Antiquity. This is evident in its scripture (WANSBROUGH, 1977) and ritual (HAWTING, 2006); its uncompromising piety and righteous militancy (SIZGORICH, 2008; DONNER, 1998); and its undercurrent of apocalypticism (COOK, 1997). There were elements of reaction to late-antique religious tendencies, as well: while the biblicist communities of the Fertile Crescent were factious and accused each other of heresy, Islam was relatively catholic, in that it dismissed Christological disputes and the like altogether (DONNER, 2010).

The Conquerors’ identity seems to have evolved considerably after the initial Conquests (CRONE & COOK, 1977). This fact should bear weight in the discussion over periodisation. The ethnogenesis of Arab identity took place in the garrison towns and in contrast with the non-Arab (*‘ajam*) subjects; besides which, any reading of history that privileges race or language is likely to be superficial at best. Meanwhile the complex sources for the first two centuries of Islam betray the religion’s plasticity and adaptability, drawing on the intellectual resources of the Fertile Crescent.

If Late Antiquity exerted an influence over the conquerors’ identity, which needed some time to settle, then perhaps early Islam and its practitioners should be seen through

the prism of Late Antiquity. Indeed, we might even speak of an *Islamic Late Antiquity*, beginning with the Conquests and continuing through the High Caliphate.

2 THE WORLD ECONOMY

2.1 THE ECONOMIC EFFECTS OF CONQUEST

This is not the place to analyse meticulously the economics of transition to Arab rule, a subject that crosses three continents and many distinct economic zones. The following is meant only to introduce readers to some of the major contributions to late-antique economic history, with an eye on the question of whether the Islamic Conquests caused such a rupture in socio-economic conditions that they deserve to be treated as a break in periodisation.

Probably the most famous economic interpretation is Henri Pirenne's, whose *Mahomet et Charlemagne* (PIRENNE, 1937) provided a narrative framework according to which the Islamic Conquests inaugurated the Middle Ages. As Pirenne saw it, the Arabs split the Mediterranean, snapping cultural bonds of Romanity that had withstood the Germanic migrations and severing lucrative trade routes. As the economy of Western Europe turned from maritime commerce to parochial agriculture, sowing the seeds of feudalism, the Arab merchants took their caravans to the Silk Road and beyond. So the Conquests recentred the productive energies of Europe northward, and those of the Mediterranean eastward.

The 'Pirenne Thesis' remains seductive, not only for its majestic scholarship, but for its possible application to origins of 'European Civilisation' or 'the West'. This question has drawn the attention of many scholars in recent decades, despite the dubious assumptions on which it rests (BALZARETTI, 1992, cf. FERNIE, 2008), and it cannot be fully disentangled from the issue of periodisation: Pirenne's contribution to Late Antiquity as a period of

continuity allows historians of Western history to explore the possibilities of 'late Romanity' or the fusion of Germanic and Roman elements.

His model is attractive for its scope, but it has not been widely accepted. The Germanic migrations caused a greater divergence from classical Romanity than Pirenne had allowed for, and his reliance on maritime trade as the lifeblood of Roman civilisation is surely excessive (BROWN, 1974). There was a decline in maritime trade as early as the sixth century, which Pirenne had not perceived; and from the mid-eighth century, the increasing demand for European slaves within the Caliphate helped to revive the transmission of Middle-Eastern goods across the Mediterranean (MCCORMICK, 2001; 2002). The Conquests did not erect an insuperable barrier to trade – they facilitated it.

Recently, Chris Wickham has proposed a similarly economic narrative based on the stimulative power of the state. The Roman Empire relied on taxation delivered to the major cities from the many provinces. It built an infrastructure for the transport of goods which could then be exploited by the private sector. As the Germanic migrants tore the Empire into rival statelets, its infrastructure crumbled and the 'free ride' was over. Meanwhile the new aristocracies posed a relentless mutual threat, and their militarisation dissolved the urbane high culture of Antiquity. Not only did the Arabs appear part-way through this process; they actually preserved the Roman means of taxation and aristocratic way of life much longer than their northern counterparts (WICKHAM, 2005).

At this point, it seems that the assumptions underpinning the Pirenne Thesis have been turned on its head. The Arabs appear as the champions of Mediterranean commerce. They seized a Sasanian economy which was expanding, and took the helm with enthusiasm. Mining and irrigation projects continued well into the High Caliphate; trade in the Indian Ocean was dominated by Sasanian and then Arab ships; and the Persicate merchants who had ventured as far as North Africa and western China found that Islamdom provided a bridge between disparate markets. Indeed, the Islamic colonial project seems to have targeted those areas that were expanding or, as in the case of the

eastern Byzantine territories, were declining more gracefully than their neighbours: when the Syrian aristocrats fled to poverty-stricken Anatolia, the Arabs did not pursue them, but settled on their lucrative agricultural estates (MORONY, 2004/A).

It might still be the case that the Arab Conquests created the conditions necessary for the Western-European Middle Ages – that Pirenne was right for the wrong reasons –; it is beyond our purview to say so here. From our perspective, as we scan the horizon of history for sudden peaks and troughs, the curious outcome of the Islamic Conquests is that they brought the most prosperous territories of the western *oecumene* under the control of a single polity *without* substantially altering their economic patterns. The economies of the late-antique Middle East continued along their trajectories under Islamic rule.

2.2 ECONOMIC POLICY IN THE CONQUEST-ERA STATE

The explanation is, most likely, that the Arab empire was basically colonial: pragmatic and exploitative. Although religious fervour certainly drove the Conquests, the Arabs did not intend to convert their subjects, or to treat them with zealous cruelty. Despite the genuine suffering caused by invasion, besiegement and slavery – and the hyperbolic response by contemporary writers (DONNER, 2011; HOYLAND, 1994, *passim*) – the Arabs were not bent on savagery and destruction. The armies' activities were centralised, and their leaders negotiated the peaceful surrender of towns wherever possible (KENNEDY, 2007; DONNER, 1995). The archaeological record suggests that depopulation and destruction are better attributed to the war between the Byzantines and Sasanians, or to natural disasters, than to the Arab Conquests (HOLUM, 1992; AVNI, 1994: 126; SCHICK, 1998: 76), which were relatively benign.

The Arabs' strategy was governed by rational self-interest: so long as the subjects paid their taxes, they were generally left to manage their own affairs. So while the

imperial, interregional élites of the Middle East were deposed, the landowners and urban notables were often upheld as tax collectors and mediators between the Muslim governors and their subjects. The Arabs formed a stratum of military overlords who cared only to extract revenue from their subjects in the simplest possible fashion. The impression for students of periodisation is that the Conquests were no severe rupture in economic activity, and should not *in themselves* be seen as a turning point in economic history.

3 THE CONQUERED ELITES

3.1 COLLABORATION

In recent years scholarship has recognised that the Sasanian dynasty did not govern a centralised state; in fact, it negotiated power through a confederation of Pārsīg and Pahlāv families, whose machinations are obscured by triumphantly imperialistic chronicles. The confederacy was unravelling in the century preceding Islam; the Conquest of Persia merely cut the fraying bonds between the provinces and the court (POURSHARIATI, 2009; cf. DARYAEE, 2010). The ruling dynasty was toppled, but local administration was delegated to many of the aristocratic and landowning families who had performed such duties for the Sasanians. Buckled and twisted, the infrastructure of local government survived the transition between empires (MORONY, 2004/B).

Much the same process obtained on the Byzantine side of conquered territory, where Greek continued to be the dominant language of administration for two or three generations after the initial Conquests (e.g. DI SEGNI, 2009). Early Islamicate government was highly deputised and conservative. The Caliphs made little effort to change the coinage, and even purchased Byzantine currency with bullion to plug the gap between mining and minting (HEIDEMANN, 1998). Whether due to the state's indifference to numismatic imagery or the native peoples' rejection of new coins, most of the

experimental mints in the first Islamic century were merely variants on the Byzantine or Sasanian models (BATES, 1994; YARSHATER, 1985—: s.v. “Arab-Sasanian Coins”).

3.2 MARGINALISATION

This aloof form of government could not last forever. In the late seventh century, a war between the Umayyad dynasty and a pretender based in Medina shone a terrifying light on the discord within the Muslim diaspora. The tribal and militaristic loyalties which had borne the psychological weight of the Conquests were finally disintegrating (HOYLAND, 2006), and the miserly treatment of non-Arab converts was now a political issue (BEARMAN, 1960-2005: s.v. “Mawlā”, §2). Having won the civil war, the Umayyads set out to rationalise the state in order to confirm their dominance over an ever-more fractious population. The army was professionalised; taxation was standardised and more robustly pursued; bureaucracy was conducted entirely in Arabic; and administrators were expected to be either Arabs from newly-educated families or non-Arab Muslims (ROBINSON, 2005).

As the state was rationalised, the non-Muslim functionaries were dismissed and dispossessed. Simultaneously a legal category for the ‘People of the Book’ crystallised, which functionally resembled the toleration of minorities under the Sasanians (MORONY, 1974; 1984: 306-383; cf. PAPAConstantinou, 2008) and which conceptually extended the Christian toleration of Jews to other ‘protected’ (*dhimmi*) monotheists. Meanwhile, the rulers resorted to ever-more extravagant displays of Islamic piety in order to pacify the Muslim dissidents: from introducing a new type of figureless coin, bearing only religious messages, to building a magnificent shrine over the ruins of the old Temple of Jerusalem, decorated with inscriptions berating the Christians and praising God (ROBINSON, 2005). In effect, Islamic civilisation was asserting itself against the non-Muslims for the sake of Muslim unity: it was building a distinctive form of government

which proclaimed the victory of Islam – less so of the Arabs – over the empires that had gone before.

Periodisation requires that we view these events from a distance, in order to trace the contours of history; so we should step back for a moment. Although the Arabs established themselves as tax farmers wherever they conquered, it took half a century for them to *begin* building a distinctive kind of state with the twin aims of embedding governmental power across the Fertile Crescent and promoting a religiously-charged myth of legitimacy. During this time, the only serious challenges to the Umayyad dynasty came from within Islamdom (CRONE, 1980): the Persian confederacy had crumbled and the Byzantines, for largely internal reasons, were unable to sustain a counter-conquest (KAEGLI, 1992; SARRIS, 2011: 275-306). Maybe the Caliphate, makeshift and unruly, should have been demolished before it had left its imprint on the Middle East. In the event, it sluggishly evolved from a network of garrisons to a sophisticated imperial state.

Yet for all its innovation, the state that developed was very much in the late-antique mould. Its religious triumphalism mirrored that of Byzantium; its economic activities followed the trajectory set by the deposed empires; and its centrepiece, the office of the Caliph, embodied the autocratic and theocratic yearning of the late-antique potentates.

4 THE CALIPHATE

4.1 THE NATURE OF CALIPHAL AUTHORITY

The Caliph was both the successor to Muḥammad and the ‘deputy of God’ on Earth. Not only was he to act righteously, as an exemplar; he was to establish normative behaviour in order to regulate worldly affairs as well as to guide the believers to paradise. Early-Islamic law synthesised the customary law of Arabia, the commandments in the Qur’ān, and Caliphal edicts (CRONE & HINDS, 1986). At last, the ‘heads of the eagle’ had

been reunited: the agents and interests of church and state were harmonised at the court of the Caliph. Or, rather, there was no division between church and state in the sacred polity.

So the office of the Caliph can be seen as the apex of late-antique imperial ambition, in that it combined sacred and secular authority in one man. The Sasanian and Byzantine emperors could change religious law and practice only by manipulating the priesthoods, which often proved intransigent (YARSHATER, 1985—: s.v. “Judicial and Legal Systems: iii. Sasanian Legal System”; BOWERSOCK, 1999: s.v. “Christian Triumph and Controversy”, 200-201); only the Caliph had the right to articulate religious law directly.

A commonplace theme of Muslim historiography is the difference between Caliphate and kingship. Since all sovereignty was God’s, the Caliph was expected to rule as a humble servant. A Caliph who acted in a tyrannical or impious fashion, or mimicked the old emperors by his indulgence, malice or favouritism, was no true caliph, but a mere king (EL CHEIKH, 2004).

This sensitivity to corruption inherent in kingship led caliphs to eschew the crown as a symbol of their authority (CRONE, 2004: 7, 44-6; BOWERSOCK, 1999: s.v. “Imperial Cult”, 510-11). Less ostentatious symbols did survive the transition to Arab rule, including the staff, signet ring, and cloak; but in order to soothe the primitivist spirit in early Islam, the insignia were *retrojected*: they were held to have been the Prophet’s originally, then passed down the Caliphal line (MARSHAM, 2009). Thus, late-antique kingship was recast as Islamic, and the self-indulgent quirks of empire were partially excused.

Although the Caliphate did break an ancient tradition of sacral kingship, in that the Caliph was neither sacred nor inviolable (CRONE, 2004: 21-2, 40-2; cf. YARSHATER, 1985—: s.v. “Farr(ah)”), he did enjoy a similarly elevated quality, dubbed ‘insight’ or ‘inspiration’: God steered the Caliph to make good decisions and to dispense good advice (CRONE & HINDS, 1986: 56). The basic function of the late-antique emperor survived in him: he embodied and protected the religious community; he led certain rituals – prayer

and pilgrimage – amongst his executive duties; and, like the Byzantine emperors, he defended the faith.

4.2 THE PIOUS OPPOSITION

The early Caliphs realised the theocratic aspiration of Late Antiquity, but their victory was fleeting. Although Islam would never develop a priesthood in the Christian or Zoroastrian mould, it did spawn an intelligentsia whose struggle with the Caliphal state would characterise the classical period of Islam. The scholars were experts in law because they had learnt the edicts and behaviours laid down by previous Caliphs and by the Prophet. Initially, the Caliphs could even approach religious scholars in search of these legal precedents (CRONE & HINDS, 1986: 51-52).

Now, some Muslim thinkers denied the Caliphs' right to dictate pious behaviour, and promoted other forms of social organisation. Some insisted that the Umayyad dynasty was illegitimate because it was not in the prophet's bloodline. Even those who supported the dominant theory of law-making Caliphate *in principle* were disappointed when the Caliphs inevitably fell short in their personal piety. And so, in the first two centuries of Islam, the scholarly class waged an ideological campaign to seize legislative power from the Caliphs, claiming authority from their 'chains of transmission' extending back to the Prophet and his companions (CRONE & HINDS, 1986: 49, 58-96; HODGSON, 1974: 238-9, 247-56).

4.3 THE CALIPHATE IN DECLINE

Once again, the greatest threat to the Islamicate élite came from within Islamdom. The 'Abbāsīd family rode the wave of frustration felt by the non-Arab clients and fomented by the scholars and other factionalists: they overthrew and massacred the Umayyads in 750. The cruelty with which the 'Abbāsīds eliminated their rivals was less

traumatic for the Arab population than the replacement of a Syrian military cadre with Persian-speaking soldiers from Khurāsān. The sovereignty of the Arab people had apparently been overruled. More than this: the quasi-tribal confederations on which Umayyad power had rested were no longer relevant. Consequently, the new dynasty of Caliphs had to find legitimacy in religious affairs (CRONE, 1980: 61-65); and this inevitably brought them into conflict with the ever-more confident religious scholars.

The outcome of this conflict was the Miḥna: a courtroom inquisition in which the Caliph and his deputies examined the metaphysical beliefs of leading thinkers in order to suppress heterodoxy (BEARMAN, 1960-2005: s.v. “Miḥna”). The immediate consequence was the imprisonment and flogging of popular religious scholars for a crime of conscience, which simply hardened the hearts of the ‘pious opposition’ against the Caliph.

Ultimately, the ‘Abbāsids could no more play the rôle of impeccable leader (*imām*) than the Umayyads had. As the early days of the Prophet and the Conquests receded into cultural memory, and the personal failings of the earliest Muslim politicians were forgotten, the scholars drew ever-greater strength from that golden age. The religious authority of the Caliphate waned, and the autocratic impulses of Late Antiquity began to subside.

5 PHILOSOPHY

A legacy of classical paganism, philosophy had withered under the austere conditions of Late Antiquity. The ‘greats’ from among the old texts were preserved, translated and taught, but across Europe and the Middle East the creative act of philosophy itself was largely abandoned. The Umayyads were relatively sheltered from classical thought in the heavily Arab cities of Medina and Damascus, and showed no more interest in philosophy than had their imperial predecessors. Isolated attempts were made by Muslim intellectuals to adapt classical motifs, but there was no large-scale translation

of texts and ideas until the 'Abbāsid Caliphs transferred their capital to Baghdad. The new dynasty was thus caught in the intellectual currents of the Sasanian heartland, where, as part of their project to subsume Hellenism under the rubric of Persian history, the deposed élite had sponsored translations of Greek texts to Persian languages. The Caliphs wanted to present themselves as innovative and active guardians of the faith: once presented with a distinctive body of literature that the non-Muslims knew and respected, the Caliphs were keen to turn it against them.

Hence the mummified remains of classical philosophy were revived in Arabic texts for the purposes of religious disputation, as a supplement to scriptural hermeneutics. Only from the ninth century, under the influence of al-Kindī (c.801-873), was philosophy treated as a discipline in its own right and for its own sake. The mother tongue of medieval philosophy was not Greek, but Arabic; its spiritual home was not Alexandria, but Baghdad; and by so liberating philosophy from its philological straitjacket, the 'Abbāsid scholars proved its relevance and adaptability to all nations, which encouraged its diffusion (GUTAS, 2010). Defossilised and rejuvenated, medieval philosophy clearly distinguishes medieval thought from late-antique tradition; and crucially, for the purposes of periodisation, the renaissance of philosophy was suspended for some two hundred years after the Islamic conquest of Mesopotamia. If late-antique attitudes prevailed in the second century of Islam, we should wonder whether, in this respect, the early 'Abbāsids still 'belonged to' Late Antiquity.

6 EMPIRE TO COMMONWEALTH

6.1 THE TRADITIONALISTS

Although their legacy would eventually reach Europe and have a major influence on the development of the universities, the ninth- and tenth-century philosophers of Islamdom were hamstrung by the forces of history. They were briefly

favoured by the power-grubbing Caliphs of the Miḥna episode, and that association poisoned attitudes between the philosophers and the ‘traditionalists’. In any case, there was a fundamental incompatibility between philosophy and the Islamic sciences that had developed under the auspices of the traditionalists.

These scholars had established that authority came from the Qur’ān and from the good practice (*sunna*) of the Prophet and his most favoured companions. This authority was effectively theirs because they transmitted stories about these early figures from master to student, ensuring the stories’ conservation. Reliable knowledge was old knowledge, grounded in the past; everything else was extrapolation. The philosophers, who speculation was built on axioms, could not be authoritative, because they did not work from scripture and *sunna*. And since authority had been projected back into a semi-legendary past, the Caliphs had lost their place as living guides to normative behaviour.

6.2 THE CALIPHATE FRAGMENTS

Soon after the ‘Abbāsīd dynasty was established, a surviving member of the Umayyad family set up an emirate in Spain. Although it paid lip service to the new dynasty’s leadership, the Emirate of Córdoba was effectively an independent state. A dangerous precedent was set. Meanwhile, the ideologues who had supported the revolution of 750 were deeply alienated by the ‘Abbāsīds, whom they saw as either usurpers or traitors to a radical cause. From the ninth century onwards, gubernatorial families, often with religious agenda, acquired effective control over large territories.

The reasons for the collapse of central authority are poorly understood. Internally, the cumulative size of the cadre of slave soldiers in the court, once introduced, altered the balance of power until the Caliphs were little more than puppet rulers on behalf of their Turkic guardsmen (CRONE, 1980); even if the incumbent were fit to rule – which was not always the case – the office of the Caliph lost its agency.

Perhaps the officer corps could have governed on his behalf, if not for external developments. Garth Fowden, after whose book this section is named (FOWDEN, 1993), connects the dissolution of Islamicate territory with the development and formalisation of rival sects within Islam. The quickening rate of conversion injected more and more non-Arab blood and ideas into the religion, adding to the local variation in beliefs and practices; meanwhile the vastness of the ninth-century empire prevented even the most capable ministers from suppressing the boisterous discontent which could be channelled into political projects by savvy scholars, warlords and administrators.

However it came about, the dissolution of the Caliphate was the dissolution of Late Antiquity. The theocratic ideal of a sacred and secular commander-in-chief was realised in the Caliph briefly in the seventh and early eighth centuries, but it soon faltered against the power of the traditionalist scholars. The Caliphs patronised philosophy and tried to suppress the traditionalists, but to no avail: their Caesaropapacy was reduced to mere kingship. The Caliphs still resembled their imperial forebears – they had borrowed and Islamised much of the semiotics of kingship from them – but even this did not last: the empire fragmented into a commonwealth of Islamicate states, all of which recognised their commonality, practised the same religion, and revered the Caliph in principle. The Middle Ages were well and truly underway by the mid-tenth century and the Buyid capture of Baghdad.

CONCLUSION

The Arab Conquests did not dissolve Late Antiquity. The categories ‘Arab’ and ‘Muslim’ were still very plastic at the beginning of the Conquests, and they drew much of their conceptual strength from the late-antique milieu of the conquered lands. The Conquests imposed a parasitic élite on the wealthiest provinces of the Middle East, which sat idly on the infrastructure of the deposed empires, such that the economic and socio-

political patterns of Late Antiquity were left to repeat apace – albeit somewhat distorted over time.

In many respects, the High Caliphate was a late-antique endeavour. The Caliph achieved the highest degree of interdependence between sacred and profane elements within the polity: the culmination of late-antique theocratic and autocratic impulses. The ruling dynasty was shocked into action by the civil war of the late seventh century, and began to rationalise the organs of state, the better to control its unruly Muslim subjects. Its reforms privileged both Islam and its Arabic language, but in effect it was little more than the adaptation of late-antique systems to new political realities.

We have seen the ways in which Islamdom inherited and subtly manipulated late-antique features; we have seen how these features were lost or transformed. It seems reasonable, then, to speak of an ‘Islamic Late Antiquity’ running from the initial Conquests until the tenth century, which oversaw the sluggish transition from a post-Hellenic world dominated by Roman and Persian empires to a distinctively Islamicate medieval period populated by smaller, independent dynasties.

BIBLIOGRAPHY

- BATES, Michael. “Byzantine Coinage and its Imitations, Arab Coinage and its Imitations: Arab-Byzantine Coinage”, *Aram*, 6, Leuven: Peeters Publishers, 1994, pp.381-403.
- BEARMAN, P.J. et al. (eds.), *Encyclopædia of Islam: 2nd Edition*, 12 vols., Leiden: E. J. Brill, 1960-2005.
- BOWERSOCK, G.W. et al (eds.), *Late Antiquity: A Guide to the Postclassical World*, Cambridge, MA.: Belknap Press, 1999.
- BROWN, Peter. *The World of Late Antiquity: A.D. 150-750*, San Diego: Harcourt Brace Jovanovich, 1971.
- _____. *The Making of Late Antiquity*, Cambridge, MA.: Harvard Univ. Press 1978.

BULLIET, Richard W. *Conversion to Islam in the Medieval Period: An Essay in Quantitative History*. Cambridge, MA.: Harvard Univ. Press, 1979.

COOK, David. "Moral Apocalyptic in Islam", *Studia Islamica*, 86, Paris: Maisonneuve, 1997, pp.37-69.

CRONE, Patricia. *Slaves on Horses: The Evolution of the Islamic Polity*, Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1980.

_____. *Meccan Trade and the Rise of Islam*, Princeton: Princeton Univ. Press, 1987.

_____. *Medieval Islamic Political Thought*, Edinburgh: Edinburgh Univ. Press, 2004.

_____; COOK, Michael. *Hagarism: The Making of the Islamic World*, Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1977.

_____; HINDS, Martin. *God's Caliph: Religious Authority in the First Centuries of Islam*, Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1986.

DARYAEE, Touraj. "The Fall of the Sasanian Empire to the Arab Muslims: From Two Centuries of Silence to Decline and Fall of the Sasanian Empire: the Partho-Sasanian Confederacy and the Arab Conquest of Iran", *Journal of Persianate Studies*, 3, Leiden: E.J. Brill, 2010, pp.239-54.

DI SEGNI, Leah. "Greek inscriptions in transition from the Byzantine to the early Islamic period". In: COTTON, Hannah et al. (eds.), *From Hellenism to Islam: Cultural and Linguistic Change in the Roman Near East*, Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2009, pp.352-373.

DONNER, Fred M. "Centralized Authority and Military Autonomy in the Early Islamic Conquests". In: CAMERON, Averil (ed.). *The Byzantine and Early Islamic Near East III: States, Resources and Armies*, Princeton: Darwin Press, 1995, pp.337-360.

_____. *Narratives of Islamic Origins: The Beginnings of Islamic Historical Writing*, London: Darwin Press, 1998.

_____. *Muhammad and the Believers at the Origins of Islam*, London: Belknap Press, 2010.

_____. "Visions of the Early Islamic Expansion: Between the Heroic and the Horrific". In: EL CHEIKH, Nadia M. and SULLIVAN, Shaun (eds.). *Shaun, Byzantium in Early Islamic Syria*, Beirut: American Univ. of Beirut, 2011, pp.9-30.

EL CHEIKH, Nadia M. "Byzantine Leaders in Arabic-Muslim Texts". In: HALDON, John and CONRAD, Lawrence I. (eds.), *The Byzantine and Early Islamic Near East VI: Elites Old and New in the Byzantine and Early Islamic Near East*, Princeton: Darwin Press, 2004, pp.275-284.

FOWDEN, Garth. *Empire to Commonwealth: Consequences of Monotheism in Late Antiquity*, Princeton: Princeton Univ. Press, 1993.

GUTAS, Dimitri. "Origins in Baghdad". In: PASNAU, Robert and VAN DYKE, Christina (eds.). *The Cambridge History of Medieval Philosophy*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2010, pp.11-25.

HAWTING, Gerald (ed.), *The Development of Islamic Ritual*, Aldershot: Ashgate Variorum, 2006.

HECK, Gene W. "'Arabia without Spices': An Alternate Hypothesis", *Journal of the American Oriental Society*, 123/3, Ann Arbor: American Oriental Society, 2003, pp.547-576.

HEIDEMANN, Stefan, "The Merger of Two Currency Zones in Early Islam: The Byzantine and Sasanian Impact on the Circulation in Former Byzantine Syria and Northern Mesopotamia", *Iran*, 36, London: British Institute of Persian Studies, 1998, pp. 95-112.

HODGSON, Marshall G.S. *The Venture of Islam: Conscience and History in a World Civilization. 1: The Classical Age of Islam*, Chicago: Univ. of Chicago Press, 1974.

HOLUM, Kenneth G. "Archaeological Evidence for the Fall of Byzantine Caesarea", *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, 286, Boston: American Schools of Oriental Research, 1992, pp.73-85.

HOYLAND, Robert. *Seeing Islam as Others Saw It: A Survey and Evaluation of Christian, Jewish and Zoroastrian Writings on Early Islam*, Princeton: Darwin Press, 1997.

_____. "New documentary texts and the early Islamic state", *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*, 69/3, 2006, pp.395-416.

_____. "Early Islam as a Late Antique Religion". In: JOHNSON, Scott (ed.), *The Oxford Handbook of Late Antiquity*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2012, pp.1053-1077.

HUMPHREYS, R. Stephen. "Breaking the Hermetic Seal: Eurasia and the realm of Islam", *The Journal of English and Germanic Philology*, 105/1. Champagne, IL.: Univ. Illinois Press, 2006, pp.44-60.

KAEGI, Walter E., "Elements of failure and endurance". In: Id., *Byzantium and the Early Islamic Conquests*, Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1992, pp.238-286.

KENNEDY, Hugh. *The Great Arab Conquests: How the spread of Islam changed the world we live in*. London: Weidenfeld & Nicolson, 2007.

MAKDISI, George. "Baghdad, Bologna and Scholasticism". In: DRIJVERS, Jan Willem and MACDONALD, ALASDAIR (eds.). *Centres of Learning: Learning and Location in Pre-Modern Europe and the Near East*. Leiden: E.J. Brill, 1995, pp.141-157.

MACDONALD, Michael C.A. "'Les Arabes en Syrie' or 'La Pénétration des Arabes en Syrie': A question of perceptions?", *Topoi orient-occident*, suppl. 4. Paris: De Boccard, 2003, pp.303-318.

MCCORMICK, Michael. *Origins of the European Economy: Communications and Commerce A.D. 300-900*, Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2001.

_____. "New Light on the Dark Ages: How the slave trade fuelled the Carolingian Economy", *Past and Present*, 177/1, Oxford: Oxford Univ. Press, 2002, pp.17-54.

MORONY, Michael G. *Iraq after the Muslim Conquest*, Princeton: Princeton Univ. Press, 1984.

_____. "Economic Boundaries? Late Antiquity and Early Islam", *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, Leiden: E.J. Brill, 47/2, 2004/A, pp.166-194.

_____. "Social Elites in Iraq and Iran: After the Conquest". In: HALDON, John and CONRAD, Lawrence I. (eds.), *The Byzantine and Early Islamic Near East VI: Elites Old and New in the Byzantine and Early Islamic Near East*, Princeton: Darwin Press, 2004/B, pp.275-284.

O'DONNELL, James J. "Late Antiquity: Before and After". *Transactions of the American Philological Association*. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press, 134/2, 2004, pp.203-213.

POURSHARIATI, Parvaneh. *Decline and Fall of the Sasanian Empire: The Sasanian-Parthian Confederacy and the Arab Conquest of Iran*, London: I.B. Tauris, 2008.

ROBINSON, Chase. "'Abd al-Malik's Empire". In: id., *'Abd al-Malik*, Oxford: Oneworld, 2005, pp.59-80.

_____. *The New Cambridge History of Islam*, Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2010.

RUBIN, Uri. "Meccan Trade and Qur'ānic Exegesis (Qur'ān 2: 198)", *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*, 53/3, Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1990, pp.421-428.

SARRIS, Peter. *Empires of Faith: The Fall of Rome to the Rise of Islam, 500-700*, Oxford: Oxford Univ. Press, 2011.

SCHICK, Robert. "Palestine in the Early Islamic Period: A Luxuriant Legacy", *Near Eastern Archaeology*, 61/2, Boston: American Schools of Oriental Research, 1998, pp.74-108

SIZGORICH, Thomas. *Violence and Belief in Late Antiquity: Militant Devotion in Christianity and Islam*, Philadelphia: Univ. of Pennsylvania Press, 2008.

WANSBROUGH, John. *Quranic Studies: Sources and Methods of Scriptural Interpretation*, Oxford: Oxford Univ. Press, 1977.

WARD-PERKINS, Bryan. *The Fall of Rome and the End of Civilization*, Oxford: Oxford University Press, 2005.

WICKHAM, Chris. *Framing the Early Middle Ages: Europe and the Mediterranean, 400-800*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2005.

YARSHATER, Ehsan (ed.). *Encyclopaedia Iranica*, 15+ vols., N.Y.: Bibliotheca Persica and Winona Lake: Eisenbrauns, 1985

Dossiê

ENTRE TEMPORALIDADES E MEMÓRIAS MITOLOGIAS HISTÓRICAS DO MEDIEVO JUDAICO E A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA DIASPÓRICA

Profa. Dra. Renata Rozental Sarcovskiy⁷⁷

A inexistência de uma historiografia judaica não passou de todo despercebida. Nas gerações imediatamente anteriores a Maimônides, o poeta hebreu-espanhol Moisés Ibn Ezra queixava-se de 'indolência' e até mesmo do 'pecado' judaicos cometidos por gerações anteriores ao negligenciarem a língua e o registro da história judaica.
(YERUSHALMI, 1992: 53)

RESUMO

Neste artigo, estudamos a formação de consciências históricas entre os judeus da Idade Média. A memória apresenta-se como instrumento narrativo e configura-se como parte da nova identidade judaica entre os séculos XIV-XVI. Neste estudo é possível perceber o uso social do tempo como campo legítimo de estudo do historiador.

⁷⁷ Professora adjunta de História Medieval da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ. Pós-doutora em Arqueologia pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora e membro fundador do PLURALITAS - Núcleo Interdisciplinar de Estudos Históricos (CNPq-UFRRJ); pesquisadora associada ao Centro de Pesquisa e Documentação do Museu da Tolerância de São Paulo (USP), e do grupo de pesquisa Jesus Histórico e sua Recepção (CNPq-UFRJ). Desenvolve atualmente projeto de pesquisa "*Cultura Material e Cultura Literária no Mediterrâneo Tardoantigo: Relações Judaico-Cristãs e as Polêmicas Adversus Iudaeos (IV-V d.C.)*".

Palavras-chave: Historiografia – Memória – Judaísmo Medieval

ABSTRACT

In this article, we study the rise of historical thought among the Jews at Middle Ages. Memory is realized as narrative structure and part of a new Jewish identity between XIVth and XVIth centuries. The social conceptions of time must be perceived as an effective field of history studies.

Keywords: Historiography – Memory – Medieval Judaism

O inusitado processo de formação de consciências históricas de viés memorialista entre os judeus da Idade Média, suas organizações, difusões e apropriações, evidencia o uso social do tempo como campo legítimo de estudo do historiador. Essa hipótese nos encaminha a algumas percepções sobre a peculiar relação criada, por diversos grupos intelectuais judaicos do medievo - não consensuais - entre tempo, memória e identidade social.

Desde o século V, já não se viam mais textos com os de Fílon de Alexandria ou Flávio Josefo, em seus detalhismos descritivos de forte engajamento político. Nestes textos dos primeiros séculos da era comum, conflitos e digressões internas ou externas às comunidades judaicas são relatados e avaliados pelos próprios narradores, oscilando entre um fraco apego providencialista e considerável grau de helenização na hermenêutica discursiva.

Nos espaços das *hebreis civitatis* e das academias rabínicas, a consciência de continuidade e trajetória esteve marcada por um denso conjunto de visões de mundo edificantes, muito embora bastante práticas. A narrativa histórica judaica seria o lugar de uma justiça divina - salvífica ou não - e da resolução de dilemas imediatos. Estes sim, acreditava-se, claramente existentes.

A crítica histórica surgia a partir de passagens e eventos da trajetória judaica de fundo testamentário, e ecoaram das contribuições definitivas da ampla literatura rabínico-

talmúdica. Parábolas e memórias transitavam pelos mesmos territórios imprecisos e atemporais, principalmente pelas experiências cotidianas de rabinos relatados nominalmente entre as milhares de suas páginas. Passado e presente fundiam-se entre centenas de situações de dilemas morais, comportamentais e leituras alegóricas bíblicas, determinando, dessa forma, um ideal de entendimento da realidade vivida, que lhes parecia suficiente o bastante enquanto recurso hermenêutico e exercício dialógico. A História torna-se recurso narrativo moralizante, mas sem a rigidez do sentido ordenado do tempo e do espaço.

No tratado talmúdico de *Tamid* (SONCINO TALMUD, *Massechet Tamid*, 31b-32b) a famosa parábola sobre um "encontro" ocorrido entre Alexandre da Macedônia e os chamados "sábios do Neguev", em clara alusão aos membros do Sinédrio, comprova a ideia de que o tempo da narrativa rabínica prescindia da concretude oferecida pelo tempo cronológico.

Para Emmanuel Levinas, o que nos chama a atenção para tal narrativa é que

(...) o texto da página [...] não deve ser tomado como um documento atestando a autenticidade histórica das palavras que relata, nem mesmo como alguma prova do fato real do encontro que eles teriam tido. É a lição expressa por esse fragmento venerável [...] que nos dias de hoje nos interessa em primeiro lugar. (LEVINAS, 2002: 50).

A visão histórica não deixava, porém, de existir. Muito embora o cotidiano e a exegese emergissem como discursos preferenciais, concordamos quando o historiador Yossef Yerushalmi constata que "(...) os judeus medievais possuíam um conhecimento de história maior do que o que deixaram registrado, e há evidência indireta de que isso foi realmente o que ocorreu." (1992: 52). A escolha dos interlocutores da narrativa pelo texto talmúdico é circunstancial e politicamente ousada.

Visto como "um grande conquistador", cujo império detinha o controle pela força, Alexandre é aqui um homem poderoso que toma o diálogo com um grupo anônimo de

"sábios judeus", discutindo e recebendo aconselhamentos sobre poder e os limites da autoridade.

Alexandre da Macedônia fez dez perguntas aos anciãos de Neguev. Perguntou-lhes ele: Qual é a definição do sábio? Responderam-lhe: O sábio é aquele que prevê o que acontece. Disse-lhes ele: Quem vós chamais de forte? Disseram-lhe: Aquele que domina sua tendência má. Disse-lhes ele: Quem vós chamais de rico? Responderam-lhe: Aquele que se contenta com a parte que lhe cabe. [...] Perguntou-lhes ele: O que se deve fazer para se tornar popular? Responderam-lhe: Odiar o poder e a autoridade. Tenho uma resposta melhor do que a vossa. É preciso amar o poder e a autoridade e aproveitar-se disso para conceder benefícios às pessoas. Qual de vós é o mais sábio? Responderam-lhe?: Somos todos iguais, pois todos respondemos a tuas perguntas como um único homem. Perguntou-lhe: Por que vos opondes a nós? Responderam-lhe simplesmente: Satã é o vencedor. Ele é sempre o vencedor. Respondeu-lhes: Posso fazer executar-vos por um decreto real ! Responderam-lhe: O poder está nas mãos do rei, mas fica mal para um rei mentir. Logo, ele os revestiu de púrpura e prendeu-lhes no pescoço ornamentos de ouro." (SONCINO TALMUD, *Massechet Tamid*, 31b-32b)⁷⁸

Ao nivelar Alexandre e os Rabinos em um mesmo plano dialógico, a parábola talmúdica desafia e relativiza a autoridade, mostrando o quão ilusória seria a certeza da dominação imposta entre os homens. Neste encontro, era possível que Rabinos ensinassem ao imperador macedônico o que seria de fato um bom governante, distante de ganâncias e ambições. De forma indireta, típica da discursividade talmúdica, os Rabinos apontam erros e equívocos morais do imperador, subvertendo o tempo, a história, e as hierarquias sociais. Essa seria a mensagem subliminar, repleta de denotações de consciência de uma história judaica efetivamente atrelada ao domínio helenístico no Oriente Próximo.

⁷⁸ Tradução para o português da versão francesa de Emmanuel LEVINAS, E. *Novas Interpretações Talmúdicas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. pp 46-47. Tradução de Marcos de Castro.

Alexandre da Macedônia aparece em diálogo coerente e direto com um *sanhedrin* (conselho judaico de anciãos) reconfigurado, sem que isso pudesse parecer uma distorção do tempo vivido. A experiência do diálogo suplantou a experiência do tempo em sua ordem.

Na literatura talmúdica, assim como na midráshica, não se encontram discursos sobre acontecimentos organizados, mas discursos edificantes repousados sobre a base de acontecimentos imaginados. Entretanto, a consciência histórica da trajetória judaica e seu entorno são as motivações da construção da narrativa.

Outro ponto nevrálgico da literatura rabínica dos primeiros séculos medievais é a relação entre o micro e o macro na hermenêutica discursiva, ancorada na relativização do uso do tempo. Assim como nos ensinamentos dos "sábios do Neguev", é nítido o intercâmbio textual entre lugares de santidade, temas ou categorias filosóficas, e temas prosaicos do presente vivido: o sexo, o lar e a família, a cozinha e o quarto, a terra, suas semente e seus trabalhadores, o centro comercial, a sinagoga e os redutos de estudo.

Para além do império helenístico, encontramos também alusões midráshicas (séculos IV e V) sobre as guerras judaicas do primeiro século em conjunção com ensinamentos sobre a teogonia do tempo criador – *maasseh bereshit*. Significativas diferenças afastam-nas da narrativa mais pragmática de Josefo, bem anterior.

Sabemos que este último preocupava-se com as condições políticas, motivações e violências dos revoltosos, alertando para os impactos das relações com Roma, e as estruturas internas de organização das comunidades judaicas da Judeia romana. Neste encontramos também alusões ao crescimento e impactos do misticismo judaico entre grupos saduceus e essênios à época do segundo templo.

Como judeu, assumindo verbalmente esta condição, não deixava porém de mencionar a ira divina e a força dos desígnios que se abatiam sobre o povo, pela intransigência dos insurgentes, ambiciosos, descontrolados e violentos. A historiadora Mireille Hadas-Label refere-se à tragicidade do livro V de Guerras Judaicas:

Coisas terríveis estavam acontecendo em Jerusalém. Muito embora a cidade estivesse vazia de romanos, o sangue jorrava como um rio por suas ruas até às portas do Templo Sagrado. A flor da nação estava sendo desrespeitada sem qualquer consideração pela idade ou pelo mérito. Um sem número de homens irresponsáveis combatiam uns contra os outros por disputa de poder. (HADAS-LEBEL, 1993: 148).

O texto rabínico vislumbra outros horizontes para o mesmo momento histórico. Ao contrário da linearidade e detalhismo das informações trazidas nas Guerras Judaicas de Josefo, o Midrash, em meio a diversas discussões sobre o templo de Jerusalém, apresenta possíveis diálogos e negociações entre um prestigiado rabino e os Flavius.

Ao revelar profeticamente a Titus Vespasianus que este seria vitorioso contra os judeus, além de alcançar o título de imperador como seu pai, a célebre figura do rabino Yohanan bem Zakai (século I d.C.) possivelmente testemunhou a destruição do templo de Jerusalém. Como retribuição ao oráculo espiritual prestado ao imperador, teria conseguido ainda comandante do cerco de Jerusalém durante a primeira guerra judaica (67-70 d.C.), autorização para dirigir-se ao norte da Judeia com todos os discípulos.

Sua presteza político-religiosa permitiu-lhe que fundasse ali uma academia rabínica – Yavne, um dos mais importantes centros de estudos do mundo judaico. Zakai recebera a garantia de que não seriam, ele e seus discípulos, perseguidos por Vespasiano, salvando-os dos massacres sangüinários perpetrados, naquele exato momento contra os judeus rebeldes da capital.

Simultaneamente, Zakai surge na narrativa como exemplo da junção de dois mundos - o visível e o invisível; o micro e o macro - , ambos tocam-se em plena continuidade, sem hierarquizações e antagonismos. Outros tantos personagens compoem o cenário. No Talmud, o profeta Elias aparece conversando com rabinos coevos a Zakai, sábios como Rabi Akiva e seus discípulos (STEINSALTZ, 1989: 300).

Na literatura rabínica dos séculos IV e V, Yossi, discípulo de Rabi Akiva (I d.C.) vivencia uma experiência de oração nas ruínas de Jerusalém. A consciência histórica e os

lamentos pela destruição da cidade e de seus locais sagrados é acompanhada pela certeza culpa coletiva. O profeta Elias indaga-o se ouvia vozes através das ruínas. Yossi incorpora na narrativa um lugar judaico de ação, envolve-se e se responsabiliza pela perda do Templo de Jerusalém, lamentada pela voz divina revelada por entre as ruínas, três vezes ao dia.

O caminho do tempo e as periodizações marcadas pelos rituais (ELIADE, 1991.), e o reconhecimento da santidade do templo de Jerusalém, não seriam (ou não precisavam ser) categorias necessariamente pragmáticas, sendo que o próprio Deus judaico era inominável, atemporal e desprovido de qualquer teogonia.

A experiência judaica no mundo e sua continuidade histórica seria parte, portanto, de um processo criativo místico, tendo o homem não apenas o papel de criatura, mas implacavelmente, o papel de criador, recebendo os resultados de suas próprias experiências mundanas.

Assim, ainda que com algumas digressões advindas do mundo ibérico dos séculos XI e XII - a exemplo de Maimônides e Ibn Ezra - a referência talmúdica do discurso edificante permanece na Idade Média judaica entre os séculos XI e XV, em diversas crônicas, como nos comentários bíblicos frutos da região do Reino de França e do Sacro Império (como os de Rav Shlomoh Yitshaqi [1040-1105], o "Rashi" de Troyes).

Na Baixa Idade Média, vemos já algumas importantes transformações nas relações de campos semânticos como tempo e memória, nas imbricações entre passado e futuro. Observa-se um lento, porém significativo enfraquecimento dos discursos ancorados por parábolas rabínicas. Transitando pelo terreno da cronologia, encontramos longos relatos históricos, alguns pioneiramente de cunho autobiográfico, cujas preocupações oscilavam no corpo da própria narrativa, entre pessimismo e redenção. Já nos são perceptíveis necessidades dos cronistas em construir a argumentação pela linearidade dos fatos elencados como memoráveis, imbuídos pela tarefa de narrar a sofrível condição existencial dos judeus, ou suas próprias desventuras como parte dessa mesma condição.

Nesse processo de alteridade, acreditava-se poder apresentar uma espécie de "reconstituição comprobatória" das vivências amargas das sociedades judaicas nas suas relações com as sociedades do entorno. Todas as vivências seriam identificadas com relativa precisão espaço-temporal, poeticamente adornadas pela coragem e pela resignação em relação ao destino traçado.

Neste universo discursivo, destacamos o trabalho de Yossef HaCohen, em sua crônica Emek Habachá ("Vale de Lágrimas"), datada de meados do século XVI (1558). Longa narrativa das tragédias vivenciadas pelos judeus desde a destruição do 2º Templo de Jerusalém em 70 d.C., representa um novo formato de consciência histórica, diferenciada da tradição rabínica. Tornou-se locus de memória histórica, apropriada por outros intelectuais judeus da modernidade, mas também inspirou-se em importantes produções literárias italianas de origem lusitana, como a obra de Samuel Usque (Ferrara, 1553), *Consolaçam as Tribulaçoens de Israel*.

Yossef HaCohen tinha origem espanhola e sua família, pelos decretos de expulsão dos Reis Católicos em 1492, refugiou-se em Avignon. Após trajetória incerta por Gênova e outras cidades italianas, HaCohen estabelece-se em Costolletto, província de Montserrat, trabalhando como médico até seu falecimento, em 1575, então com 79 anos. Seus escritos exibiam perfil pietista e martirológico, abarcando cerca de 15 séculos de história judaica, e sofreram interpolações de outro cronista judeu - Samuel Luzzato - que acrescentara dados cronológicos aos recortes oferecidos pela obra, de 135 a 1065 d.C.

Emek Habachá é talvez obra pioneira por sua amplitude e perspectiva temporal. Mais do que longa narrativa das trajetórias judaicas, da Judeia Romana à Reconquista Cristã dos territórios ibero-muçulmanos, é a história de um sentimento diaspórico fatalista, representado pelo pertencimento inescapável do destino punitivo de seu povo, seus mártires, perfilando a experiência judaico-espanhola. Nos jogos de alteridade presentes na narrativa, HaCohen nos revela diversas negociações simbólicas que

dependiam de espíritos concessores ou coibitivos de um Deus bíblico observante (BOURDIEU, 2011).

Eventos violentos em sua região de origem impulsionaram sua produção. Sua própria família viveu o estabelecimento do Santo Ofício em Espanha (1478) e tiveram conhecimento sobre o mesmo fenômeno em Portugal (1536), além da maciça perseguição aos cristãos-novos e marranos.

Segundo Harry May (1971), o problema inquisitorial e marrano latente no XVI inspirou obras como "Tribulações de Israel" de Usque. Mas nenhuma produção coeva comparava-se ao "Vale de Lágrimas" de HaCohen, em sua difícil empreitada historiográfica. Abarcando mil e quinhentos anos de "trajetória" histórica dos judeus, mesclada ao uso poético de passagens bíblicas como recursos retóricos e estéticos, torna-se referência argumentativa do que poderíamos aqui chamar de "teleologia histórica do martírio". A literatura veterotestamentária servia como fonte de revelação exegética, e simultaneamente, mitigava a penúria pela existência através da naturalização do martírio, tido como inerente à condição judaica.

Seu olhares e usos da temporalidade mostram-se exemplos de um novo gênero de escrita histórica para o Judaísmo da Europa Ocidental, pertencente ao que aqui denominamos de "escolas diaspóricas" quinhentistas.

Mais de um milênio após Josefo, "Vale de Lágrimas" seria o primeiro ensaio de memória-histórica judaica (NORA, 1993.), a destacar minuciosamente o período romano e as atitudes de seus imperadores com os judeus a partir das revoltas da era Flaviana. HaCohen mescla fenômenos políticos sucessórios do período imperial, expulsões e produções judaicas, ao seu próprio envolvimento com os personagens da narrativa. Ao contrário de Josefo, HaCohen vê nos judeus sublevados nas guerras judaicas, não um conjunto de zelotes combatentes irresponsáveis, violentos e ambiciosos, mas mártires e "heróis sem terra".

Tal qual Josefo, o autor de Emek Habachá vivia a alteridade da diáspora judaica. Mas, ao contrário do cronista romano, que por escolha pessoal trocara a Judeia pelo cosmopolitismo de Roma, a condição diaspórica vivida por Yossef HaCohen Ihe foi imposta pelas circunstâncias do secular antissemitismo ibérico. O fenômeno diaspórico foi trazido como pilar e motor de toda a História de Israel e seu "povo", mostrando com riqueza de detalhes, territórios, pessoas, contatos e descaminhos dos processos migratórios.

Sua preocupação com lugares de origem também nos chama atenção. A península ibérica é apresentada como refúgio de um Judaísmo até então praticante e fiel às tradições rabínicas. Diversos Rabinos são citados como legítimos transmissores dos legados talmúdicos no mundo ibérico, mesmo após episódios medievais de expulsão sassânida no Império Parto (século VI) ou conversões obrigatórias ao catolicismo (século VII). O autor, neste sentido, revela dados mais precisos sobre intelectuais judeus que aportaram na Península Ibérica ao longo dos primeiros séculos medievais.

Segundo os relatos do cronista, a expansão árabe sobre o Império Sassânida e todo o Oriente Médio (referentes ao 2º Califado Ortodoxo, sob domínio de Umar ibn al-Khattab) levou à fuga de dezenas de Rabis persas em direção às terras mediterrâneas. HaCohen narra que conflitos entre o Califa Umar e a dinastia sassânida dos Yazdegerd forçaram a emigração de gerações de talmudistas de origem persa-babilônica, que se espalharam entre as regiões da Germânia, Península Itálica e Península Ibérica. Ainda que dotados de imprecisões cronológicas, os comentários do cronista mencionam ainda a inédita formação de escolas rabínicas no Ocidente, representadas em líderes como Rabbi Benjamin ben Serach, Rabbi Amitai, Rabbi David de Muenzburg, Rabbi Ephraim de Bonn, Rabbi Menachem e Rabbi Shabatai.

“(…) Much suffering and disorder occurred also in Germany and Italy in the year 4405 and the fortune of the Jews sank as they drank from the cup of God’s wrath. In the year 4450 a brutal war between the Arabs and the Persians occurred, and the Persians were beaten and subjugated. Consequently, many Jews, living until

then in Persia fled before the swords and migrated from people to people and from one country to another until finally they came to Russia, Germany, and Switzerland, where they found many of their own people living. And some migrated even as far as Halle, in Germany, where Mar Sutra lay buried, and there they erected academies in order to cling to God's Torah. Rabbi Benjamin ben Serach was their chief; and these are the names of men who judged Israel after him until that terrible day, on which the stars in their courses warred to test the princes: Rabbi Amitai, Rabbi Solomon the Babylonian, who died in Spain and is buried there, Rabbi David from Muenzburg, Rabbi Ephraim from Bonn, Rabbi Menachem and Rabbi Shabatai." (Yossef Ha-Cohen. Emek Habacha - The Vale of Tears. pp.06-07).

Para o mundo ibérico da Alta Idade Média por exemplo, o cronista narra a chegada de Rabbi Solomon, o babilônio, mencionando ainda a existência de uma comunidade judaica de origem oriental na Europa, anterior à chegada dos mencionados Rabbis. A evidência da utilização do substrato talmúdico da Babilônia no mundo ibérico confirma-se a partir dessas preciosas informações de Yossef a-Cohen,⁷⁹ até hoje ignoradas pela historiografia.

Neste ponto, é possível evidenciar que a versão Bavli é aquela se que torna referência textual às leituras ocidentais sobre a Guemará, Halachá e Agadá, tendo inclusive sua difusão perpetrada e facilitada pelos próprios núcleos palestinos de cultura rabínica. O historiador Shmuel Safrai tece importantes considerações sobre as relações rabínico-institucionais entre Palestina e Babilônia, as quais aceleraram o processo de difusão e circularidade do Talmud Bavli no Oriente Médio e no Mediterrâneo. Neste ponto, pelas inflexões presentes nas crônicas judaicas do século XVI, é inegável que a Idade Média judaica tivesse erigido sua consciência histórica a partir do substrato talmúdico e midráshico:

⁷⁹ Salo Wittmayer Baron menciona a existência da crônica de *Yossef Ha-Cohen*, explicando o sentido geral da obra, não se aprofundando porém na análise textual e histórica.

(...) The Babylonian Talmud is constructed on the pattern of its Jerusalem counterpart, and the two compendia have much in common, not only because they arose on the same foundation and grew out of the same tradition but also by reason of the close connexion between the two centres of Jewish life. Palestinian amoraim are quoted in the Babylonian Talmud and Babylonian scholars are likewise mentioned in the Jerusalém Talmud. (...) The Jerusalem Talmud gained little currency outside the Land of Israel. At the time that the Talmud became generally known, Palestinian Jewry was on the wane and the Babylonian community was gaining power. The influence of the Babylonian Talmud also weighted the scales in favour of the Talmud of their land, which they introduced and taught in all the Diáspora communities of the Middle Ages, as well as in the Land of Israel (*NEUSNER, 1993: 378-379.*)

A presença de personalidades - “sábios talmúdicos”, como o próprio Rabbi Solomon - o babilônio, na Península Ibérica, evidencia um aspecto crucial da literatura rabínica. Uma das mensagens centrais do Talmud é a busca pela preservação de autoridade e autonomia judaicas em tempos de crise, em tempos de dispersões sucessivas das comunidades. Somente aos sábios talmúdicos poderiam ser legadas não apenas a realização local da lógica talmúdica, mas de orientação de comportamentos e atitudes perante os desafios do real. Isso indicaria que a autoridade passa a estar associada necessariamente ao saber, deflagrando a crise do mundo clássico dentro do próprio Judaísmo, e a formação de novos arranjos sociais dentro dos bairros judeus medievais.

“(...) Salvation consists in becoming like him. [...] I Ought to spell out how the matrix to which the Talmuds testify, the Judaism, at hand, constituted the creation of a new kind of Israelite figure. [...] There were diverse sorts of holy men. But the particular amalgam of definitive traits – charismatic clerk, savior-sage, lawyer-magician, and supernatural politician-bureaucrat – represented by the rabbi is not to be located in any former type of Israelite authority. Looking forward from the formation of the Talmud we rarely perceive a holy man wholly unlike the rabbi. [...] From the Talmud onward, Jewish authorities were authoritative because they knew the Talmud and conformed to its laws and modes of

thought. [...] So the Talmud was the creation, in [Peter] Brown's words, of 'new men' (...)." (NEUSNER, 1993: 172-175).

O Rabino possuiria autoridade exemplar exatamente por dominar e discutir os complexos conteúdos inscritos no Talmud. Entretanto, a despeito da necessidade de sua existência, o Talmud alerta que o poder rabínico, como quaisquer outras formas de poder (políticos ou não) criadas pelos homens, poderia ser questionado, enfrentado, ou mesmo negado pela própria comunidade. O calendário judaico medieval e as dimensões de controle temporal, bem como as demais instâncias estruturais dos bairros judeus pautavam-se, prioritariamente, no texto talmúdico.

Roger Chartier (1992: 121-139) costuma atribuir aos grupamentos sociais, cujas leituras, apropriações e práticas delas decorrentes sigam estatutos consuetudinários pré-definidos, o rótulo de "comunidades interpretativas". Como uma sociedade que se pauta, cotidianamente, no ritual da tradição, as comunidades judaicas peninsulares podem ser consideradas comunidades interpretativas.

Como exemplo da "escola diaspórica" da historiografia judaica de transição do medievo à modernidade, Yossef HaCohen respeitava e referia-se à matriz talmúdica. Nele, lugares de memória seriam, efetivamente, lugares de história e estrutura identitária. A retórica de seu *Vale de Lágrimas*, muito embora afastasse-se da hermenêutica talmúdica propriamente dita, aproximava-se desta literatura, enaltecendo seus rabinos e situando-a como crucial à força da tradição dos judeus medievais.

Para além da reverência às estruturas comunitárias diaspóricas, o autor também recorre aos tons denunciativos, apontando a brutalidade e a violência entre os homens, e seus mecanismos práticos de atuação. Sua intenção é recobrar o lugar histórico daqueles considerados "justos" (*tzadikim*), e que não haviam se dobrado à força dos seus algozes. Daí a hipótese de Yerushalmi (1989), que defende a ideia de formação de uma consciência judaica medieval para o registro histórico, e a localização efetiva do "fenômeno

historiográfico" judaico na Europa quinhentista, enumerando a profusão de uma literatura histórica ibérica.

Tal historiografia faz parte de uma geração de intelectuais que urgiam por revelar suas vicissitudes identitárias judaicas na esteira das perseguições católicas, e dos dramas vividos por refugiados judeus *sefaradim* e seus cristãos-novos, espalhados por terras italianas, holandesas, otomanas, entre outras.

(...) the renaissance of Jewish historical writing following the Iberian catastrophe stands upout in sharp relief. Within the span of a hundred years at least ten major historical works were produced by jews: Solomon Ibn Verga, *Shebet Yehuda* ("the Scepter of Judah"), [...], Abraham Zacuto's *Sefer Yuhasin* ("Book of Genealogies") [...], Elijah Capsali's *Seder Elyahu Zuta* (" The Minor Order of Elijah") [...], *Sippurey Venezia*, a chronicle of Venice and an account of the author's experience in Padua from 1508 to 1515; Samuel Usque's *Consolaçam*; Joseph Ha-Kohen [sic] *Dibreiy ha-yamim le malkhey Zarefat u malkhey Bet Ottoman ha-Togar* ("History of the Kings of France and of the Ottoman Turkish Sultans.") and his *Emek ha-Bakha* [sic] ("*The Vale of Tears*"); Gedaliah Ibn Yahia's *Shalsholet ha-Qabbalah* which, as its title indicates, is a "Chain of Tradition", that also contains information on historical events in Portugal, Italy and elsewhere; Azariah de' Rossi's *Me'or Einayim* ("Light for the Eyes") [...] pioneering essays in which, among other subjects, both classical Talmudic lore and the Jewish calendar were subjected for the first time to historical criticism; [...] and finally David Gans' *Zemah David* ("The Sprout of David"). This list is deliberately confined to full-scale of world history. (YERUSHALMI, 1989: 46)

Por um lado, as respostas rabínicas de natureza midráshica dos séculos medievais normalmente encontravam saídas e estratégias discursivas na referência a episódios entre judeus e sociedades complexas como a romana (citada pelo termo hebraico *Edom*), normalmente, burlando-se seus esquemas de opressão.

Já, inversamente, para o tratamento de questões similares, o tempo histórico judaico relatado nas crônicas de fins do medievo e início do mundo moderno caminhava rumo à metáfora do destino. Não se abandonavam as referências veterotestamentárias.

No entanto, a ênfase residia na súplica e na resignação, típicas de uma tendência determinista de escrita histórica. O relativo ceticismo do "*Vale de Lágrimas*" passa a constituir-se em retórica característica do Judaísmo pós-expulsão espanhola, e pelos impactos da recriação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição.

A "escola diaspórica", que tem em Yossef HaCohen um de seus principais expoentes, revela o uso social do tempo e da história como representação de dilemas existenciais do mundo judaico europeu. Uma escrita histórica movida pela percepção dualista entre um "eclipse de Deus" e a presença incerta, indeterminada, de uma justiça divina a ser cumprida.

DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL

MAIMÔNIDES – Rabi Moshe ben Maimon (1135-1204). *Iggeret Hashmad*. (Epístolas sobre a Conversão). In: _____. *Epístolas*. São Paulo: Maayanot, 1993.

_____. *Epístola do Iêmen* (Iggeret Teyman) Tradução Alice Frank. São Paulo: Maayanot, 1996.

_____. *Epistles of Maimonides: Crisis and Leadership*. Philadelphia: Jewish Publication Society of America, 1985. (Discussions by David Hartman).

SAMUEL USQUE. *Consolação às Tribulações de Israel*. Edição de Ferrara, 1553. Com estudos Introdutórios por Y.H.Yerushalmi e J.V. de Pina Martins. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1989.

TANACH, Mishnah ; TALMUD BAVLI In: THE SONCINO TALMUD. Chicago: Davka Corporation/Judaica, 1996. 1 CD-ROM. Judaic Classics Library.

YOSSEF HA-COHEN. "The Vale of Tears." ("*Emek Habacha*") Netherlands: Martinus Nijhoff / The Hague, 1971.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALANDIER, Georges. O Poder em Cena. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- BARNETT, Richard. The Sephardi Heritage: Essays on the History and Cultural Contribution of the Jews of Spain and Portugal. London: Valentine, Mitchell, 1971. 2 v.
- BARON, Salo W. A Social and Religious History of the Jews. 2.ed. Philadelphia: Jewish Publications Society of America, 1952. v.3.
- BAUER, Yehuda. Antisemitism as an European and World Problem. In: PATTERNS of Prejudice. London: The Institute of Jewish Affairs, v.27, n.1, 1993. pp.15-24.
- BENBASSA, Esther; RODRIGUE, Aron. Historia de los Judíos Sefardíes. Madrid: Abada, 2004.
- BLUMENKRANZ, B. Juifs et Chrétiens dans le Monde Occidental: 430-1096. Paris: Mouton & Co, 1960.
- _____. Les Auteurs Chrétiens Latins du Moyen Âge sur les Juifs et le Judaïsme. Paris: La-Haya: Mouton & Co., 1963.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BRUNS, G. The Hermeneutics of Midrash. In: The Book and the Text: The Bible and Literary Theory. Ed. Regina Schwartz,. Oxford: Basil Blackwell,1990. p.189-213.
- CAVALLO,G. ; CHARTIER, R. (Orgs.). História da Leitura no Mundo Ocidental. São Paulo: Ática, 1998.
- CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. A Invenção do Cotidiano 2: morar, cozinhar. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural: Entre Práticas e Representações. Lisboa: DIFEL, 1992.
- _____. Au Bord de la Falaise. L’Histoire entre Certitudes et Inquiétude. Albin Michel, 1990.

- ELIADE, Mircea. *Imagens e Símbolos: Ensaio sobre o Simbolismo Mágico-Religioso*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- HADAS-LEBEL, M., Flavius Josephus. *Eyewitness to Romes First-Century Conquest of Judea*. New-York: MacMillan Publishing Company, 1993.
- LEVINAS, Emmanuel. *Do Sagrado ao Santo: Cinco Novas Interpretações Talmúdic*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Quatro Leituras Talmúdic*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- _____. *Novas Interpretações Talmúdic*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MAY, Harry. Introduction. In: Yossef Ha-Cohen. "The Vale of Tears." ("*Emek Habacha*") Netherlands: Martinus Nijhoff / The Hague, 1971. p.VII-XIII.
- NETANYAHU, B. *The Origins of the Inquisition in Fifteen Century Spain*. 2.ed. New York: New York Review of Books, 2001.
- _____. *The Marranos of Spain*. 3.ed. Updated and Expanded. Ithaca and London: Cornell Univesity Press, 1999.
- NEUSNER, Jacob. *The Yerushalmi : The Talmud of the Land of Israel. An Introduction*. Jason Aronson: New Jersey, 1993.
- NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares*. Projeto História, 10. Programa de Pós-Graduação em História e Depto. de História PUC-SP. São Paulo, 1993.
- NOVINSKY, Anita; KUPERMAN, Diane. (Orgs.) *Ibéria Judaica: Roteiros de Memória*. São Paulo: Expressão e Cultura/EDUSP, 1996.
- _____. *A Inquisição*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- NÚÑEZ RODRÍGUEZ, Manuel. *Iconografia de uma Marginalidade: O Repúdio do 'Outro'*. *SIGNUM*. Revista da Associação Brasileira de Estudos Medievais. São Paulo, n.2 p.43-78. 2000.
- POLIAKOV, Leon. *De Cristo aos Judeus da Corte: História do Anti-Semitismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979. (Col.Estudos, 63).

SAFRAI, S. *"The Era of the Mishna and the Talmud (70-640) - From Roman Anarchy Until the Abolition of the Patriarchate."* In: BEN-SASSON, H.H. (Ed.) *A History of the Jewish People. By Leading Scholars at the Hebrew University of Jerusalem.* Harvard University Press, 1976. p.343-356.

_____. *Educação Elementar: Significação Religiosa e Social no Período Talmúdico.* In: UNESCO. *Vida e Valores do Povo Judeu.* São Paulo: Perspectiva, 1972. p.158-159. (Estudos,13).

SANCOVSKY, R.R. *Inimigos da Fé. Judeus, Conversos e Judaizantes na Península Ibérica. Século VII.* 2.ed. Rio de Janeiro: Imprinta, 2010.

SCHUARTZ, Miriam Silvia. *Presença do Sublime na Consolação às Tribulações de Israel, de Samuel Usque.* Revista Vértices. Centro de Estudos Judaicos da FFLCH-USP. n.10 (2011) pp.1-18.

STEINSALTZ, Adin. *O Talmud Essencial.* Rio de Janeiro: Koogan, 1990.

URBACH, E.E. *Caráter e Autoridade do Sábio Talmúdico.* In: UNESCO. *Vida e Valores do Povo Judeu.* São Paulo: Perspectiva, 1972. (Estudos,13).

YERUSHALMI, Yossef Hayim. *Assimilation and Racial Anti-Semitism. The Iberian and the German Models.* New York: Leo Baeck Institute Inc., 1982. *The Leo Baeck Memorial Lecture*, v.26.

_____. *"A Jewish Classic in the Portuguese Language."* In: Samuel Usque. *Consolação às Tribulações de Israel.* Edição de Ferrara, 1553. Edição Crítica. Com estudos Introdutórios por Y.H.Yerushalmi e J.V. de Pina Martins. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1989. pp.15-123.

_____. *Zakhor: História Judaica e Memória Judaica.* Rio de Janeiro: Imago, 1992. (Bereshit)

_____. *From Spanish Court to Italian Ghetto.* New York: [s.d.] 1971.

FORMA E NARRATIVA- UMA REFLEXÃO SOBRE A PROBLEMÁTICA DAS PERIODIZAÇÕES PARA A ESCRITA DE UMA HISTÓRIA DOS CELTAS

Dominique Vieira Coelho das Santos⁸⁰

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão acerca do modo pelo qual os historiadores produzem suas narrativas sobre os celtas a partir da construção de formas e periodizações.

Palavras-chave: Narrativa – Periodização – Celtas.

ABSTRACT

This paper presents a discussion on the way historians produce their narratives about the Celts by building frames and periodization.

Keywords: Narrative. Frames – Periodization – Celts.

1 DENTRE OUTRAS COISAS, O HISTORIADOR NARRA

Aprendemos com Roland Barthes que o discurso histórico trabalha em cima de um esquema semântico de dois termos: referente e significante. Apesar do fato nunca ter mais do que uma existência linguística, o historiador o apresenta como se ele fosse o real. Assim, o discurso histórico visa preencher o sentido da história. O historiador reúne

⁸⁰ Professor titular em História Antiga e Medieval da Universidade de Blumenau- FURB, Coordenador do Laboratório Blumenauense de Estudos Antigos e Medievais (www.furb.br/labeam)

menos fatos do que significantes e aí os relata, organiza-os com a finalidade de estabelecer um sentido positivo. Todo enunciado histórico comporta existentes e ocorrentes. São seres, unidades e predicados reunidos de forma a produzir unidades de conteúdo. Eles não são nem o referente puro e nem o discurso completo, são coleções usadas pelos historiadores. A coleção de Heródoto, por exemplo, é a da guerra. Barthes diz que os existentes da obra do historiador grego são: dinastias, príncipes, generais, soldados, povos e lugares; seus ocorrentes são: devastar, submeter, aliar-se, reinar, consultar um oráculo, fazer um estratagema, etc. Da mesma forma, Patrício, que escreveu duas cartas em latim na Irlanda em algum momento do século V da Era Comum, também apresenta sua própria coleção, que gira em torno do léxico do evangelizador cristão. Ainda, é sobre agricultura, escravidão, administração da propriedade, organização do trabalho na *uilla* romana e temas semelhantes que podemos ler nas obras de Catão, Varrão e Columela. Desta maneira, o problema do discurso histórico é a organização da coexistência, do atrito entre dois tempos, o da enunciação e o da matéria enunciada. Barthes afirma que apesar do efeito gerado, este tipo de discurso não acompanha o real; ele o dota de significado. A narração se torna um significante privilegiado do real. O gosto por este efeito de real é o que mais podemos encontrar nos discursos historiográficos (BARTHES,1988).

Os fragmentos do passado que possuímos precisam ser ordenados. Como nos chegaram, estes vestígios são caóticos, por isso a necessidade do fator narrativo. Em sua obra *A Aguarra do Tempo*, Luís Costa Lima define narrativa como o estabelecimento de uma organização temporal, através da qual o diverso, irregular e acidental entram em uma ordem. É isso que os historiadores fazem quando fazem história: agrupam diversos indícios do passado que nos chegaram por meio de documentos, fazendo surgir um sistema coerente que considere a si mesmo como verdadeiro. Ou seja, estas narrativas apresentadas pelos historiadores se qualificam como representações adequadas do passado e, assim sendo, elas têm pretensões de validade (COSTA LIMA, 1989: 17).

Outro fator importante a ser levado em consideração é a interpretação. Aprendemos com Hayden White que o ato de interpretar é algo inerente a qualquer obra de história e que é por causa dele que o historiador, ao construir uma narrativa sobre seu objeto, precisa fazer juízos estéticos (escolhendo uma forma de narrar), epistemológicos (definindo um paradigma explicativo) e éticos (selecionando estratégias que permitam que as implicações ideológicas de uma representação possam ser deduzidas para compreensão de problemas sociais do presente). Porque ocorre uma falha neste processo de reconhecimento dos limites internos da narrativa histórica é que muitos historiadores continuam a tratar os seus fatos como se fossem dados e se recusam a reconhecer, que estes, mais do que descobertos, são elaborados (WHITE, 2001: 56).

O mesmo White já nos alertava para o fato de que os historiadores não possuem uma boa relação com a ficção, pois eles acreditam que suas obras não apresentam relações desta natureza. Desta maneira, o historiador acredita ser diferente do romancista, já que, diferentemente deste último, se ocupa de acontecimentos reais e não inventados ou imaginados. O autor, então, nos mostra que não importa se o mundo é concebido como real ou imaginado, a maneira de lhe atribuir sentido é a mesma e o fato do historiador ter em suas mãos documentos, que são considerados fragmentos, indícios de um passado existente, não muda isso. Quando escrevemos histórias, estamos conferindo sentido ao mundo, impondo-lhe uma coerência formal. Os historiadores acreditam ter encontrado a forma da sua narrativa nos próprios eventos, diz White, no entanto, o que na verdade eles fizeram foi impô-la a eles. Ou seja, as obras historiográficas são traduções dos fatos em ficções, ou pelo menos podemos dizer que este é um dos efeitos das narrativas elaboradas pelos historiadores para representar fenômenos ocorridos no passado humano. As histórias nunca devem ser lidas como signos inequívocos dos acontecimentos e sim como estruturas simbólicas, metáforas de longo alcance. A narrativa histórica é uma mediadora entre os acontecimentos relatados e as estruturas disponíveis em nossa cultura para dotar de sentido estes acontecimentos

(WHITE, 2001: 105-115)⁸¹. Tendo em vista estas considerações iniciais acerca de problemas relacionados à narrativa, passemos à matéria céltica.

2 MAPEAMENTO UMA NOMENCLATURA IMPRECISA

Devido à imprecisão da nomenclatura “celta”, é necessário primeiro uma discussão sobre a mesma para que, então, se fale sobre qualquer outra coisa, uma vez que todas as decisões posteriores estão imediatamente vinculadas à compreensão deste termo e às escolhas feitas quando de seus usos narrativos. Convém adiantar ao leitor que porque os estudos célticos dependem profundamente destas querelas, eles tem como característica intrínseca a interdisciplinaridade e abrangem um imenso arco cronológico, que se estende desde a, assim chamada, “pré-história” até o mundo contemporâneo, claro, mais uma vez, dependendo da compreensão que se tem do que é ou não é celta. Assim, antes de falar sobre periodização no caso da escrita de uma história que se concentre nas sociedades chamadas de “célticas”, é preciso tecer algumas considerações sobre esta nomenclatura. Por isso, apresenta-se a seguinte discussão: A) uma reflexão que, tendo em vista uma análise lexical, tem por objetivo mostrar que, independentemente das teorias escolhidas e defendidas e dos argumentos que seus autores apresentem, o termo “celta” aparece em textos que cobrem um período que abrange da pré-história ao contemporâneo; B) uma

⁸¹ As referências acerca da obra de Hayden White no Brasil são abundantes, mas, em diversos casos, são leituras de traduções ou de outros autores que citam White. Ou seja, citações que não apontam para o original em língua inglesa. Hayden White é um autor menos estudado do que deveria e talvez pouco compreendido. Não raro, encontram-se historiadores que insistem em classificar White como “pós-moderno” e situá-lo ao lado das sentenças “História não é ciência” e “Não há diferença entre História e Literatura, ambas são narrativas produtoras de ficções”, reduzindo a amplitude e o alcance de sua obra. Para uma discussão mais aprofundada sobre o autor, talvez fosse importante a leitura dos livros de Hayden White em idioma original, bem como uma série de discussões em torno dos mesmos. Recomenda-se, por exemplo, a apreciação de uma esclarecedora entrevista concedida pelo próprio White para o periódico *Diacritics* (DOMANSKA; KELLNER; WHITE, 1994), na qual aborda diversas temáticas de interesse do historiador. Em português, pode ser interessante a leitura do bom artigo escrito por Rodrigo Oliveira Marquez, “três polêmicas com Hayden White” (2011). Cf. Localização completa na sessão de referências bibliográficas.

análise do termo (celta), que dá nome a esta matéria, tendo em vista seu aparecimento em língua grega e posterior uso em latim; C) Só depois de ter a certeza que o leitor está ciente da existência destas querelas, falamos sobre periodização de forma mais específica, enfatizando a divisão preferida pela maioria dos arqueólogos e muitos historiadores, a saber, a sequência: La Lusace/civilização dos campos de urnas, Hallstatt, La Tène, e período de grandes migrações, mas, sem esquecer que há outras possibilidades de datação, principalmente quando a matéria céltica é estudada por por outros campos do saber.

2.1 CELTAS- DO SÉCULO XIV A. C. AO TEMPO PRESENTE

Aceitando a sugestão feita por Roland Barthes, vimos que é possível ao historiador perceber, analisar e sistematizar os léxicos discursivos que estruturam um texto de história. São “enunciados”, “coleções”, que, organizados de modo a estabelecer coerência e ordem, preenchem de sentido a história. Quando olhamos para os escritos que, de uma forma ou de outra, possuem relação com os celtas, é possível perceber que, cronologicamente, o termo habita as narrativas relacionando-se com um tempo que engloba do século XIV antes da Era Comum até os dias atuais, dezembro de 2012, quando este artigo foi escrito. No entanto, não existe concordância dos estudiosos da matéria céltica sobre desde quando e nem até que período podemos usar esta nomenclatura. O uso do termo pode variar se a ênfase for dada à etnicidade, indícios linguísticos ou cultura material. Ainda, em alguns momentos, as discussões parecem ter muito mais a ver com os usos políticos do passado para a criação, manutenção ou ostentação de identidades étnicas e interesses ideológicos do que com querelas e disputas científicas.

Ana Donnard, por exemplo, escreveu um artigo que contempla a questão, no qual vemos surgir estas disputas identitárias. Segundo ela, em 1991, na cidade italiana de Veneza, ocorreu uma grande exposição sobre os celtas, iniciativa promovida e patrocinada

pelo governo italiano. A principal documentação que serviu como sustentáculo da mostra foi composta de vários itens da cultura material encontrados a partir dos esforços de arqueólogos do mundo inteiro e que fazem parte do acervo de museus europeus. A exposição foi chamada de “Celtas- a primeira Europa”. Donnard mostra o quanto esta idéia irritou profundamente o arqueólogo britânico John Collins, que criticou severamente o fato de que houvesse qualquer relação intercultural que distinguisse algumas etnias como sendo célticas e outras não dentro do Império Britânico. A autora seleciona um trecho específico de Collins em que ele diz que “nunca houve arte, religião ou sociedade celta nas Ilhas Britânicas” para ilustrar o argumento do arqueólogo (DONNARD, 2006). Um debate, sem dúvida, importante dentro da arqueologia, pois, independente de qualquer interesse político, uma análise que enfatize a materialidade parece impor severas dificuldades com relação ao mapeamento desta celticidade no que diz respeito às Ilhas Britânicas, até mesmo para o caso da Irlanda, considerado um país “céltico *par excellence*” (RAFTERY, 1996: 651).

Do ponto de vista da folclorística, por outro lado, a problemática é expressa de maneira distinta. Podemos observar na obra de Joseph Jacobs, por exemplo, que não há qualquer dificuldade quanto ao emprego do termo “celta”, para se referir à etnias das Ilhas Britânicas, sobretudo os irlandeses, muito menos em períodos recentes da História. O autor nos diz, resignificando uma frase do poeta romano Horácio, que “a sina dos celtas” (aqui Jacobs fala dos irlandeses) no Império Britânico (a referência aqui diz respeito aos ingleses) “parece-se com a dos gregos entre os romanos, eles iam à luta nas batalhas, mas sempre eram derrotados. No entanto, o celta cativo escravizou seu captor no reino da imaginação”⁸² (JACOBS, 2000: 13). É notável a atração de Jacobs por este imaginário irlandês e que ele o classifica de “celta”, estabelecendo uma relação de comparação com os gregos e, no contexto da obra, a habilidade destes para elaboração de

⁸²A frase de Horácio é “*Graecia capta ferum victorem cepit*”. Epístolas, Livro II, 1, 156-157

narrativas míticas capazes de encantar até mesmo os que, a princípio, não compartilhavam da mesma cultura. O período analisado por Jacobs, que viveu de 1854 a 1916, é recente, diz respeito às histórias contadas de forma oral, de pai (mãe) para filho (filha) na Escócia, em Gales, na Inglaterra e na Irlanda moderna. As implicações desta concepção são evidentes: 1) Diferentemente da opinião do arqueólogo John Collins, há sim celtas nas Ilhas Britânicas; 2) a Irlanda é um país celta; 3) existe uma continuidade “céltica”, percebida na linguagem, no mito, e no folclore desde a chamada pré-história aos dias atuais.

Miranda J. Green, por sua vez, em sua obra *The Celtic World*, restringe cronologicamente o uso do termo. A autora reuniu especialistas do mundo inteiro para abarcar a história e a cultura destas sociedades, que ela classificou como pertencentes a um “mundo céltico”, em um tempo histórico preciso: “*between 600 BC and AD 600*”. Pelo menos nesta época, podemos falar de celtas, pois, segundo ela, neste período específico: “*Celts existed in some manner, whether self-defined or as a group of peoples who were classified as such by communities who belonged to a separate cultural- and literate-tradition*” (GREEN, 1996: 03). Nem todos os autores concordam com esta definição, ou então, acrescentam termos como “os celtas históricos”, “o período de formação da cultura e sociedade céltica” etc. Mas, claro, é uma interpretação possível, sustentada por um dos grandes nomes dos estudos célticos no mundo.

Na obra *Celtic Culture- A historical Encyclopedia* de John C. Kock, por exemplo, embora o autor ressalte as dificuldades arqueológicas que giram em torno do termo “celta”, principalmente na literatura arqueológica inglesa dos séculos XX e XXI, e, ainda, que o termo “celta”, muitas vezes devido a interesses políticos, só foi aplicado à República da Irlanda e outros países já na modernidade, há grande preocupação com toda esta abrangência cronológica e geográfica. Lê-se, por exemplo, quando são traçados os objetivos e a metodologia da obra de Kock que “*The Encyclopedia covers subjects from the Hallstat and La Tène periods of the later pre-Roman Iron Age to the beginning of the 21st*”

century"; E também que *"Geographically, as well as including the Celtic civilizations of Ireland, Britain and Brittany (Armorica) from ancient times to the present*; De igual modo, a obra cobre *"the ancient Continental Celts of Gaul, the Iberian Peninsula, and central and eastern Europe, together with the Galatians of present-day Turkey*"; lê-se ainda que *"it also follows the Celtic diaspora into the Americas and Australia* (KOCH, 2006: XX-XXI).

Um exame detalhado dos programas, cadernos de resumos e inscrições de trabalhos em diversos congressos dedicados à temática céltica espalhados pelo mundo, da Argentina ao Japão, da Islândia à Inglaterra, é capaz de revelar esta pluralidade de dinâmicas temporais e de temas. Para se concentrar em um caso particular, o *XIV International Congress of Celtic Studies/Comhhdháil Idirnáisiúnta sa Léann Ceilteach*, por exemplo, que ocorreu na cidade irlandesa de Maynooth, englobou tanto temáticas antigas: *"Celt and Non-Celt in Britain and Ireland: A Survey of Ptolemy's Place- and Polity-Names in His Geographia"*, *"Celtic From The West"? A Critique*, *"Late Celtic Coin Types in Austria and Some Relationship to Britannia"*, e ainda *"Religion and Political Resistance in Gaul in the First Century AD"*; quanto relacionadas a períodos históricos mais recentes, tais como: *"The Lady was for Turning: The Thatcher Government's U-Turn(s) over Welsh Language Television, C. 1979-84"*, *"Overview of the Tense System in Literary Modern Irish"*, *"A Struggle Against Indifference: A Revisionist Study into the Cultural Relationship Between England and Wales in the Second Half of the Twentieth Century"*, ou mesmo: *"Who Were the Supposed Audience of the "Medieval Welsh Juvenile Tales"?: A Consideration of the 19th Century Receptions of the "Mabinogion"'*. Como se percebe, uma questão de perspectiva teórica, metodológica, epistemológica e, claro, sem estar ausente de vínculos político-ideológicos e com tradições nacionalistas, embora seja notório e sintomático que trabalhos de história e de arqueologia apresentem uma tendência de concentração em períodos mais antigos, se desdobrando até a Idade Média, enquanto que os realizados em outras áreas do saber se estendam por uma duração

temporal bem maior. Mas, como já mencionamos, é importante lembrar, os estudos célticos não se restringem à História e Arqueologia.

No que diz respeito às publicações sobre a temática céltica em português brasileiro, também é possível detectar as mesmas ocorrências, uma grande multiplicidade de temporalidades históricas, de temas e uma pluralidade de disciplinas abordando a questão. A título de exemplo, termos como “celta”, “celtismo” aparecem próximos de vocábulos como “pós-modernidade” em um artigo da mesma Ana Donnard já mencionada: “As origens do Neo-Druidismo: Entre Tradição Céltica e Pós-Modernidade” (2006). Da mesma autora, também é possível ler que “As culturas célticas e suas literaturas representam, desde a Alta Idade Média até os dias de hoje (...)” e “nos países de culturas célticas identidade é uma questão cotidiana”, ou ainda que “esse mundo céltico tão antigo atravessou eras, se expandiu nas navegações e chega até hoje nas literaturas modernas” (DONNARD, 2011: 179; 183). É importante ressaltar que não afirma-se aqui qualquer afinidade ou apoio às teorias da continuidade paleolítica ou outras compartilhadas pela autora, apenas quer-se enfatizar os empregos do termo “celta” em diversos sentidos e contextos, uma tarefa de sistematização de léxicos e análise de discursos.

Quando observamos as reflexões de Adriene Baron Tacla em seu capítulo de livro sobre a “Dama” de Vix, escrito para integrar uma obra sobre mulheres na Antiguidade, organizada por Maria Regina Cândido (2012), as periodizações são outras, teorias diferentes são mencionadas, bem como a documentação e a historiografia elencada também são distintas, talvez devido ao fato de que a autora possui formação arqueológica. Já Elaine Pereira Farrell, por exemplo, escreveu um artigo sobre a Irlanda Medieval (2011) e não mencionou uma única vez o termo “celta” ou seus relativos, embora algumas referências assim apareçam na bibliografia mencionada pela autora, fazendo surgir termos como “*Celtic Theology*” ou “*Women in a Celtic Church*”, o que, no entanto, de forma alguma significa que a autora concorde com a idéia de uma teologia ou

uma Igreja “céltica”, muito menos para o caso da história irlandesa. Uma breve consulta aos artigos publicados na revista do Brathair- Grupo de Estudos Celtas e Germânicos (<http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair>) ou no *Brazilian Journal of Irish Studies*, uma publicação da ABEI-associação Brasileira de Estudos Irlandeses, pode elucidar mais exemplos acerca desta multiplicidade de usos e abusos do termo “celta” e seus afins, bem como as diversas temporalidades que circundam a questão.

Para uma análise destes discursos, pouco importa quem está com a razão (se é que isso é possível diante de um caso tão complexo e plural), se a eleição será pela teoria A ou B, se a escolha será por abordar tempos tão longínquos quanto o XIV a. E.C., falando em “primeiros celtas”, “proto-celtas”, ou mesmo “antecessores dos celtas”, se tal definição será feita com base em estudos empreendidos por arqueólogos⁸³ utilizando meios de datação e classificação como a termoluminescência e o Carbono 14, por exemplo, em parceria com várias ciências como a paleobotânica, paleozoologia etc; ou se, privilegiar-se-á investigações sobre tempos mais recentes, tais como as referências aos “celtas” que aparecerem na obra de linguistas, filólogos, antropólogos, sociólogos, folcloristas etc. Também é importante lembrar que para alguns, como é o caso de M.A Morse, *“the Celts are, and always were, a creation of human mind”* (MORSE, 2005: 185). A historiografia está repleta de embates desta natureza. Para além de qualquer discussão de “níveis” ou “grau” de celticidade, de até quando se pode ou não falar sobre celtas, ou mesmo levando em consideração autores que acreditam que nunca houve qualquer celta em lugar algum, importa o fato de que o termo, mesmo que seja para figurar após a palavra “proto”, “pseudo”, “literário” (e dezenas de outros), está presente, já existe no campo discursivo, integra o léxico destas narrativas. Ou seja, importa o aparecimento, usos (e abusos) e controles da forma “celta” nos discursos científicos e acadêmicos.

⁸³ Cf. A obra “Os Celtas”, de Venceslas Kruta, por exemplo, traduzida no Brasil pela Martins Fontes (1989).

Desta forma, apesar das escolhas teórico-metodológicas e das circunscrições cronológicas impostas à temática, como fez-se saber parágrafos acima, Miranda Green reconhece este problema que envolve a nomenclatura “celta” e sistematizou uma das definições mais precisas sobre este assunto no que diz respeito a esta dificuldade de limitações e escolhas por periodizações e formas. A professora de Arqueologia da Cardiff University afirma que falar sobre celtas implica em estar pronto a discutir a relação entre cultura material, etnicidade e linguagem. E também que, apesar do fato de que a *“Celtic culture per se is generally considered to come to an end around the end of the first century BC”*, e, depois disso, o termo *“Romano-Celtic”*, então, seria mais apropriado, denotando trocas culturais, é difícil definir quem são os celtas e o que é a celticidade. Esta dificuldade se dá pelo fato de que *““Celts” and “Celtic” are terms which mean different things to different people”* e, mais ainda, que *“The only way to deal with this conflict of approaches is to recognize that they are, to an extent, irreconcilable”* (GREEN, 1996: 06). Vamos ver como o termo aparece nos documentos antigos.

CELTAE/CELTAS

O conjunto de povos que podem ou não ser considerados “celtas” parece não ter dado tanta importância à escrita, antes, dava preferência à oralidade, enfatizando a memória, transmitida por atos de fala. Aqueles que eram responsáveis pela transmissão dos saberes tradicionais deviam estudar durante muito tempo. Assim, investigar os documentos escritos sobre os “celtas” significa ver o que os outros, como gregos e romanos, narraram acerca deles, o que por si só já pressupõe um grande problema de caráter identitário, uma vez que, apesar das evidências linguísticas e arqueológicas, a história dos “celtas” é geralmente escrita com base no relato elaborado por terceiros.

Entre os gregos, há referências sobre estes povos, por exemplo, em Hecateu de Mileto, que menciona o mar céltico (τὸ δὲ εἰς τὴν **Κελτικὴν** θάλασσαν⁸⁴), localiza Nirax como uma cidade céltica (Νύραξ· πόλις **Κελτικὴ**⁸⁵) e diz que Massalia ficava na terra dos lígures, perto do país dos celtas (Μασσαλία· πόλις τῆς Λιγυστικῆς κατὰ τὴν **Κελτικὴν**⁸⁶). Da mesma maneira, sabe-se que em Heródoto temos a evidência mais antiga do etnônimo *Κελτοί*. Em suas *Histórias*, ele diz que o rio Danúbio começava no território dos celtas e na cidade de Pirene e, no mesmo trecho, fala sobre onde os celtas estariam “agora” localizados (Ἴστρος τε γὰρ ποταμὸς ἀρξάμενος ἐκ **Κελτῶν** καὶ Πυρήνης πόλιος ῥέει μέσσην σχίζων τὴν Εὐρώπην (οἱ δὲ **Κελτοί** εἰσι ἔξω Ἡρακλέων Στηλέων, ὁμουρέουσι δὲ Κυνησίοισι, οἱ ἔσχατοι πρὸς δυσμέων οἰκέουσι τῶν ἐν τῇ Εὐρώπῃ κατοικημένων⁸⁷). Uma sistematização de todas as vezes que os gregos mencionam os Celtas, acompanhada de uma análise mínima, ocuparia o espaço de alguns livros. A título de exemplo, além dos mencionados Hecateu de Mileto e Heródoto, podemos lembrar também de Estrabão, Diodoro, Dionísio, Ptolomeu, Xenofonte, Platão, Aristóteles, Possidônio, Plutarco, Pausânias, entre outros. Até mesmo o Apóstolo Paulo escreveu uma carta aos Gálatas, um termo grego também relacionado com os “Celtas”. Paremos por aqui, as referências ocorrem em vários autores, são centenas de fragmentos.

Entre os romanos também são inúmeras referências, Tito Lívio, Justino, Plínio, César e Tácito são alguns dos que escrevem sobre os “celtas”. Júlio César, por exemplo, em sua obra *Comentarii de Bello Gallico*, diz que “*Gallia est omnis divisa in partes tres, quarum unam incolunt Belgae, aliam Aquitani, tertiam qui ipsorum lingua Celtae, nostra Galli appellantur*”⁸⁸. Ou seja, ele divide a Gália em três regiões tendo em vista etnicidade,

⁸⁴ Hecataeus Hist., Fragmenta. 18a, 12-13.

⁸⁵ Hecataeus Hist., Fragmenta. 56, 1.

⁸⁶ Hecataeus Hist., Fragmenta. 55,1.

⁸⁷ Herodotus Hist., Historiae. Livro II, 33: 10-14.

⁸⁸ Júlio César, *Comentarii de Bello Gallico*. I.1.

cultura e língua: *Celtae, Aquitani e Belgae*. Segundo lê-se na descrição de César, em latim, os romanos chamavam os povos mencionados de “gauleses”, mas, no idioma do próprio povo eles utilizavam a nomenclatura “celta”, segundo nos diz o autor do *De Bello Gallico*. Para Títo Lívio, os Celtas apareceram em contato com os romanos durante o período de Tarquínio (o antigo), ou seja, 658-578 antes da Era Comum. Provavelmente Lívio equivocou-se, uma vez que estes eventos parecem ter ocorrido em data posterior, talvez no século V ou IV a.E.C.. Problemática esta que não nos interessa no momento, importa a menção aos Celtas, independente de quando estes fatos ocorreram. Alguns autores romanos, como o próprio César, Cícero, dentre outros, fornecem informações sobre os druídas, uma espécie de sacerdote, também relacionados à cultura céltica. César nos informa, por exemplo, que o tempo de estudo de um druída podia alcançar os 20 anos. Sabe-se ainda que os Celtas também estavam envolvidos em um ataque à cidade de Roma no ano de 390 a.E.C., fato que é mencionado, por exemplo, por Q. Claudius Quadrigarius. Lívio, mais uma vez, refere-se a estes eventos como tendo ocorrido em outro ano, 361. Interessa a menção aos Celtas, independente da data “correta”. Lucano e Apiano também fazem referências aos chamados “Celtiberos”, ou seja, Celtas da Península Ibérica, que migraram para este local a partir da Gália por causa de uma fome em sua terra de origem.

Desta maneira, percebe-se que houve um conjunto de povos que preocupou tanto autores gregos como romanos, que escreveram sobre estes “invasores” e “bárbaros”. Fica evidente que o termo “celta” aparece para nós a partir deste corpus documental antigo e que tem origem no grego *Κελτοί* (mesmo que se trate de uma tradução de alguma língua céltica para o idioma dos helenos), quando aparece em textos clássicos pela primeira vez, daí surgindo o vocábulo *Celtae*, em latim, de onde se origina o nome que usamos em português para se referir a este conjunto de povos: Celtas. David Rankin, em sua obra *Celts and the Classical World*, nos lembra que, embora nós devamos fazer uso do termo “Celta”, como um nome mais geral para se referir a este determinado conjunto de povos, outras palavras também aparecem com frequência: Gauleses, *Galli*, *Galatai*, Goidélicos,

Britônicos, *Britanii*, *Picti* (*Cruithni*), *Érainn* e outros nomes específicos, que, segundo o autor, ocorrem “de tempos em tempos” (Rankin, 1996).

A imagem dos Celtas tal qual aparece nestes relatos, pelo menos em alguns deles, é problemática, pois os povos agrupados sob esta alcunha são vistos sob o prisma do outro como uma ameaça, o diferente, ou, no mínimo, como o exótico. Tácito, Dião Cássio e Herodiano, por exemplo, nos dão referências significativas no que diz respeito a esta questão, principalmente na abordagem dos bretões do Norte, frequentemente mencionados como “britanni”, povos que depois do panegírico de Constâncio Cloro passarão a ser chamados de “pictos”, o que pode ser verificado na obra de Amiano Marcelino e Claudiano⁸⁹. Na obra de vários autores clássicos, os “celtas” aparecem como beberrões, dados à guerra, na qual lutavam nus, bárbaros, que não temiam nem mesmo a morte e faziam sacrifícios humanos. Apesar destes problemas, que não serão explorados aqui, Barry Cunliffe explica que sem estas narrativas clássicas haveria muita coisa que jamais saberíamos, pois a arqueologia sozinha não seria capaz de elucidar. Segundo o autor, “*we would not be able to appreciate the long period of conflict between the Celtic communities of the Po Valley and the Roman World; we would be entirely ignorant of violent raids of the Celts deep into Greece in the third century*”. Para ele, “*The classical sources provide a story-line and colour*”, “*The greek and Roman authors have provided us with their own vision of the Celts- a vision born of contemporary or near contemporary experience that cannot be ignored*” (CUNLIFFE, 1997: 01-02).

É importante ressaltar que está sendo explicitado aqui é a problemática em torno da definição do que é e o que não é “céltico”, bem como de que maneira o termo passou a ser usado na historiografia e chegou até nós, dando origem aos estudos célticos, presentes em todos os cantos do mundo e já em algumas universidades brasileiras. Ou seja, não está sendo defendida aqui a abolição da forma “celta”, mas uma criticidade da

⁸⁹ Agradeço pelas contribuições de Juliet Schuster (UFRGS), orientanda de Anderson Zalewski Vargas. Juliet é a única pesquisadora brasileira que estuda os Pictos, me indicou bibliografia de referência neste sentido.

mesma, afinal, como Norberto Luiz Guarinello bem sugeriu, “as formas não são inocentes e, em alguns casos, nem totalmente inofensivas” (GUARINELLO, 2003). Sobre este aspecto, é bastante interessante o que fez o tradutor da frase “Roma não foi construída em um único dia” para o idioma Esperanto. Não conseguindo produzir uma rima sonora com o exemplo romano, acabou invertendo o ditado, dizendo; “*En unu Tago ne elkreskis Kartago*”. Um raciocínio assim, se aplicado à História, certamente causaria certos embaraços, produziria algumas mudanças, levando as atenções para o Norte da África, substituindo Roma por Cartago. É preciso refletir sobre as formas, não somente usá-las.

Desde que estas referências foram feitas tanto por gregos quanto por romanos, o termo “celta” foi, pouco a pouco, se transformando em mais uma consolidada forma histórica, usada por inúmeros historiadores modernos para agrupar povos de épocas, culturas e lugares diferentes. Desta maneira, sob a alcunha “celta” e suas variantes, dezenas de etnias distintas são reunidas com o argumento de que estes povos falavam um idioma descendente do mesmo tronco, apresentavam semelhanças religiosas e também culturais. Outro efeito do uso desta forma é falar de uma localidade ou etnia específica, substituindo seus nomes pelo termo geral, tomando, assim, o todo pela parte.

Na prática, o que literalmente se faz, e é bastante comum até mesmo entre os especialistas, sendo praticamente uma regra entre aqueles que não são familiarizados com os estudos célticos, é falar de Bretões, Escotos, Gálatas, Trinovantes, Caledônios, Helvécios, Brácaros, Galaicos, Pictos, Éduos, Allobroges, Ambiani, Atrebates, Arveni, Baiocasses, Boini, Bellovaci, Bituriges, Carnutes, Cenomani, Centrones, Curiosolitae, Nervii, Medullii, Menapii, Morini, Parisii, Redones, Remi, Satones, Senones, Sequani, Suessiones, Treveri, Turones, Vellavi, Veneti, Viducasses, Viromandui, Turini, Insubres, Vertamocorii, Cenomani, Lingones, Cotini, Eravisci, Scordisci, Latobici, Albiones, Astures, Bletonesii, Bracari, Cantabri, Carpetani, Celtiberos, Celtici, Coelerni, Cynetes, Equaesii, Grovii, Interamici, Leuni, Limici, Luanqui, Lusitanii, Lusones, Narbasi, Nemetati, Oretani, Paesuri, Tamagani, Tapoli, Turduli, Turodi, Vaccaeii, Vettones, Zoale, Ancalites, Attacotti,

Brigantes, Cantii, Carvetii, Cassi, Catuvellauni, Cornavii, Damnonii, Epidii, Ordovices, Regnenses, Silures, Trinovantes, Venicones e tantos outros povos a partir de uma única forma: “celtas”. Desta maneira, perde-se todas as especificidades, e tantas identidades distintas são agrupadas em um único vocábulo, em favor de um gosto exagerado, ou mesmo uma necessidade, pela unidade. Categoria esta que não se adequa ao mundo “celta”, uma vez que estes não formavam um grupo comum, não tinham um Estado organizado e nem uma consciência identitária, uma “celticidade”. Miranda Green percebeu isso muito bem, ela escreveu que *“Romans identified themselves as such: Cuius Romanus sum. We cannot tell whether a comparable Celtic consciousness ever existed”* (GREEN, 1996: 03). Talvez o exemplo mais generalizante deste *modus operandi* seja chamar os diversos povos mencionados por Júlio César no *De Bello Gallico* de “celtas” ou de “gauleses”, sendo que, como vimos agora pouco, o próprio autor da obra a inicia dizendo que toda a Gália estava dividida em três partes, somente uma delas correspondendo aos Celtas e, quando se adentra na leitura do texto cesarino, percebe-se que a pluralidade de povos e a multiplicidade de etnias é tão vasta que não cabe nem mesmo dentro do vocábulo “celta”.

Quando o tema do cristianismo irlandês, por exemplo, é mencionado nos livros de história, geralmente ele aparece na categoria de História Medieval e frequentemente relacionado com a forma “celta” ou céltico”. Foi necessário que Kathleen Hughes escrevesse seu artigo *The Celtic church: is this a valid concept?* (1981) para que os historiadores comesçassem a parar de falar em uma “Igreja Céltica”⁹⁰. Todavia, ainda não

⁹⁰ Duas observações devem ser feitas. Primeiro, se por um lado o artigo de Hughes resolve um problema, o cristianismo irlandês deve ser compreendido como vinculado ao cristianismo romano e não como um fenômeno isolado, por outro, direciona os olhares dos pesquisadores aos vínculos entre o cristianismo irlandês e o continental, abrindo o flanco para a cristalização de outras formas históricas, como se estas não apresentassem problemas semelhantes a forma combatida. Por fim, a discussão central de Hughes não é a forma “céltica”, com relação ao que vinha sendo descrito pelos historiadores como “Celtic Church”, mas a funcionalidade explicativa deste conceito, pois, segundo a autora (HUGHES, 1981), o termo não era suficiente para abarcar a realidade da sociedade irlandesa do período em questão. Ao contrário, fazia-nos crer em uma Igreja céltica separada da romana, uma idéia equivocada.

de forma definitiva, como podemos perceber com a publicação de *Liturgy and ritual in the Celtic churchy*, em 1988, por F.E.Warren. O que justifica também o aparecimento de *The Myth of the Celtic Church* (1992), de autoria de Wendy Davies. Enquanto alguns historiadores preferem falar em uma “Irlanda céltica pagã” e dos enigmas da “Idade do Ferro irlandesa” (RAFTERY, 1994) ou de uma “espiritualidade céltica” (DAVIS e O’LOUGHLIN, 2000), outros pesquisadores preferem termos como “Early Christian Ireland” (CHARLES-EDWARDS, 2000) ou “*The Church in Irish society, 400-800*” (HUGHES, 2005)⁹¹. Cada uma destas obras, de acordo com os enredos que constróem em suas narrativas, fazem opção por uma forma ou por outra. No entanto, como vimos, todas estas formas podem ser localizadas e estudadas, não são inocentes e apresentam uma série de opções implícitas. Agora, já bem mais ambientados à problemática que envolve a matéria céltica, podemos falar de periodização.

3 A PROBLEMÁTICA DAS PERIODIZAÇÕES PARA A ESCRITA DE UMA HISTÓRIA DOS CELTAS

Apesar de vários questionamentos e debates, é frequente encontrar em livros que a História da “Grécia” se divide nos seguintes períodos: “Minóico, Micênico, Idade das Trevas ou Período Intermediário, Período Arcaico, Período Clássico, as vezes também chamado como “século de Péricles”, e Período Helenístico”; de igual modo ocorre com Roma, sendo para este caso as seguintes categorizações: “Fundação de Roma, Monarquia, República, Império, que, dependendo da obra, também é dividido entre alto e baixo império, por vezes também aparecem os termos principado e dominato”. Claro que tal divisão, tanto para Grécia quanto para Roma, é apenas uma tentativa de representação e classificação da história de ambos, sendo, portanto, artificial. Inúmeros problemas

⁹¹ Escrito por Kathleen Hughes em 1974, todavia publicado apenas 31 anos depois, o longo atraso foi devido à morte da autora em 1977.

poderiam ser considerados, como, por exemplo, o fato de que não havia uma consciência de unidade geográfica que se pudesse chamar “Grécia” na Antiguidade ou, no mínimo, que qualquer noção que se aproximasse desta idéia não corresponde ao que compreendemos por Grécia nos dias atuais. Da mesma forma, de maneira alguma a história da cidade de Roma coincide com aquela do Império Romano, também sendo motivo de debate. Além do que, para alguns historiadores, como é o caso do irlandês J.B. Bury, não há Império Bizantino, mas sim Império Romano do Oriente, que não teve um fim até a tomada de Constantinopla pelos turcos.

Para uma escrita da história dos celtas, tais problemas também se fazem notar, acrescentando o fato de que o arco cronológico cobre do XIV antes da Era Comum até os dias atuais, dependendo da escolha que se faça. Assim, qualquer tentativa de periodização vai esbarrar, no geral, em duas possibilidades: 1) ou se aceita a periodização do século XIV a.E.C. até os dias atuais; 2) ou então se define o que é céltico, a qual período da história isto pertence e, a partir daí, elabora-se a periodização somente desta parcela de tempo. E, claro, em ambas as escolhas está implícito que deve-se concordar que celtas existiram, aceitar classificar povos diferentes (como scotus e helvecius) sob esta alcunha, e estar preparado para debates de caráter identitário, nacionalista, relacionados à disputas mnemônicas e representacionais. Tendo em vista estas questões, faz-se saber que uma das periodizações mais frequentes nos livros sobre esta temática é uma contribuição arqueológica. Trata-se da sequência: La Lusace/civilização dos campos de urnas, Hallstatt, La Tène, período de grandes migrações, que passamos a mencionar a seguir.

A chamada Civilização dos Campos de Urnas compreende o período que se estende do século XIV até o IX antes da nossa era, corresponde, assim, ao período da “Idade do Bronze” européia. Venceslas Kruta diz que o termo “Campos de Urnas” está relacionado com as práticas rituais desta civilização, ligadas à incineração dos corpos. O autor lembra, no entanto, que não podemos pensar que havia exclusividade de apenas este rito funerário. Segundo Kruta, alguns reconhecem nesta civilização dos campos de

urnas uma primeira expansão céltica. No passado, já houve até mesmo uma teoria linguística que tentava comprovar esta hipótese. O autor salienta que, se por um lado, é difícil comprovar estes vínculos, por outro, também não devemos duvidar desta possibilidade. Ele lembra ainda que não podemos deixar de considerar que a chamada civilização dos campos de urnas engloba também outros agrupamentos étnicos (KRUTA, 1989: 59).

A cultura de Hallstatt, assim chamada por conta de uma série de artefatos encontrados em uma localidade que leva este nome, perto da cidade de Salzburgo, na Áustria, é frequentemente associada aos celtas. Dificilmente um estudo sobre a temática céltica deixa de fazer referência a este fenômeno e é praticamente impossível encontrar alguma obra sobre os Celtas em que a palavra “Hallstatt” não apareça pelo menos uma vez. A “cultura de Hallstatt” é dividida em fases, cada uma representando um período, usando, para esta finalidade, letras do alfabeto: A, B, C e D. Estas divisões estão relacionadas com as camadas de artefatos que foram retiradas pelos arqueólogos, usando o método Estratigráfico. Assim, em obras de arqueologia é corrente encontrar termos como “HaA” ou “HaB”, ou seja, “Hallstatt A” e “Hallstatt B”, respectivamente. O período que costuma aparecer relacionado ao termo “Hallstatt” varia de 1.200 até 475 antes da Era Comum. Por vezes, alguns destes períodos são enfatizados. Barry Cunliffe, por exemplo, aborda com maior detalhe “Hallstatt C- c. 750-c. 600 BC”; “Hallstatt D1- c. 600-c.530/520 BC” e “Hallstatt D2-3 c. 530/520- c. 450/440 BC”, cuja reunião ele classifica sob a forma “The Hallstatt World: 650-450 BC”. Uma questão de concentração em um período específico, uma vez que, como o leitor pode perceber, Cunliffe começa em “Hallstatt C” (750-600), não fazendo referência a “HaA” e “HaB” e, chamando de “Hallstatt World” o período de 650 até 450 antes da Era Comum (CUNLIFFE, 1997: 51). Com base nos achados deste sítio arqueológico (Hallstatt) passou-se a falar, então, dos povos que viveram em tal localidade como sendo celtas. Kruta, por exemplo, considera a civilização de Hallstatt

como o “núcleo” de desenvolvimento das culturas célticas e que se queremos procurar os Celtas ocidentais devemos procurá-los em Hallstatt (KRUTA, 1989: 60).

A sequência cronológica das periodizações célticas tendo por base os achados arqueológicos nos conduz à cultura de La Tène, que relaciona-se a vários artefatos (espadas, fíbulas, armas de defesa etc) encontrados em um sítio arqueológico com este nome, as margens do lago Neuchâtel, na Suíça, descoberto em 1857. Descobriu-se aí um *Oppidum*, fortificação celta, que talvez pode ser a idéia mais próxima do que pensamos como sendo uma cidade, vila ou povoado, já que estes povos não apresentaram uma forma de organização semelhante a Pólis ou a Urbs. Cunliffe classifica La Tène no período de 450/440-380/370 antes da Era Comum. Trata-se de uma fase posterior a Hallstatt (imediatamente posterior, ou com intervalo de uma ou duas gerações?). O autor afirma que La Tène é um período em que *“a warrior aristocracy frequently buried its dead with their spears and swords”*. Segundo ele, *“It was in this zone that the highly distinctive Celtic art style developed”* (CUNLIFFE, 1997: 63). Para os propósitos deste artigo, que é de localizar periodizações para a escrita de uma história dos celtas, importa o fato de que as obras que pretendem tecer tais narrativas, fazem uso das formas “Hallstatt” e, em seguida (imediatamente após ou com algum intervalo), “La Tène”, contrastando-as a partir dos materiais encontrados (por exemplo, na primeira, Hallstatt, as armas eram para caça ou exibição; já em La Tène, o enterro de armas de guerra eram frequentes) e associando-as aos celtas.

Um importante momento neste quadro cronológico é o período das grandes migrações destes povos considerados “celtas”, o que pode ser percebido a partir de fontes escritas ou por meio da cultura material. É neste contexto que insere-se o dia 18 de Julho de 390 antes da Era Comum, quando Roma foi atacada pelos celtas, uma imagem que perdurará na memória romana por longo tempo. O século IV a. E.C. é a data que frequentemente aparece no centro das polêmicas relacionadas com as movimentações destes povos por toda a Europa, tanto continental quanto insular. É o cerne do debate

sobre se havia celtas na Irlanda, e, caso a resposta seja afirmativa, se eles habitavam a Ilha desde tempos mais longínquos ou se houve uma grande invasão celta à Irlanda nesta data, assunto retratado, por exemplo, na obra de T.G.E. Powell (1965). Em termos documentais, há referências a estas migrações nas Histórias de Tito Lívio e Políbio e na Geografia de Estrabão, por exemplo. O tema é interessante o suficiente para que em sua obra *The Ancient Celts*, Barry Cunliffe tenha dedicado um capítulo detalhado, intitulado *The Migrations*, sobre este período (CUNLIFFE, 1997: 68-90).

Geralmente, esta sequência que acabamos de mencionar: La Lusace/civilização dos campos de urnas, Hallstatt, La Tène, período de grandes migrações, está presente na maior parte das obras sobre celtas. Todavia, é importante lembrar que após César e a conquista da Gália e, logo a seguir, depois do advento do Cristianismo, passa-se a discutir se ainda é possível falar de celtas. Trata-se certamente de uma questão de identidade, memória e representação. O cerne do debate migra para outras áreas, passa a ser religioso, linguístico, político, folclórico etc. Constanze Witt, no capítulo 26 (*The Celts*) da obra *A Companion to Ancient History*, fez uma boa sistematização sobre as principais caracterizações dos “celtas” tendo em vista esta questão, ação que, como já vimos, faz-se necessária para qualquer discussão sobre periodização que envolva estes povos. Tentando responder à pergunta: houve celtas antigos? O autor considerou importante pensar sobre estas diversas formas de representação. Vamos ver como Witt dividiu estas classificações, e com tal divisão encerramos este artigo.

Primeiramente, aparece o que Witt chama de *Popular Celts*. Ou seja, representações dos celtas na arte, na música, no neo-paganismo, druidismo e diversas outras filosofias que o autor classifica como “*new age*”. São abordagens ficcionais da Antiguidade. No Brasil, esta temática dos usos e abusos do passado antigo costuma aparecer sob o termo “História Antiga e Usos do Passado”. É um dos temas explorados, por exemplo, por Renata Senna Garraffoni, da UFPR. Witt lembra que em uma representação assim, os celtas são facilmente reconhecidos. Assim, se por um lado, os

pesquisadores acadêmicos não são capazes de fornecer uma imagem definida dos mesmos, por outro, o público geral não tem qualquer dificuldade para fazer isso, mesmo que estes “celtas” tenham pouco em comum com as evidências arqueológicas. A seguir, o autor destaca o que ele chama de *Linguistic Celts*. Ou seja, trata-se de uma definição destes grupos a partir dos idiomas que falam, Witt lembra que a preservação destas línguas “célticas” “*play a central role in the self-identification of modern Celtic populations*” (WITT, 2009: 285). *Ethnic and “cultural” Celts* é a próxima classificação da lista do autor e, segundo ele, está diretamente relacionada com a “invenção” moderna dos celtas. Uma temática complexa que envolve as noções de uma cultura ou “espírito” céltico comum e até mesmo o uso da ciência para responder questões de cunho identitário, como, por exemplo, as tentativas de mapeamento de um DNA “céltico” ligando povos antigos e modernos, continentais e insulares. Witt conclui seu delineamento mencionando os celtas a partir da arqueologia e dos documentos antigos, etapas sobre as quais já falamos. Assim, vamos à tese do autor. Para ele, o debate sobre a questão da “celticidade” vai continuar, dificilmente isto será resolvido, uma vez que se trata de um grande constructo. Witt diz que a questão da Celticidade está “*Very much in the eye of the beholder*”. Ou seja “*It is a construct, imposed by outside observers on groups of ancient people*”. E, ainda, que nós não temos com saber como estes povos se viam, eles “*may or may not have perceived themselves as having anything in common, let alone associated themselves with any form of the term “Celtic”*” (Witt, 2009, 286).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta é a grande questão para uma problemática das periodizações destes povos que chamamos de “Celtas”, não podemos afirmar que um dia tenha havido qualquer grupo que se definisse assim. Cada vez mais, estudiosos da matéria céltica parecem apresentar uma maior consciência crítica acerca desta forma. Para o estudo da História da Irlanda, por exemplo, fala-se com mais frequência em “*Pre-historic and Early Ireland*”,

“Ireland under the Vikings”, “Ireland under the Normans”, “Medieval Ireland”, “Early Christian Ireland”, “Gaelic Ireland”, “Roman Ireland” etc. Ou seja, parece haver uma mudança nos usos da terminologia e das formas históricas em períodos mais recentes da historiografia irlandesa, aparecendo nomenclaturas que se concentram em uma “história da Irlanda” e não em uma “história dos celtas”. Talvez esta seja uma referência à questão nacional, presente nos debates entre o que convencionou-se chamar de “nacionalismo” e “revisionismo”. A mesma querela acompanha outros países considerados “célticos”, como País de Gales, Escócia, Ilha de Man etc. Ou seja, parece que as periodizações para a escrita de uma história dos “Celtas” se resumem mais a uma questão que gira em torno de palavras e não de números. Trata-se muito mais uma definição identitária, ideológica e política, do que uma classificação numérica, definindo épocas ou períodos históricos baseados em datas inferidas de documentos escritos ou achados arqueológicos.

Trata-se de uma questão bastante complexa falar de periodização para a escrita de uma história dos celtas, pelo simples fato de que, desde o início, o termo *Celtae/Celtas* foi um termo generalizante, que fazia referência a um enorme conjunto de povos, que nem sempre compartilhavam interesses. Basta lembrarmos que este foi um dos principais elementos a favor de Júlio César quando de suas intervenções na Gália, as fragmentações e divisões internas da mesma, que facilitaram suas conquistas bélicas. Assim, talvez a principal tarefa de alguém que queira aventurar-se pela matéria céltica seja a de, a partir da leitura criteriosa da bibliografia acadêmica especializada no assunto e de documentos, compreender um pouco destas discussões de caráter identitário e relacionadas com o uso de formas nas narrativas sobre o passado. Há muita coisa escrita sobre o tema, mas deve-se sempre mapear de onde procedem os conjuntos de enunciados que mencionam a nomenclatura “celta” e seus derivados, pois o termo aparece com inúmeros sentidos, com propósitos divergentes, e é utilizado para os mais variados fins, em um arco cronológico, como vimos, que vai do século XIV antes da Era Comum até o tempo presente, e, muitas vezes, sem qualquer base nas evidências documentais e desprovido de uma diálogo

historiográfico consistente. Ainda, é importante ressaltar que talvez seja melhor falar de “Estudos Célticos”, do que relacionar os celtas a uma disciplina específica e/ou um período determinado, como “História Antiga” ou “História Medieval”, pois, em diversas ocasiões, o pesquisador pode encontrar dificuldade se fizer questão de insistir em usar apenas estas definições que estamos habituados no Brasil, principalmente quando se diretir a uma biblioteca no exterior e perceber que nas estantes da mesma, as classificações são outras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, Roland. *O Rumor da Língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CÂNDIDO, Maria Regina. *Mulheres na Antiguidade- Novas perspectivas e abordagens*. Rio de Janeiro: UERJ-NEA/Gráfica e Editora-DG Ltda, 2012.
- CUNLIFFE, Barry. *The Ancient Celts*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- DAVIES, Oliver; O'LOUGHLIN, Thomas. *Celtic spirituality*, Paulist Press, Eua: 2000.
- DAVIES, Wendy. “The myth of the Celtic Church”. IN: *The Early Church in Wales and the West*, ed. Nancy Edwards and Alan Lane. Oxbow: 1992.
- DOMANSKA, Ewa; KELLNER, Hans; WHITE, Hayden. Hayden White: The Image of Self-Presentation. *Diacritics*. Vol. 24, Nº 1, p. 91-100, Spring, 1994.
- DONNARD, Ana . *Estudos Célticos em Resenha: antigas identidades, novos paradigmas*. *Extensão e Cultura (UFG)*, v. 10, p. 160-165, 2011.
- DONNARD, Ana. *As Origens do Neo-Druidismo: Entre Tradição Céltica e Pós-Modernidade*. *Revista de Estudos da Religião-REVER*. (PUCSP) São Paulo, v. 2, p. 88-108-2006
- F.E. WARREN. *The Liturgy and Ritual of the Celtic Church*. *Studies in Celtic History* 9. Wolfeboro, New Hampshire: Boydell Press, 1987.
- FARELL, Elaine. *Serviço Pastoral e dependentes eclesiásticos na Irlanda na Alta Idade Média*. *Brathair*, 11 (2), 2011: 3-15.
- GREEN, Miranda J. *The Celtic World*. Londres: Routledge, 1996.

GUARINELLO, Norberto. Uma morfologia da história: as formas da História Antiga. *Politeia: hist. e soc.* Vitória da Conquista, Vol. 3, nº 1, p. 41-61, 2003.

HAYDEN WHITE. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001

HUGHES, Kathleen. The Celtic Church: Is This a Valid Concept? *Cambridge Medieval Celtic Studies*, Nº 1, p. 1-20, 1981.

HUGHES, Kathleen. *The Church in Early Irish Society*. New York: Cornell University Press, 1966.

HUGHES, Kathleen. *The Church in Irish society, 400-800*. In: Ó CRÓINÍN, Dáibhi. *A New history of Ireland: Prehistoric and Early Ireland*. New York: Oxford University Press, 2005, p 301-329.

JACOBS, Joseph. *Contos de fadas Celtas*. São Paulo: Landy, 2003.

JOHN, C. Koch. *Celtic Culture- A Historical Encyclopedia*. CALIFORNIA: ABC-CLIO, 2006

KRUTA, Venceslas. *Os Celtas*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

LUÍS COSTA LIMA. *A Aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

MARQUEZ, Rodrigo Oliveira. Três polêmicas com Hayden White. *Revista de Teoria da História*. Goiânia, Ano 2, Nº 5, p. 54-82, Junho, 2011.

MORSE, M. A. 2005. *How the Celts Came to Britain. Druids, Ancient Skulls, and the Birth of Archaeology*. Stroud.

POWELL, T.G.E. *Os Celtas*. Lisboa: Verbo, 1965.

RAFTERY, Barry. *Ireland: a world without the Romans*. In: GREEN, Miranda J. *The Celtic World*. Londres: Routledge, 1996. p 636-653.

RAFTERY, Barry. *Pagan Celtic Ireland: The Enigma of the Irish Iron Age*. London and New York, Thames and Hudson: 1994.

RANKIN, David. *Celts and the Classical World*. London and New York, Routledge: 1996.

T.M. CHARLES-EDWARDS. *Early Christian Ireland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

TACLA, Adriene Baron. A “Dama” de Vix: poder e prestígio da Mulher Celta?. In: CÂNDIDO, Maria Regina. Mulheres na Antiguidade- Novas perspectivas e abordagens. Rio de Janeiro: UERJ-NEA/Gráfica e Editora-DG Ltda, 2012, p. 9.25.

WITT, Constanze. The “Celts”. In: ERSKINE, Andrew (org.) A Companion to Ancient History, John Wiley & Sons Ltd, UK, 2009, p. 284-298.

O PROBLEMA DA TEMPORALIDADE PARA OS ESTUDOS DA EUROPA NÓRDICA: A “ERA VIKING”⁹²

*Renan Marques Birro*⁹³

RESUMO

A utilização de temporalidades (ou eras) para o Estudo da Europa Nórdica (compreendida sem limites muito estritos como os atuais países Nórdicos, o Leste da Alemanha e o Leste Europeu) foi empreendida como um exercício didático para simplificação dos estudos e detecção de tendências artístico-estilísticas, culturais, sociais e tecnológicas durante a Antiguidade e o Medievo. Porém, os avanços da Arqueologia, de estudos comparativos e micro-analíticos tem pulverizado esse panorama conforme a observação minuciosa de regiões específicas. Assim, propus neste artigo uma breve retrospectiva até a quase reinvenção das palavras “Viking” e “Era viking” no contexto do nacionalismo, pós-colonialismo e na busca de identidade da Inglaterra vitoriana no século XIX e seus usos através das últimas centúrias.

Palavras-chave: Era Viking; Temporalidade; Europa Nórdica

ABSTRACT

The utilization of ages for Northern European Studies was understood as a didactical exercise, to improve the studies' simplification and the detection of artistic-stylistic, cultural, social and technological tendencies during the Antiquity and the Middle Ages.

⁹² Dedico este artigo ao amigo e mui estimado Prof. Dr. José Inaldo Chaves Júnior (PPGH/UFF), que inspirou meu esforço dissertativo com um excelente texto sobre a historiografia e a identidade paraibana em sua dissertação de mestrado.

⁹³ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense, Professor Convidado do *Curso de Especialização em História Antiga e Medieval* da UERJ (CEHAM/UERJ), diretor das séries *Alumni* e *História e Literatura Germano-Escandinava* (DLL/UFES) e diretor da *Revista Mirabilia* (www.revistamirabilia.com). Email: rbirro@gmail.com.

Nevertheless, the improvement of Archaeology, the comparative studies and micro-analytcs studies have pulverized this framework as a minute observation of specific contexts and regions. Thus, I offered in this article a short retrospective until the *quasi* reinvention of the words “Viking” and “Viking Age” according the nationalism, pos-colonialism and the search of identity in the Victorian England (19th century), and their uses in the last three centuries.

Keywords: Viking Age; Age; Northern Europe

O período conhecido como *Era Viking* é uma construção acadêmica tardia, usado como ferramenta didática para delimitar a cultura peculiar desse período, um *zeitgeist*. Certamente os homens daquele tempo que receberam posteriormente a alcunha de vikings não sabiam que viviam nesse recorte temporal, o que dificulta a definição de datas mais estritas. De maneira geral, os eruditos obedecem a limites entre 750 e 1266 (BRINK, 2008: 05; HOLMAN, 2003: 02-03).

Ademais, o trabalho independente de pesquisadores com indícios, tendências epistemológicas, categorias, métodos de pesquisa e ciências diferentes, sem mencionar as tentativas para que certa área do conhecimento preponderasse sobre as demais causou diferentes efeitos: a fragmentação dos recortes estabelecidos, a demarcação de áreas cada vez menores para esta ou aquela “Era” em relação às regiões vizinhas, e até mesmo a contradição das divisões e dos limites pré-estabelecidos (MYHRE, 1993: 182-194).

Tal preocupação é fundamental num período em que a produção nacional sobre a Escandinávia Viking e Medieval tem frutificado, vide o crescente interesse na área e a criação e o fortalecimento de grupos sobre a temática. Apesar do crescimento de trabalhos em todos os âmbitos acadêmicos (Graduação e Pós-Graduação), a reflexão sobre termos fundamentais da Europa Nórdica ainda é pequena, e a utilização de termos de maneira deliberada pode causar futuras fragilidades conceituais.

Outrossim, o termo *Era viking* é utilizado não apenas para os pesquisadores da área, mas também pelos colegas que estudam o mesmo recorte temporal em outras

sociedades: os homens do Norte estabeleceram ligações amistosas ou beligeras com diversas culturas diferentes, tanto no Ocidente quanto no Oriente.

Nestes termos, o desconhecimento da história do conceito, seus usos através do tempo e as implicações ao utilizar uma proposta de datação de maneira ingênua podem ocasionar a superficialidade de trabalhos que utilizam parâmetros comparativos ou interculturais, a simplificação ou taxação errônea de grupos de indivíduos.

Outra consequência é a adoção sem reflexão de tendências historiográficas nacionais, que obedecem a razões como a formação da identidade nacional e/ou façanhas militares que pretensamente como divisores de águas, utilizações que nada devem aos primeiros desenvolvimentos da *histoire événementielle* (DOWNHAM, 2012: 01-12).

Apesar dos perigos elencados, poucos eruditos refletiram sobre a história conceitual deste marco temporal. A maior parte dos esforços concentrou-se nas balizas em si, ou seja, nos extremos que determinam o início e o fim da *Era Viking*, a partir de princípios técnicos, ambientais, demográficos, econômicos, políticos, ideológicos e étnicos (BARRETT, 2008: 671-685; DOWNHAM, 2012: 01-12).

O parâmetro étnico, por sua vez, suscita novos problemas, que vão desde a origem do termo até as revisões nas últimas décadas da formação de identidades na Escandinávia e nas comunidades escandinavas além-mar, fatores fundamentais para identificar o *zeitgeist* “viking”.

Além disso, é preciso lembrar o papel da academia e da literatura ao rememorar as ondas escandinavas no século XIX, assim como seu papel crucial no estabelecimento das identidades nacionais frente às transformações daquele tempo. Assim, a noção de ser inglês – ou britânico, norueguês, escocês e islandês, por exemplo, deve muito aos eruditos e beletristas da era romântica e vitoriana (WAWN, 2002: 03-33).

Para melhor discorrer sobre temas aparentemente diferentes, recorri a pequenos recortes sobre o desenvolvimento dos termos *viking* e *Era viking*, seguido pelas transformações do final dos séculos XVIII e XIX. Por fim, eu encerrei com o avanço dos

métodos e técnicas de pesquisa que ocasionou a subdivisão deste recorte temporal, sem ignorar as influências de certas escolas historiográficas e as transformações dentro delas com o decorrer do tempo a partir de exemplos e citações indiretas.

VIKING E ERA VIKING: AS ORIGENS

Ao verificar os indícios da época, notamos que o uso do substantivo *vikingr* (m., pl. *vikingar*) foi bastante controverso na poesia escáldica e nas inscrições rúnicas. Ora indica uma noção de grupo perante o inimigo, ou como sinônimo do grupo inimigo. Assim, ele poderia servir como um “nós” em relação a “eles”, embora seja uma leitura frágil, controversa e marcada por inúmeros debates (JESCH, 2001: 44-54).

O substantivo abstrato *víking* (f.), por sua vez, menos citado e, portanto, mais limitado, fornece novos indícios. Seu uso em sentenças no formato “í víkingu” (“em viking” ou “à viking”) pode significar em atividades viking, i.e., comércio ou na guerra, mas sem ignorar as possibilidades de identidade e alteridade do substantivo *vikingr*. Em suma, para Judith Jesch, as palavras *vikingr* e *víking* não ajudam a definir exatamente o que aqueles homens faziam além-mar na Era Viking, e uma análise mais ampla faz-se necessária para identificar o significado destes termos (JESCH, 2001: 54-57).

Estes termos ficaram séculos em desuso, até que George Chalmers (1742-1825), um antiquário e escritor político escocês, publicasse o primeiro volume da obra chamada *Caledonia* ou *A historical and topographical account of North Britain, from the most ancient to the present times* (*Uma narrativa histórica e topográfica do Norte da Britania, dos tempos mais antigos até hoje*) em 1807.

A obra é um enorme compêndio inacabado dividido em livros, que trataram sucessivamente sobre os romanos, os pictos, os escoceses e o período escoto-saxão entre 80 e 1306. Trata-se de uma história de forma condensada dos escoceses a partir da

linguagem, da história civil e eclesiástica, da agricultura e do comércio (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, Vol. 5, 1910-1911: 808-809).

Coube a este ferrenho defensor da monarquia a primeira menção a palavra *viking* no inglês moderno. Ao citar as refregas intestinas da porção Norte da Ilha no final do século VIII, Chalmers acrescentou que

Enquanto o povo picto estava então afligido pela guerra civil, eles estavam expostos às destrutivas incursões de seus empreendedores vizinhos do nordeste. Os governos anárquicos da Noruega, Suécia e Dinamarca durante a idade média produziram os reis piratas dos mares do norte. **Os Vikingr** [sic], se nós excetuarmos os fictícios reis dos gregos, foram únicos na história mundial [...] Os reis piratas foram por muito tempo o flagelo dos marinheiros de cada nação que navegavam nos mares europeus⁹⁴.

Filho de seu tempo, o escocês reproduziu alguns reflexos da produção histórica coeva de sua época. O primeiro foi a ênfase em governos no século VIII – embora anárquicos – que correspondiam aos reinos nórdicos da virada do século XIX, uma ideia refutada por boa parte dos eruditos atuais (Krag, 2003: 184-201).

De fato, esta evidência fazia parte do contexto da época, como é possível notar no prefácio do *Histoire de Dannemarc (História da Dinamarca, 1763)* escrito pelo professor suíço Paul-Henri Mallet. A obra logo se tornou uma referência e foi traduzida para o inglês em 1770 por Thomas Percy, que incorporou notas e alterou o título da obra para *Northern antiquities (Antiguidades Nórdicas)*, além de alterar partes consideráveis da obra com certa liberdade (Parker, 2005: 257-261).

No primeiro parágrafo do prefácio da obra, Mallet afirmou a importância da história de um Estado independente e de sua utilidade própria independente das

⁹⁴ “While the Pictish people were thus afflicted with civil war, they were exposed to the destructive incursions of their enterprising neighbours on the north-east. The anarchical governments of Norway, Sweden, and Denmark, during the middle ages, produced the pirate kings of the northern seas. The Vikingr, if we except the fictitious king of the Greeks, are unexampled in the annals of the world [...] The pirate kings were long the scourges of the shipmen who sailed from every nation on the European seas” (CHALMERS, 1887: 212-213. O grifo é meu).

circunstâncias, e que a recepção dessa história pode ser melhor num tempo do que em outro (1763, p. i)⁹⁵. Percy, por outro lado, alterou a palavra *Etat* (estado) por *a considerable people* (um povo considerável) na tradução do mesmo parágrafo (MALLET, 1770: xlix)⁹⁶.

Outrossim, ele ainda ofereceu aos leitores um prefácio próprio (chamado na obra de prefácio do tradutor) quase cinco vezes maior que o original (PERCY, 1770: i-xlvi). Seja como for, as palavras *Etat* e *state* (Estado) foram utilizadas quarenta vezes no texto original e na tradução, o que comprova a importância desse termo (MALLET, 1763; MALLET, 1770).

Segundo, a reintrodução da palavra *vikingr* (ou *viking*, *vikinger*, *vikingir*, *wiking*, ou ainda *wicking* em outras obras) no texto de Chalmers em 1807 levou a interpretação errônea do termo: alguns a consideraram a fusão de *vi-king* (*wyg-cyng*, “rei guerreiro”, ou *wic-ing*, “pirata que margeia estuários”) nos termos de *sea-kings*, o que deu origem ao ainda utilizado epíteto de *reis dos mares* (COHAT, 1991; WAWN, 2002: 71).

Ao observar a *Crônica Anglo-Saxônica*, é perceptível que a palavra *wicenga* (gen. pl.) e suas variantes foram usadas pouquíssimas vezes: 879 (Ms. D e E), 880 (Ms. B e C), 885 (Ms. A, D e E), 886 (Ms. B), 917 (Ms. A), 918 (Ms. B e C) e 982 (Ms. C) (*Anglo-Saxon Chronicle*, 2007). Após um longo silêncio que atravessou a Idade Média e a Era Moderna, o termo foi recuperado nas hesitantes transliterações do século XIX supracitadas.

A expressão *Era Viking*, por sua vez, não poderia ter surgido antes. Curiosamente, ela parece ter nascido não na Inglaterra, mas na Noruega. E. C. Werlauff mencionou a *Vikingtid* num artigo sobre a presença escandinava na Península Ibérica entre os séculos IX

⁹⁵ Si l'histoire d'un Etat considerable a toujours une utilité propre et independance des circonstances, il faut convenir qu'il y a des term ou elle ne peut manquer d'être mieux reçue que dans d'autres (MALLET, 1770: xlix).

⁹⁶ If it be allowed that the History of a considerable people is itself useful and interesting, independent of all accidental circumstances, it must also be acknowledged that there are certain points of time, when such a History runs a better chance of being received than at any other.

e XIII no *Annaler for Nordisk oldkyndighed og historie (Anais da Antiguidade e História Nórdica)* de 1836 (WELERLAUFF, 1836: 48).

Porém, o termo parece ter alcançado uma grande difusão no meio escandinavo na segunda metade do século XIX graças a alguns trabalhos de Svend Hersleb Grundtvig: o artigo *Udsigt over den nordiske oldtids heroiske digtning (Um olhar sobre a antiga poesia heróica nórdica)* publicado no *Nordisk universitets-tidskrift (Jornal Universitário Nórdico)* de 1863 (vol. 9); o livro *Om nordens gamle literatur (Sobre a antiga literatura nórdica)* de 1867; e, por fim, numa crítica aos livros *Bidrag til den oldnordiske literaturs historie (Contribuições para a história da literatura nórdico antiga, 1866)* de N. M. Petersen e *Nordmændenes Videnskabelighed og Literatur i Middelalderen (Saber e literatura norueguesa na Idade Média, 1866)* de R. Keyser.

Mas quem foi Grundtvig? Ele nasceu em 1824 em Copenhague, e desde cedo foi educado por seu pai e grande erudito, Nikolaj Frederik Severin Grundtvig (1783-1872), em diversas línguas, como o islandês, o latim, o dinamarquês e o anglo-saxão. Seu pai ainda ensinou pessoalmente a mitologia nórdica, a narrativa de Saxo Gramático e as baladas folclóricas da Dinamarca (DANSK BIOGRAFISK LEKSIKON, 2013).

Quando alcançou quatorze anos, Nikolaj entregou a Svend um manuscrito de 1656 que continha uma antiga balada, atitude que impulsionou o interesse do filho na música folclórica dinamarquesa e que se transformou no trabalho de sua vida (HØYRUP, 2008: 433-434).

Aos 19 anos, após uma viagem de estudos na Inglaterra, Grundtvig publicou traduções dinamarquesas de baladas e contos ingleses e escoceses (*Engelske og Skotske Folkeviser, 1846*), antes de dedicar sua vida e labor aos contos e baladas dinamarquesas.

Ele ainda encorajou o povo de sua nação a lembrar as baladas ainda em uso popular num manifesto publicado em 1844, e em 1854 Grundtvig estendeu esse apelo para todo tipo de folclore, o que atraiu uma rede de colaboradores. Todo esse esforço resultou em duas publicações de três volumes cada, a *Danske Minder (Memórias dinamarquesas,*

1854-1861) e a *Danske folkeæventure* (*Aventuras populares dinamarquesas*, 1876) (HØYRUP, 2008: 433-434).

É provável que a viagem do dinamarquês para as ilhas britânicas tenha rendido contatos úteis durante sua progressão erudita, laços que foram fortalecidos com o posterior sucesso de Grundtvig em sua terra natal. Em 1860 ele teve seu trabalho sobre baladas dinamarquesas traduzido para o inglês por R. C. Alexander Prior, e recebeu uma fina, longa e benéfica crítica no *The Athenaeum* (1860: 343-345).

A partir desse momento, o estudioso das baladas nórdicas atraiu cada vez mais a atenção de seus colegas de língua inglesa (SYLVANUS URBAN, 1863: 12; HAMILTON, 1863: 45; AINSWORTH, 1864: 480; THE NATION, 1868: 480). Quase concomitantemente, a palavra *viking* passou a ser empregada com mais força em muitas publicações: *The Viking: an epic*, *The History of Scandinavia from the Early times of the Northmen and Vikings to the present day*, *The Vikings of the Baltic*, *Viking tales of the North*, apenas para elencar textos da década anterior e posterior aos trabalhos de Grundtvig (ZAVARR, 1849; SINDING, 1860; DASENT, 1875; ANDERSON, 1877).

Graças a estes contatos, o termo *Vikingtid* foi provavelmente traduzido para o inglês *Viking Age*, e seu uso paulatinamente foi sendo incorporado pelos anglófonos. A expressão foi consolidada em 1889, quando P. du Chaillu publicou sua obra *The Viking Age* (CHAILLU, 1889).

O uso cada vez maior força a seguinte questão: a palavra *viking* recebeu um novo significado durante o século XIX? Ao que tudo indica, um significado novo e positivo foi atribuído à palavra e aos estudos da área, vide a massa de publicações sobre o tema. Neste intuito, basta recobrar as palavras de George Chalmers (“Os reis piratas foram por muito tempo o flagelo dos marinheiros de cada nação [...]”, 1807: 212-213) e compará-las a descrição do personagem Syr Henri Curtis na famosíssima obra *King Solomon’s mine* (*As minas do rei Salomão*, 1889) cerca de oitenta anos depois:

“Eu nunca vi um homem tão bem apessoado, e de certa forma ele me lembrou um antigo dinamarquês. Não que eu conhecesse muito sobre os antigos dinamarqueses, apesar de eu me lembrar de ter visto certa vez uma pintura dessa gente, que, a meu ver, são um tipo de **Zulus brancos**” (HAGGARD, 2010: 03, publicado originalmente em 1885. O grifo é meu)⁹⁷.

Portanto, quais transformações a palavra “viking” sofreu nas ilhas britânicas na virada do século XVIII para o XIX? Quais foram as razões para essas transformações?

A PAULATINA VALORIZAÇÃO DOS VIKINGS E A IDENTIDADE NACIONAL NA GRÃ-BRETANHA NOS SÉCULOS XVIII E XIX

“De muitas maneiras os vitorianos inventaram os Vikings” (WAWN, 2002: 03). Para além de reintrodução da palavra *viking* e outras derivadas ou vinculadas a ela no século XIX – como *Norsemen* (homem do Norte) e *Odin* (deus nórdico) –, é preciso voltar no tempo para notar como estes navegantes de além-mar foram considerados nas ilhas britânicas (WAWN, 2002: 03-05).

De fato, retornarei bastante no tempo. Na *Vita Ælfredi regis Angul Saxonum* (c. 893), o monge Asser (f. 908) registrou no ano de 795 que os homens do Norte atacaram a Britania e dividiram sua hoste em duas partes: uma avançou para o Norte e submeteu a Northúmbria. “A outra parte, com Guthrum, Oskytel e Anwiund, três reis dos pagãos, dirigiu-se para Grantabridge [Cambridge] e lá invernavam”⁹⁸.

Este último grupo avançou no ano seguinte do Centro-Oeste da ilha para Werham (atual Wareham, Dorset), no extremo Sul, e ameaçou a segurança de um mosteiro vizinho em curto prazo, e em longo prazo a estabilidade política de Wessex. O rei Alfredo,

⁹⁷ “I never saw a finer-looking man, and somehow he reminded me of an ancient Dane. Not that I know much of ancient Danes, though I remember once seeing a picture of some of those gentry, who, as I take it, were a kind of **white Zulus**” (HAGGARD, 2010: 03, publicado originalmente em 1885. O grifo é meu).

⁹⁸ “Altera quoque pars cum Gothrum et Osscylt et Anvind, tribus paganorum regibus, ad locum, qui dicitur Grantebrycge, pervenit et ini hiemavit” (ASSERIUS, anno 795).

temeroso pela presença dos temíveis adversários tão próximos de si, fez um acordo com os invasores, que aceitaram ir embora após trocar reféns e jurar sobre relíquias da Igreja (ASSERIUS, anno 876).

Mas eles praticaram novamente sua usual traição, e com poucas preocupações quanto aos reféns ou seus juramentos, eles quebraram o tratado, e navegaram logo a noite, assassinaram todos os cavaleiros que os cercavam, e rumaram de Devon para outro lugar chamado em saxão de Exanceaster, em britânico Cairuusc, que em latim significa cidade do Ex, situada na porção leste do rio Uisc, e de lá eles tomaram curso subitamente para os mares do sul, que dividem a Britania e a Gália, e lá invernam⁹⁹ (ASSERIUS, anno 786).

Testemunhos similares foram atribuídos aos escandinavos daquele tempo na *Crônica Anglo-Saxônica* (anno 892, por exemplo). Assim, os invasores foram tachados de saqueadores, perjuros e traidores nas fontes anglo-saxônicas, e a impressão destes indícios no início do século XVIII facilitou a permanência e a profusão dessa imagem mental (PARKER, 2009: 257-275).

De fato, basta retomar a encenação aristocrática *Alfred: a masque* (1740) de David Mallet e James Thomson para notar o vigor do caráter negativo dos rapinantes do Norte. O rei Alfredo, num diálogo com o rei dinamarquês sobre a recente derrota deste, tece as seguintes considerações:

Veja, por fim, ó rei,
Em teu triste destino, que até mesmo um inimigo lamenta,
Vê e reconheces a mão imparcial do céu
Por violar juramentos e saquear reinos
Pelo acúmulo de culpa com base numa guerra pérfida.

⁹⁹ Sed, more suo, solita fallacia utens, et obsides et iuramentum atque fidem promissam non custodiens, nocte quadam, foedere disrupto, omnes equites, quos habebat, occidit, versusque inde [Domniam] ad alum locum, que dicitur Saxonice Exanceastre, Britannice autem Cairuisc, latine quoque civitas (Exae, quae) in orientali ripa fluminis Uisc sita est, prope mare meridianum, quod interluit Galliam Britanniamque, inopinately direxit, et ibi hyemavit (ASSERIUS, anno 786).

Essa é uma retribuição muito justa¹⁰⁰ (MALLETT & THOMSON, 1751: 59. A primeira versão é de 1740).

Tal descrição negativa prevaleceu até a primeira parte do século XIX. Num primeiro momento, Alfredo foi usado como um protótipo nacional que competia com os poucos entusiastas do legado nórdico nas ilhas britânicas, e os ingleses tendiam a identificar-se com os próprios anglo-saxões (PARKER, 2009: 257-275).

Porém, na segunda metade do século XIX, a atitude dominante dos vitorianos perante os vikings mudou sobremaneira: os contatos dos britânicos com tribos não-cristãs ao longo do Império reforçou as ideias de educação e aculturação desses povos, aumentando a tolerância e a compreensão de estranhos costumes (PARKER, 2009: 257-275).

Julian D. Richards, na famosa e útil obra *The Vikings: a short introduction (Os Vikings: uma brevíssima introdução, 2005)*, comentou sobre os primeiros entusiastas do século XIX da temática escandinava na Inglaterra. “Em geral, porém, quando os Vikings eram descritos por historiadores ingleses, eles eram tratados como bárbaros traiçoeiros e como frustrados pelo grande herói Rei Alfredo” (2005: 123).

No entanto, essa crítica é verdadeira apenas para parte do século XIX e ignora os trabalhos de ficção histórica desenvolvida no final do século e no início do século seguinte. De fato, é possível identificar ainda alguns trabalhos simpáticos aos escandinavos antes de 1850 (PARKER, 2009: 257-275).

Ademais, a segunda metade do século XIX assistiu a necessidade de formar uma identidade britânica que fosse capaz de abarcar todo império, ou ao menos seus súditos mais caros, i.e., insulares. Para tanto, elementos escandinavos foram reclamados como parte integrante do que deu origem aos ingleses. Charles Kingsley, em suas memórias publicadas em 1890, mas redigidas c. 1850-1851, ao defender a unidade da Igreja do

¹⁰⁰ “See, at last, O king, | In thy sad fate, which even a foe laments, | See and acknowledge heavens's impartial hand. | For violated oaths and plunder'd realms, | For the heap'd guilt of base perfidious war, | This retribution is most just” (MALLETT & THOMSON, 1751: 59. A primeira versão é de 1740).

reino, “Eu digo que a Igreja da Inglaterra é maravilhosamente e misteriosamente assentada para a alma da raça livre nórdico-saxã, para homens cujos ancestrais lutaram pelo lado de Odin e sobre quem uma descendente de Odin agora governa” (KINGSLEY, 1910: 203)¹⁰¹.

Sem dúvidas, o argumento de Kingsley era religioso e político. A defesa de uma “raça” nórdico-saxã exalta os valores do primeiro elemento sobre o segundo, uso outrora impensável. Outrossim, a defesa de uma rainha com sangue “viking” reflete a tendência vitoriana e imperial de incorporar os valores caros aos “reis dos mares”, mais adequados para o caráter expansionista da política britânica: intrepidez, colonos pioneiros, excelentes navegadores, democratas primitivos, amantes da poesia (WAWN, 2002: 04; PARKER, 2009: 257-275).

Assim, nota-se uma tendência integradora e de hibridização da população inglesa, que abarcasse escoceses, irlandeses e galeses. Outro bom exemplo desta disposição é a pintura de Daniel Maclise *Alfred, the Saxon King, disguised as a Minstrel, in the Tendo f Guthrum the Dane (Alfredo, o rei saxão, disfarçado como menestrel na tenda de Guthrum, o dinamarquês, 1852)*.

¹⁰¹ I say that the Church of England is wonderfully and mysteriously fitted for the souls of a free Norse-Saxon race; for men whose ancestors fought by the side of Odin, over whom a descendant of Odin now rules (KINGSLEY, 1910, p. 203).



Imagem 1: A peça em óleo sobre tela demonstra na porção inferior muitos dinamarqueses com longas vestes alaranjadas, que cobrem cotas de malha. Alguns portam elmos, ombreiras e até mesmo coletes reforçados. Ademais, é possível observar que muitos usam longas barbas e cabelos e estão embriagados, alguns caídos e outros brindando. Na tenda, Alfredo foi disposto com uma veste de cor diferenciada e com uma incidência maior de luz, com o rosto virado, como se desejasse ocultar sua identidade verdadeira. Guthrum, por sua vez, está vestido como seus homens, além de cercado por mulheres e cinge uma coroa, e em sua mão esquerda repousa um corno com bebida. Nota-se a grande semelhança entre os dois personagens (a barba e o cabelo, por exemplo). **Fonte:** BBC paintings (2013).

A pintura demonstra uma semelhança impressionante entre o rei saxão e o líder dinamarquês, mas também deve ser notada por outra característica interessantíssima: trata-se da única representação de Alfredo com cabelos ruivos. Ao considerar o autor, nascido em Cork (Irlanda) e membro da Sociedade Irlandesa em Londres durante a década de 1850, percebe-se uma tendência de nacionalismo cultural “celta”, que opunha um rei local não como um representante inglês, mas como um irlandês – ou “celta” – e um dano-inglês (PARKER, 2009: 257-275).

Por fim, retomo Julian D. Richards. Em certa passagem de seu manual, ele afirmou que, na mente dos homens do século XIX, “os anglo-saxões eram nossos ancestrais,

enquanto os Vikings eram eles”¹⁰² (RICHARDS, 2005: 123). Como tentei ressaltar brevemente, as transformações na sociedade inglesa daquela época foram muito mais complexas, e adotar a perspectiva de Richards implica numa simplificação grosseira e temerária do passado.

LEITURAS SOBRE A ERA VIKING: SÉCS. XIX, XX E XXI

Dado tantos exemplos, seria incongruente ignorar o desenvolvimento do conceito de *Era Viking* no final do séc. XIX, no século XX e os atuais desdobramentos da mesma ideia. Propus um levantamento singelo, qualitativo e de linhas gerais, pois seria impossível levantar todas as propostas, obras, tendências epistemológicas, escolhas ideológicas e pessoais sobre o tema num artigo de poucas páginas.

Como afirmei outrora, Grundtvig foi o provável introdutor do termo *Era Viking* na Inglaterra, e o franco-americano Paul Belloni du Chaillu foi o primeiro a utilizá-lo no título de uma obra em 1889. Após levantar citações gregas, romanas, francas, russas, inglesas e árabes sobre os assentamentos nórdicos na Britania, este antropólogo afirmou que “a ‘Era Viking’ durou do segundo século da nossa era até meados do século XII sem interrupção [...]”¹⁰³ (CHAILLU, 1889: 26). Percebe-se, assim, que Chaillu considerou o período das ondas germânicas como parte integrante da “Era Viking”.

É possível recuperar essa associação em outra obra, mas com tons diferentes. Para Mary W. Williams, os “teutões” (germânicos) eram os ancestrais dos escandinavos que se estabeleceram na península homônima em eras imemoriais e que deixaram marcas raciais e culturais indelévels nos homens do Norte (1920: 07-13).

Ademais, ela considerou que o isolamento da península escandinava combinada com as condições climáticas e ambientais únicas forjou um individualismo distinto aos

¹⁰² “the Anglo-Saxons were the ancestral us, while the Vikings were them” (RICHARDS, 2005: 123).

¹⁰³ “the ‘Viking Age’ lasted from about the second century of our era to about the middle of the twelfth without interruption [...]” (CHAILLU, 1889: 26).

escandinavos, inclusive quanto à “fibra mental e moral” (“mental and moral fiber”, 1920: 15), a crença no destino inexorável (1920: 16), mistura que forjou certo individualismo útil para colonizadores (1920: 16-17). Por fim, Williams ressaltou muitas qualidades morais dos vikings, como a honestidade, a coragem, a condenação da imoralidade (1920: 18-22).

De maneira geral, não há uma delimitação estrita do período reconhecido como *Era Viking*. A historiadora apenas diferenciou uma fase primeva, marcada por pequenas incursões, assassinatos em massa, saques rápidos e a tendência a retornar para casa com o fim das expedições. Pelas fontes citadas, ela situou esse período em c. de 800, em contraste com a fase posterior, diferenciada pela captura de escravos em detrimento das mortes, mas sem um fim explícito (1920: 248-268).

Poucos anos antes, Laurence M. Larson tinha elaborado um parâmetro semelhante e confuso, ao distinguir duas fases: uma inicial, que ele não tratou em sua obra sobre o rei Knútr inn ríki (Canuto, o Grande, c. 985-1035) (1912: 01-05). A fase final, por sua vez, teve início no final do século X e encontrou seu ocaso exatamente com a morte e o fim do “império” canutiano no Atlântico Norte, em c.1035 (1912: 285-309; 1912: 331-340).

Diferente de Chaillu, Larson e Williams, Sir Allen Mawer, professor de Língua e Literatura Inglesa no Armstrong College, em New-Castle-on-Tyne durante o início do século XX, estabeleceu termos e recortes mais precisos logo no início da obra *The Vikings*. Para este erudito, o período chamado como “Viking” e as expressões derivadas desta - como “civilização Viking”, “Era Viking”, “movimento Viking”, “influência Viking” - tornaram-se um conciso e conveniente expediente para descrever toda uma civilização, atividade e influência dos povos escandinavos durante a metade do século VIII até a primeira metade do século XI (1912: 01-04).

Thomas D. Kendrick reconheceu o uso moderno das palavras viking e “período viking”, e que os nórdicos empregavam essa palavra para designar alguém que viajava para aventuras, comércio e guerra. A noção pejorativa, por outro lado, foi um atributo frísio-inglês devido ao aumento massivo das incursões a partir de c.790. Assim, ele

estabeleceu um início mais preciso. Para o fim desse recorte, ele sugeriu o flexível “meados do século XI”: o autor habilmente redigiu os feitos dos "povos vikings" ao invés de explicar as razões para o fim deste recorte (KENDRICK, 1930: 01-05).

George Macaulay Trevelyan, por outro lado, tentou criar um meio termo entre Chaillu, Williams e Larson. Ela propôs duas fases do que ela chamou de “invasão nórdica”, que estariam conectadas por comporem um grande grupo cultural comum: a primeira representada pela conquista anglo-saxônica e a segunda pela invasão, assentamentos e influência viking nas ilhas britânicas (TREVELYAN, 1942: 37-51, 69-81).

A partir de uma perspectiva econômica e da sociedade europeia, Herbert Heaton afirmou que “a grande era do movimento viking começou em c. 700 e durou por mais de três séculos” (HEATHON, 1948: 72)¹⁰⁴. Para chegar a esta conclusão, o autor vinculou as duradouras relações econômicas do Norte com o restante do continente, muito anteriores ao período das invasões. Assim, a era “militar” nórdica seria um dos desdobramentos do comércio pacífico que eles estabeleciam com os povos vizinhos séculos antes do assalto de Lindisfarne.

Até este momento, é possível perceber uma tendência inicial de considerar as migrações germânicas e escandinavas como um movimento único, composto por um grande grupo que compartilhava muitas similaridades para serem considerados independentes. Mawer, no entanto, proporcionou a especificação da *Era Viking* (sécs. VIII-XI), mas dentro de uma ótica inglesa (do saque dos mosteiros de Iona e Lindisfarne até a *Batalha de Hastings*, provavelmente).

Larson e Trevelyan, porém, dividiram a *Viking Age* em duas fases conforme critérios específicos: o primeiro na grandeza de Knútr, e o segundo pela natureza inicial diferente dos ataques, a saber, a busca por espólios de guerra. A definição *sui generis* da *Era Viking* em relação ao movimento germânico após o ocaso do Império Romano do

¹⁰⁴ “The great age of Viking movement began about 700 and lasted for more than three centuries” (HEATHON, 1948: 72).

Ocidente foi, portanto, um desdobramento da primeira metade do século XX. Outrossim, a divisão deste período em duas fases adquiriu força e passou a ser empregado cada vez com maior frequência.

O historiador galês Gwyn Jones, diferente de seus antecessores, ao iniciar seu clássico estudo sobre os homens do Norte, foi ainda mais preciso ao restringir a *Era Viking* ao período entre 780-1070, conhecido como “movimento viking” para fora da Península Escandinava. A referência de Jones é sobretudo não-escandinava, pois leva em conta o impacto escandinavo e seu movimento destrutivo e transformador na Europa Ocidental conforme o depoimento dos cronistas daquele tempo. Porém, ela considera a análise pura e simples destes relatos como deformadora, não apenas pela reação hostil dos eruditos medievais, mas também pela falta de explicações para o início da *Era Viking* nas fontes, assim como pelas razões inadequadas para seu fim (1958: 01-02).

Ainda mais preciso que Jones foi Harry Loyn, professor da University College of Cardiff, ao dissertar sobre os Vikings no País de Gales na *Dorothea Coke Memorial Lecture* da *Viking Society* em 1971. Ele tomou a *Era Viking* também em duas etapas: a primeira *Era Viking* com duração entre c.800 até c.950, marcada pelos ataques espasmódicos e esporádicos dos nórdicos, e uma segunda fase, entre 950 e meados do século seguinte, definida pela intensificação dos ataques. Curiosamente, o docente da universidade galesa ainda comentou a influência dos nórdicos após a conquista normanda, passo que levou a ampliação da *Era Viking* por alguns eruditos até o fim do século XI (LOYN, 1977: 04-07).

Para Hilda Roderick Ellis Davidson, por sua vez, a Era Viking ficou caracterizada pelo desenvolvimento de excelentes navios e armas notáveis, equipamentos necessários para os ataques contra os reinos medievais de então. Quanto à duração, ela adotou marcos pouco ortodoxos (c.850-c.1050), e tomou como um indício do fim deste período a penetração da religião cristã entre os nórdicos, perceptível pelas gravações de mitos e símbolos pré-cristãos juntamente com imagens de Cristo ou cruzes cristãs (DAVIDSON, 1988: 07-10).

De maneira concisa, Thomas A. Dubois considerou a *Era Viking* numa perspectiva político-religiosa de maneira próxima a Davidson, i.e., determinada pelo período entre os anos 800 e 1300. Os limites seriam o expansionismo viking até a posterior era de consolidação e Cristianização dos homens do Norte abordada pelas sagas islandesas (1999: 04-05).

Logo no início do século XXI, Eric Christiansen criticou os termos emprestados como *anglo-saxão*, *normando*, *merovíngio*, *viking*, pois são pontos de partida que precisam ser abandonados. Assim, a escolha de datas precisas foi igualmente criticada, e o erudito apontou que os eruditos escandinavos tem redefinido a Era nos termos da teoria do desenvolvimento, ou seja: a partir de certos níveis de organização política, os líderes puderam rumar para Oeste em seus navios (CHRISTIANSEN, 2002: 05-07).

Christiansen apontou ainda as falhas nas tentativas de delimitação temporal que arqueólogos e historiadores desenvolveram de forma independente. Para tanto, adotou uma curiosa comparação:

Um desafortunado viajante navegando de Bremen até Novgorod pouco após o ano 1100 passaria do período saliano para a Alta Idade Média, da Era Viking Tardia ao período das Cruzadas (Oeste da Finlândia), e da Era Viking novamente (Leste da Finlândia) para o período de Kiev¹⁰⁵ (CHRISTIANSEN, 2002: 07).

Por fim, ele ainda afirmou que há muitos “rótulos” que não são delimitados perfeitamente, e seria preciso adotar princípios unificadores mais flexíveis e interpenetráveis, simplificados a seguir, mas que ainda devem ser considerados variáveis e como parte de lentas transformações:

1. Do paganismo ao cristianismo: 700-1250 pode ser um tempo realista, mas não ocorreu uma substituição de um pelo outro até 1050 ou pouco além.

¹⁰⁵ An unfortunate traveller sailing from Bremen to Novgorod shortly after the year 1100 would pass from the Salian period to the Early medieval to the Late Viking to the Crusading (west Finland) to the Viking again (east Finland) to the Kievan (CHRISTIANSEN, 2002: 07).

2. Centralização da autoridade: sem mudanças permanentes até 1050.
3. Da ausência da urbanidade aos assentamentos parcialmente urbanos: 750 em diante, em alguns lugares, com algumas limitações.
4. Da ausência de mercado para um período comercial: coexistente c.600-1200.
5. Aumento da produtividade, incremento dos excedentes: c.600-1300 (CHRISTIANSEN, 2002: 08).

No bojo da questão, Forte, Oram e Pedersen reforçaram a periodização tradicional da história europeia conhecida como *Era Viking* e datada entre c.800-1050, e as prováveis balizas são o início dos ataques e o estabelecimento de reinos com fronteiras políticas bem definidas, familiares aos limites atuais. Para os autores, esta foi o principal legado dos escandinavos à posteridade (2005: 02-03).

Todavia, poucas páginas depois, os autores se debruçaram mais uma vez sobre a questão, principalmente quanto ao término do período. Para eles, o crepúsculo da *Era Viking* mudou conforme a tendência historiográfica, as motivações nacionais e a episódios militares únicos e que foram capazes de mudar o curso dos eventos definitivamente. Neste ínterim, os historiadores ingleses apontam a *Batalha de Stamford Bridge* (1066), enquanto seus colegas dinamarqueses preferem 1085, ano da grande invasão de Knutr IV a costa de Jylland (Jutlândia). Os historiadores escoceses, graças à presença escandinava nas ilhas do extremo Norte até meados do século XIII, preferiam a *Batalha de Largs* em 1263 e o subsequente *Tratado de Perth* (1266) como o ocaso da iniciativa viking (FORTE, ORAM & PEDERSEN, 2005: 04-05).

Angus & McDonald, curiosamente, empregaram apenas duas páginas foram dedicadas à explicação do título da obra *The Viking Age: a reader*. Eles propuseram a *Era Viking* numa perspectiva simultaneamente tradicional e renovadora, pois seu início teria

ocorrido no final do século VIII, com destaque para o saque do mosteiro de Lindisfarne (ou Lindisfarena) em 793 (2010: xiv-xv).

O término do recorte, porém, oscilou conforme a região: a *Batalha de Contarf* (1014) para a Irlanda e o fim do “Império” de Knutr (1035) na Europa Nórdica para uma perspectiva mais geral. Os autores não desconsideraram a tradicional *Batalha de Stamford Bridge* (1066) como uma possibilidade, a última grande tentativa de invasão nórdica em algum território ocidental, e determinaram a intervenção punitiva de Hákon IV († 1263) nas ilhas britânicas como a mais tardia manifestação desse *zeitgeist* (ANGUS & McDONALD, 2010: xiv-xv).

Nos últimos anos, foram apresentadas ainda versões revisionistas da *Era Viking*. Para Fredrik Svanberg, este período representa uma criação do final do século XIX baseado no nacionalismo e em ideias evolutivas, numa espécie de colonialismo do passado. Em sua obra *Decolonizing The Viking Age (Descolonizando a Era Viking)*, ele sugeriu uma desconstrução das ideias principais a partir de estudos baseados no Sudeste da Escandinávia, com ênfase na semântica das paisagens culturais, da temporalidade e das conexões entre rituais mortuários e comunitários de grandes grupos humanos (SVANBERG, 2003).

Na mesma esteira revisionista mas sob um viés econômico, Richard Hodges empreendeu um longo esforço para demonstrar que os ataques nórdicos não foram o causador das mudanças no Atlântico Norte, mas uma resposta ao declínio da economia baseada em *emporía* e nas mudanças na sorte da política Carolíngia (HODGES, 2006: 157-162).

Outra tendência que aponta para a fragmentação deste recorte temporal são os estudos que se opõem a identidade nacional com as perspectivas de etnicidade, padrões de migração, identidades híbridas e o papel do gênero para a manutenção de práticas e costumes após ondas migratórias. Ao criticar as interpretações nacionalistas, estas pesquisas sugerem um ambiente étnico-cultural multifacetado e recortado em várias

camadas interpenetráveis. Neste ínterim, o sucesso viking deveu-se a capacidade de adaptação e mudanças conforme as circunstâncias (DOWHAM, 2012: 01-08; PARKER, 2009: 257-275).

Por fim, ainda quanto à identidade, novas propostas teóricas têm tentado enquadrar concatenar a *Era Viking* e o conceito de diáspora. Nestes termos, as comunidades escandinavas além-mar não viveriam hermeticamente fechadas, pois poderiam manter contatos com sua terra natal ou com indivíduos que participassem da mesma cultura, o que aumentaria a importância dos valores nórdicos. Outra opção seria a equiparação ou mescla, onde o grupo recém-chegado e os nativos mesclariam características e traços culturais. Por fim, restaria ainda a opção de esquecimento paulatino das tradições e costumes de outrora (ABRAMS, 2012: 17-38).

CONCLUSÃO

O advento do nome é sempre um grande fato, mesmo se a coisa o havia precedido; pois marca a etapa decisiva de tomada de consciência [...] Estimar que a nomenclatura dos documentos possa bastar completamente para fixar a nossa seria o mesmo, em suma, que admitir que nos fornecem a análise toda pronta [...] Uma palavra vale menos por sua etimologia do que pelo uso que dela é feito¹⁰⁶ (BLOCH, 1945: 103-105).

Depois desta longa e complexa regressão, fica a dúvida: a expressão *Era Viking* é o reflexo de um *zeitgeist*, uma delimitação temporal a partir de vieses nacionalistas ou, de maneira mais radical, um “modismo” colonialista do passado, que conspurca e distorce o passado?

¹⁰⁶ L'avènement du nom est toujours un grand fait, même si la chose avait précédé; car il marque l'époque décisive de la prise de conscience [...] Estimer que la nomenclature des documents puisse suffire entièrement à fixer la nôtre reviendrait, en somme, à admettre qu'ils nous apportent l'analyse toute prête [...] Un mot vaut beaucoup moins par son étymologie que par l'usage qui en est fait (BLOCH, 1945: 103-105).

Começarei do último elemento para o primeiro. No argumento de Svanberg, o caráter altamente regional de alguns costumes, como as tradições de sepultamento, podem indicar grupamentos étnicos, sociais e políticos distintos, mas reunidos no rótulo pan-escandinavo intitulado *Era Viking* (SVANBERG, 2003).

Porém, como afirmou Neil Price ao analisar também os sepultamentos do período, o problema desta interpretação é o descaso quanto às similaridades gerais da cultura material entre regiões, sem mencionar a linguagem e os padrões de assentamento, e foca apenas nas variações que não foram praticadas num *framework* mais amplo e consistente. Ao parafrasear Price, a promoção de identidades próprias por parte de vilas ou até mesmo comunidades maiores não significa que elas não tinham parte em identidades ainda maiores (PRICE, 2008: 259).

Ao mesmo tempo, o conselho de Bloch é extremamente útil. Apesar dos termos *vikingr* e *viking* serem controversos, o recorte temporal *Era Viking* é extremamente útil aos estudiosos da temática ou de grupos diferentes que compartilhavam contatos e o mesmo período em questão. A *Era Viking* veio para ficar.

No entanto, seria temerário ignorar os avanços (identidades, regionalismos, novas ferramentas teóricas) e retrocessos (tradição historiográfica irreflexiva, ideologias, escolhas pessoais ou ingenuidade intelectual). Bloch precisou que o nome e o uso são os elementos mais importantes. Mas, como eu tentei demonstrar no panorama do item anterior, muitos pesquisadores fracassaram ou deixaram-se levar pelas belas palavras dos eruditos anteriores, e impuseram os limites aos vestígios.

Meu conselho, neste caso, é simples: o historiador deve acompanhar o(s) objeto(s), os indícios e o contexto, com um olhar no recorte mais amplo e outro nos limites impostos pelas fontes, desde espaciais até de categorias analíticas. Após esta meticulosa tarefa, o estudioso precisa estabelecer quais são as balizas ideais conforme as escolhas da pesquisa, áreas analisadas (o político, o religioso, o cultural) e a possibilidade de interpenetração e de durações diferentes em cada um destes casos.

Trata-se de um trabalho extenuante, é verdade. Porém, ele é vital para preencher lacunas e entrever novas possibilidades para os estudos sobre a Europa Nórdica. Em essência, os indícios da *Era Viking* compartilham muitos elementos, mas ocultam, para quem se debruça sobre o material e não poupa esforços, uma complexidade fascinante e lancinante, que maravilha e fustiga o historiador, simultaneamente.

FONTES

MACLISE, Daniel. *Alfred, the Saxon King, disguised as a Minstrel, in the Tents of Guthrum the Dane*. Óleo sobre tela, 122.2 x 219.4 cm. Laing Art Gallery. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/arts/yourpaintings/> Acesso em 05 fev 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMS, Lesley. Diaspora and identity in the Viking Age, *Early Medieval Europe* 20 (1). London: Blackwell, 2012, p. 17-38.
- AINSWORTH, William Harrison. The Ballads and traditions of Northern Europe *In: _____*. (ed.). *New Monthly Magazine*. Vol. 130. Londres: Chapman & Hall, 1864, p. 479-495.
- ANDERSON, Rasmus Björn; BJANARSON, Jón & STEPHENS, George. *Viking tales of the North*. London: 1877.
- BARRETT, James H. What caused the Viking Age?, *Antiquity* 82 (2). Portland: Portland University Press, 2008, p. 671-685.
- BRINK, Stefan. Who were the Vikings? *In: BRINK, Stefan & PRICE, Neil (eds.). The Viking World*. Abingdon: Routledge, 2008, p. 4-7.
- BYOCK, Jesse. Modern nationalism and the medieval sagas *In: WAWN, Andrew (ed.). Northern Antiquity: the Post-Medieval Reception of Edda and Saga*. London: Hisarlik Press, 1994, p. 163-187.

- BLOCH, Marc. L'analyse historique In: _____. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. Cahier des Annales, 3. Paris: Librairie Armand Colin, 1945, p. 85-115.
- CHAILLU, Paul Belloni. Settlement of Britain by Northmen In: _____. *The Viking Age: the early history, manners, and customs of the ancestors of the english-speaking nations*. Vol. 1. New York: Charles Scribners son's, 1889, p. 17-26.
- CHALMERS, George. Of the Picts In: _____. *Caledonia or A historical and topographical account of North Britain, from the most ancient to the present times*. Paisley: Alexander Gardner, 1887, p. 212-213.
- CHALMERS, George In: *ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA*, Vol. 5. Chicago: Encyclopaedia Britannica Press, 1910-1911, p. 808-809.
- CHAILLU, Paul B. *The Viking Age: the early history manners, and customs of the ancestors of the english-speaking nation*. Vol. 1. New York: Charles Scribners, 1889.
- CHRISTIANSEN, Eric. Introduction In: _____. *The Norsemen in the Viking Age*. Oxford: Blackwell, 2002, p. 1-9.
- COHAT, Yves. *Os Vikings: reis dos mares*. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1991.
- SVEND GRUNDTVIG In: *Dansk Biografisk Leksikon*. Disponível em http://www.denstoredanske.dk/Dansk_Biografisk_Leksikon/ Acesso em 02 fev 2013.
- DASENT, G. W. *The Vikings of the Baltic*. London: Chapman and Hall, 1875.
- DAVIDSON, Hilda Roderick Ellis. Introduction In: _____. *Myths and Symbols in Pagan Europe: Early Scandinavian and Celtic Religions*. New York: Syracuse University Press, 1988, p. 1-12.
- DOWNHAM, Clare. Viking Ethnicities: a historiographic overview, *History Compass* 10 (2), 2012, p. 1-12.
- DuBOIS, Thomas A. Introduction: Communities of Belief In: _____. *Nordic religions in the Viking Age*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999, p. 01-08.
- FLEMING, Robin. Monastic lands and England's defence in the Viking Age, *English Historical Review* 395, 1985, p. 247-265.

- FORTE, Angelo, ORAM, Richard & PEDERSEN, Frederik. Viking raiders: Scandinavian kingdoms and the wider world *In: _____*. *Viking Empires*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 01-06.
- HAGGARD, H. Rider. I meet sir Henry Curtis *In: _____*. *King Solomon's Mines*. Los Angeles: Indo-European Publishing, 2010, p. 01-08.
- HAMILTON, Andrew. Popular Tales of Denmark *In: MASSON, David (ed.)*. *Macmillan's Magazine*. Vol. VIII. Londres: MacMillan & Co, 1863, p. 43-48.
- HOLMAN, Katherine. Introduction *In: _____*. *Historical Dictionary of the Vikings. Historical Dictionaries of Ancient Civilizations and Historical Eras, No. 11*. Oxford: Scarecrow Press, 2003, p. 01-16.
- HØYRUP, Helene. Grundtvig, Svend (1824–1883) *In: HAASE, David (ed.)*. *Greenwood Encyclopedia of Folk Tales and Fairy Tales*. Westport: Greenwood, 2008, p. 433-434.
- JESCH, Judith. Viking activities *In: _____*. *Ships and Men in the Late Viking Age*. Woodbridge: Boydell, 2001, p. 44-67.
- JONES, Gwyn. Introduction *In: _____*. *A history of the Vikings*. Oxford: Oxford University Press, 1958, p. 01-13.
- KENDRICK, Thomas Downing. Introduction *In: _____*. *A history of the Vikings*. New York: Charles Scribner's sons, 1930, p. 01-37.
- KINGSLEY, Charles. Chapter VIII *In: _____*. *Charles Kingsley: his letters and memories of his life*. Vol. 1. Londres: Macmilland and Co., 1910, p. 188-211.
- KRAG, Carl. The early unification of Norway *In: HELLE, Knut (org.)*. *The Cambridge History of Scandinavia*. Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 184-201.
- LARSON, Laurence Marcellus. The heritage of Canute the Great *In: _____*. *Canute the Great, 995 (circ)-1035 and the rise of danish imperialism during the Viking Age*. New York: G. P. Putnam's sons, 1912, p. 01-36.

LARSON, Laurence Marcellus. Northern Culture in the days of Canute In: _____. *Canute the Great, 995 (circ)-1035 and the rise of danish imperialism during the Viking Age*. New York: G. P. Putnam's sons, 1912, p. 285-309.

LARSON, Laurence Marcellus. The collapse of the empire - 1035-1042 In: _____. *Canute the Great, 995 (circ)-1035 and the rise of danish imperialism during the Viking Age*. New York: G. P. Putnam's sons, 1912, p. 310-330.

LOYN, Henry. *The Vikings in Wales*. The Dorothea Coke Memorial Lecture in Northern Studies. Londres: Viking Society for Northern Research, 1977, p. 03-22.

MALLET, Paul-Henri. *Histoire de Dannemarc*: Introduction a l'histoire de Dannemarc, ou l'on traite de la religion, des loix, des moeurs & des usages des anciens Danois. Vol. 1. Genebra, 1763.

_____. *Northern antiquities or A description of the manners, customs, religion and laws of the ancient Danes, and other northern nations*. Tradução, prefácio, notas e outras traduções em apêndice por Thomas Percy. Londres: T. Carnan and Co., 1770.

_____; THOMSON, James. *Alfred: a masque*. Londres: A. Millar, 1751.

MAWER, Allen. Introduction In: _____. *The Vikings*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 01-03.

_____. The Viking movement down to the middle of the 9th century In: _____. *The Vikings*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 12-21.

MCDONALD, R. Andrew & SOMERVILLE, Angus A. (eds.). Introduction In: _____. *The Viking Age: a reader*. Toronto: Toronto University Press, 2010, p. xi-xvi.

MYHRE, Bjørn. The beginning of the Viking Age - some current archaeological problems In: FAULKES, Anthony & PERKINS, Richard (eds.). *Viking Revaluations: Viking Society Centenary Symposium, 14-15 may 1992*. London: University College of London, 1993, p. 182-204.

- PARKER, Joanne. The Dragon and the Raven: Saxons, Danes and the Problem of defining National Character in Victorian England, *European Journal of English Studies* 13 (5). London: Routledge, 2009, p. 257-275.
- PRICE, Neil. Dying and the dead: viking age mortuary behaviour *In: BRINK, Stefan & PRICE, Neil (eds.). The Viking World*. Abingdon: Routledge, 2008, p. 257-273.
- RICHARDS, Julian D. Reinventing the Vikings *In: _____ . The Vikings: a short introduction*. oxford: Oxford University Press, 2005, p. 117-133.
- SINDING, Paul C. *The History of Scandinavia from the Early times of the Northmen and Vikings to the present day*. New York: Pudney & Russell, 1860.
- SYLVANUS URBAN, Gent. Scandinavian Book-Lore *In: _____ . The Gentleman's Magazine and Historical Review*. Vol. 15. Londres: John Henry & James Parker, 1863, p. 09-13.
- THE ATHENAEUM: A Journal of Literature, Science, the Fine Arts, Music, and the Drama*. Nr. 1716. Londres, 15 Set 1860.
- THE NATION: A weekly journal*. Vol. VII. New York: 1868, p. 192-193.
- TREVELYAN, George Macaulay. Beginning of Nordic Invasions. Anglo-Saxon Conquest *In: _____ . A History of England*. New York: Green & Co., 1942, p. 37-51.
- _____. Second Nordic Invasion. Viking Settlement and Influence *In: _____ . A History of England*. New York: Green & Co., 1942, p. 69-81.
- ZAVARR. *The Viking: an epic*. London: E. Churton, 1849.
- WAWN, Andrew. Of Stockfish and Saga *In: _____ . The Vikings and the Victorians: inventing the Old North in 19th-century Britain*. Cambridge: Boydell & Brewer, 2002, p. 03-33.
- _____. Protector of Northern Arts *In: _____ . The Vikings and the Victorians: inventing the Old North in 19th-century Britain*. Cambridge: Boydell & Brewer, 2002, p. 60-89.
- WILLIAMS, Mary Wilhelmine. The Land and the people *In: _____ . Social Scandinavia in the Viking Age*. New York: 1920, p. 01-22.
- WILLIAMS, Mary Wilhelmine. The career of the Viking; Weapons and Warfare *In: _____ . Social Scandinavia in the Viking Age*. New York: 1920, p. 248-2

BREVE ENSAIO SOBRE O CONCEITO DE TEMPO HISTÓRICO

João Oliveira Ramos Neto¹⁰⁷

RESUMO

Este ensaio pretende apresentar de forma introdutória as concepções de tempo histórico em Durval Muniz de Albuquerque Júnior, François Hartog, Reinhart Koselleck, Antoine Prost, José Carlos Reis e Paul Ricoeur, propondo um breve debate entre eles na tentativa de compreender a relação do historiador com o tempo que oscila entre a concepção natural e a concepção filosófica. Serão tratados temas e conceitos como calendário, estrutura, conjuntura, fato histórico e regime de historicidade.

Palavras-chave: Epistemologia, Teoria da História, Tempo Histórico.

ABSTRACT

This essay intends to introduce the conceptions of historical time in the Durval Muniz de Albuquerque Júnior, François Hartog, Reinhart Koselleck, Antoine Prost, José Carlos Reis and Paul Ricoeur, proposing a brief discussion between them in an attempt to understand the relationship of the historian with time ranging from natural conception and philosophy. Will cover topics and concepts such as timing, structure, environment, historical fact and regime of historicity.

Key-Words: Epistemology, Teory of History, Historical Time.

¹⁰⁷ Graduado em História pela Universidade Federal de Goiás e Bacharel em Teologia pela Faculdade Batista do Rio de Janeiro. Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

O tempo da Física é diferente do tempo da Filosofia. Na Física, o tempo é definido como o número dos movimentos naturais. Dessa forma, não há diferença entre passado, presente e futuro. Sendo o tempo o número de posições que um corpo ocupa no espaço ao longo de sua trajetória, ele caracteriza-se naturalmente, é exterior, imortal, reversível, homogêneo. Por outro lado, o tempo da Filosofia é aquele cujas mudanças são vividas pela consciência. Separa-se passado, presente e futuro. O movimento não é mais natural, mas altera o ser que se move. Caracterizar-se-á pela irreversibilidade e a sucessividade. Será interior, sublunar, mortal. Exemplo disso é a geração, construção cultural, pois pertencer a uma geração ou sucedê-la não é ter a mesma idade ou ser mais jovem, mas possuir uma contemporaneidade de influências, eventos e mudanças. Ou, como afirma Prost, nem todos os elementos contemporâneos são contemporâneos. Como então poderá o historiador trabalhar?

Conforme José Carlos Reis, deverá o historiador construir um terceiro tempo, entre o tempo da Física, natural, e o tempo da Filosofia, da consciência. Este será o *tempo histórico*, que muito bem lembrado por Prost, não é a memória, pois esta trabalha demasiadamente envolvida afetivamente com o evento. Prost lembrará que além de se fazer a partir do tempo, a História é uma reflexão sobre ele. Daí o historiador precisará construir o *tempo histórico* para não *reviver*, mas *compreender* a experiência. Para isso, José Carlos Reis aponta e analisa três propostas.

A primeira proposta é a de Paul Ricoeur, com a criação do *calendário*, que permitirá a experiência humana ser narrada no tempo natural, pois o calendário participa de ambos os tempos sem se restringir somente a um deles. Estabelece-se um evento fundador para iniciar o calendário e então passa-se a caminhar por ele para frente ou para trás, conforme a pesquisa histórica assim o exigir. José Carlos Reis irá questionar a proposta de Ricoeur da criação do calendário como terceiro tempo ao afirmar que impor ao tempo humano a regularidade da natureza levará ao naturalismo positivista.

Sustentará seu questionamento a problemática apontada por Prost de que o próprio tempo histórico é um produto da história e não uma construção objetiva.

A segunda proposta é a de Koselleck, que colocará em dúvida a tese de Ricoeur sobre o tempo calendário como terceiro tempo. Para Koselleck, o conceito de tempo histórico não se refere ao tempo medido da natureza. Na verdade, para ele, a noção de tempo histórico se liga a conjuntos de ações sociais e políticas, a seres humanos concretos, agentes e sofrendores, às instituições e organizações que dependem deles. Cada um, é claro, com seu próprio ritmo de realização. Daí, conforme lembrado por Prost, Koselleck ter analisado o quadro de Altdorfer, *A batalha de Alexandre*, em que diversas informações são colocadas de forma minusciosa, mas a questão da data é omitida, como irrelevante a temporalização.

Não significa, com isso, que Koselleck desvaloriza o calendário. Ele vai além e questiona como cada sociedade, cada presente, relacionou com as dimensões temporais de passado e presente e como passado e presente se relacionam. Na Antiguidade, por exemplo, temos o passado como iluminador do futuro, daí a *história mestra da vida*. O tempo era *circular*. Vivia-se enfatizando o futuro. Veio então o tempo cristão que trocou a circularidade pela metanarrativa, mas ainda focando o futuro. O cristão vive a história da salvação. Deus criou o mundo no início, veio Jesus como evento passado, mas haverá também o juízo *final*, ou seja, a vida aguardando o futuro. O tempo circular foi substituído pelo tempo linear, mas manteve-se a expectativa do futuro. Tem-se o conceito de *Reino de Deus*, definido na Teologia como *o já e o ainda não*. Eras sobrepostas: A divina sobre a humana. A modernidade, por sua vez, mudará novamente a relação, enfatizando não mais o futuro, mas o presente como colocador das questões, ainda que seja para trazer o futuro. Não é a revolução o futuro colocado no espaço da experiência presente?

Assim, temos que Ricoeur construirá um conceito de tempo histórico enfatizando os movimentos naturais. Koselleck, ao contrário, construirá seu conceito de tempo histórico enfatizando as gerações.

A terceira proposta é a do *Annales*, com a criação do conceito de *estrutura social*. Isso, como nos lembra Prost, nos remete imediatamente a Braudel, com seu *Mediterrâneo*, quando foram definidos os três tipos de tempo histórico, a saber: A *estrutura*, aquela do tempo longo, baseada no tempo geológico, a *conjuntura*, aquele tempo intermediário dos ciclos econômicos e o *fato*, o tempo curto do acontecimento. Quando Braudel propõe o tempo da estrutura, para José Carlos Reis (e também para Hartog) há uma aplicação do conceito do tempo da Física na sociedade, pois busca-se na sociedade o que a Física encontra na natureza: uniformidade, reversibilidade, homogeneidade, quantidade, permanência. Propõe-se a desaceleração do tempo da sociedade e passa-se a trabalhar com a *longa duração* (Braudel) com o objetivo de tentar controlar a mudança social, tornando-a segura e procurando evitar a revolução. A longa duração é a tradução da estrutura atemporal dos sociólogos.

Prost também preocupa em esclarecer que o tempo da História não é nem o tempo físico e nem o tempo da Filosofia, que ele chama de psicológico, e esclarece ainda que além de ser um intermediário, o tempo histórico servirá de referência comum aos membros de um grupo. Surge disso um novo problema: Esse terceiro tempo, o tempo histórico, relação entre o tempo natural e o tempo psicológico, referência comum aos membros de um grupo, não é o mesmo para todas as sociedades. Ou seja, grupos diferentes constroem tempos históricos diferentes. Prost afirmará então que, para um tempo histórico comum, será necessário esperar o século XI para que a era cristã torne-se predominante e, posteriormente, seja imposta ao mundo inteiro. Concordará então com José Carlos Reis ao afirmar que a generalização da era cristã implicou o abandono de uma concepção circular do tempo que estava disseminada na Antiguidade. Durval Muniz de Albuquerque Júnior vai na linha contrária. Para ele, todo fato é, ao mesmo tempo, natural e social. Cabe ao historiador, fazer, no presente, o elo entre o passado e o futuro, levando em consideração tanto o tempo da Física quanto o tempo psicológico.

É importante considerarmos também a proposta de Hartog, quando este constata que há momentos que a sociedade questiona sua relação com o tempo e propõe o conceito de *regime de historicidade* para explicar essa relação. Ele apresenta então o regime de historicidade moderno, que compreenderemos depois de observarmos que, se a história é linear, Fukuyama dirá que ela chegou ao fim, pois todas as revoluções foram experimentadas e consolidou-se o modelo de vida da democracia ocidental como o encerramento dos debates. Hartog discordará e proporá que 1989 não foi o fim da história, mas o fim de um regime de historicidade que iniciou-se em 1789. 1789-1989 seria, para Hartog, o regime moderno de historicidade. Foi o período em que o ponto de vista do futuro dominou a relação da sociedade presente com o tempo. A história foi vista como um processo, a humanidade caminhando em progresso.

O regime é, para Hartog, diferente de uma época, pois a época é somente um recorte linear, do qual se ganha consciência depois que foi superado, ao passo que o regime é uma experiência presente, consciente e ativa da relação que se tem com o tempo.

Para Hartog, então, o fim do regime moderno significa que não é mais possível escrever a história do ponto de vista do futuro (não há mais orientação) e que o passado mesmo não é apenas o futuro, pois se torna incompreensível. Daí termos Durval Muniz de Albuquerque Júnior analisando a história como *a arte de inventar o passado*. Sendo a invenção uma forma de se relacionar com a temporalidade. A compreensão é substituída pela construção.

Quando, na Antiguidade, a relação entre o passado e o futuro era dominada pelo passado, na história mestra da vida, Hartog dirá que o espírito sabia para onde estava indo. Hartog dirá também que a passagem para o tempo cristão propôs uma história linear, uma metanarrativa, mas não eliminou a circularidade e a história mestra da vida. É bastante sustentável tal hipótese se considerarmos o calendário litúrgico, que sempre se repete. Na sociedade cristã, o tempo histórico é uma espiral, pois comemora-se, olhando

periodicamente para o passado, o natal e a páscoa, mas também olhando para o futuro, antevendo que, um dia, não serão mais comemorados. Para Hartog, a história mestra da vida sobrepôs-se à metanarrativa cristã e essa concepção só mudou com a entrada do regime moderno. Isto é, no século XVIII, Tocqueville viaja no tempo, pois vai para os Estados Unidos ver o futuro que aguarda a sociedade francesa que experimenta a revolução. A história não é mais uma espiral, mas um progresso, onde cada evento torna-se-á único. Chegaremos ao que Koselleck denominou de o tempo do absolutismo, dominado pelas explicações teleológicas das filosofias da História (com expoente em Hegel) para qual a lição vem do futuro.

Para Hartog, quando há a mudança de um regime de historicidade para outro, isto é, quando um regime é questionado, há um hiato de crise epistemológica, quando dois regimes diferentes se sobrepõem, criando um terceiro regime que se sobrepõe entre os dois principais. Depois de 1989, entramos nesse período de transição para um novo regime. Neste período, Hartog afirma que experimentamos uma crescente ênfase no presente. Estamos vivendo um tempo sem passado e sem futuro. Daí retornamos a Durval Albuquerque Júnior, que constata uma *invenção do passado*. Hartog cita a *pesquisa* de exemplo: Uma previsão do futuro sem se deslocar do presente. Uma fotografia que suprime o tempo.

Se a história da Antiguidade, mestra da vida, apresentava a história do ponto de vista do passado, no regime moderno a história teleológica se apresentou do ponto de vista do futuro. O atual presentismo, porém, para Hartog, implica unicamente o presente. Daí o incansante interesse pela *identidade*. Questionamos, porém, a afirmativa de Hartog de que o novo regime de historicidade, que se colocará no lugar do moderno, que ora se encerra, virá de outro lugar diferente da Europa. Por que, se os outros foram questionados e substituídos lá mesmo?

O que diferencia o historiador do sociólogo? Se ambos colocam questões para suas fontes, o historiador a faz numa perspectiva diacrônica. Assim, para uma pesquisa

histórica bem sucedida, o historiador encontrará questões no presente que o farão olhar para o passado. Ao olhar para o passado, o historiador deverá definir claramente seus pressupostos epistemológicos. Quanto ao objeto de estudo, atualmente ele terá diante de si duas principais opções. De um lado, a opção pós-moderna, que encontra em Hayden Whyte o ceticismo que leva ao relativismo. Neste caso, cabe ao historiador recortar um objeto de estudo a ser construído. Por outro lado, a opção de Carlo Ginzburg. Ainda que a verdade não seja absoluta e universal, ela existe. Neste caso, caberá ao historiador recortar um objeto de estudo que precisará ser encontrado e compreendido, e não construído.

Se o historiador optar por encontrar e compreender seu objeto, ele deverá trabalhar com o conceito de tempo histórico. Precisar ter consciência que o historiador cria um terceiro tempo entre o tempo natural e o tempo da sociedade. Por outro lado, se optar por construir um objeto, poderá trabalhar com a terceira margem, proposta por Durval Albuquerque.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JR., Durval. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: EDUSC, 2007.
- HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- REIS, José Carlos. *História e Teoria*. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

Artigo

ESTUDIO SOBRE LAS FUNCIONES MAGISTRALES EN EL SISTEMA INSTITUCIONAL DE LA POLIS ATENIENSE

Jorge Antonio Durbano¹⁰⁸

INTRODUCCIÓN

El presente ensayo ha sido elaborado con la finalidad de acreditar el curso de Teoría Política Clásica cursado en el Doctorado en Ciencia Política del CEA-UNC. Nuestra indagación tiene por objeto realizar una aproximación al estudio de los roles políticos, institucionales y administrativos que debían cumplir los ciudadanos electos y sorteados para cubrir los cargos principales y secundarios en las instituciones de la polis ateniense. En este sentido el trabajo intenta realizar un aporte al estudio de la organización política y de la estructura institucional de Atenas mediante el análisis de las diferentes funciones institucionales que permitía el sostén del sistema político ático a partir del cual se organizó la comunidad política.

Otro de los motivos causales a partir del cual elaboramos el presente ensayo consiste en demostrar la complejidad que amerita el estudio institucional de un sistema político que, bajo la simple denominación de régimen democrático, no puede ser visto

¹⁰⁸ Licenciado en Ciencia Política por la Universidad Nacional de Villa María. Doctorando en Ciencia Política en el Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba. Becario de CONICET. E-mail: jorgi_85@yahoo.com.ar

pues su organización institucional queda totalmente solapada y relegada del plano político institucional. Por ello, el concepto de democracia subpone un sistema institucional que opera como sustento de administración de la polis. Sin embargo, el concepto Democracia excede al sistema organizacional de la polis no pudiendo dar cuenta del mismo. Por tal razón, sin estudiar la organización institucional de la polis es casi imposible conocer cómo el sistema político, fundado en los principios democráticos, puede implementar el gobierno y la administración de la polis misma.

El estudio del concepto democracia nos aventaja sobre los principios políticos que sustentan el sistema político. Demos-kratos no significa el gobierno del pueblo, por el pueblo y para el pueblo que solemos leer en básicas conceptualizaciones sobre la temática. Democracia indica la primacía que ameritaba el principio de territorialidad en la instauración de un sistema político gobernado en función a la horizontalidad, igualdad y libertad individual a pesar de que su sistema institucional haya tenido algunos rasgos de verticalidad, que era propio de los vestigios de las herencias de las anteriores organizaciones políticas de la polis. Sin embargo, sin ese principio de verticalidad organizativo y de subordinación institucional era imposible cohesionar internamente el sistema político, articular las demandas y decisiones nucleadas en la lógica territorial del demos e implementar apropiadamente la decisión consensuada por la ciudadanía en su conjunto.

Por ello, para los áticos el sentido de la democracia no significaba simplemente el pueblo en el ejercicio del mando, sino que ello implicaba al demos como una unidad administrativa y democrática de base en torno a la cual se erigía la macro organización política de la polis. Por ende, el demos-kratos o el mando de la polis asentada en función a la organización a priori del demos, constituye la lógica fundacional del sistema político en sus diversas dimensiones: en la lógica decisional de una asamblea; en el ejercicio de los

poderes de policía; en la gestión de las finanzas locales;¹⁰⁹ del estado catastral¹¹⁰ que llevaba los registros del estado civil de sus habitantes¹¹¹ y de los cultos locales¹¹²; etc. Todo ello, era transpolado a esa instancia supra demo-krática. Es, era la instancia de la polis, estado denominado por nosotros como lo polístico. Ese estado de transposición de lo intralocal hacia lo extralocal lo constituía la polis ateniense.

Finalmente, el presente estudio también tiene por objeto complementar algunos aspectos que no han sido estudiados en profundidad en mi trabajo final de grado de licenciatura a los fines de profundizar en temáticas cruciales para el desarrollo de un estudio completo sobre las democracias occidentales de la antigüedad.

Para ello, nos hemos propuesto trabajar principalmente con el texto aristotélico denominado *La Constitución de Atenas* y hemos decidido complementarlo con escritos que nos permitieron profundizar en el estudio de la temática.

¹⁰⁹ Veremos que la administración o política fiscal del demos era una parte de la administración económica de la polis que dotaba de recursos al demos para actuar en la resolución de las cuestiones de infraestructura urbana y territorial. La recaudación se realizaba mediante un impuesto local y se destinaba a mejorar las condiciones urbanas del demo.

¹¹⁰ El catastro inmobiliario era un registro administrativo del demo en el que se describen los bienes inmuebles y sus características que el gobierno de la polis podía solicitar en cualquier momento.

¹¹¹ El estado civil es la situación de las personas físicas determinada por sus relaciones de familia, provenientes del matrimonio o del parentesco –relaciones de la *genetai*-, que establece ciertos derechos y deberes civiles ante la propiedad. El demos llevaba un registro con los datos personales básicos de los ciudadanos, entre los que se incluía el estado civil.

¹¹² En las formas culturales adoptadas por la religión de la Antigua Grecia, los principales ritos eran las oraciones, las ofrendas, los sacrificios, las fiestas públicas y los juegos. Estos ritos no se excluyen. Por el contrario, una ofrenda se acompañaba de una oración, incluso de un sacrificio, que podía coronar una fiesta pública.

I DESARROLLO SOBRE ALGUNAS CUESTIONES TERMINOLÓGICAS Y CONCEPTUALES

Antes de comenzar con el estudio de las instituciones políticas y con el análisis del rol específico que cumplían los magistrados de la polis ateniense debemos aclarar el significado en el uso de algunos conceptos utilizados en nuestro trabajo.

Entenderemos por *magistrados* a todos los ciudadanos llamados jefes, superintendentes o ministros de la polis. Sin embargo, existen formas de entender a los cargos de los magistrados bajo clasificaciones modernas, debido a que es el único modo en el cual podemos sistematizar su función en el cargo de gobierno, ya que era usual la vaguedad de la utilización de estas categorías por parte de los mismos griegos.

El magistrado, en su sentido más genérico, era el resultado de un ciudadano electo mediante sorteo, designación, decreto, etc., para el ejercicio de la función pública cuya finalidad consistía en el ejercicio de acciones con competencias predefinidas institucionalmente. Para Cantú, el magistrado era el que gobernaba algún ramo de la república con tal derecho y poder que ejecutaba según su voluntad, la que era necesaria ya que no era dirigido por órdenes y comisiones ajenas sino sólo por las leyes y por los decretos del pueblo. De este modo, presidía a los demás y prescribía, mediante el mandato, lo que las circunstancias exigían. Asimismo, castigaba con multas a los que cometían alguna culpa en su jurisdicción o los llamaba a juicio que era regulado por él mismo.

En cambio los *superintendentes* tenían las mismas condiciones que los magistrados pero no podían castigar ni participar del proceso de juzgamiento.

Finalmente los *ministros* eran los que no obraban según su propio parecer sino que solamente ejecutaban y cumplían órdenes ajenas.¹¹³

¹¹³ CANTÚ, César, *Historia Universal: Guerra Legislación, Religión*, Gaspar y Roig Editores, Tomo VIII. 1867. Traducción del Italiano: D. Nemesio Fernández Cuesta. p. 333.

Como el presente trabajo no logra estudiar el total de magistraturas de la polis ateniense, creemos pertinente utilizar la categoría de magistrado en su sentido más genérico y sólo realizamos la distinción entre magistraturas mayores y menores. Las magistraturas mayores son aquellas cuyas decisiones tienen incidencia en toda la polis, por ejemplo los tribunales de la polis, la inspección de las actividades comerciales, etc. Las magistraturas menores son aquellas que tienen injerencia y alcances solamente en el plano jurisdiccional de cada uno de los demos, por ejemplo la función de los demarcos, los jueces arbitrales, etc.

Antes de comenzar con el tratamiento específico de las funciones de los magistrados, debemos llamar la atención sobre un detalle que le permitirá al lector no errar en la comprensión de algunos aspectos de nuestro análisis.

Cuando comenzamos a estudiar el rol de los diferentes magistrados electos por diferentes procedimientos y en función a distintas finalidades, hemos descubierto cómo se organizaban los ciudadanos de la polis ateniense en sus diferentes instancias de la vida cotidiana para articular, de modo más eficiente, el proceso de interacción social con la finalidad de solucionar con mayor solidez las problemáticas suscitadas diariamente. Hemos descubierto que algunos de estos magistrados tenían competencias específicas y únicas, mientras que otras veces se complementaban y se superponían con las de otros magistrados.

Dada la complejidad del ejercicio en las funciones públicas de la polis ateniense hay magistraturas que, además de clasificarse como mayores y menores, pueden encuadrarse en las categorías de órdenes ejecutivas, judiciales y legislativas. Ello nos permite clasificar arbitrariamente las funciones magistrales a pesar de que algunas se cruzan y yuxtaponen con competencias comerciales, mercantiles y financieras, como culturales, religiosas, policiales, bélicas y de todo tipo.

II MAGISTRATURAS EJECUTIVAS

A - LOS NAUCRARIOS

Los Naucrarios eran magistrados que se encontraban a la cabeza de la denominada Naucraria que conformaba la organización territorial de la Atenas pre solónica. La denominación de Naucrario hace alusión al sentido de pertenencia de una función magistral en relación a dicho modo de organización territorial. Las naucrarias nacieron antes de la reforma solónica con la finalidad de establecer un nuevo sistema organizacional que articulara, en una unidad territorial, un nuevo modo de relaciones sociales y políticas. De este modo intentaba dar respuesta a las problemáticas sociales que nacieron cuando entró en crisis el sistema social tradicional en la época de Dracón. El nacimiento de la naucraria intentaba desdibujar, con el mayor propósito, el sistema de consanguinidad en la composición social de la polis ateniense e instituir un nuevo sistema de relaciones sociales fundado en la propiedad. Engels denominó *residencia común*¹¹⁴ a la Naucraria por estar fundada en un incipiente sentido de territorialidad

En la organización institucional solónica existían tres tritias y doce naucrarias por cada una de las cuatro tribus. Los naucrarios *-naucraroi-* eran magistrados que se encontraban a cargo de la administración de las naucrarias o naucrarías. Las mismas eran circunscripciones navales que actuaban como unidades administrativas en las que se basaban la administración local. Los naucrarios tenían la función de realizar el cobro de un impuesto correspondiente a cada una de las naucrarias y los administraba en función a las necesidades propias de cada una de las mismas.

Sin embargo, parece que en alguna época hubo una figura superior a la de los naucrarios. Ellos eran los pritaneos o presidentes de todos los *naucraros*.¹¹⁵ En el verso

¹¹⁴ MARX, Karl y ENGELS, Friedrich, *El origen de la familia, la propiedad privada y el estado*. pp. 59, 61.

¹¹⁵ En Herodoto los denominados a los magistrados nombrados por nosotros como naucrarios eran los naucraros. El naucrario propiamente dicho era el presidente o pritano -el principal o primero- de todos los naucraros.

LXXI del Terpsícore de Herodoto encontramos escrito que los naucrarios eran pritanos de los naucraros o una especie de presidentes de los magistrados, que desempeñaban funciones administrativas y políticas dependiendo del caso. Ello nos mueve a sostener que, probablemente, todos los naucrarios tendrían asambleas periódicas en las cuales debatirían las problemáticas de todas y de cada una de las naucrarias, o discutirían las problemáticas más acuciantes en orden decreciente hacia los asuntos menos importantes, urgentes y necesarios de ser resueltos. (Herodoto V, LXXI)

B - LOS DEMARCOS

La creación clisteneana de aproximadamente 100 demos produjo que las antiguas divisiones territoriales fundadas en torno a la distribución del ingreso desaparecieran, y junto a ellas la cabeza ejecutiva que representaba la figura del naucrario. Sin embargo, para que las nuevas divisiones territoriales funcionaran era necesario crear una nueva figura que cumpliera funciones semejantes. En la nueva reforma del naciente sistema institucional clisteneano nació la figura de los demarcos o demarcas. Los mismos eran asistidos por un tesorero y por jueces con funciones y jurisdicción propia para cada demo. (Aristóteles, Const. At., 21, 5)

Al principio de la reforma clisteneana los demarcos eran un total cien, pues había uno por cada demo, pero con el paso del tiempo los demos fueron incrementándose debido al aumento de la población ateniense y al surgimiento de nuevos demos que posiblemente nacieron por causa de la división de algunos demos. Tal vez la cantidad de demarcos también aumentó con la creación de otros demos que nacieron para incluir socialmente a los nuevos individuos y ciudadanos que se iban incorporando al sistema político ático a través de los diferentes procesos de inclusión social, como la adquisición de la ciudadanía, la incorporación de isósteles, metecos y esclavos, etc., que no podían habitar los demos que ya habían alcanzado el límite poblacional o la proporción adecuada

que ameritaba cada uno de ellos. En consecuencia, de un total de cien demos pasaron a haber unos ciento veinte aproximadamente. (Herodoto V, LXIX)

Para nuestra comprensión analítica contemporánea del sistema político ático hemos realizado otra distinción más, además de entender a los naucrarios y demarcos como funcionarios de una magistratura menor y al mismo tiempo como magistrados de tipo ejecutivos. Dicha distinción amerita la caracterización de la magistratura como un cargo funcional que tenía competencias políticas y administrativas al mismo tiempo. Podríamos creer que los naucrarios desarrollaban funciones que excedían a las cuestiones ideológico partidarias y que eran propias e idóneas para el funcionamiento regular de cada naucraria. Ella es la Función Administrativa. No obstante, y a pesar de que el naucrario no tuviese funciones políticas específicas, era parte de una compleja maquinaria de dominación social haciéndola funcionar y legitimando su lógica institucional.¹¹⁶

Con la creación e instauración de los demos el demarco, que ocupaba el cargo por sólo un año mediante la elección por sorteo, fue recipiendario de las actividades concernientes a la función administrativa de los naucrarios, pero se reapropiará de una nueva función. Ella es la competencia de la organización y operativización de la dinámica y de los mecanismos que aseguraran la regularidad en la toma de las decisiones de las problemáticas pertinentes al demo. A todo esto, que no es objeto de estudio en el presente trabajo, lo llamamos Función Política.

B1 - FUNCIÓN ADMINISTRATIVA DE LOS NAUCRARIOS

Los naucrarios, que eran los encargados de administrar las *naucrariai* en la época de Solón, tenían como función administrar los impuestos y gastos de cada una de ellas. (Aristóteles, Const. At., 8, 3) Las recaudaciones de los naucrarios eran una especie de

¹¹⁶ A esta cuestión podríamos trabajarla en otra oportunidad pues sólo nos interesa abordar aquí los aspectos organizacionales, administrativos e institucionales.

impuestos que debían pagar los ciudadanos que pertenecían a cada una de las *naucrari*. Seguramente los naucrarios debían administrar y gastar lo recaudado de acuerdo a las necesidades y demandas de la unidad territorial que le correspondía administrar, en función a las divisiones territoriales internas establecidas para todas las naucrarias.

Además, cada naucraría tenía la obligación de proporcionar un buque para la flota ateniense y dos caballeros para el ejército. Dichas unidades eran administradas por el *naucraro*¹¹⁷ quien, a su vez, gobernaba el buque proporcionado y respondía directamente a las órdenes del polemarca.

B2 - FUNCIÓN POLÍTICA DE LOS DEMARCOS

Con la instauración del nuevo diseño institucional clisteneano la Función Administrativa, que le correspondía cumplir a cada uno de los demarcos como *tarea natural* heredada de la tradición, pasó a ser complementada con el ejercicio de funciones que eran netamente pertenecientes al orden Político decisonal.

Como en cada uno de los demos se seguían celebrando asambleas, al igual que las realizadas a priori de su constitución, en las que se discutían y resolvían sólo las cuestiones relativas a los asuntos del demo, los demarcos debían dirigir y acompañar dichos procesos para asegurarse el efectivo funcionamiento del sistema deliberativo y decisonal del demo.

En nuestro trabajo final de grado hemos mencionado que las asambleas celebradas en los demos coexistían con las celebradas en la polis pero no se superponían. Cada una de ellas, al estar presididas por el jefe del demo o demarco, manifestaban el principio endógeno a partir del cual los potenciales ciudadanos -efebos- obtendrían una experiencia básica sobre la participación en las cuestiones del gobierno, que iban desde lo intralocal hacia lo extralocal. Desde los 18 hasta los 20 años los instructores de los efebos llevaban a los proto ciudadanos a presenciar dichas discusiones para que los mismos tuvieran un entrenamiento de la dinámica propia de las instituciones de la polis. (Aristóteles, Const.

¹¹⁷ Probablemente el término naucrario haga alusión a la voz *naus* o barco.

At., 42, 3) Participando en la organización política e institucional local del demo, los efebos y ciudadanos vivían en un estado cívico que los preparaba para accionar en la dinámica político institucional extra local constituyéndolos en *sujeto polístico*.¹¹⁸

C - MAGISTRADOS POLICIALES

Durante los diferentes regímenes políticos han habido diferentes tipos de individuos que se han abocado al ejercicio de funciones que tendían exclusivamente a la mantención del buen orden y seguridad de la polis. Han habido diferentes organizaciones y cuerpos instaurados por los diversos regímenes políticos que han ido transitando por las filas de grupos que ofrecían protección a la polis, a los integrantes de la polis, a determinados estandartes religiosos y culturales -como los templos, etc.-, a espacios específicos de la polis -por ejemplo la acrópolis, los puertos, etc- como a los sectores gobernantes e individuos importantes de la polis -las guardias personales-. En este apartado sólo analizamos el rol que cumplió el cuerpo llamado Los Once que estaban a cargo del cuidado de la institución carcelaria de la polis, datando como una de las instituciones más antigua que permaneció durante muchos siglos y soportó las reformas y transformaciones institucionales adaptándose a las necesidades reales de la polis.

C1 - LOS ONCE

Según hemos podido estudiar, hasta entonces sabemos que los once eran un equipo de ciudadanos que estaban a cargo del cuidado de la cárcel de Atenas. Esta magistratura fue una de las más difíciles pero cruciales al momento de ser implementadas

¹¹⁸ El efecto residual de la lógica de la naucraria produjo en los demos el desplazamiento de la preeminencia de la denominación del ciudadano en relación al lugar geográfico que al de los lazos sanguíneos que representaba equis naucraria. Por ello, los nombres de linajes, genos y familias desaparecieron y/o se minimizaron en función al sentido de pertenencia geográfico del demo. Sin embargo, repetidamente encontramos representados en nombres de algunos ciudadanos la fuerza del linaje y del sentido de pertenencia de consanguinidad junto al demos al que pertenecía. Por ejemplo: Pericles hijo de Jantipo del demo de Colargos -primero la subsunción del patronímico y luego el demótico-.

dado que toda orden impartida por un magistrado de orden superior, que derivara en los once, debía ser cumplida con rapidez y eficacia.

En la época solónica sólo las tres primeras clases tenían acceso a este tipo de función. (Aristóteles, Const. At., 7, 3) En la época post clisteneana ya se divisa con nitidez el procedimiento por medio del cual eran elegidos los once. Los mismos ocupaban el cargo de carceleros y eran el resultado de la elección, mediante sorteo, de un ciudadano por cada tribu más un canciller.

El rol principal que los once desempeñaban consistía en cuidar a los ladrones y a los individuos acusados de cometer diferentes delitos, como el delito de vender a algún conciudadano o individuo habitante del ática en carácter de esclavo. Asimismo, los once tenían la capacidad de ejecutar, de modo directo, a los rateros si eran confesos.¹¹⁹ En caso de no estar seguros sobre dicha sentencia, los entregaban a un tribunal que se conformaba para emitir un juicio apropiado al caso. El tribunal era presidido por uno de los once y si el mismo declaraba su inocencia, los once enunciaban la absolución del acusado y lo liberaban. (Aristóteles, Const. At., 52, 1)

Es también sabido por sobradas referencias que cualquier ciudadano podía llevar a los once a cualquier conciudadano o integrante de la polis que había cometido delito y no era confeso, cuestión que no se menciona en la constitución aristotélica probablemente por su obviedad.

En Demóstenes XXIV, 79-81 se lee que los once utilizaban el encarcelamiento para castigar a los individuos de la polis que eran deudores del estado. En otras situaciones los once tenían la capacidad y el encargo de castigar, y no sólo de encerrar, a aquellos individuos que fueran sorprendidos in fraganti en el acometimiento de algún delito. El castigo más utilizado en la prisión era el cepo.

¹¹⁹ Algunos autores toman como referencias a las citas de Demóstenes XXIV 65 y en Esquines I 113.

Asimismo, los once tenían el encargo, al igual que los tesmotetas, de presentar a los tribunales las acusaciones de aquellos ciudadanos que habían infringido la ley. Para ello, elaboraban una lista sobre tablas en las cuales podía verse quiénes eran los infrigidores de la ley. Asimismo, incorporaban la legislación aprobada por sus conciudadanos. Esto indica que permanentemente los once mostraban el orden en el buen vivir que los habitantes del ática debían seguir en el proceso de interacción social. (Isócrates XV, 237)

En la época del gobierno de los 5.000 los estrategos también podían hacer uso de su autoridad como si fueran un magistrado policial más. De tal modo, tomaban cualquier persona que hubiese sido inculpada o acusada de alguna transgresión de la ley, que pudiera comprometer de modo directo la vida de algún integrante de la polis. El estratego hacía entrega de la persona a alguno del grupo de los once para que pusiera al infractor en la cárcel bajo cuidado hasta que se develase la cuestión mediante el juicio apropiado. (Aristóteles, Const. At., 29, 4)

¿Cómo funcionaba dicha estrategia con su debido procedimiento? Como los cuatrocientos habían suprimido la asamblea, que era el principio formal y real a partir del cual emanaba la norma, y habían cooptado el consejo de los 500, les era fácticamente fácil manejar inapropiadamente los procedimientos jurídicos de la siguiente manera: primero podían modificar las leyes establecidas por la tradición y por el gobierno democrático; segundo establecían la prerrogativa de que si algún ciudadano hacía una denuncia sobre la violación de las leyes impuestas por el régimen ante un tribunal, serían enviadas a los estrategos quiénes girarían la orden a los once para su directa ejecución. Esto implicaba romper con la antigua función de los tesmotetas quienes eran los encargados de cumplir con la función que se les estaba asignando a los estrategos. Estas estrategias fueron claves para mantener el pendón de la coerción en el brazo ejecutor de los gobiernos oligárquicos.

Del mismo modo, en los períodos en los que gobernaron los treinta, los once fueron el eslabón clave para mantener el monopolio de poder de los oligarcas al castigar y ejecutar a aquellos ciudadanos que fueran opositores al régimen político. (Aristóteles, Const. At., 35, 1 y 39, 6) Pero además de tener por adeptos a los magistrados elegidos para los desempeños de funciones policiales y de vigilancia, hemos visto¹²⁰ cómo los treinta utilizaron el apoyo de Lacedemonia, junto al de trescientos matones armados con látigos y/o puñales, que actuaban por encargo de los treinta. De ese modo, los once se hicieron cargo de Terámenes, junto a unos asistentes que seguramente cumplían estos tipos de deberes en lugar de que las actividades y funciones propias de dicha magistratura la desempeñasen los magistrados adecuados.

En la época aristotélica los once tenían bastantes ocupaciones, por ello tenían diferentes asistentes, como el resto de las magistraturas, que los auxiliaban en las tareas que los mismos desempeñaban. El desempeño de las labores necesarias para llevar adelante un trabajo eficiente permitía la realización de la vigilancia adecuada, la atención de la estancia de los presidiarios y detenidos en la cárcel, tanto de aquellos que esperaban la ejecución de la pena capital como de los encarcelados por deudas o de los que cumplían condena. Ésto muestra con evidencia que era necesario un equipo de asistentes. De otro modo, los once no podrían haber desarrollado todas sus funciones de modo eficiente, pues los once, además de ocuparse de la cárcel, debían de emplear gran parte de su tiempo en los tribunales y llevar a cabo arrestos y perseguir a los presos fugados.

Por ejemplo, en el caso de Sócrates (Platón, Fedón 59e), el portero de la prisión comunica a los amigos de Sócrates que deben esperar para entrar, pues los once están quitándole los grillos y anunciándole que en ese día debe morir. La hora misma de cumplimiento de la sentencia se la indica un servidor de los once y es, asimismo, otro quien le trae el veneno y le explica cómo debe tomarlo. (Platón, Fedón 117a)

¹²⁰ Este tema ha sido trabajado en nuestro Trabajo Final de Grado de Licenciatura.

Sin embargo, esta magistratura tenía sus complicaciones. Como decíamos en un principio Aristóteles distingue en *Política* la dificultad de llevar a cabo la función ciudadana en una magistratura de este tipo, cualquiera fuese el régimen político del que se tratara en toda la Grecia. En una ocasión los once fueron condenados a muerte por haber dejado escapar de la prisión a algunos malhechores. Esto nos muestra que la visión realista aristotélica consistía en declarar el problema por las dificultades que planteaba y buscar alguna alternativa posible a dicha magistratura

“...la más necesaria, quizá, y la más difícil de las magistraturas; es la que se ocupa de la ejecución de los castigos y de los consignados en las listas como deudores y de la custodia de los presos. Verdaderamente es difícil, porque causa muchas enemistades, de modo que cuando no produce grandes ganancias, ni soportan desempeñarla, ni los que la soportan quieren actuar de acuerdo con las leyes.” (Aristóteles, *Política* VI 1321b 40-1322a 4)

Ciertamente, a los ciudadanos que ocupaban dicha magistratura, la función les confería un carácter de odiados y no queridos por los familiares y allegados de los individuos de la polis que eran ajusticiados. Por ello, muchas veces las personas poco honradas querían formar parte de ella, a diferencia de lo establecido por Solón. Para Aristóteles el problema consiste en entender que esta magistratura era un brazo ejecutivo necesario para que las sentencias se ejecutasen (Aristóteles, *Política* VI, 1322) y si un sistema social pierde los métodos de disciplinamiento por más cruentos que fueran, ingresa en una crisis identitaria y de inestabilidad que tendería a hacerlo desaparecer. *“Pero sucede que las personas honestas rehuyen especialmente esta magistratura, y no es seguro concederles esta autoridad a los malvados, pues necesitan ellos más vigilancia de lo que pueden vigilar a otros.”* (Aristóteles, *Política* VI, 1322 a)

Por causa de tales motivos, Aristóteles propone una solución aplicada primero al dictamen y ejecución de sentencias, y después a la custodia de presos y ejecución de éstos, poniendo como ejemplo de ello a los once en Atenas. Dicha solución es, por otra parte, obvia: dividir las funciones de modo que unos sean los jueces y otros los

encargados de que se cumplan las sentencias, y unos los guardianes de presos y otros los ejecutores de aquellas, porque, de lo contrario, el odio que acarrearía a los magistrados en el desempeño de la duplicidad de funciones sería doble.

“Por eso no debe haber una sola magistratura destinada para los presos, ni la misma continuamente, sino que deben encargarse alternativamente de este servicio los jóvenes, donde hay una organización de efebos o guardias, y los magistrados.” (Aristóteles, Política VI, 1322 a)

De este modo la propuesta de Aristóteles promete ser eficaz y realista, por cuanto que trata de diluir las responsabilidades concentradas en pocos magistrados y asistentes, extendiéndolas entre un número mayor de ciudadanos al disminuir la responsabilidad social de los mismos ante la polis y sus conciudadanos.

D – MAGIASTRADOS COMERCIALES O DE MERCADO

D1 - ASTÍNOMOS O INSPECTORES URBANOS

Los astínomos eran una especie de magistrados que se dedicaban a realizar controles diversos en la polis ateniense. Su rol era semejante al que desempeñaban los inspectores y los comisarios de la polis. Ellos eran un total de diez que se encontraban divididos en dos equipos de cinco integrantes cada uno. El primer equipo se encontraba en la ciudad y estaba encargado de realizar los controles de las actividades culturales, como la renta de las flautistas, citaristas y liristas para que no cobrasen más de dos dracmas por su actividad propedéutica. En el caso de que dos o más ciudadanos desearan acceder a la enseñanza en un mismo período, los astínomos actuaban de árbitros echando suerte para ver cuál de las partes se quedaba primero con el servicio de la formación musical. (Aristóteles, Const. At., 50, 2)

Curiosamente estos mismos funcionarios tenían otras competencias relativas a las cuestiones del desarrollo urbano. Los mismos supervisaban que los desechos urbanos

fuesen arrojados a diez estadios de la muralla de Atenas como mínimo. Asimismo tenían por oficio la tarea de controlar parte del desarrollo urbano de la época, supervisando que no se edifique sobre el espacio público perteneciente a la calle, y controlando que tampoco los balcones de las casas estuviesen por encima de las calles y supervisaban las puertas que se abrían para el lado de la calle. También controlaban que no hubiese cañerías que desde lo alto descargasen los fluidos hacia las calles e impidieran la circulación adecuada de los ciudadanos por las mismas.

¿Cuál era la duración de su mandato? En Demóstenes XXIV, 150 se lee que, al igual que para otros magistrados de la misma categoría, el plazo de su mandato era de un año no renovable y el método de elección era mediante sorteo. (Aristóteles, Const. At., 50, 2) Asimismo, debían actuar con cautela pues era una función en la cual se le podía pedir responsabilidad por sus actuaciones. Cualquier ciudadano que haya sido designado astínomo o agoránomo por el azar, debía dar cuenta de su desempeño ante cualquier requerimiento de, por ejemplo, algún embajador de la polis. Por ello en Demóstenes XXIV, 112 se lee:

“Pero me parece que con toda justicia sufriría el castigo que fuese, quienquiera que crea que para un agoránomo o un astínomo o para quien ha sido juez del pueblo, si ha resultado convicto de robo en la rendición de cuentas -un hombre pobre, un particular, inexperto en muchos asuntos, y que ha desempeñado una magistratura por sorteo-, para él es preciso pagar el décuplo, y no establecen ley alguna que proteja a tales hombres.”

En efecto, creemos que ni el número de magistrados en algunos cuerpos, como precisamente éste de los astínomos, les debió de permitir atender sin ayuda a todas sus funciones, ni el carácter de algunas de ellas permite pensar que los magistrados las llevaran a cabo personalmente.

D2 - INSPECTORES O EPILEMETAI

Los inspectores constituían un equipo de diez ciudadanos que tenían por función ejercer el control de algunas actividades comerciales de la polis. Del total de diez inspectores, cinco cumplían sus actividades en la ciudad y cinco en la zona del Pireo, que era uno de los lugares en los cuales el comercio se desarrollaba con mayor abundancia. Tanto en la ciudad como en el Pireo los epimeletas debían cuidar que los patrones de medida, como la mercadería en sí que equivaliese a su proporción, fuese la adecuada para lograr relaciones comerciales equitativas. (Aristóteles, Const. At., 51, 2-4)

En la época del gobierno de los cinco mil los diez inspectores no fueron sorteados, sino elegidos cuidadosamente entre los ciudadanos que durante mayor cantidad de tiempo habían formado parte del Consejo de los 500 o habían permanecido asistiendo a los sectores aristocráticos y a las familias mejor acomodadas de la polis. Mediante dicha estrategia dicho gobierno utilizó esta institución ejecutiva para asegurar determinados beneficios particulares a los ciudadanos de dicho sector. (Aristóteles, Const. At., 30, 2)

Sin embargo, los epimeletas no sólo tenían funciones de auditaje en materia comercial, también estaban encargados de cuidar algunos procedimientos religiosos de la polis en diferentes situaciones, especialmente cuando el arconte lo requiriese. Aristóteles describe que los inspectores colaboraban con el arconte en las fiestas de las grandes dionisíacas. En un principio eran elegidos un total de diez, independientemente que fueran miembros o no de la misma tribu. Sin embargo, a posteriori se sorteaba uno por cada tribu y se les proporcionaba diez minas para los preparativos de las fiestas religiosas que tenían asignadas. (Aristóteles, Const. At., 56, 4)

Además, asistían a los arcontes en el cuidado de los misterios que el pueblo eligiese por votación y a mano alzada. Generalmente existían dos inspectores, cuidadores

o epimeletas. Uno era elegido de las genes de los Cérices¹²¹ y el otro de los Eumólpidas.¹²² (Aristóteles, Const. At., 57, 1) Esos mismos cuidadores también estaban encargados de organizar la procesión de las Dionisiácas Leneas, que se celebraban en enero y eran fiestas menores y menos concurridas que las Grandes Dionisiácas. Por último, según algunas interpretaciones, parece ser que otra de las misiones de los inspectores de mercado habría sido la de fijar el precio de las heteras¹²³, al igual que los astínomos lo hacen con las flautistas.

D3 - LA RELACIÓN DE LA FUNCIÓN DE LOS EPIMELETAS CON OTROS TIPOS DE INSPECTORES

La función ejecutiva de los epimeletas era complementada con tres clases más de inspectores, que desarrollaban actividades parecidas para optimizar el desarrollo de las actividades comerciales de las zonas del puerto y del Pireo, como asimismo de la ciudad en sí. Ellos eran diez agorónomos, diez inspectores del puerto y diez inspectores del pan. En las épocas en que Aristóteles escribe *La Constitución de Atenas* el total de inspectores del último grupo, estaba compuesto por un total de veinte ciudadanos abocados al control en la ciudad y quince en el Pireo y en el puerto.

¹²¹ En la mitología griega **Cérix** o **Cérice** era un héroe ateniense hijo del dios Hermes y de Aglauro, la hija de Cécrope, el primer rey de Atenas. La piadosa familia de los *Cérices* de Atenas se decían sus descendientes. Al igual que su padre, Cérix se convirtió en un privilegiado mensajero de los dioses, convirtiéndose en el primer heraldo de los misterios eleusinos.

¹²² Los eumólpidas eran una gran familia sacerdotal de Atenas, cuyo nombre -los buenos cantores- refleja su función sagrada. Disfrutaba junto con la de los Cérices el privilegio de proporcionar los principales sacerdotes del culto de Eleusis.

¹²³ **Hetera** o **hetaira** era el nombre que recibían en las cortesanas que ejercían una forma de compañía sofisticada mezclada con la prostitución. Eran mujeres independientes y, en algunos casos, de gran influencia, a quienes se les obligaba a utilizar vestidos distintivos y que tenían que pagar impuestos. Era un colectivo formado principalmente de antiguas esclavas y de extranjeras, y tenían un gran renombre en sus capacidades de danza y música, así como por sus talentos físicos. Existen evidencias de que, al contrario de la mayoría del resto de las mujeres griegas de la época, las heteras recibían educación. También es importante señalar que las heteras no sólo eran las únicas mujeres que podían tomar parte en los simposios, sino que sus opiniones y creencias eran además muy respetadas por los hombres.

La función de los epimeletas que consistía en controlar el uso equitativo en las relaciones comerciales en el uso adecuado de los patrones de medida, era complementado por los agorónomos que también se encargaban de que *no hubiese engaño* en las relaciones comerciales. Sin embargo, los agorónomos, a diferencia de los epimeletas, se encargaban de cuidar y administrar todas las actividades del mercado para optimizar las relaciones comerciales entre los individuos que acudían al mercado. Además, ello ofrecía seguridad y transparencia a los extranjeros de todo tipo, en especial a los que recurrían de lugares lejanos, como a los mercantes del Asia septentrional, para intercambiar bienes en la polis.

Los diez inspectores del puerto debían inspeccionar todas las mercancías en su conjunto. Debían cuidar especialmente de todas las entradas del grano que se producía mediante vía marina. Asimismo, debían asegurar que todos y cada uno de los mercaderes entregaran los dos tercios mínimos necesarios del total del grano que ingresaba al puerto para el adecuado aprovisionamiento de granos para toda la ciudad. (Aristóteles, Const. At., 51, 4)

A diferencia de los agorónomos que tenían una función más amplia en el control del funcionamiento de mercado y de los epimeletas en la revisión de uso de las medidas y de los inspectores del puerto que fiscalizaban las entradas y salidas, los llamados inspectores del pan tenían el rol de ocuparse del normal funcionamiento de la provisión de trigo y de sus derivados. Primero, se encargaban de inspeccionar que el trigo se vendiera al precio acordado para el mercado; que la harina se vendiese en relación al precio de la cebada; que el precio del pan estuviese estipulado en relación a los costos del trigo; etc. Todo ello debía adecuarse a los parámetros que establecía la ley; de lo contrario este tipo de inspectores debía regularizar la situación o actuar en la medida que lo requiriese el caso. Sobre el resto de las inspecciones no encontramos más nada en la constitución.

IV - MAGISTRATURAS JUDICIALES

A - INTRODUCADORES DE PLEITOS

Según el poco conocimiento que tenemos, sabemos que los introductores son aquellos ciudadanos que se encuentran en una instancia de juzgado que debe resolverse en el transcurso del lapso que dura una pritanía o mes griego. Los introductores no eran tantos como los árbitros o jueces por demos que, según la época, variaban entre treinta o cuarenta ciudadanos. Los introductores son solamente cinco ciudadanos para un total de diez tribus. Cada uno de ellos tenía a su cargo la administración de justicia en dos tribus pre determinadas.

Los casos que debían resolver eran las deudas contraídas entre ciudadanos y extranjeros que se encontraban impagas a su plazo. También debían resolver los problemas suscitados en casos de préstamos de dinero que se encontraban impagos con un interés acordado entre las partes. Si bien, no tienen una competencia definida, entienden sobre casos de violencia entre los ciudadanos, sobre préstamos comunales y entre amigos y sobre el intercambio de animales y esclavos. Además conocen sobre los aspectos a resolver en los casos de trierarquía y en los correspondientes a la banca. (Aristóteles, Const. At., 52)

B - TIPOS DE ÁRBITROS: LOS JUECES DE DEMOS -*DIAITETAI*-

Hay varios tipos de jueces o árbitros en Atenas que encontramos en las descripciones aristotélicas de la constitución. Se encuentran en Atenas los árbitros que imparten justicia llamados *diaitetai*, como los que están encargados de arbitrar en los juegos olímpicos. (Aristóteles, Const. At., 60, 1 y 62, 2) Nosotros haremos referencia a los primeros de ellos, denominados también jueces de demos (Aristóteles, Const. At., 26, 3), pues los segundos se encuentran exorbitados del objeto de estudio del presente ensayo.

En el año 453 a.C. se implementó la función de los treinta (30) jueces; cuerpo que fue creado por Pisístrato para dirimir los conflictos suscitados entre los ciudadanos, y generar un sistema político más estable. (Aristóteles, Const. At., 16, 5) La instauración de este tipo de jueces libraba del peso de los pequeños procesos judiciales a la helialía, constituyéndola en un órgano mucho más eficiente gracias a la virtud de la descentralización. Asimismo, esta medida era un modo de acceso directo a la vida judicial para los ciudadanos que no habitaban en la misma. Esto evitaba las concentraciones en la ciudad que favorecían a la acumulación de poderes de los particulares eupátridas. Tras estas medidas adoptadas por Pisístrato puede entenderse la afirmación aristotélica de la existencia de una democracia donde se puede acceder a las magistraturas gracias al sorteo, mientras que *“la estrategia, basada en la experiencia militar, pasa a convertirse en el verdadero vehículo de actuación política de los individuos.”* Además de estas cuestiones, el cuerpo de jueces itinerantes instituido por Pisístrato, permitía que los agricultores no tuvieran que acudir a la ciudad y perder horas de trabajo por causa de alguna disputa.

En algunas situaciones era Pisístrato mismo quién salía a dar vueltas por la polis dirimiendo las diferencias que se suscitaban entre los integrantes de los diferentes sectores sociales. Dichas funciones de juzgado entre ciudadanos también estaban acompañadas con intenciones de generar más estabilidad social en el sistema económico, que se encontraba en un proceso de estabilización. Recordemos que en las épocas anteriores a la de Pisístrato la polis estuvo signada por las luchas lideradas entre Pisístrato, Megacles y Licurgo y Milcíades.¹²⁴

¹²⁴ En nuestro TFG explicamos que luego de las reformas solónicas, los habitantes del ática habían quedado divididos políticamente en tres sectores claramente distinguidos. Por un lado, se encontraban los habitantes de la llanura, que eran propietarios en su generalidad, y estaban liderados por Licurgo y Milcíades que defendían la oligarquía; por otro lado se encontraban los habitantes de la costa, marinos y mercaderes liderados por Megacles, hijo de Alcmeón, que pretendían una constitución moderada y por último, el tercer grupo conformado por pastores y campesinos de la zona montañosa liderados por Pisístrato que era de mayor popularidad.

Para que los treinta jueces pudiesen acceder a la función judicial era necesaria la elección de tres jueces por cada una de las diez tribus. Ésto se ve con claridad en los tiempos de Pericles en el año 461 a.C. No obstante, la tiranía de los treinta había incrementado su número a cuarenta (40) para lograr tener, entre otras cuestiones, más control y juzgar con mayor eficacia a aquellos ciudadanos que disentían sobre las prescripciones formales y morales, y sobre las prácticas del gobierno de turno. Ahora bien, estos jueces tenían la posibilidad de juzgar hasta una cota máxima de diez dracmas. Toda disputa que la superase debía pasar a otra instancia de mediación que generalmente iba a parar a manos de los árbitros. (Aristóteles, Const. At., 53, 1-2)

Los árbitros eran ciudadanos de sesenta años. Todo ciudadano ateniense después de cumplir sus obligaciones militares durante cuarenta y dos años -desde los dieciocho hasta los cincuenta y nueve años inclusive- tenía la obligación de servir como juez arbitral por un año, de lo contrario, incurría en atimía.¹²⁵ Sin embargo parece que en dos casos especiales no se acusaba de atimía a los ciudadanos que se encontraban en condiciones de desempeñar la función de árbitros y no lo hacían. La primera excepción se cumplía cuando un ciudadano llegaba a la edad de ser árbitro pero se encontraba en la función de gobierno en alguna de las magistraturas. El segundo caso lo constituye el hecho que el ciudadano se encontrase de viaje. Resulta curioso observar que hasta la futura situación y condición que le tocara al árbitro, tanto en el lugar como en los casos ante los cuales se desempeñaría, se realizaba mediante sorteo.

Los árbitros tienen plenas facultades concedidas para recibir aquellos asuntos que superen a las diez dracmas. Trataban de dirimir el problema entre los demandantes y en caso de no llegar a un acuerdo para conformar a las partes emitían una sentencia. En el caso de que las partes estén de acuerdo con la resolución tomada por el árbitro, la

¹²⁵ La atimía fue implementada por Solón y consistía en la privación de los derechos de ciudadanía y la exclusión de la comunidad política para aquellos ciudadanos que no tomaran partido por una postura u otra en una contienda política. En este caso era considerada atimía pues se negaban a la función de arbitraje que les correspondía como responsabilidad cívica.

sentencia concluía. Sin embargo, cualquiera de las partes tenía el pleno derecho de seguir a una instancia de apelación mayor en caso de que no estuviese de acuerdo con la resolución del árbitro. En ese caso

“...si una de las dos partes acude al tribunal, echan los testimonios y las proposiciones de la otra parte y las leyes en cajas, aparte las del demandante de las del demandado y después de poner el sello y colgar la sentencia del árbitro escrita en una tablilla, se los entregan a los cuatro que juzgan a la tribu del demandado. Estos lo reciben y lo llevan a un tribunal, de doscientos uno hasta la cuantía de mil, y en delante de millar, al de cuatrocientos uno. No se pueden utilizar leyes ni proposiciones de la parte contraria ni testimonios fuera de los recibidos del árbitro metidos en las cajas.”
(Aristóteles, Const. At., 53)

Además, los árbitros tenían por encargo del polemenco la resolución de los conflictos. Primero el polemenco recibía el total de juicios privados en los cuales se encontraban involucrados los ciudadanos, isósteles, metecos y próxenos. Luego los dividía en diez partes y los sorteaba destinándolos a cada una de las tribus. En cada tribu había un juez que recibía el *paquete* de conflictos y se los remitía a los árbitros que eran los encargados de buscar una resolución de los conflictos suscitados entre las partes. (Aristóteles, Const. At., 58, 2)

V - CONCLUSIÓN

De acuerdo al estudio que hemos realizado hemos descubierto que el sistema político de los atenienses era mucho más complejo de lo que a simple vista podríamos pensar. La infraestructura institucional montada para instrumentar las decisiones que los ciudadanos tomaban en las asambleas, requería del complejo andamiaje institucional -que hemos analizado en una minúscula parte- para instrumentar el espectro de decisiones adoptadas en las asambleas y en el consejo a fines de resolver los problemas presentados en la cotidianeidad.

Asimismo, hemos comprobado que el complejo sistema institucional ateniense, que fue resultado de las diferentes reformas institucionales, necesitaba de un alto nivel de participación ciudadana para que los ciudadanos estuvieran al tanto de todas y de cada una de las cuestiones concernientes a la polis, pues en cualquier momento serían llamados a cumplir la función que la magistratura requiriese. Esto implica que cada ciudadano debía conocer las diferentes dimensiones y los diversos planos institucionales de la polis, para encontrarse facultado, en el momento que resultase su nombre en alguna función. Asimismo, puede verse la diversidad de funciones magistrales que los ciudadanos desempeñaban en la polis y la diversidad de aspectos que un solo cargo abarcaba.

Además, todas y cada una de las funciones implicaban un amplio sentido de la responsabilidad personal y política del ciudadano, pues debía responder por sus propias acciones; sobre todo en la rendición de cuentas sobre los resultados de su mandato o función, y sobre los efectos que su decisión podría generar en sus conciudadanos. En especial manera, si la decisión no hubo sido tomada de manera apropiada para el resto de los conciudadanos.

Asimismo debemos denotar una regularidad en las magistraturas. La consiste en reconocer el conjunto de transformaciones por las que pasaron cada una de las mismas en las diferentes épocas y bajo diferentes procesos sociales y políticos. Esto lo hemos visto en la cooptación de las instituciones por parte de los sectores que tomaron las instituciones de la polis, transformando el régimen político democrático en otros regímenes. Ésto nos muestra que bajo el mismo diseño institucional, se podían instrumentar diferentes formas de gobierno que favorecían al sector social que titularizaba coercitivamente el mando en la polis.

Sin embargo, el aspecto que más queremos resaltar es el problematizado en el inicio del trabajo. El mismo consiste en demostrar, que hablar de democracia implica también analizar y reconocer, en el sentido más propio, cómo se organizaron internamente los atenienses para instrumentar los mecanismos del mando que estaban

fundados en los principios de igualdad de acceso a todos los cargos o magistraturas del estado. Por ello, estudiar simplemente la democracia como categoría ideológica dejando de lado la cuestión institucional, organizacional y funcional, puede hacernos perder de vista el sentido primario, pero fundamental, que adoptan las instituciones políticas de la polis ateniense, para efectivizar un modelo político fundado en los principios de la igualdad y libertad.

Finalmente, el funcionamiento de las instituciones políticas de la polis ateniense nos permite ver con claridad la importancia que tenía la decisión aprobada en la asamblea, en cuanto a su implementación y respeto para toda la polis. De este modo, las leyes de la polis operaron en tres áreas principales; en primer lugar, en la definición de las relaciones entre el individuo que ejercía el cargo y la comunidad, y las responsabilidades del individuo hacia la comunidad; en segundo lugar, la leyes definieron las relaciones entre el individuo y su vecino y en tercer lugar, garantizaron el bienestar de los ciudadanos y el mantenimiento de los diferentes aspectos de la polis. Esta cuestión ha hecho que cada una de las magistratura operara de tal modo que estuviera sujeta al sistema legal de la polis, atendiendo a la dinámica de los procesos institucionales y organizacionales internos de la misma y respetando los principios de libertad e igualdad en el acceso y ejercicio de las funciones cuando la democracia clásica ateniense llevó a su punto máximo de esplendor un modelo político imposible de ser emulado por el resto de los hombres en los últimos dos milenios.

VI - DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL

ARISTÓTELES, *La constitución de Atenas*. Edición, traducción y notas con estudio preliminar por Antonio Tovar, Catedrático de la Universidad de Salamanca. Instituto de estudios políticos. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1948.

_____. *La Política*. Traducción, estudios y notas de Sergio Albano. Buenos Aires: Gradifco SRL: 2003

_____. *Política*. Edición bilingüe y traducción de Julián Marías y María Araújo. Introducción y notas por Julián Marías de la Real Academia Española. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, tercera reimpresión de la segunda edición -1970-, 1997.

ESQUILO, *Tragedias*. Traducción y notas de B. Perea. Introducción general de F. Rodríguez Adrados. Revisión de B. Cabellos. Barcelona: Editorial Gredos SA, 2006.

EURÍPIDES, *Tragedias II*. Traducción y notas de J. L. Calvo, C. García Gual y L. A. de Cuenca. Revisión de A. Bernabé. Barcelona: Editorial Gredos SA, 2008.

HERÓDOTO, *Los nueve libros de la historia*. Volumen I y II. Traducción del griego y notas por el P. Bartolomé Pou, S. J. Con notas prologales de Emiliano M. Aguilera. Barcelona: Editorial Iberia SA, 1976.

HESÍODO, *Teogonía*. Introducción, traducción y notas de A. Pérez Jiménez y A. Martínez Días. Barcelona: Editorial Gredos SA, 2006.

HOMERO, *Ilíada*. Introducción, traducción y notas por E. Crespo, índice onomástico de M. Cuesta y Revisión por C. García Gual. Barcelona: Editorial Gredos SA, 2006.

HOMERO, *Odisea*. Traducción de J. M. Pabón, índice onomástico Ó. Martínez, Introducción y de Revisión de C. García Gual. Barcelona: Editorial Gredos SA, 2006.

ISÓCRATES, *Discursos Histórico-políticos*. Traducción del griego por Antonio Ranz Romanillos. Buenos Aires: Editora Espasa Calpe Argentina SA, Segunda edición, 20 de abril de 1948.

JENOFONTE, *Helénicas*. Introducción, traducción y notas de Orlando Guntiñas Tuñón. Barcelona: Editorial Gredos, 2007.

JENOFONTE, *Socráticas, Economía, Ciropedia*, Estudio preliminar de David García Bacca. Barcelona: Océano Grupo Editorial SA., s/d.

LAERCIO, Diógenes, *Vidas, Opiniones y Sentencias de los Filósofos más Ilustres*, en *Biógrafos Griegos*. Traducciones del griego y notas por Antonio Sanz Romanillos, José Ortíz

y Sanz y José M. Riaño. Prólogo General Juan Martín Ruiz-Werner. Preámbulos parciales por F. de P. Samaranch y J. M. Riaño. Madrid: Ediciones Aguilar SA, 1964.

PLATÓN, *República.*, primera reimpression de la vigésimo cuarta edición, septiembre de 2000. Traducción directa del griego por Antonio Camarero. Estudio preliminar y notas de Luis Farré. Revisión técnica: Lucas Soares. Buenos Aires: Eudeba, 2000.

PLUTARCO, *Vidas paralelas*, en *Biógrafos Griegos*, Traducciones del griego y notas por Antonio Sanz Romanillos, José Ortiz y Sanz y José M. Riaño. Prólogo General Juan Martín Ruiz-Werner. Preámbulos parciales por F. de P. Samaranch y J. M. Riaño. Madrid: Ediciones Aguilar SA, 1964.

SÓFOCLES, *Tragedias*. Traducción y notas de A. Alamillo. Introducción de J. Bergua Cavero. Revisión de C. García Gual. Barcelona: Editorial Gredos SA, 2008.

TUCÍDIDES, *Historia de la Guerra del Peloponeso*. Traducción de Diego Gracián. Título original *Ἱστορία*. Introducción por Antonio Alegre Gorri. Barcelona: Ediciones Orbis SA, 1986.

VII - REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

CANTÚ, César, *Historia Universal: Guerra Legislación, Religión*. Tomo VIII. 1867.

Traducción del Italiano: D. Nemesio Fernández Cuesta. Gaspar y Roig Editores, 1867.

COULANGES, Fustel de, *La ciudad antigua*, Madrid, 1920.

MARTÍNEZ, Romano García, URL:

http://www.google.com.ar/#hl=es&lr=lang_es&biw=800&bih=412&tbs=lr%3Alang_1es&q=Jueces+itinerantes+Atenas&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai=&fp=14bcc8a13fd36bc6.

MARX, Karl y ENGELS, Friedrich, *El origen de la familia, la propiedad privada y el estado*.

Disponible en web: <http://www.radiotirana.es/origen-familia-propiedad-estado.php>.

Consultado el 3 de diciembre de 2010.

VALDÉS, Guia Miriam, *Areópago y prítanos ton naukraron: crisis política a finales del S.VII a.C. (de Cilon a Solón)*. En: *Dialogues d'histoire ancienne*. Vol. 28 N°2, 2002. pp. 65-101.



doi : 10.3406/dha.2002.2473 url :

http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/dha_0755-7256_2002_num_28_2_2473. Consultado el 03 diciembre 2010.

Resenha

CANDIDO, Maria Regina. Medeia, Mito e Magia: a imagem através do tempo. Rio de Janeiro: NEA/UERJ. 2006

*Guilherme Keller Fraçomeni*¹²⁶

RESUMO

A famosa história do mito de Medéia, escrita para o teatro pelo poeta Eurípides, tenta nos mostrar a transformação que a Atenas Clássica sofreu na época do autor, transformando o mito da deusa de um ponto de vista rural e de fertilidade para o lugar da cidade, onde o teatro era usado como espaço de denúncia. A Dra. Maria Regina Candido faz uma análise de toda a peça de Eurípides com foco no espaço da mulher na sociedade clássica, e como Medéia, ao seu meio, transgride o modelo que lhe era esperado e entra para a história como uma personagem ativa e agente da decisão.

ABSTRACT

The famous story of the myth of Medea, written for the theatre by the poet Euripides, tries to show us the transformation which Classic Athens has been through in the author's time, transforming the myth of the goodness from a fertile and rural point of view to the place of the city, where theatre was used as a space of denounce. Dr. Maria Regina Candido does an analysis of the entire play of Euripides with a focus on the space of the woman in classic society, and how Medea, in her own way, transgresses the model which was expected of hers and enters history as an active character and agent of decision.

A religiosidade das sociedades clássicas foi/é palco de grande interesse nos dias atuais. No Brasil podemos demarcar os estudos da Dra. Maria Regina Candido¹²⁷, que tem

¹²⁶ Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

¹²⁷ Atualmente Candido é Professora Associada de História Antiga da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenadora nesta instituição do NEA - Núcleo de Estudos da Antiguidade. A mesma integra a

com foco as práticas de magia na Atenas Clássica, a partir do seu livro “*Medéia, mito e magia: a imagem através do tempo*”. Na obra a autora utilizou como sua documentação básica a peça escrita pelo poeta trágico Eurípides, *Medéia*. Sendo assim, temos como objetivo nesta analisar os aspectos principais compreendidos na obra de Maria Regina Candido.

Acreditamos que cabe, antes de tudo, passarmos brevemente pela história do mito de *Medéia*. A obra de Eurípides, inovador do gênero trágico, foi primeiramente apresentada no teatro de Dionisos em 431 a.C., agarrando a atenção e empatia do público ao mostrar-lhes a trajetória pela qual passou esta mulher, sacerdotisa de Hécate, ao se apaixonar por um estrangeiro, Jasão, que chegara a sua terra em busca de um objeto muito precioso ao rei Eestes, seu pai. *Medéia*, tomada por uma profunda paixão, através de magias e encantamentos ajuda seu amado a roubar o rei. Sua participação foi descoberta, obrigando-a a fugir com seu amado. Ela leva seu irmão, *Absyrto*, e com seu pai a perseguindo, o mata e esquarteja, jogando suas partes ao oceano com o intuito de atrasar a perseguição do pai, que com o objetivo de lhe prestar um próprio ritual funerário, passa a buscar as partes de seu herdeiro perdido.

Candido então aponta a gravidade do crime cometido pela sacerdotisa de Hécate. *Medéia* havia entrado em estado de *Hybris* ao cometer duas graves transgressões: ter desencadeado a desordem familiar e ter cometido um crime de sangue, cuja mácula incidia sobre ela (CANDIDO: 2006, p.69). *Medéia*, ciente de sua transgressão, busca a estabilidade de sua magia novamente através da morte. Ao retornar a Cólquida, persuadiu o novo rei da região de Lolkos, que através do esquartejamento de seu corpo, junto com ervas e encantamentos, jogados em um caldeirão, estaria rejuvenescido; ela então prova

o processo transformando um velho carneiro em novilho. O rei é então esquartejado e posto em um caldeirão fervente por suas quatro filhas, mas não volta à vida.

A autora interpreta que com a morte do rei *Pélias* (caldeirão) Medéia fechava o ciclo com outro ritual de sangue, reestabelecendo a ordem cósmica, a harmonia entre o tempo sagrado, de sacerdotisa, e o profano de mulher. *Absyrto: Jovem, água, frio, fora, pai recolhe as partes do corpo do filho – Pélias: velho, fogo, quente, dentro, filhas cortam as partes do corpo do pai* (CANDIDO: 2006, p.74).

Por este crime Jasão e Medéia foram perseguidos por *Acastos*, filho do rei morto, e são forçados a pedir asilo em Corinto, que foi aceito na condição que Medéia fizesse o uso de seus conhecimentos mágicos para cessar a seca, a fome e a infertilidade que assolava a região. Em Corinto, Jasão se apaixona pela princesa *Creonte*, fazendo com que Medéia seja obrigada pelo rei a deixar o local. Ela então finge submissão, como toda “boa” mulher, para convencê-los que estava de acordo, mas depois muda de ação, matando o rei e a princesa através de um presente envenenado. Ela sacrifica, então, o casal de filhos que teve com Jasão aos deuses, provando como era terrível com seus inimigos, já que sacrificando os filhos, acaba com a descendência do marido que reconhecia: *sem filhos você me destruiu* (EURÍPIDES, Medéia. V.1325). De acordo com mitógrafos anteriores ao século V, os filhos teriam sido mortos pela população como forma de vingança, mas Eurípedes estabeleceu esta nova vertente (CANDIDO: 2006, p.29). Medéia vai então a Atenas, utilizando seus poderes mágicos a favor do rei *Egeu*.

Haveria muita empatia por Medéia, já que a traição não era algo incomum na Grécia Clássica. Também, por ter saído de casa e se casado muito cedo, o que a identificou com o público feminino. Uma inovação por conta do poeta Eurípedes foi a de colocar uma mulher, que na cultura clássica deveria ter os aspectos de submissa, silenciosa e passiva (modelo *melissa*) com atributos então considerados masculinos, como dominante, ativo, agressivo e agente de decisão. A protagonista de Eurípedes decidiu e optou pela ação de

vingança, atitude reconhecida nos heróis trágicos quando em busca desesperada por recuperar a honra ultrajada (CANDIDO: 2006, p.26).

Candido ressalta como importante parte de sua pesquisa as transformações, as variantes da estrutura que o mito de Medéia sofreu através da peça de Eurípides. Estas transformações teriam sido feitas pelo poeta por causa das mudanças que haviam ocorrido na sociedade ateniense. Antes, Medéia era retratada como uma Grande Mãe (divindade) nutridora, mas devido à urbanização, guerras, violência e epidemias, Eurípides lhe transfere novo sentido. *“A sacerdotisa de Hécate deixa de ser venerada como no mito da Grande Mãe, cuja arte da magia propiciava e garantia a fertilidade do solo, do gado e a fecundidade para se transformar em feiticeira e assassina”* (CANDIDO: 2006, p.59). Essa seria uma estratégia do autor para evidenciar os conflitos que sofriam os atenienses no período clássico, tendo o teatro como espaço de denúncia, utilizando também a oportunidade para apontar sua opinião sobre o perigo de ervas e poções serem usados para vantagem pessoal, conhecimento que predominava às mulheres (CANDIDO:2006,p.59).

No último capítulo de seu livro, Candido convida Fábio de Souza Lessa, professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para dissertar sobre os “segredos” femininos envolvendo a personagem Medéia. A forma de leitura da obra foi por meio do trabalho de artesãos, buscando uma relação entre o mito da sacerdotisa de Hécate e a realidade social ateniense (CANDIDO: 2006, pag 101).

Dizem que vivemos sem perigo a vida doméstica, mas eles guerreiam com lança, não compreendem que eu preferiria lutar com escudo três vezes a partir uma vez (EURÍPEDES, Medéia, vv. 248-251).

Lessa faz uma análise da posição da mulher na era clássica e como Medéia não está satisfeita com seu lugar como mulher e, quando passa à posição de esposa estrangeira ao fugir com Jasão, teria mais flexibilidade na interpretação do modelo *melissa* ateniense (CANDIDO: 2006, pag 124).

Concluimos que o mito de Medéia nos permite analisar o processo de transformação social e religiosa na sociedade ateniense do período Clássico (CANDIDO:2006,pag.62) Através da interpretação da imagem de Medéia como mulher, também pode-se observar não o comportamento habitual de uma esposa ateniense, a qual deveria seguir o modelo *melissa*, mas sim o de uma estrangeira com um papel ativo em suas relações interpessoais.

DOCUMENTAÇÃO

EURÍPIDES, Medéia. Trad. Jaa Torrano, ed. bilíngue. São Paulo: Hucitec, 1991

BIBLIOGRAFIA

CANDIDO, Maria Regina. Medeia, Mito e Magia: a imagem através do tempo. Rio de Janeiro: NEA/UERJ. 2006

Nearco

Revista Eletrônica em Antiguidade - ISSN 1972 - 9713
2013 - Ano VI – Número I
<http://www.nea.uerj.br/nearco/index.html>

Núcleo de Estudos da Antiguidade - UERJ

Rua São Francisco Xavier, 524, Bl. A, 9º andar, Sala 9030
Campus Maracanã / RJ - Pavilhão João Lyra Filho
Tel. (21) 2334-0227